

**MARTA BARBOSA DA COSTA NUNES**

**Ascensão Política das Mulheres: São Tomé E Príncipe - Brasil**

Dissertação de Mestrado

Orientador: Professor Dr. Kabengele Munanga

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE DIREITO**

**São Paulo – SP**

**2018**

**MARTA BARBOSA DA COSTA NUNES**

**Ascensão Política das Mulheres: São Tomé e Príncipe - Brasil**  
**Versão Corrigida**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Direito, da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito, na área de concentração Direitos Humanos, sob a orientação do Professor Doutor Kabengele Munanga.

**UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO**

**FACULDADE DE DIREITO**

**São Paulo – SP**

**2018**

Catálogo de Publicação  
Serviço de Biblioteca e Documentação  
Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo

---

Nunes, Marta Barbosa da Costa

Ascensão Política das Mulheres: São Tomé e Príncipe – Brasil / Marta  
Barbosa da Costa Nunes; orientador Kabengele Munanga – São Paulo, 2018.  
261 p.

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Direitos  
Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, 2018.

1. Mulheres. 2. Igualdade. 3. Inclusão. 4. Democracia.  
5. Reconhecimento. I. Munanga, Kabengele, orient. II. Título.

---

Nome: NUNES, Marta Barbosa da Costa

Título: Ascensão Política das Mulheres – São Tomé e Príncipe – Brasil

Dissertação apresentada à Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo como exigência parcial para obtenção do título de Mestre em Direito.

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof.Dr. \_\_\_\_\_ Instituição: \_\_\_\_\_

Julgamento: \_\_\_\_\_ Assinatura: \_\_\_\_\_

*Ao meu pai, João Nunes, in memoriam,  
ao meu avô, Francisco Barbosa da Costa, in memoriam,  
que ao longo de suas vidas, com muito amor e respeito,  
me ensinaram que a igualdade entre o homem e a mulher é  
salutar e imprescindível ao sucesso da humanidade.*

## AGRADECIMENTOS

Ao Professor Kabengele Munanga por aceitar o desafio de me conduzir em tema tão complexo. Às Professoras Isis Aparecida Conceição e Eunice Aparecida de Jesus Prudente pelas considerações, sugestões e indicações dadas por ocasião da qualificação, sem as quais o presente trabalho não teria lugar na Faculdade de Direito.

Ao Professor Osmar Teixeira Gaspar pelas orientações dadas ao longo do processo. À Professora Damares Barbosa Correia pela apresentação ao Professor Kabengele Munanga e pela revisão do trabalho.

Ao Dr. René de Dirceu Batista por todo incentivo e apoio psicológico. Ao Professor José Leonardo Tonus pelas orientações referentes à ilha de São Tomé e Príncipe. Ao Sr. Eduardo Lourenção e ao Sr. Fábio Fernando Lopes pelas facilitações nas questões de tecnologia da informação.

À minha maravilhosa família: Ana Barbosa, Abigail Barbosa, César Augusto e Sophia Maria da Glória pelo constante apoio, pedindo ainda desculpas pelas privações durante esse período. Ao meu irmão Miguel Barbosa da Costa Nunes e a minha amiga e irmã Regina Fazenda por financiarem a viagem à São Tomé e Príncipe.

Aos santomenses Dr. André Aureliano de Aragão por me socorrer na hora do embarque no Aeroporto Internacional de Cumbica, ao Sr. Allainy Sousa do Arquivo Histórico de São Tomé e Príncipe, Dra. Kótia Solange Menezes, Meritíssima Juíza do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe, Dra. Domitília Costa de Sousa Trovoadá, Vice-Presidente da Associação Santomense de Mulheres Juristas, Sr. Eduardo Elba do Espírito Santo, Secretário Permanente da Federação das Organizações Não Governamentais em São Tomé e Príncipe. Ao Sr. Abdel Bonfim e todos os colaboradores do Sweet Guest House, ao Sr. Adelino Lima e a Sra. Nólíá Bandeira.

Agradecimentos especiais à Dra. Vera Cravid Procuradora Geral da República de São Tomé e Príncipe, e a Dra. Maria das Neves, candidata às eleições presidenciais em 2016. À Deputada Estadual Clélia Gomes, Vereadora Claudete Alves, Dra. Diva Zitto, Presidente da Associação da Mulher Negra Brasileira.

À Dra. Amarilis Inocente Bocafoli e à Dra. Silvia Regina Mangueiro. Aos funcionários da FDUSP, secretaria da Pós-Graduação, restaurante, em especial à Sra. Erinalva Batista e à Sra. Maria dos Remédios pelas orientações na formatação do trabalho. À Duallgraf pela edição e impressão do trabalho. Amigos e amigas.

*“...Se consegui pela minha argumentação, destruir as razões que os adversários da mulher pretendem ter para votá-la ao ostracismo, à escravidão, não sei; mas posso afirmar-vos que era esse o meu maior empenho.”*

*(Doutor Miguel Vieira Ferreira, 1873)*

*“... Enquanto neste país a mulher for escrava, o homem não poderá ser livre; enquanto a mulher for infeliz, o homem não terá felicidade; enquanto a mulher for infeliz, metade ignorante e escrava, o país será infeliz, ignorante e escravo.”*

*(Doutor Miguel Vieira Ferreira, 1873)*

## RESUMO

NUNES, Marta Barbosa da Costa. *Ascensão política das mulheres: São Tomé e Príncipe - Brasil*. 2018. 261 p. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

A participação das mulheres em postos de tomada de decisão vem crescendo ao longo dos anos. Já não causa mais surpresas em nossos dias, mulheres ocupando posições de destaque na sociedade. Essas mulheres são empresárias, cineastas, físicas, astronautas, escritoras, cientistas, intelectuais das mais diversas áreas, vencedoras de prêmios pelo reconhecimento de seus trabalhos e suas contribuições e, principalmente, na esfera política - em diversos cargos - tomando decisões que afetam a vida de toda população. Embora pareça normal, os fatos acima referidos são conquistados, ainda, com muita luta, seja individual ou coletiva, por meio de grupos de mulheres que se articulam para verem seus direitos efetivados, direitos que já estão positivados em documentos promulgados por organismos internacionais e legislação interna de diversos países. Contudo, não se pode falar em direitos humanos de forma generalizada quando se trata de mulheres, sobretudo quando se trata de mulheres negras, principalmente quando o foco é participação dessas mulheres na política, espaço predominantemente masculino, com participação diminuta das mulheres em São Tomé e Príncipe e no Brasil. Essa situação persiste porque faz parte de um estratagema implantado pelo sistema colonial na África e nas Américas, e que estabeleceu uma divisão de privilégios a partir de conceitos de superioridade e inferioridade, baseados nas suposições europeias referentes à raça e gênero. Constituindo metade dos habitantes em ambos os países, as mulheres ainda não conquistaram na plenitude o lugar que lhes é de direito, embora ao longo de sua história tivessem participação ativa, quer nas atividades laborais, no desenvolvimento econômico, quer nas lutas ao longo do processo de descolonização e independência, quer no pós independência para a concretização dos ideais propostos e na transição do regime ditatorial para o regime democrático. Para a realização do trabalho serão estudados os sistemas eleitorais de São Tomé e Príncipe e Brasil com foco na participação das mulheres dentro desse processo, bem como, entrevistas com parlamentares santomenses e brasileiras e, a partir dos dados apresentados será possível um diálogo e uma consequente cooperação mútua, a fim de que a maior participação das mulheres na vida política se torne realidade, pois ela é fundamental para o pleno desenvolvimento do país, bem estar do mundo e para a causa da paz.

**Palavras-chave:** Mulheres. Igualdade. Inclusão, Democracia. Reconhecimento. Direitos Humanos.

## ABSTRATC

NUNES, *Marta Barbosa da Costa*. *Politics rise of women: Sao Tome and Principe – Brazil*. 2018. 261 p. Dissertation (Masters). Faculty of Law, University of São Paulo, São Paulo, 2018.

Women's participation in decision-making positions has been growing over the years. It no longer causes surprises in our day, women occupying prominent positions in society. These women are entrepreneurs, filmmakers, physicists, astronauts, writers, scientists, intellectuals from many different areas, winners of awards for the recognition of their works and their contributions, and especially in the political sphere - in various positions - making decisions that affect life of the population. Although it seems normal, the above mentioned facts are still won with a lot of struggle, whether individual or collective, through groups of women who articulate to see their rights fulfilled, rights that are already positive in documents promulgated by international organizations and legislation countries. However, it is not possible to speak about human rights in a general way when it comes to women, especially when it comes to black women, especially when the focus is on the participation of these women in politics, a predominantly masculine space with a small participation of women in Sao Tome and Principe and in Brazil. This situation persists because it is part of a stratagem implanted by the colonial system in Africa and the Americas, and which has established a division of privileges from concepts of superiority and inferiority, based on European assumptions regarding race and gender. Being half the inhabitants of both countries, women have not yet fully won their rightful place, although throughout their history they have had an active participation in labor activities, economic development, and struggles throughout the process decolonization and independence, both post independence for the realization of the ideals proposed and in the transition from the dictatorial regime to the democratic regime. In order to carry out the study, the electoral systems of São Tomé and Príncipe and Brazil will be studied focusing on the participation of women in this process, as well as interviews with parliamentarians from Sao Tome and Principe and Brazil, and from the data presented will be possible a dialogue and a consequent cooperation, so that greater participation of women in political life becomes a reality, as it is fundamental to the full development of the country, the well-being of the world and the cause of peace.

**Keywords:** Women. Equality. Inclusion. Democracy. Recognition. Human Rights.

## RESUMÉ

NUNES, Marta Barbosa da Costa. *Ascension politique des femmes à São Tomé et Príncipe - Brésil*. 2018. 261 p. Mémoire. (Masters) , Faculté de Droit, Université de São Paulo, São Paulo, 2018.

La participation des femmes aux postes de décision s'est accrue au fil des ans. Ne provoque plus aujourd'hui plus de surprises, les femmes qui occupent des postes de premier plan dans la société. Ces femmes sont des entrepreneurs, des cinéastes, physique, astronautes, écrivains, scientifiques, intellectuels de différents domaines, remportant de nombreux prix pour la reconnaissance de leur travail et leurs contributions, et en particulier dans la sphère politique - dans diverses capacités - de prendre des décisions qui affectent la vie de la population. Bien que l'air normal, les faits ci-dessus sont conquises, même avec beaucoup de combats, que ce soit individuel ou collectif, par des groupes de femmes qui sont articulés pour voir leurs droits, les droits engagés qui sont déjà des documents positivisée promulgués par les organisations internationales et la législation pays. Cependant, on ne peut pas parler des droits de l'homme à travers le conseil d'administration en ce qui concerne les femmes, en particulier en ce qui concerne les femmes noires, surtout quand l'accent est mis sur la participation de ces femmes en politique, surtout l'espace masculin, avec la participation miniature des femmes à Sao Tomé et Prince et au Brésil. Cette situation persiste, car il fait partie d'un stratagème implanté par le système colonial en Afrique et dans les Amériques et créé une division de privilège des concepts de supériorité et d'infériorité, fondées sur des hypothèses européennes concernant la race et le sexe. Constituant la moitié de la population dans les deux pays, les femmes ne sont pas encore atteint la plénitude de la place qui leur revient de droit, bien que tout au long de son histoire a eu une participation active, que ce soit à des activités de travail, le développement économique, que ce soit dans les luttes le long du chemin la décolonisation et l'indépendance de l'indépendance ou post proposés pour atteindre les idéaux et la transition de la dictature à un système démocratique. Afin de réaliser l'étude, les systèmes électoraux de Sao Tomé et Principe et du Brésil seront étudiés en mettant l'accent sur la participation des femmes à ce processus, ainsi que des entretiens avec des parlementaires de São Tomé et Principe et du Brésil, la coopération, de sorte qu'une plus grande participation des femmes à la vie politique devienne une réalité, car elle est fondamentale pour le plein développement du pays, le bien-être du monde et la cause de la paix.

**Mots-clés:** les Femmes. l'Égalité. l'inclusion. la Démocratie. la Reconnaissance. Droits de l'Homme.

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	<b>11</b>
<b>1 CAPÍTULO - PANORAMA HISTÓRICO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE</b> .	<b>17</b>
1.1 Colonização.....	17
1.2 Independência.....	26
<b>2 CAPÍTULO - POLÍTICA E SISTEMA ELEITORAL</b> .....	<b>35</b>
2.1 São Tomé e Príncipe .....	40
2.2 Brasil .....	45
<b>3 AS MULHERES E A POLÍTICA - PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO ELEITORAL</b> .....	<b>60</b>
3.1 São Tomé e Príncipe .....	71
3.2 Brasil .....	91
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	<b>112</b>
<b>REFERÊNCIAS</b> .....	<b>117</b>
<b>APÊNDICE A – ENTREVISTAS</b> .....	<b>125</b>
<b>APÊNDICE B – FOTOGRAFIAS</b> .....	<b>215</b>
<b>ANEXO A - DOCUMENTOS</b> .....	<b>232</b>
<b>ANEXO B - FOTOGRAFIAS HISTÓRICAS</b> .....	<b>252</b>



## INTRODUÇÃO

Dois fatos da atualidade nos motivaram a executar um estudo sobre a participação política das mulheres em dois países de língua oficial portuguesa. O primeiro deles são os 190 anos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo comemorados no ano de 2017. O outro é a Década Internacional Afrodescendente 2015-2024, cujo tema é Povos Afrodescendentes: reconhecimento, justiça e desenvolvimento.

Pois bem, a Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo é ainda referência no estudo jurídico em nosso país, a despeito do ocorrido nos últimos anos, onde vimos a Universidade de São Paulo perder algumas posições no ranking das universidades ao redor do mundo.

Em nosso entendimento talvez essa perda de posições se deva à falta de diversidade que há na instituição por ser conservadora e tradicionalista em sua gênese. Isso é verificado primeiramente em seu corpo docente, seguida pelo seu alunado e por último na sua linha de pesquisa.

Semelhante à história do país, a Faculdade tem privilegiado os imigrantes em detrimento dos nativos, a população indígena, e dos que concorreram enormemente para a formação da sociedade brasileira, os africanos escravizados.

A busca do diálogo com outras nacionalidades é frequente dentro da faculdade, e isso é salutar, pois estamos vivendo no século XXI e num mundo globalizado. Todavia, educação, instrução e conhecimento nunca tiveram fronteiras.

O aprendizado sobre a história dos diversos grupos de imigrantes é constantemente incentivado quer seja pela presença de representantes desses grupos no corpo docente (estrangeiros e/ou seus descendentes), quer seja pelas disciplinas oferecidas como se verifica em seus conteúdos programáticos.

E ainda, convênios e intercâmbios com universidades europeias, norte americanas, sul americanas também são promovidos, além de palestras e cursos de férias sobre os mais variados assuntos que vão desde a influência da religião no ordenamento jurídico asiático até o uso do véu pelas mulheres em algumas sociedades. Entretanto, a instituição resiste em criar um Departamento de Direitos Humanos, o mais competente

para tratar dessas e outras questões e, incentivar a pesquisa para a melhor formação dos profissionais dessa área.

Recentemente foi “homenageado” Luiz Gama, impedido de estudar na Faculdade de Direito do Largo São Francisco em 1850 por ser um homem negro, dando o seu nome à uma das salas de aula no prédio das Arcadas. Em nosso entendimento, para o ilustre abolicionista e filho de uma escravizada alforriada, homenagem seria poder ver seus irmãos, irmãs e seus descendentes ao longo de todos esses anos, já inseridos na comunidade acadêmica não só como alunos, como fora seu intento outrora, mas como mestres que de fato são muitos na atualidade, e também ainda não reconhecidos.

Os afrodescendentes no Brasil constituem mais de 50% do total da população e é a maior população negra fora do Continente Africano. Recentemente, só recentemente, após muita pressão da comunidade acadêmica foram aprovadas as cotas para ingresso de negros e indígenas na instituição num percentual de 20% das vagas oferecidas para os alunos.

Mas, representatividade importa, e muito. Os alunos precisam se ver representados, necessitam conhecer mestres e mestras, negros e negras e indígenas inseridos na Faculdade de Direito convidados, e principalmente, prioritariamente em seu corpo docente. Nesse sentido, cotas para o corpo docente se consistiriam numa brilhante, inovadora e pioneira solução. Precisam também dialogar com os países do continente africano como têm dialogado com diferentes países, já mencionados acima.

E é exatamente essa a proposta apresentada trazendo à comunidade acadêmica da Faculdade de Direito do Largo São Francisco um país africano, que tem laços com o Brasil, por ter o mesmo colonizador e a mesma língua oficial, e dentre os países de língua portuguesa talvez seja o menos conhecido dos brasileiros, São Tomé e Príncipe.

No início do século XVII os proprietários portugueses que habitavam a ilha do Golfo da Guiné começaram a emigrar para o Brasil, e posteriormente, a cultura do café e do cacau, foram levadas àquela ilha por brasileiros, nos séculos XVIII e XIX respectivamente.

A literatura existente não é tão abundante como comumente se exige num trabalho acadêmico, mas esse também consiste no objetivo de uma pesquisa, qual seja, descobrir documentos, informações e dar origem a literatura inexistente sobre determinado assunto.

Entretanto a pesquisa vai além de apenas conhecer uma ilha pertencente ao Golfo da Guiné. Nosso objetivo é conhecê-la em seu aspecto jurídico político em comparação com o Brasil, e mais ainda estudando especificamente dentro desse contexto a participação de um grupo que é de suma importância para o desenvolvimento e progresso de qualquer sociedade, as mulheres.

As mulheres, ao longo da história da humanidade, têm travado lutas infundáveis com o escopo de garantir seus direitos. São direitos fundamentais, igualdade, mesmas oportunidades de trabalho, de ocupar os diversos espaços na sociedade e principalmente nas esferas de poder. Isso porque, esses espaços, os de tomada de decisões, ditam os caminhos que levam ao desenvolvimento, ao progresso da sociedade como um todo.

Apesar dos avanços, avanços esses conquistados não só com a luta dos diversos grupos de mulheres ao redor do mundo, mas também com o envolvimento de toda a sociedade, as mulheres ainda sofrem todo o tipo de discriminação, violência de todas as espécies, embora seus direitos estejam positivados, albergados em diferentes dispositivos, quer no âmbito interno, nos respectivos Estados, quer nos organismos internacionais.

É bem possível que, na atualidade, não se encontre uma atividade profissional ou mesmo cargo público que não tenha sido ocupado por uma mulher, todavia, a representatividade é ínfima em relação ao número de mulheres (em muitos casos maior do que o número de homens) que estão qualificadas e devidamente habilitadas para ocuparem os diferentes postos oferecidos e ocupados pelo grupo masculino ainda predominante.

Lamentavelmente isso é verificado nas instituições que deveriam ser exemplo para a sociedade. Ironicamente, organismos que elaboram e promulgam as leis são constituídos em sua maioria por homens. Promulgam as leis, e na prática, não viabilizam a inclusão efetiva das mulheres nesses organismos.

No caso dos grupos escolhidos para a realização da pesquisa o mesmo ocorre. As mulheres santomenses constituíam mais da metade da população, 50,5% do total de 200.386 em dezembro de 2017. Da mesma forma as mulheres brasileiras são mais da metade da população, precisamente 50,8% do total de 212.527.650 milhões de habitantes em dezembro de 2017.

Esse estudo, longe de ser conclusivo, visa conhecer os motivos que ocasionam a baixa representatividade na esfera política dessas mulheres em São Tomé e Príncipe e no Brasil. Também se faz necessário salientar que o foco da pesquisa é São Tomé e Príncipe,

isso não porque o Brasil tenha menor importância, mas tão somente porque quer trazer ao leitor o conhecimento de um país que apresenta ainda, pouca visibilidade dentro do panorama mundial, e proporcionar um maior diálogo entre as cortes desses países dentro da Faculdade de Direito.

Dessa forma tiveram destaque: o panorama histórico, social e político daquele país dando ênfase às mulheres e o desenvolvimento dessas. O diálogo com o Brasil se faz a partir da apresentação dos sistemas políticos de cada país e a participação política das mulheres.

O primeiro capítulo traz a história de São Tomé e Príncipe, sendo subdividido em duas partes: o período colonial, que por sua vez está subdividido também em duas partes: a primeira colonização, que trata de como as ilhas foram descobertas e seu povoamento. A segunda colonização é marcada pela transferência da capital do Príncipe para São Tomé e o final da instabilidade política.

A segunda parte do primeiro capítulo diz respeito ao processo de independência e o estabelecimento da nova ordem política, a questão do partido único e a transição para o regime democrático.

O segundo capítulo vai tratar dos sistemas eleitorais que vigoram em São Tomé e Príncipe e no Brasil trazendo aspectos históricos, os mecanismos para ocupar os cargos do alto escalão do governo, partidos políticos, regime, legislação, enfim, tudo o que diz respeito à participação do povo no processo eleitoral.

O terceiro e último capítulo chega ao ponto mais importante, qual seja, as mulheres e sua ascensão política em cada um dos países objeto da pesquisa. Primeiramente traz ao leitor breve relato da participação das mulheres na evolução histórica de seus países, e na política.

Posteriormente, fornece dados estatísticos sobre a situação das mulheres no contexto social e participação política, sendo os números corroborados com os depoimentos colhidos nas entrevistas realizadas com personalidades de organismos sociais e influentes no cenário político em São Tomé e Príncipe e no Brasil.

As entrevistas, embora fossem baseadas num roteiro pré-estabelecido, não foram realizadas de forma rígida, antes, porém permitiram aos interlocutores uma conversa informal, sem contudo, deixar de tratar dos questionamentos fundamentais, de maneira

que todos apresentaram com bastante riqueza suas experiências em relação ao tema proposto.

Nesse capítulo são elencados os diversos obstáculos que as mulheres encontram para obter espaço e êxito na vida política, desde a educação que é dada, passando pelo machismo, o racismo, a falta de apoio dos movimentos, dos partidos políticos, da família, em especial do companheiro.

Ao apontar todas essas questões, com já dito anteriormente, não pretende a pesquisa ser conclusiva, muito ao contrário, a ideia é ampliar o debate sobre o tema e envolver toda a sociedade na busca de soluções que promovam a equidade de gênero também na política, e ter como foco as mulheres de São Tomé e Príncipe é sem dúvida um contribuição à Década Internacional Afrodescendente.

A igualdade de gênero tão apregoada sequer é verificada dentro da própria Faculdade de Direito onde se verifica um número reduzido de mulheres no corpo docente da instituição.

Do total de 137 professores, no primeiro semestre de 2018, apenas 22 são mulheres e, dessas 22 apenas uma é negra. São elas: seis no Departamento de Direito Penal; quatro nos Departamentos de Direito Civil, Direito Comercial e Direito do Estado; três nos Departamentos de Direito Internacional e Filosofia do Direito; duas no Departamento de Direito Penal; uma no Departamento de Direito do Trabalho e uma no Departamento de Processo Civil. Causa bastante apreensão a inexistência do Departamento de Direitos Humanos dentro da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo.

Impossível não haver diversidade na Faculdade de Direito da maior universidade do país. Urgente se faz a adoção de políticas de inclusão como as cotas que recentemente começaram a ser adotadas para o alunado, também sejam adotadas no processo seletivo para o quadro de professores.

O intercâmbio com as universidades do grupo dos PALOP proporcionará um diálogo mais aproximado entre as cortes, troca de experiência entre docentes inserindo além de brasileiros afrodescendentes, angolanos, cabo-verdianos, guineenses, moçambicanos e santomenses.

Novas linhas de pesquisa surgirão e, conseqüentemente novas disciplinas oportunizando maior conhecimento para a formação de profissionais capacitados para atender a comunidade.

Por fim, o trabalho que aqui se revela sobre um tema focalizando mulheres, bem como, povos africanos e afrodescendentes é, na verdade, uma homenagem aos 190 anos da Faculdade de Direito do Largo São Francisco da Universidade de São Paulo, instituição de ensino superior público, local em que jamais poderá ter lugar, e se tiver deverá ser fortemente combatido, o preconceito e a discriminação.

# 1 CAPÍTULO -PANORAMA HISTÓRICO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

Definida carinhosamente por Alda do Espírito Santo como “Duas cabecinhas de alfinete no Atlântico”, as ilhas de São Tomé e Príncipe, país escolhido para a pesquisa, tem uma história bastante peculiar como veremos ao longo do trabalho. Situado no Golfo da Guiné, ao largo da costa centro-ocidental africana, possui uma superfície de 1001 km<sup>2</sup>.

Seu clima é do tipo equatorial-oceânico, onde predominam os movimentos sazonais de baixas pressões equatoriais, ventos de monções do sul, a corrente do Golfo da Guiné e a influência do relevo insular.<sup>1</sup>

São Tomé e Príncipe tem uma área total de 1001 quilômetros quadrados e, atualmente uma população de 200.717 mil habitantes sendo 99.421 masculina (49.5%) e, 101.296 feminina (50.5%)<sup>2</sup> constituindo o segundo menor Estado independente do continente africano.

O país possui duas estações secas, época em que as ilhas são mais frescas denominadas gravana no período de junho a setembro, época mais extensa e gravanita, mais curta e dura e ocorre entre os meses de janeiro e fevereiro. Nas demais épocas do ano os períodos são chuvosos, caracterizados por trovoadas, chuvas concentradas e altas temperaturas.<sup>3</sup> Embora apresentando extrema beleza, o arquipélago, não ofereceu facilidades aos descobridores europeus.

## 1.1 Colonização

São Tomé e Príncipe se diferencia dos demais países de colonização portuguesa, por ter sido desabitado até a chegada dos primeiros portugueses no século XV, ou seja, o estado colonial não foi imposto a uma sociedade autóctone já existente.<sup>4</sup>

---

<sup>1</sup> AGUIAR, Iolanda Trovoada. São Tomé e Príncipe plantas e povos: origens e consequências. *As Ciências sociais nos espaços de língua portuguesa: balanços e desafios*, Porto, v 2, p. 357-374, 2002. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7127.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.

<sup>2</sup> POPULAÇÃO De São Tomé e Príncipe. Disponível em: <[http://countrymeters.info/pt/Sao\\_Tome\\_and\\_Principe](http://countrymeters.info/pt/Sao_Tome_and_Principe)>. Acesso em: 26 dez. 2017.

<sup>3</sup> POPULAÇÃO DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE. Disponível em: <[http://countrymeters.info/pt/Sao\\_Tome\\_and\\_Principe](http://countrymeters.info/pt/Sao_Tome_and_Principe)>. Acesso em: 26 dez. 2017.

<sup>4</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 16.

Os navegadores portugueses João de Santarém e Pedro Escobar descobriram as ilhas de São Tomé, Príncipe e Ano Bom em 1470 e 1471. A quarta ilha, Fernando Pó, única habitada, foi descoberta em 1472.<sup>5</sup> São Tomé, a maior de todas elas, à época de seu descobrimento era desabitada, e estava localizada a 300 quilômetros da costa.<sup>6</sup>

De acordo com Gerhard Seibert<sup>7</sup>, há dois períodos distintos de colonização em São Tomé e Príncipe, ambas realizadas pelos portugueses, a primeira ocorrida nos séculos XVI e XVII e, a segunda no século XIX.<sup>8</sup>

A primeira colonização caracterizou-se pelo povoamento das ilhas e formação das sociedades afro-caraíbas. O processo de povoamento foi lento e complexo, pois nada além da sua vegetação se mostrava viável para garantir a sobrevivência dos que chegavam à ilha. Dessa forma, algumas providências foram tomadas por parte da Coroa no sentido de resolver a questão da alimentação.<sup>9</sup>

A sociedade santomense se formou a partir da mistura de portugueses e africanos. A presença dos portugueses livres, aqueles interessados nos privilégios cedidos pela Coroa ou enviados para ocupar os cargos político-administrativos, marcou o início da colonização.<sup>10</sup> Franceses e genoveses também foram atraídos pelas benesses oferecidas pela Coroa (terra farta e barata) a se estabelecerem na Ilha.

A população africana era composta por *forros*, os escravizados alforriados, escravizados domésticos e das plantações e homens livres do litoral que foram atraídos para a ilha com o objetivo de criar uma rede importante para o desenvolvimento de São Tomé e das atividades em África.

Muitos africanos provinham de diferentes regiões, com culturas diversas ao contrário da cultura portuguesa que era homogênea. Dessa mistura entre elementos da

---

<sup>5</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres*: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 34.

<sup>6</sup> COSTA, José Domingos. João Menino: comerciante ou escravo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR, DIACRÔNICA, SINCRÔNICA, 2012, Lisboa. *Actas...* Lisboa: ISCTE-IUL, CEA-IUL, IICT, p. 16, 2012. Disponível em: <<http://cea.iscte.pt/wp-content/uploads/Actas-STP-Final.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

<sup>7</sup> Gehard Silbert trata da história de São Tomé e Príncipe em no livro: *Camaradas, clientes e compadres*: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe.

<sup>8</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres*: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002.p.19 e 32.

<sup>9</sup> COSTA, José Domingos. João Menino: comerciante ou escravo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR, DIACRÔNICA, SINCRÔNICA, 2012, Lisboa. *Actas...* Lisboa: ISCTE-IUL, CEA-IUL, IICT, p.16, 2012. Disponível em: <<http://cea.iscte.pt/wp-content/uploads/Actas-STP-Final.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

<sup>10</sup> GUIMARÃES Cecília. *Escravidão & liberdade*. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/ceciliaguimaraes.pdf>>. Acesso em: 22 fev. 2016.

cultura portuguesa e das culturas africanas resultou numa sociedade crioula distinta com língua e culturas próprias.<sup>11</sup>

No ano de 1485, o rei D. João II concedeu ao donatário João da Paiva a ilha de São Tomé com o intuito de fundar uma colônia e cultivar cana-de-açúcar. Posteriormente, em 1493, Álvaro de Caminha, funda a colônia portuguesa denominada “Baia de Ana Chaves”<sup>12</sup> no Nordeste da ilha, local que favorecia o plantio da cana-de-açúcar.

Além dos povos citados acima, Álvaro de Caminha sob sua liderança, fez transportar para São Tomé muitos degredados e 2000 crianças judias, cujos pais vieram para Portugal expulsos da Espanha pelos reis católicos.<sup>13</sup>

O objetivo da Coroa era que as crianças judias, que foram para lá encaminhadas, não fossem contaminadas pelas más influências de seus progenitores, que fossem convertidas ao cristianismo e auxiliassem no povoamento da região.<sup>14</sup> De acordo com Caminha, o sucesso da colônia se deu graças às crianças judias, pois, tinham um custo comparativamente baixo em relação aos demais “trabalhadores”.<sup>15</sup>

Os negros escravizados, por sua vez, eram peça imprescindível à economia da ilha, sobretudo com o crescimento das plantações de cana-de-açúcar cujo produto era enviado em larga escala para a Europa. Por várias décadas colonos e intermediários se beneficiaram com essa atividade por possuir mão-de-obra disponível na ilha e ainda favorecer o tráfico de escravizados.

O comércio de escravizados se intensificou a partir de 1525 quando se inicia a rota transatlântica São Tomé e Príncipe, enviando Portugal escravizados diretamente para as Antilhas, primeiramente e mais tarde, de Portugal por volta de 1535, para o Brasil.<sup>16</sup>

<sup>11</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. ver. atual. 2002. p. 45.

<sup>12</sup> GUIMARÃES Cecília. *Escravidão & liberdade*. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/ceciliaguimaraes.pdf>> - Acesso em: 22 fev. 2016.

<sup>13</sup> COSTA, José Domingos. João Menino: comerciante ou escravo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR, DIACRÔNICA, SINCRÔNICA, 2012, Lisboa. *Actas...* Lisboa: ISCTE-IUL, CEA-IUL, IICT, p. 19, 2012. Disponível em: <<http://cea.iscte.pt/wp-content/uploads/Actas-STP-Final.pdf>>. Acesso em: 03 fev. 2015.

<sup>14</sup> COSTA, José Domingos. João Menino: comerciante ou escravo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR, DIACRÔNICA, SINCRÔNICA, 2012, Lisboa. *Actas...* Lisboa: ISCTE-IUL, CEA-IUL, IICT, p. 20-25, 2012. Disponível em: <<http://cea.iscte.pt/wp-content/uploads/Actas-STP-Final.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

<sup>15</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002.p. 34.

<sup>16</sup> COSTA, José Domingos. João Menino: comerciante ou escravo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR, DIACRÔNICA, SINCRÔNICA, 2012, Lisboa. *Actas...* Lisboa: ISCTE-IUL, CEA-IUL, IICT, p. 20, 2012. Disponível em: <<http://cea.iscte.pt/wp-content/uploads/Actas-STP-Final.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

Com relação à ilha do Príncipe, sua colonização se deu a partir de 1502 quando foi concedida pelo rei ao donatário Antônio Carneiro. A mão-de-obra utilizada nas plantações era constituída por escravizados do Benin, Gabão, do Congo e Angola.<sup>17</sup>

Integravam a comunidade branca os funcionários, fazendeiros e traficantes de escravizados e ainda comerciantes da Espanha, França e Gênova. Os europeus, de modo geral, padeciam muito com a malária e outras doenças tropicais, e por isso, a taxa de mortalidade entre eles era muito alta.<sup>18</sup>

Ninguém queria viver em São Tomé e Príncipe e por isso, a Coroa portuguesa se encarregou de implementar políticas que conduzissem ao efetivo povoamento da ilha enviando para lá os condenados à morte, que tiveram suas penas substituídas transformando-as em degredo.<sup>19</sup>

De Cabo Verde foram enviados bois, ovelhas e cabras; da Guiné, cabras e galinhas; de Portugal, porcos, vacas e bois.<sup>20</sup> Também foram introduzidos vários produtos agrícolas trazidos pelos colonos com bastante sucesso.

O clima se apresentou como principal fator a dificultar a ida dos europeus às novas terras, já que era muito úmido e muito quente além de ocasionar várias doenças.<sup>21</sup> A taxa de mortalidade era alta entre os brancos devido à malária e outras doenças tropicais.

O tráfico de escravizados tornou-se importante para a economia da ilha. No século XVI era possível se verificar fazendeiros ricos com até 300 escravizados. De acordo com o historiador Luiz Felipe Alencastro, a essa época, havia na ilha dois mil escravizados fixos e de cinco a seis mil esperando o embarque. Nessa mesma época a economia açucareira crescia e se beneficiava com essa mão de obra.<sup>22</sup>

---

<sup>17</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 36

<sup>18</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 35.

<sup>19</sup> COSTA, José Domingos. João Menino: comerciante ou escravo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR, DIACRÔNICA, SINCRÔNICA, 2012, Lisboa. *Actas...* Lisboa: ISCTE-IUL, CEA-IUL, IICT, p. 19, 2012. Disponível em: <<http://cea.iscte.pt/wp-content/uploads/Actas-STP-Final.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

<sup>20</sup> COSTA, José Domingos. João Menino: comerciante ou escravo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR, DIACRÔNICA, SINCRÔNICA, 2012, Lisboa. *Actas...* Lisboa: ISCTE-IUL, CEA-IUL, IICT, p. 18, 2012. Disponível em: <<http://cea.iscte.pt/wp-content/uploads/Actas-STP-Final.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

<sup>21</sup> COSTA, José Domingos. João Menino: comerciante ou escravo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR, DIACRÔNICA, SINCRÔNICA, 2012, Lisboa. *Actas...* Lisboa: ISCTE-IUL, CEA-IUL, IICT, p. 18, 2012. Disponível em: <<http://cea.iscte.pt/wp-content/uploads/Actas-STP-Final.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

<sup>22</sup> GUIMARÃES Cecília. *Escravidão & liberdade*. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. p. 7. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/ceciliaguimaraes.pdf>> - Acesso em: 22 fev. 2016.

Esses fazendeiros costumavam construir fortes de madeira em suas fazendas. Muitos portugueses construíram engenhos com a finalidade de se estabelecer na atividade da plantação de cana-de-açúcar, principal mercadoria da ilha até então.<sup>23</sup> Dessa forma, constituíam o grupo social mais importante da ilha e ainda se mantinham autônomos das autoridades.<sup>24</sup>

A ideia dos portugueses era estabelecer uma sociedade europeia cristã e submissa. Os escravizados trabalhavam nas fazendas todos os dias para os seus senhores, exceto aos sábados, dia em que se dedicavam ao cultivo de produtos alimentares—milho zaborro (espécie de milho que se cultiva em Portugal), raízes de inhame e outras hortaliças para sua própria sobrevivência.<sup>25</sup>

As casas dos escravizados eram construídas de madeira sobre estacas que aliviavam o calor através da circulação de ar e proteção de animais e insetos. Os nomes africanos eram trocados por nomes católicos com o escopo de acultramento da cultura europeia e alienação das suas próprias culturas.

Os brancos, devido ao clima e ao receio de contrair as doenças nativas, eram obrigados a permanecer na ilha e, portanto, em número insuficiente. Isso fez com que as uniões entre brancos e negros fossem encorajadas desde o princípio, para tanto, o rei D. João II, então, determinou que uma escravizada fosse distribuída a cada colono branco para aumentar a população da ilha.<sup>26</sup>

Em 29 de janeiro de 1515 um decreto instituído pelo rei D. Manuel I libertou os filhos nascidos das uniões entre portugueses e escravizadas, bem como, as mulheres africanas progenitoras desses filhos a pedido dos homens brancos que queriam salvaguardar o direito de sua prole.<sup>27</sup> Em 1517 a carta de alforria foi dada aos escravizados homens e seus filhos.

Esses africanos e mulatos alforriados passaram a constituir a maioria da população, um grupo que possuía o mesmo estilo de vida que os brancos e muitos até se tornaram

---

<sup>23</sup> FREITAS, Marta Bandeira de. *A mestiçagem na formação da sociedade de São Tomé e Príncipe*. Disponível em: <[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215621376\\_ARQUIVO\\_AnpuhRio\\_2008.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215621376_ARQUIVO_AnpuhRio_2008.pdf)>. Acesso em: 17 abr. 2016.

<sup>24</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 36.

<sup>25</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 36.

<sup>26</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 37.

<sup>27</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 38.

donos de escravizadas, todavia, a despeito de sua condição, não se esqueceram dos ensinamentos aprendidos de suas mães negras, valores africanos que contribuíram para a cultura crioula que estava surgindo.<sup>28</sup>

Já no século XVI, dentre os fazendeiros ricos se incluíam mulheres mulatas como Ana de chaves, Catarina Alves e Simoa Godinho.

De acordo com Cecília Silva Guimarães é possível que esses escravizados que obtiveram a alforria tenham sido os fundadores da Confraria Senhora do Rosário dos Negros de São Tomé. A Confraria era uma das formas dos escravizados demonstrarem seu descontentamento em relação às péssimas condições de vida e trabalho.<sup>29</sup>

Várias fugas eram realizadas para o interior montanhoso da ilha constituindo os mocambos ou quilombos.<sup>30</sup> Os negros habitantes desses mocambos passaram a ser chamados de angolares.

Fontes históricas e contemporâneas afirmam que os angolares são descendentes de escravizados angolanos sobreviventes de um navio negreiro naufragado na costa sudoeste de São Tomé em 1544.<sup>31</sup> Essas fugas constantes fizeram com que aumentasse o número de escravizados trazidos do continente e ainda contribuíram para a instabilidade em São Tomé.

A partir do século XVI as lutas se intensificaram e se tornaram mais frequentes. Em 1517 ocorreu o primeiro levante de que se tem documento na plantação de açúcar pertencente a João Lobato.

Dentre as várias revoltas se destaca a que se deu em julho de 1595 com cerca de 5000 escravizados, liderados por Amador que se insurgiu contra as tropas dos governadores e que foi considerada a maior revolta ocorrida na Trindade onde os escravizados mataram o padre da paróquia e alguns brancos da igreja local.<sup>32</sup> Foram

---

<sup>28</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 38.

<sup>29</sup> GUIMARÃES Cecília. *Escravidão & liberdade*. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/ceciliaguimaraes.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.

<sup>30</sup> GUIMARÃES Cecília. *Escravidão & liberdade*. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/ceciliaguimaraes.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2016.

<sup>31</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 49.

<sup>32</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 44.

destruídos 30 engenhos de açúcar e Amador se auto proclamou rei após ter reunido, a seu favor, 2000 escravizados.

Após duas semanas, numa batalha que durou quatro horas, 200 escravizados foram mortos pelos colonos, os sobreviventes se renderam sendo que Amador foi traído por um companheiro, preso, enforcado e esquartejado, e seu coração colocado numa almofada.<sup>33</sup>

Nesse tempo, desde o início do século XVI, o forte da economia em São Tomé eram as plantações de cana-de-açúcar, todavia, essa revolta provocou grandes destruições nas plantações, causando o declínio do açúcar em São Tomé.<sup>34</sup>

Devido à fome os escravizados fugiam para o interior, pois as fazendas já não possuíam alimentos suficientes para a sua manutenção. Já no interior os fugitivos organizavam-se em quadrilhas.

As autoridades da ilha, a partir de 1530, principiaram as chamadas guerras do mato; essas guerras tinham por objetivo reprimir os movimentos e proteger os colonos habitantes das ilhas que à altura se encontravam aterrorizados. Isso ocasionava considerável despesa para a colônia.<sup>35</sup>

No início do século XVII os proprietários portugueses começaram a emigrar para o Brasil por vários motivos: por ser esse país o novo polo açucareiro, devido às sucessivas revoltas dos negros insatisfeitos com as condições de vida e trabalho a que eram submetidos, a incapacidade das autoridades portuguesas em controlar a situação e o espaço das ilhas agora ocupado pelos africanos.<sup>36</sup>

Em consequência desses acontecimentos uma parte do poder econômico das ilhas passa a ser de domínio dos *forros*, uma população crioula nascida do encontro entre europeus e africanos que combinavam inclusive elementos das duas culturas possuindo idioma próprio.<sup>37</sup>

Nas décadas finais do século XVIII já se verificava uma confluência de povos e culturas proporcionando uma série de fenômenos sócio culturais. Os *forros* passaram a ser

---

<sup>33</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 44.

<sup>34</sup> SEIBERT, Gehard. Tenreiro, Amador e angolares ou a reinvenção da história da ilha de São Tomé. *Revista de estudos antiutilitaristas e pós coloniais*, Pernambuco, v. 2. N. 2. p. 21-39, Jul-Dez 2012.

<sup>35</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p.44.

<sup>36</sup> SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE espaço de miscigenação. Disponível em: <<http://kimangola.blogspot.com.br/2008/01/so-tom-e-prncipe-espao-de-miscigenao.html>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

<sup>37</sup> SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE espaço de miscigenação. Disponível em: <<http://kimangola.blogspot.com.br/2008/01/so-tom-e-prncipe-espao-de-miscigenao.html>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

a classe dominante, uma aristocracia, que inclusive enviava seus filhos para estudos no Brasil e Portugal.<sup>38</sup>

Essa nova classe era muito respeitada pela Coroa, e bastante conveniente para Portugal, pois através dela a Coroa mantinha a ordem sendo ainda São Tomé e Príncipe um território importante dentro do império devido a sua localização estratégica como entreposto comercial açucareiro. Era o fim da primeira fase de colonização preconizando uma nova era.<sup>39</sup>

A segunda colonização de São Tomé e Príncipe por Portugal deu-se com a transferência da capital do Príncipe para São Tomé em 1852. Tal período marcou o fim da instabilidade política em Portugal que havia deixado as colônias à sua própria sorte. O café (1787) e o cacau (1822) foram introduzidos na agricultura através do Brasil aumentando a exportação em larga escala de diversos produtos.<sup>40</sup>

O café foi introduzido por João Baptista da Silva e, o brasileiro e proprietário de navios negreiros e juiz supremo das ilhas José Ferreira Gomes trouxe o cacau do Brasil para o Príncipe, todavia, foi usado apenas como planta ornamental em sua roça.<sup>41</sup>

João Maria de Sousa e Almeida, afilhado de Gomes, oficial do exército e traficante de escravizados que, após ter vivido no Rio de Janeiro e em Lisboa, foi de fato quem iniciou a cultura do cacau em São Tomé em meados de 1855.<sup>42</sup>

As culturas de café, e também de cacau trouxeram outro evento para São Tomé e Príncipe: a expropriação fraudulenta e violenta das propriedades locais. Durante a expansão das roças de café e de cacau os portugueses foram se apossando das terras dos forros tanto por compra como também pela fraude e pela força.<sup>43</sup>

Os registros de terra eram irregulares, bem como, os títulos deficientes, e ainda as divergências das demarcações de terras favoreciam os roceiros brancos. Intencionalmente

---

<sup>38</sup> FREITAS, Marta Bandeira de. *A mestiçagem na formação da sociedade de São Tomé e Príncipe*. Disponível em <[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215621376\\_ARQUIVO\\_AnpuhRio\\_2008.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215621376_ARQUIVO_AnpuhRio_2008.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2016.

<sup>39</sup> FREITAS, Marta Bandeira de. *A mestiçagem na formação da sociedade de São Tomé e Príncipe*. Disponível em <[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215621376\\_ARQUIVO\\_AnpuhRio\\_2008.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215621376_ARQUIVO_AnpuhRio_2008.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2016.

<sup>40</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 47.

<sup>41</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 48.

<sup>42</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 48.

<sup>43</sup> SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE espaço de miscigenação. Disponível em: <<http://kimangola.blogspot.com.br/2008/01/so-tom-e-prncipe-espao-de-miscigenao.html>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

o governador local se recusava a reconhecer o direito dos crioulos às terras da Coroa e a vendia aos roceiros brancos.

Ao final do século XIX os roceiros brancos eram detentores de 90 % das terras. Também eram de domínio dos portugueses o sistema financeiro e as infraestruturas administrativas e sociais.

Em 1826, o governo de Lisboa promulga o código para contenção do tráfico de escravizados e na década de 1880 a escravatura é abolida. Esse dado conjuntamente com a expansão das roças ocasionou a necessidade de mais trabalhadores, dessa vez, de forma contratual vindos de outras colônias portuguesas como: Angola, Cabo Verde (desde 1903) e Moçambique (1908).<sup>44</sup>

Entre 1902 e 1928 chegaram 99.821 trabalhadores contratados para São Tomé. De 1911 a 1928, 23.866 morreram nas ilhas, e no período de 1928 a 1958 92.977 trabalhadores voltaram para suas terras.<sup>45</sup>

No final do século XIX e início do século XX, os jovens santomenses constituíam em Portugal o maior número de estudantes negros de todas as colônias portuguesas. Esses jovens formaram uma elite intelectual e política em São Tomé e deram origem aos movimentos de resistência que culminaram com a independência das ilhas como veremos a seguir.<sup>46</sup>

---

<sup>44</sup> SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE espaço de miscigenação. Disponível em: <<http://kimangola.blogspot.com.br/2008/01/so-tom-e-prncipe-espao-de-miscigenao.html>>. Acesso em: 26 jul. 2015.

<sup>45</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 58.

<sup>46</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 73.

## 1.2 Independência

A independência dos países colonizados por Portugal: Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe na África se deu de forma distinta ao que ocorreu no Brasil embora o processo de colonização tenha se dado em épocas próximas, ou seja, séculos XV e XVI.

O Brasil se tornou independente em 1822, após um acordo de transferência de dívida de Portugal para o Brasil e a passagem da coroa portuguesa para o imperador D. Pedro II. Nos países africanos, Guiné-Bissau, Cabo Verde, Moçambique, Angola e São Tomé e Príncipe, o processo foi fruto de várias mobilizações por parte dos movimentos de libertação ocorridos já no século XX, mais precisamente na segunda metade.

O litígio entre Portugal e as Nações Unidas, ocorrido entre 1960 e 1974 demonstra que a intransigência do colonizador contribuiu para os conflitos ocorridos nesses países.

Já, em 1950, Portugal se absteve de votar na aprovação da Declaração sobre a Outorga da Independência aos Países e Povos Coloniais de 14 de dezembro. Tal declaração foi transformada na Resolução 1514 (XV).<sup>47</sup>

A revisão da Constituição de Portugal ocorrida em 1951 tratou especificamente da questão colonial. Seu artigo 3º dispõe que “Os domínios ultramarinos de Portugal denominam-se colônias e constituem o Império Colonial...”<sup>48</sup>

Em 1º de maio de 1951, após decisão da Câmara Corporativa o Império Colonial Português alterou a terminologia para Províncias Ultramarinas, visando tirar a característica de dominação e subjugação de um povo sobre os outros como denotava a antiga terminologia. Portugal deixa então legalmente de ter colônias.

O objetivo era fazer entender as províncias como território português estendido sem qualquer quebra de unidade que não fosse geográfica. Falácia por parte do governo português, uma vez que, às populações nativas das diversas colônias, consideradas como

---

<sup>47</sup> MELLO, Arnon de. *Portugal e as colônias da África*. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/222404/000024733.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 29 maio 2015. Em seus itens tal Declaração dispõe: “1) A sujeição de povos à dependência, dominação e exploração estrangeiras constitui negação dos direitos fundamentais do homem, é contrária à Carta das Nações Unidas e compromete a causa da paz e da cooperação mundiais. 2) Todos os povos têm o direito de livre determinação, e, em virtude desse direito, escolhem livremente seu estatuto político como livremente promovem seu desenvolvimento econômico, social e cultural. A falta de preparo nos domínios político, econômico ou social ou no do ensino não deve ser jamais tomada como pretexto para retardar a independência.”

<sup>48</sup> SALAZAR E ULTRAMAR. De colônias à províncias ultramarinas. Disponível em: <[http://portugalultramar.blogspot.com.br/p/blog-page\\_4586.html](http://portugalultramar.blogspot.com.br/p/blog-page_4586.html)>. Acesso em: 23 mar. 2016.

inferiores, além de permanecerem separadas geograficamente eram também separadas pela identidade.<sup>49</sup>

Essa situação se apresenta de maneira bastante elucidada no Estatuto dos Indígenas Portugueses que dividia as populações em três categorias de nativos: os brancos, os assimilados e os indígenas incluindo aí também os indivíduos da raça negra e seus descendentes.

Todos esses não possuíam os mesmos direitos políticos que os portugueses, mas eram submetidos ao direito privado, civil e criminal dos portugueses, e para serem considerados portugueses *in totum* era necessário acumular todos os requisitos exigidos.<sup>50</sup>

Na década de 1960 mais precisamente em 1963 várias medidas, tanto pela Assembleia Geral quanto pelo Conselho de Segurança da ONU, foram tomadas no sentido de obrigar Portugal a cumprir os ditames da Carta.

Dentre essas medidas, o Conselho de Segurança apela aos Estados para que se abstenham de dar qualquer assistência ao governo português que proporcione a continuidade da repressão aos povos dos territórios; exige ainda, que Portugal cesse todos os atos de repressão, que proporcione o livre pronunciamento dos partidos políticos; que negocie com os representantes dos partidos a independência dos territórios.<sup>51</sup>

Também se manifestaram o Conselho Econômico e Social que, em 24 de julho de 1963 excluiu Portugal da Comissão Econômica para a África e, em agosto do mesmo ano Portugal foi convidado a retirar-se da Conferência das Nações Unidas sobre Turismo e Viagens Internacionais, realizada em Roma.<sup>52</sup>

A Assembleia Mundial de Saúde, órgão executivo da Organização Mundial da Saúde, suspendeu em maio de 1966 o direito de Portugal participar de suas atividades

---

<sup>49</sup> SALAZAR E ULTRAMAR. De colônias à províncias ultramarinas. Disponível em: <[http://portugalultramar.blogspot.com.br/p/blog-page\\_4586.html](http://portugalultramar.blogspot.com.br/p/blog-page_4586.html)>. Acesso em: 23 mar. 2016. >.

<sup>50</sup> SALAZAR E ULTRAMAR. De colônias à províncias ultramarinas. Disponível em: <[http://portugalultramar.blogspot.com.br/p/blog-page\\_4586.html](http://portugalultramar.blogspot.com.br/p/blog-page_4586.html)>. Acesso em: 23 mar. 2016. Os requisitos exigidos no Estatuto dos Indígenas Portugueses eram: 1) ter mais de 18 anos; 2) falar, ler e escrever a língua portuguesa; 3) Possuir bens de que se mantenham ou exercer profissão, arte ou ofício de que auferam o rendimento necessário para o sustento próprio e para as suas famílias e ser casado; 4) **ter bom comportamento e não praticar os usos e costumes do comum da sua raça; grifo nosso** 5) cumprir os deveres militares que, nos termos das leis, sobre recrutamento, lhes tenham cabido.

<sup>51</sup> MELLO, Arnon de. *Portugal e as colônias da África*. p. 14. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/222404/000024733.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 21 maio 2015.

<sup>52</sup> MELLO, Arnon de. *Portugal e as colônias da África*. p. 14. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/222404/000024733.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 21 maio 2015.

regionais na África, até que lhe fosse fornecida prova de sua vontade de se submeter às Resoluções das Nações Unidas.

Em suma, várias medidas foram tomadas pelos diferentes organismos das Nações Unidas no sentido de pressionar Portugal e, por fim, considerando a política colonial portuguesa um crime contra a humanidade e uma grave ameaça à paz e à segurança internacional.<sup>53</sup>

São Tomé e Príncipe permaneceu como colônia portuguesa por cerca de 500 anos. Durante esse longo período, os ilhéus acumularam ressentimentos em relação aos colonos que se consideravam racialmente superiores, pois se sentiam subalternizados e injustiçados devido à forma com a qual eram tratados.<sup>54</sup> Assim, começou a surgir no seio da comunidade são-tomense um sentimento nacionalista e independentista muito forte.

A elite intelectual e política de São Tomé formada no final do século XIX e início do século XX pelos jovens negros santomenses que estudaram em Portugal deram início a várias organizações e movimentos.

O Dr. Ayres do Sacramento Menenez, por exemplo, primeiro médico negro de São Tomé, fundou em 1911 em Lisboa o jornal *O Negro*, voltado aos estudantes negros que apoiavam a emancipação dos africanos e a igualdade entre as raças.

A Junta de Defesa dos Direitos d'África (JDDA) foi fundada em 1912 por africanos das colônias portuguesas, tal grupo constituiu a primeira organização pan-africana em Lisboa e seu escopo também era a emancipação dos negros.<sup>55</sup>

Salustino da Graça Espírito Santo, formado em agronomia e pertencente a uma das famílias crioulas de maior destaque em São Tomé, foi o primeiro secretário da Liga Africana, organização criada em dezembro de 1919.

O presidente da Liga Africana era José Antônio de Magalhães, mais tarde senador no parlamento português e tinha por órgão oficial o *Correio d'África* editado por Nicolau dos Santos Pinto, publicado regularmente de 1921 a 1923.<sup>56</sup> Em março de 1921 foi fundado o Partido Nacional Africano (PNA) por João de Castro.

---

<sup>53</sup> SILVA, Duarte A. E. *O litígio entre Portugal e a ONU (1960-1974)*. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/122337927506tBL0an1Az23CC9.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

<sup>54</sup> NASCIMENTO, Augusto. *São Tomé e Príncipe na idade adulta: A Governação e o descaso da Rua*. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7707/1/STP-na-idade-adulta.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2016.

<sup>55</sup> MELLO, Arnon de. *Portugal e as colônias da África*. Disponível em: 29<<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/222404/000024733.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 29 maio 2015.

<sup>56</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 74.

Em 1939, a elite crioula composta por funcionários públicos, criou a associação cultural e desportiva Sporting Clube de São Tomé que no decorrer dos anos tornou-se o centro das aspirações nacionalistas dos forros.<sup>57</sup> A cultura dos forros era divulgada através do clube como forma de fortalecer o pensamento nacionalista.

Os nacionalistas do Centro de Estudos Africanos (1951-1953), fundamentais para as lutas de libertação nas colônias na África, tinham como ponto de encontro clandestino a residência da família Graça Espírito Santo, em Lisboa.

A revolta de maior relevância na luta pela independência para o povo são-tomense foi o Massacre de Batepá ocorrido a 03 de fevereiro de 1953. Tal evento foi o resultado de um processo contínuo de violência característica do sistema colonial que hierarquizava e dividia a sociedade.

Em São Tomé e Príncipe havia discriminação e hierarquia entre os forros (descendentes de escravizados alforriados) e os contratados para trabalharem nas roças, vindos de outras colônias portuguesas de acordo com estudos de Inês Nascimento Rodrigues do Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra.

Dentre os que trabalhavam na roça os cabo-verdianos estavam acima dos angolanos ou dos moçambicanos. Viviam em situações precárias, sob forte marginalização sofrida de ambas as partes, ou seja, dos colonizadores e dos nativos.

A luta pela independência veio unificar todos esses trabalhadores contra um inimigo comum, qual seja, o colonizador. Entretanto, tal fato fez com que se apagasse o lugar desses grupos dentro do contexto histórico.<sup>58</sup>

O massacre de fevereiro de 1953 ocorreu sob as ordens do governador Carlos Gorgulho que governou a ilha de 1945 a 1953. À época a polícia local era composta por soldados angolanos apoiada por voluntários brancos e trabalhadores contratados.<sup>59</sup>

O coronel Gorgulho assumiu o governo da ilha de São Tomé e Príncipe em 20 de abril de 1945 e tinha por objetivo resolver o problema do declínio da produção de cacau e da falta de mão-de-obra nas plantações devido à revolta dos forros que se recusavam a trabalhar nas roças.

---

<sup>57</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 75.

<sup>58</sup> RODRIGUES, Inês Nascimento. *São Tomé e Príncipe: Importância do massacre de Batepá tem sido ignorada*. <[http://saladeimprensa.ces.uc.pt/ficheiros/noticias/12227\\_Observador.pdf](http://saladeimprensa.ces.uc.pt/ficheiros/noticias/12227_Observador.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2016.

<sup>59</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 76.

Tomou, então, várias medidas no sentido de dificultar a subsistência desses e melhorar as condições de trabalho nas roças para atrair trabalhadores locais.<sup>60</sup> Aumentou os impostos consideravelmente fazendo com que os forros fossem obrigados a procurar trabalho assalariado.

Militar bastante articulado introduziu o abono de família e o subsídio de renda de casa e a assistência médica aos funcionários públicos o que fez com que no final do seu primeiro mandato os crioulos enviassem a Lisboa uma petição com mais de 2000 assinaturas pedindo sua recondução. Todavia, a despeito de todas essas medidas e benefícios à população os forros permaneceram irreduzíveis em relação ao que consideravam “trabalho escravo” nas roças.<sup>61</sup>

Após as eleições presidenciais portuguesas, ocorridas em fevereiro de 1949 quando o marechal Oscar Carmona, candidato de Salazar obteve apenas três votos nas urnas de Trindade e nos anos subsequentes o governador Gorgulho intensificou seus planos no sentido de obrigar os forros a trabalharem nas roças.<sup>62</sup>

Em setembro de 1950, os forros enviaram uma petição ao ministro das Colônias pedindo um inquérito para apurar as ações do governador. Em janeiro de 1953 mais uma ação com o escopo de obrigar os forros ao trabalho nas roças.

José Franco Rodrigues, chefe da Curadoria dos Serviços Indígenas, em entrevista ao jornal *A Voz de São Tomé*, alvitrou a possibilidade de distribuir terrenos a todos os negros da ilha independentemente do seu estatuto legal obrigando-os a trabalhar durante seis a nove meses por ano.<sup>63</sup>

Os crioulos se revoltaram e circularam rumores de que o governo pretendia prender todos os forros e confiscar as suas glebas, a fim de entregar aos cabo-verdianos. A tensão cresceu até que em 31 de janeiro, o grupo teatral do Sporting Clube apresentou uma peça no Cinema Império e um grupo de brancos sem bilhetes tentou entrar para assistir ao espetáculo resultando em luta na entrada do teatro.

Em 02 de fevereiro, apareceram nas paredes das casas em São Tomé, panfletos escritos à mão dizendo que seriam mortos os que sequer pensassem em contratar os forros.

---

<sup>60</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 77.

<sup>61</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 78.

<sup>62</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 80.

<sup>63</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002, p. 80.

Diante disso o governo ofereceu uma recompensa para quem identificasse o autor dos panfletos e mandou afixar por toda a ilha a seguinte declaração oficial:<sup>64</sup>

Tendo chegado ao conhecimento do Governo que indivíduos desafetos à atual situação política, conhecidos como comunistas, propalam boatos tendenciosos no sentido de que os filhos de São Tomé irão ser obrigados a contratar-se como serviçais para trabalho nas roças, o Governo esclarece que nenhum filho da terra deve dar crédito a essas atoardas, antes deve denunciar à polícia tais indivíduos, porquanto o Governo, que tem a seu cargo a proteção dos nativos conforme sempre o tem demonstrado, garante-lhes que nunca consentirá autorizar tais contratos. *A voz de São Tomé, n° 95 (IV), 5 de fevereiro de 1953.*

No dia seguinte, a mando de Gorgulho um subtenente e três policiais angolanos seguiram para Trindade com o objetivo de prender os forros rebeldes às ordens contidas na declaração oficial.

Às onze horas da noite do dia 3 de fevereiro, quando esse grupo chegou encontrou uns homens com machins.<sup>65</sup> Um deles, Manuel da Conceição Soares conhecido como Pontes, se recusou a deitar seu machim no chão e foi morto.

No dia 4 uma multidão furiosa com a morte de Pontes, chegou a Trindade vinda de Batepá e atacou o porto policial. Havia oito policiais chefiados por Casaca que pediu reforços da cidade.

Nesse momento, na cidade, Gorgulho incita os colonos brancos a ser armarem contra a rebelião que aparentemente acontecia. Disse ele aos colonos convocados ao seu gabinete que os rebeldes pretendiam matar todos os brancos da ilha, se apossar de suas terras e de suas mulheres. Que o objetivo era instalar Salustino Graça como rei, José d'Alva Ribeiro como primeiro-ministro, José Rodrigues Pedronho como ministro do Interior e Manuel Gomes como administrador do Concelho.<sup>66</sup>

Alguns mulatos e cabo-verdianos, além dos brancos se armaram de todas as formas para atacar os “rebeldes”. Ao longo da refrega, várias foram as formas de castigos e punições aos chamados “rebeldes”.

Choques elétricos eram aplicados durante os interrogatórios, os presos eram levados para os campos de trabalho forçado ou levados a esvaziar o mar. Nesses casos o preso era atado com correntes no pescoço, peito e pés e tinha de por um barril na cabeça, entrar no mar até o pescoço, e encher o barril de água.

<sup>64</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 80

<sup>65</sup> Machim: espécie de catana (faca comprida e larga) usada em serviços agrícolas

<sup>66</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 82

Depois, retornava à praia e caminhavam mais 50 metros antes que lhes fossem permitido despejar a água na areia. Todos eram obrigados a admitir que haviam planejado o golpe inventado pelo governador Gorgulho, tendo como cabeça Salustino Graça.

O número de vítimas do massacre é divergente até hoje. Para o advogado que defendeu os réus portugueses em 1995, não passam de algumas centenas. Já Edwin Munger escreveu, em 12 de fevereiro de 1955, que houve mais de 2000 mortos e feridos durante um mês. Miguel Trovoadá afirmou em 1962 que foram mais de 1000 africanos mortos.<sup>67</sup>

De acordo com Leonel Mario d’Alva, “o massacre de 1953 foi, efetivamente, uma etapa que levou os santomenses a terem consciência de que a sua luta não deveria ser apenas pela igualdade de direitos civis, mas também pela independência completa do país.”<sup>68</sup>

Ao longo da década de 1960 esses sentimentos de autoridade e submissão começaram a diminuir com a implantação de políticas econômicas e sociais que visavam à integração social da população local e, também dos estrangeiros.<sup>69</sup>

Os jovens estudantes, agrupados na Associação Cívica Pró-MLSTP, encabeçaram a luta pela independência, ancorados nesse sentimento de marginalização sentido pelos santomenses e na esperança de um futuro promissor após a retirada dos colonos da ilha.

Em 1960 Miguel Trovoadá, João Guadalupe Ceita, João Torres, Quintero Aguiar e Leonel d’Alva e Antonio Oné Pires dos Santos criaram o Comitê de Libertação de São Tomé e Príncipe.<sup>70</sup>

Segundo d’Alva esse grupo era clandestino com um comitê clandestino que estava organizado por células em várias zonas do país.<sup>71</sup> Em 1962 o CLSTP passou a denominar-se MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe numa conferência realizada em Malabo que reuniu os vários grupos que foram surgindo como o mesmo objetivo.

---

<sup>67</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 93.

<sup>68</sup> MASSACRE de Batepá despertou Leonel Mário d’Alva para a luta independentista. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/massacre-de-batep%C3%A1-despertou-leonel-m%C3%A1rio-dalva-para-a-luta-independentista/a-17940249>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

<sup>69</sup> RODRIGUES, Inês Nascimento. *São Tomé e Príncipe: Importância do massacre de Batepá tem sido ignorada*. <[http://saladeimprensa.ces.uc.pt/ficheiros/noticias/12227\\_Observador.pdf](http://saladeimprensa.ces.uc.pt/ficheiros/noticias/12227_Observador.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2016.

<sup>70</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 94.

<sup>71</sup> MASSACRE de Batepá despertou Leonel Mário d’Alva para a luta independentista. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/massacre-de-batep%C3%A1-despertou-leonel-m%C3%A1rio-dalva-para-a-luta-independentista/a-17940249>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

Portugal pensava num processo de transição pacífico, pois, tinha ao seu lado os santomenses mais conservadores que eram adversários da independência. Apesar do radicalismo da Associação Cívica, um acordo entre as autoridades portuguesas e a cúpula do MLSTP conteve a turbulência política.

De 23 a 26 de novembro de 1974, na cidade de Argel, capital de Argélia, se reuniram delegações do governo Português e do Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), com o objetivo de acordar um processo de descolonização do território de São Tomé e Príncipe.<sup>72</sup>

Integravam a delegação portuguesa o ministro da Coordenação Interterritorial, Dr. Almeida Santos, o secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Dr. Jorge Campinos, o secretário-adjunto do Governo de São Tomé e Príncipe, major José Maria Moreira de Azevedo, e o capitão Armando Marques Ramos.

Já, o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe tinha Miguel Trovoadá, membro do Bureau Político e do Secretariado Executivo e Encarregado das Relações Exteriores do MLSTP, o engenheiro José Fret, do Bureau Político e do Secretariado Executivo e encarregado da Propaganda e Informação do MLSTP, Dr. Gastão Torres, membro do Bureau Político do MLSTP, e por Pedro Umbelina, membro do Bureau Político do MLSTP.<sup>73</sup>

O governo Argelino mediou as conversações, e as delegações ao final acordaram sobre a independência de São Tomé e Príncipe bem como, as diretrizes a serem tomadas pelo governo de transição inclusive a data para ser proclamada a independência, 12 de julho de 1975.<sup>74</sup>

De fato, em 12 de julho de 1975 São Tomé e Príncipe tornou-se um Estado independente. Todos os poderes soberanos e administrativos da ilha foram transferidos aos 16 membros da Assembleia Constituinte tendo Manuel Pinto da Costa, de 37 anos de idade, sido o primeiro presidente.<sup>75</sup>

---

<sup>72</sup> ACORDO de Argel de 26 de novembro de 1974. Disponível em: <<http://www.stpdigital.net/sociedade/836-acordo-de-argel-de-26-de-novembro-de-1974.html>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

<sup>73</sup> ACORDO de Argel de 26 de novembro de 1974. Disponível em: <<http://www.stpdigital.net/sociedade/836-acordo-de-argel-de-26-de-novembro-de-1974.html>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

<sup>74</sup> ACORDO de Argel de 26 de novembro de 1974. Disponível em: <<http://www.stpdigital.net/sociedade/836-acordo-de-argel-de-26-de-novembro-de-1974.html>>. Acesso em: 22 mar. 2016.

<sup>75</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 133

Sob o regime de partido único foi aprovada a primeira Constituição Política do Estado que estabeleceu diferentes órgãos, mas sem separação de poderes, ou seja, todo o poder estava nas mãos do Presidente Manuel Pinto da Costa que era o presidente do MLSTP e, também o Chefe do Governo.<sup>76</sup>

O regime de partido único vigorou durante os primeiros 10 anos de governo, mas a partir daí as divergências políticas internas e a reprovação da população quanto a conduta política e econômica do MLSTP levaram a uma reforma política que culminaria com aprovação de um projeto Constitucional que inauguraria o regime multipartidário.

Os detalhes dessa transformação política serão abordados no capítulo que trata da política em São Tomé e Príncipe.

---

<sup>76</sup> NEVES, Mauricette Carvalho das. *O poder político e as políticas econômicas no período de transição em São Tomé e Príncipe: do regime socialista para o regime democrático representativo*. p. 31. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2013/10/MAURICETTE.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

## 2 CAPÍTULO - POLÍTICA E SISTEMA ELEITORAL

Passaremos agora a conhecer o sistema eleitoral dos países estudados para melhor compreender a participação das mulheres. Atualmente, ambos são países democráticos (nem sempre foi assim), de regime republicano, multipartidário, mesmo processo eleitoral, ou seja, o voto. Entretanto, Brasil e São Tomé e Príncipe possuem sistemas eleitorais distintos.

O voto representa, no mundo moderno, a forma mais democrática de participação de um povo na representatividade de seu país. É através dele que o povo, elegendo seus representantes, pretende ver concretizados seus intentos. É um direito e um dever cívico. No entendimento de José Jairo Gomes direitos políticos ou cívicos são “as prerrogativas e os deveres inerentes à cidadania. Englobam o direito de participar direta ou indiretamente do governo, da organização e do funcionamento do Estado.”<sup>77</sup>

Bobbio entende que, a participação popular para a escolha de representantes através das eleições é uma forma de diminuir custos decisoriais. Para o filósofo, elas permitem e garantem, não só a escolha de pessoas a quem se confia o assentimento do Governo, mas também expressa o consenso e o dissenso, a representação dos interesses, o controle das atividades do Governo e a mobilização das massas.<sup>78</sup>

Todo o cidadão tem o direito de participar da vida política do país, quer seja diretamente como representante do povo ou escolhendo quem o represente através do voto. É o que preceitua o artigo XXI da Declaração Universal dos Direitos Humanos, 1948. O mesmo afirma o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos no artigo 25.<sup>79</sup>

A Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe transcreve essas palavras em seu artigo 57, e no artigo 66 assevera que a participação ativa dos cidadãos na vida política constitui condição fundamental de consolidação da República.

A Constituição da República Federativa do Brasil em seu artigo 1º, parágrafo único, afirma que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes

<sup>77</sup> GOMES, José Jairo. *Direito Eleitoral*. 12.ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. p. 4.

<sup>78</sup> BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO Gianfranco. *Dicionário de Política*. 11. ed. Brasília: UNB, 1998. p. 1174.

<sup>79</sup> PACTO Internacional dos Direitos Civis e Políticos. Art. 25: “ Todo cidadão terá o direito e a possibilidade sem qualquer das formas de discriminação mencionadas no artigo 2º e sem restrições infundadas: a) de participar da condução dos assuntos públicos, diretamente ou por meio de representantes livremente escolhidos; b) de votar e ser eleito em eleições periódicas, autênticas, realizadas por sufrágio universal e igualitário e por voto secreto, que garantam a manifestação da vontade dos eleitores; c) de ter Acesso em:, em condições gerais de igualdade, às funções públicas de seu país”.

eleitos ou diretamente, e no artigo 14 que a soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos.

Ora, embora na Carta Magna de São Tomé e Príncipe o direito de voto não esteja inserido, no capítulo que trata dos Direitos e Garantias Fundamentais como está na Carta Magna do Brasil, o seu (dela) artigo 18 assim se explicita: “1. Os direitos consagrados nesta Constituição não excluem quaisquer que sejam previstos nas leis ou em regras de Direitos internacionais; 2. Os preceitos relativos a direitos fundamentais são interpretados e integrados de harmonia com a Declaração Universal dos Direitos do Homem.

Ambas as Cartas reconhecem que direitos políticos são direitos fundamentais, ou seja, fazem parte dos direitos humanos positivados, nas leis, Constituições, e tratados internacionais.

Ingo Wolfgang Sarlet entende que os direitos fundamentais sofreram várias transformações desde o seu reconhecimento, quer seja no seu conteúdo, quer seja no que tange à sua titularidade, eficácia e efetivação.

Sarlet, renomado constitucionalista, em sua obra *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*,<sup>80</sup> relata a existência de três dimensões de direitos fundamentais, considerando que parte dos doutrinadores reconhece ainda uma quarta, quinta e até sexta dimensão desses direitos.

De fato, ainda que se considerem apenas três as dimensões mais estudadas, é impossível negar que o processo e as transformações são constantes, pois necessitam se adequar às mudanças de cada sociedade ao longo do tempo, sobretudo no mundo globalizado em que vivemos.

Os direitos fundamentais de primeira dimensão têm suas raízes na doutrina iluminista e jusnaturalista dos séculos XVII e XVIII, ou seja, o Estado tem participação negativa, mínima na vida dos cidadãos, porém, a sua finalidade é garantir os direitos de liberdade do indivíduo.<sup>81</sup>

De relevante importância, ainda na esfera desses direitos, são as revoluções ocorridas no século XVIII na Europa e nos Estados Unidos, cujo objetivo era restringir o poder absoluto do monarca, impondo limites à ação do Estado.<sup>82</sup>

---

<sup>80</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 71.

<sup>81</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 71.

<sup>82</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos Direitos Fundamentais*. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 72.

Para o professor André de Carvalho Ramos, a participação do Estado, no que tange aos direitos de primeira dimensão, é tanto passiva, uma vez que seu poder é restrito em relação ao indivíduo quanto ativa, pois é exigido dele, Estado, ações que garantam a segurança pública, a administração da justiça, etc.<sup>83</sup>

Nesses direitos estão elencados os chamados direitos civis e políticos: direitos à vida, à liberdade, a propriedade, à igualdade perante a lei, e complementados ainda pelo direito de participação política, direito de voto e a capacidade eleitoral passiva.

Nessa categoria estão incluídas as garantias processuais do devido processo legal, habeas corpus e direito de petição. De acordo com Paulo Bonavides não há Constituição digna que não os reconheça em toda a sua extensão; são direitos de resistência ou de oposição do indivíduo perante o Estado.<sup>84</sup>

Na segunda dimensão dos direitos fundamentais encontramos aqueles nos quais o Estado tem intervenção positiva no sentido de promover o bem-estar social, portanto os direitos econômicos, sociais e culturais.

Aqui, sem encontram o direito à previdência social, saúde, educação, trabalho, habitação, e são denominados direitos de igualdade, uma vez que garantem às camadas mais necessitadas das sociedades liberdades reconhecidas nas primeiras declarações de direitos.<sup>85</sup>

Inserem-se também nesse rol a liberdade de sindicalização, direito de greve, direitos fundamentais dos trabalhadores como férias, repouso semanal remunerado, salário mínimo, limitação da jornada de trabalho, citando apenas alguns que, embora beneficiem grupos de pessoas, permanecem individuais, não podendo ser confundidos com os direitos coletivos da terceira dimensão.

No entendimento de Sarlet esses direitos já haviam sido contemplados de forma embrionária nas Constituições Francesas de 1791 e 1848, na Constituição Brasileira de 1824 e na Constituição Alemã de 1849, esta última não chegou a entrar em vigor.<sup>86</sup>

Para Ramos, são frutos das lutas sociais ocorridas na Europa e Américas, tendo como marcos a Constituição mexicana de 1917 por regular o direito ao trabalho e a previdência social, a Constituição alemã de Weimar de 1919 que estabeleceu os deveres do

---

<sup>83</sup> RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 72 e73.

<sup>84</sup> BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 582.

<sup>85</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos direitos fundamentais*. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 73.

<sup>86</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos direitos fundamentais*. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 55.

Estado na proteção dos direitos sociais e o Tratado de Versailles, que criou a Organização Internacional do Trabalho, reconhecendo direitos dos trabalhadores.<sup>87</sup>

Bonavides chama a atenção para os direitos fundamentais de segunda geração, que apresentam um novo conteúdo: as garantias institucionais, ou seja, tão importante quanto salvaguardar a individualidade de cada um, as instituições também carecem de proteção.<sup>88</sup> São as garantias pertinentes a instituições de direito público.

Os direitos de fraternidade ou solidariedade são os direitos fundamentais de terceira dimensão, e são fruto da consciência de um mundo fragmentado entre nações desenvolvidas e subdesenvolvidas, ou ainda em desenvolvimento, destinando-se à proteção de grupos humanos, da comunidade e, portanto, direitos de titularidade difusa ou coletiva, muitas vezes indefinida e indeterminável como salienta Sarlet.<sup>89</sup>

Pertencem a esse grupo o direito ao desenvolvimento, direito à paz, à autodeterminação dos povos, ao meio ambiente equilibrado, à conservação e utilização do patrimônio histórico e cultural e o direito de comunicação.

Paulo Bonavides aponta ainda, além das três dimensões tradicionalmente conhecidas de direitos fundamentais, uma quarta dimensão decorrente da globalização política neoliberal crescente no final do século XX.

Entende-se pela universalização dos direitos fundamentais no campo institucional. Nesse grupo, de direitos fundamentais se encontram elencados: o direito à democracia (democracia direta), o direito à informação e o direito ao pluralismo jurídico.<sup>90</sup> Os avanços da engenharia genética, colocando em risco a própria existência humana ao manipular patrimônio genético também fazem parte dessa dimensão, para Bobbio.<sup>91</sup>

Para encerrar a questão das dimensões de direitos fundamentais Paulo Bonavides tem um capítulo dedicado à quinta dimensão em sua obra. Trata do direito à paz, já consagrado na terceira dimensão, porém, ganhando maior relevância a partir da Resolução 33/1973 aprovada na 85ª sessão plenária da Assembleia Geral da ONU de 15.12.1978 e da Resolução 128(VI) de 27.04.1979 aprovada durante a Conferência Geral celebrada em

---

<sup>87</sup> RAMOS, André de Carvalho. *Teoria geral dos direitos humanos na ordem internacional*. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2012. p. 73.

<sup>88</sup> BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 584.

<sup>89</sup> SARLET, Ingo Wolfgang. *A Eficácia dos direitos fundamentais*. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008. p. 56.

<sup>90</sup> BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 589.

<sup>91</sup> BOBBIO. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004. p. 203, p. 05.

Quito, no Equador, da OPANAL – Organização para Proscrição das Armas Nucleares na América Latina.<sup>92</sup>

As duas resoluções são acordes em afirmar que todas as pessoas, os Estados e a Humanidade têm o direito a viver em paz. Bonavides afirma ainda que, a paz era um direito quase desconhecido como fundamental até o Congresso Internacional Ibero-Americano de Direito Constitucional de 2006.

Para o renomado constitucionalista a paz encabeça a quinta geração de direitos fundamentais e a dignidade jurídica da paz<sup>93</sup> é fruto do reconhecimento que se lhe deve enquanto pressuposto qualitativo da convivência humana.<sup>94</sup>

Nesse momento cabe lembrar a sabedoria de Norberto Bobbio em que afirma:

[...]Direitos do homem, democracia e paz são três momentos necessários do mesmo movimento histórico: sem direitos do homem reconhecidos e efetivamente protegidos não existe democracia, sem democracia não existem as condições mínimas para a solução pacífica dos conflitos que surgem entre os indivíduos, entre grupos e entre as grandes coletividades tradicionalmente indóceis e tendencialmente autocráticas que são os Estados, apesar de serem democráticas com os próprios cidadãos[...]<sup>95</sup>

A representatividade é salutar para o desenvolvimento e progresso de uma sociedade, e ela só será plena se houver diversidade em seus órgãos de representação. Não há como os diferentes grupos que compõem a nação terem seus direitos efetivados se não houver representantes que lutem por suas demandas nas posições de tomadas de decisões.

Passemos agora a conhecer um pouco do sistema eleitoral dos países objetos da presente pesquisa.

<sup>92</sup> BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 599.

<sup>93</sup> BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 611. “Direito à paz, sim. Mas *paz* em sua dimensão perpétua, à sombra do modelo do Kant. Paz em seu caráter universal, em sua feição agregativa de solidariedade, em seu plano harmonizador de todas as etnias, de todas as culturas, de todos os sistemas, de todas as crenças que a fé e a dignidade do homem propugnam, reivindicam, concretizam e legitimam. Quem conturbar essa paz, quem a violentar, quem a negar, cometerá, à luz esse entendimento, crime contra a sociedade humana.”

<sup>94</sup> BONAVIDES, Paulo. *Curso de Direito Constitucional*. 27. ed. São Paulo: Malheiros, 2012. p. 602.

<sup>95</sup> BOBBIO. *A Era dos Direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.p. 203.

## 2.1 São Tomé e Príncipe

Como já abordado anteriormente, São Tomé e Príncipe foi governado pelo sistema de partido único após a independência em 1975, portanto, entende-se que, até 1990 apenas o MLSTP concorria às eleições trocando apenas as pessoas.

A partir de 1990, com a nova Constituição, é instituída a abertura política, e São Tomé e Príncipe adota o sistema multipartidário para eleger os seus representantes. De acordo com a Dra. Maria das Neves<sup>96</sup>, a transição de regime de partido único para o regime democrático foi pacífica, sendo por isso, São Tomé e Príncipe considerado um exemplo de democracia em África.

Para o filósofo ganense Kwasi Wiredu, esse sistema multipartidário visto como fundamento da democracia nem sempre conduz à unidade e estabilidade, prefere ele o sistema do consenso que é mais comum e adequado dentro do contexto africano.<sup>97</sup>

Já, seu conterrâneo Kwame Anthony Appiah, professor de filosofia na Universidade de Nova Iorque, pensa de forma diferente, asseverando ele que o conceito de afrocentrismo está ultrapassado, sendo atualmente, salutar um diálogo entre as diversas culturas. Segundo ele, hoje somos uma comunidade global de cosmopolitas que deseja aprender outros estilos de vida.

No que concerne às eleições, São Tomé e Príncipe possui três calendários eleitorais: as presidenciais, para escolher o Presidente da República, ocorrem de 5 em 5 anos; as legislativas, para a escolha dos 55 deputados que compõem o Parlamento, acontecem de 4 em 4 anos; e as autárquicas, para eleger os governantes das Câmaras Distritais de três em três anos.

---

<sup>96</sup> Dra. MARIA das Neves. Entrevista realizada em 23/10/2017 – Lisboa: “Sobre o processo eleitoral em STP devo dizer-lhe que temos grandes problemas: primeiro deixa-me explicar-lhe que STP tem sido um exemplo de democracia em África. STP e Cabo Verde foram um dos poucos países que fizeram a transição de regime do partido único ao regime democrático, pela via de diálogo, através de uma conferência nacional e de forma pacífica, sem pegar em armas e tem sabido resolver os seus conflitos pela via do diálogo. Sobretudo depois da realização em 1989 da referida Conferência Nacional em STP com a participação de todas as forças vivas da nação ou seja de todas as franjas da sociedade”.

<sup>97</sup> WIREDU, Kwasi. *Democracia e consenso na política tradicional africana*. Um apelo para uma política não partidária. Disponível em: <[https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/kwasi\\_wiredu\\_-\\_democracia\\_e\\_consenso\\_na\\_politica\\_tradicional\\_africana.pdf](https://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/kwasi_wiredu_-_democracia_e_consenso_na_politica_tradicional_africana.pdf)>. Acesso em: 11 maio 2017. “O desaparecimento do sistema de partido único da cena africana é, e deve permanecer não lamentado. Mas minha razão para falar assim não é a de açoitar um cavalo morto; ela é, de fato, para mostrar as boas partes de um caso ruim. Um ponto válido que foi colocado de novo e de novo pelos defensores do partido único é que não há nenhuma conexão entre democracia e o sistema multipartidário. Uma visão associada foi que os sistemas nativos africanos de política, pelo menos em alguns casos bem conhecidos, ofereceram exemplos de democracia sem um mecanismo multipartidário”.

Não raro as eleições autárquicas deixam de ocorrer por falta de previsão orçamentária, mas isso não afeta a governança, como narrou a Meritíssima Juíza do Supremo Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe, Dra. Kótia Solange de Menezes.<sup>98</sup>

No que se refere ao processo eleitoral São Tomé e Príncipe está dividido em sete distritos municipais, seis dos quais em São Tomé: Água Grande, MéZóchi, Cantagalo, Caué, Lembá e Lobata, e o outro no Príncipe por nome Pagué. Apesar de existirem outras ilhas de dimensão reduzida a maioria da população está concentrada em São Tomé e o restante no Príncipe.<sup>99</sup>

A Assembleia Nacional conta com 55 membros e um mandato de quatro anos. Desde 1994 a ilha do Príncipe conta com uma Assembleia Regional e um Presidente do Governo Regional.

São Tomé e Príncipe é o segundo menor país do continente africano e se libertou do jugo dos portugueses, seus colonizadores, em 12 de julho de 1975 sob o comando do MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe, adotando a partir daí o sistema político parlamentar de partido único aliado ao bloco socialista.

A Assembleia Constituinte foi eleita através do pleito realizado em 07 e 08 de julho de 1975 de forma democrática, e tinha por escopo representar o povo santomense por um período de tempo limitado em 90 dias, já que, seu mandato era exclusivo para proceder à elaboração da Constituição da República de São Tomé e Príncipe.<sup>100</sup>

O engenheiro aeronáutico Nuno Xavier Daniel foi eleito presidente da Assembleia sendo substituído posteriormente por Guilherme do Sacramento Neto, em virtude da sua nomeação para o cargo de Ministro do Equipamento Social e Ambiente.<sup>101</sup> Por ocasião da aprovação por unanimidade e aclamação da primeira Constituição em 05 de novembro de 1975 foi extinta a Assembleia Constituinte.

De 1975 até a presente data, São Tomé e Príncipe teve nove legislaturas. A primeira Assembleia Nacional, constituída em 12 de dezembro de 1975 com um mandato

---

<sup>98</sup> Entrevista com a Juíza Kótia Solange de Menezes em São Tomé - 12/10/2017: “Nós temos uma eleição, primeiro, a nível Camerário dos Presidentes da Câmara, de três em três anos, essas muitas vezes, por razões econômicas, não se realizam, são de três em três anos. [...] Julgo que as eleições autárquicas deveriam se realizar nesse ano, mas as condições financeiras do país não nos permitem, por que são despesas imensas... o que ficou assente é que as eleições autárquicas se realizarão juntamente com a legislativa que se realizará no próximo”.

<sup>99</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p. 133 e 139.

<sup>100</sup> O REGIME democrático em São Tomé e Príncipe seus antecedentes históricos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/saotomeeprincipe/parlamento/historial>>. Acesso em: 14 fev.2014.

<sup>101</sup> O REGIME democrático em São Tomé e Príncipe seus antecedentes históricos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/saotomeeprincipe/parlamento/historial>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

de quatro anos, era composta por Membros do Bureau Político do MLSTP (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe); Membros do Governo; 13 representantes dos Comitês de Zona do MLSTP; 02 representantes da Organização das Mulheres; 02 representantes da Organização da Juventude e 05 cidadãos idôneos.

Seu primeiro presidente foi o Dr. Leonel Mário d'Álva e a legislatura foi de 12 de dezembro de 1975 a 12 de maio de 1980 sendo que durante esse período ocorreu a primeira revisão constitucional, aprovada em 25 e promulgada em 30 de janeiro de 1980 sendo publicada em 07 de fevereiro do mesmo ano.<sup>102</sup>

A II Legislatura ocorreu entre 12 de maio de 1980 e 30 de setembro de 1985; teve como Presidente da Assembleia Nacional Alda Neves da Graça do Espírito Santo já exercendo um mandato de 05 (cinco) anos de acordo com o disposto na 1ª revisão constitucional.

Reeleita para a presidência da Assembleia Nacional na III Legislatura que teve início a 12 de maio de 1980, Alda do Espírito Santo teve a sua frente o processo de revisão constitucional que foi subdividido em duas partes.

Na primeira delas teve destaque a introdução da emenda que instituiu o cargo de Primeiro Ministro com funções de Chefe do Governo em 30 de dezembro de 1987. De fato, tal revisão só foi concluída em 1990 após o referendo da Constituição que ocorreu em 22 de agosto com aprovação da Assembleia Nacional em 07 de setembro.

Na segunda parte da revisão foram aprovados vários diplomas com o escopo de consolidar o regime da democracia pluralista dentre os quais: Lei nº 6/90 (Lei de Nacionalidade), Lei nº 8/90 (Lei dos Partidos Políticos), Lei nº 11/90 (Lei Eleitoral), Lei nº 2/90 (Lei do Direito de Sufrágio e do Recenseamento Eleitoral).<sup>103</sup>

Quatro foram os partidos políticos legalmente constituídos que concorreram nas primeiras eleições multipartidárias que tiveram lugar em 20 de janeiro de 1991. A III Legislatura ocorreu durante o período de 30 de setembro de 1985 a 02 de março de 1991.

Com 55 deputados eleitos para a Assembleia Nacional, a IV Legislatura foi constituída a 02 de março de 1991. Dois grupos e três partidos faziam parte da composição: o PCD/GR (Partido de Convergência Democrática/Grupo de Reflexão), com 33 deputados; o MLSTP/PSD (Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe/Partido

---

<sup>102</sup> O REGIME democrático em São Tomé e Príncipe seus antecedentes históricos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/saotomeeprincipe/parlamento/historial>>. Acesso em: 14 fev.2014.

<sup>103</sup> O REGIME democrático em São Tomé e Príncipe seus antecedentes históricos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/saotomeeprincipe/parlamento/historial>>. Acesso em: 14 fev.2014

Social Democrata), com 21 deputados e o CODO (Coligação de São Tomé e Príncipe), com uma única Deputada eleita.<sup>104</sup>

No entanto, uma grave crise política acabou por dissolver a Assembleia em 09 de julho de 1994, portanto, não concluindo seu mandato passando a funcionar a Comissão Permanente, conforme preceitua o Regimento até a realização das novas eleições em 08 de outubro de 1994. Os trabalhos dessa legislatura tiveram seu encerramento a 16 de novembro de 1994.

De 16 de novembro de 1994 a 02 de janeiro de 1999 vigeu a V Legislatura; nela foram constituídos três Grupos Parlamentares: o MLSTP/PSD com 27 votos; o ADI e o PCD/GR obtiveram 14 cada um. Para Presidente da Assembleia Nacional foi eleito o Dr. Francisco Fortunato Pires.

Em 02 de janeiro de 1999 teve início a VI Legislatura após as eleições realizadas em 08 de novembro de 1998 e com vigência até 18 de fevereiro de 2002, com o MLSTP/PSD vencedor após conquistar 31 mandatos, contra 16 do ADI e 08 do PCD tendo ainda, sido o Dr. Francisco Fortunado Pires reeleito para Presidente da Assembleia Nacional.

Após as eleições realizadas em 26 de março de 2002 teve início a VII Legislatura em 18 de abril do mesmo ano, e mais uma vez a composição do parlamento contou com três grupos: o MLSTP/PSD que venceu com 24 mandatos, a coligação MDFM/PCD que obteve 23 mandatos e a coligação UêKédádji, com 8 mandatos. Foi eleito o Dr. Dionísio Tomé Dias para presidir a Assembleia Nacional.<sup>105</sup>

A VIII Legislatura teve início após as eleições ocorridas em 26 de março de 2006 especificamente no dia 18 de maio do mesmo ano. Venceu a coligação MDFM/PCD com 23 mandatos, o MLSTP/PSD obteve 20 mandatos, o ADI 11 mandatos e o Novo Rumo obteve um mandato.

O presidente eleito para Assembleia Nacional, Dr. Francisco da Silva, faleceu no dia 14 de abril de 2010, tendo sido substituído pelo Dr. Arzemiro dos Prazeres em 06 de maio de 2010.

A atual legislatura teve início no dia 11 de setembro de 2010 após eleições realizadas em 1º de agosto do mesmo ano. Foi vencedor o ADI com 26 mandatos, o

---

<sup>104</sup> O REGIME democrático em São Tomé e Príncipe seus antecedentes históricos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/saotomeeprincipe/parlamento/historial>>. Acesso em: 14 fev.2014.

<sup>105</sup> O REGIME democrático em São Tomé e Príncipe seus antecedentes históricos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/saotomeeprincipe/parlamento/historial>>. Acesso em: 14 fev.2014.

MLSTP/PSD com 21 mandatos ocupou o segundo lugar, o PCD em terceiro com 07 mandatos e por fim, o MDFM/PL obteve um mandato.

O Senhor Evaristo de Carvalho, eleito presidente da Assembleia Nacional, renunciou ao cargo em 26 de novembro de 2012 sendo substituído em 28 de novembro do mesmo ano pelo Dr. Alcino Martinho de Barros Filho.

Em 2014 novas eleições ocorreram no dia 12 de outubro e mais uma vez o país se encheu de esperanças de que o novo governo cumprisse na íntegra os preceitos contidos em sua Constituição, na legislação interna e também nos diversos tratados internacionais dos quais é signatário.

Nessa ocasião, especificamente, 2014, o Presidente Manuel Pinto da Costa marcou, pela primeira vez, eleições para os cargos de deputados à Assembleia Nacional e para os órgãos do poder regional e autárquico especificamente para o dia 12 de outubro.

Isto porque, de acordo com a Lei eleitoral em vigor a eleição para a Assembleia Nacional deve realizar-se entre 22 de setembro e 14 de outubro do ano em que termina a legislatura.<sup>106</sup>

De acordo com a Dra. Vera Cravid, Procuradora Geral da República, essa eleição de forma única não funcionou. O povo não ficou seguro de como deveria proceder e se confundiu, acabou votando em um partido só para os dois cargos.<sup>107</sup>

Nessa eleição obteve maioria absoluta no Parlamento de São Tomé e Príncipe o partido ADI – Ação Democrática Independente, partido de Patrice Trovoada com 33 deputados, enquanto que o MLDSTP/PSD -Movimento Democrático de São Tomé e Príncipe – Partido Social Democrata, elegeu 16, o Partido da Convergência Democrática

---

<sup>106</sup> PRESIDENTE de São Tomé e Príncipe marca eleições para 12 de outubro. Disponível em: 26 out. 2014. <<http://www.noticiasaoiminuto.com/mundo/248160/presidente-de-sao-tome-e-principe-marca-eleicoes-para-12-de-outubro>>.

<sup>107</sup> ENTREVISTA com a Procuradora Geral da República Dra. Vera Cravid, Lisboa, 21/10/2017. “Da outra vez atrapalhou, porque foi a primeira vez que se fez, foi há três anos. Em que as pessoas foram induzidas em erro, acho que a educação cívica não funcionou bem para poder esclarecer bem as pessoas de que uma coisa é eleição legislativa e outra é autárquica, mas vamos lá dar dois papeis, um é para legislativa, outro é para autarquia. E as pessoas não compreenderam bem, votaram todas no mesmo partido, queriam todas o mesmo partido, e quando apareceram os candidatos que ganharam disseram, não, mas nós não votamos nesse, não queríamos esse. Atrapalha. Por isso é feita em separado, tem um mandato mais curto três anos, a outra são quatro anos. Logo é diferente. Ou se muda a Constituição, e muda esse sistema, se faz tudo de uma vez, ou então tem que haver algo que permita esta mudança, é o que vai acontecer o Presidente da República, através da Assembleia comunicou, houve lá uma coisa qualquer e o Presidente da República veio dizer que não há condições e que então vai marcar as datas para depois. Ou seja, esse sistema nos é prejudicial porque, temos muitas eleições. Nós saímos no ano passado das eleições presidenciais, esse ano teríamos as autárquicas, e ano que vem as legislativas. O país vive em constantes eleições. Para presidente são cinco anos, assembleia e o governo são quatro anos, e as autarquias são três anos.

cinco, e a UDD - União dos Democratas para Cidadania e Desenvolvimento da Mudança, um.<sup>108</sup>

A legislação eleitoral que vigora em São Tomé e Príncipe necessita ser atualizada, como afirmaram os entrevistados, precisa ser atualizada, para adequar-se à realidade da população.

Uma curiosidade trazida na entrevista como secretário Eduardo Elba é a de que na ilha do Príncipe é possível além dos partidos políticos também é permitida a participação dos movimentos sociais.

Em 2016, foram realizadas novas eleições presidenciais, com três candidatos concorrentes: Evaristo Carvalho Costa, Pinto da Costa e Maria das Neves tendo sido eleito o candidato do ADI Evaristo Carvalho Costa.

Para a situação as eleições aconteceram de forma democrática e transparente, já a oposição entende que houve irregularidades ao longo do processo inclusive confirmadas pela própria Comissão Eleitoral, mas sobre isso trataremos logo mais a frente.

## 2.2 Brasil

Sobre o processo eleitoral no Brasil faremos um breve apanhado histórico para conhecermos a sua evolução, e nos situarmos a fim de entender um pouco melhor os dias de hoje tendo em vista que esse não é o foco principal de nossa pesquisa.

O voto no Brasil teve origem com a chegada dos portugueses, com a fundação das primeiras vilas e cidades brasileiras, logo após o descobrimento. O sistema adotado foi semelhante ao que ocorria em Portugal para eleger os oficiais das câmaras dos conselhos locais, os quais eram eleitos pelo povo.<sup>109</sup>

As vilas e cidades eram reguladas pela “Ordenação do Reino” que estabelecia os fundamentos jurídicos da Monarquia, no âmbito nacional, e das Repúblicas no âmbito local.<sup>110</sup> A nível local, as Câmaras Municipais eram compostas por juízes, vereadores,

---

<sup>108</sup> BRANCO, Carina. *Vitória do partido ADI nas legislativas e autárquicas de São Tomé e Príncipe*. Disponível em: <http://pt.rfi.fr/Vitoria-do-partido-ADI-nas-legislativas-e-autarquicas-de-Sao-Tome-e-Pr%C3%ADncipe/>. Acesso em: 26 out. 2014.

<sup>109</sup> ROZA, Bruno Cesar. *História do sistema eleitoral brasileiro*. Disponível em: <http://www.juridicohightech.com.br/2012/03/historia-do-sistema-eleitoral.html>. Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>110</sup> FERREIRA, Manoel Rodrigues. *Evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2. ed. rev. e alt. Brasília. TSE/SDI. 2005. p.26.

procuradores, tesoureiros, almotacéis e um escrivão, e tinham como uma de suas atribuições resguardar a justiça.

Esse sistema eleitoral vigorou por cerca de 300 anos. As eleições para o Conselho dos Oficiais ocorriam a cada três anos, de acordo com o que determinava o Livro Primeiro das Ordenações do Reino. Eram eleitos de uma só vez três conselhos para atuar durante os três anos, uma vez que, o mandato era de um ano.<sup>111</sup>

Á época, estavam habilitados à candidatura os homens bons, ou seja, todos os senhores de família, nobres de linhagem e seus descendentes, senhores de engenho e os da alta burocracia civil e militar juntamente com os seus descendentes.

Também poderiam ser candidatos os homens novos, constituindo esse grupo os comerciantes e abastados. E, tanto homens bons, quanto homens livres deveriam ter seus nomes inscritos em livros de nobreza, nas Câmaras.<sup>112</sup>

O povo podia votar indistintamente, mas não ser votado, porque essa condição era apenas para os privilegiados, ou seja, o poder ficava concentrado nas mãos das famílias ligadas à Monarquia Portuguesa.

Essa situação perdurou durante 300 anos, até a Independência do Brasil em 1822, mas ao contrário do que se poderia esperar, uma vez que, o povo perdeu o direito de votar sendo esse direito reservado apenas aos privilegiados.<sup>113</sup>

Com o desenvolvimento da colônia, pressões populares passaram a exigir maior participação política, com representantes brasileiros nas decisões da corte portuguesa. Dessa forma, em 07 de março de 1821 D. João VI assinou um decreto convocando o povo brasileiro para as primeiras eleições gerais no Brasil, com o fim de escolher os representantes do país em Lisboa, juntamente com as instruções para a realização das eleições.<sup>114</sup>

A primeira lei eleitoral brasileira surgiu em 19 de junho de 1822, com instruções específicas para presidir as eleições no Brasil, na escolha de Deputados para a Assembleia

---

<sup>111</sup> ROZA, Bruno Cesar. *História do sistema eleitoral brasileiro*. Disponível em: <<http://www.juridicohightech.com.br/2012/03/historia-do-sistema-eleitoral.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>112</sup> ROZA, Bruno Cesar. *História do sistema eleitoral brasileiro*. Disponível em: <<http://www.juridicohightech.com.br/2012/03/historia-do-sistema-eleitoral.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>113</sup> ROZA, Bruno Cesar. *História do sistema eleitoral brasileiro*. Disponível em: <<http://www.juridicohightech.com.br/2012/03/historia-do-sistema-eleitoral.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>114</sup> FERREIRA, Manoel Rodrigues. *Evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2. ed. rev. e alt. Brasília. TSE/SDI. 2005. p.52.

Geral. Essa lei, entretanto, restringia o voto de povo como disposto em seu artigo 8º do Capítulo I.<sup>115</sup> De acordo com Ferreira, o que antes era denominado instruções, hoje chama-se lei eleitoral. O Brasil passou por várias instruções até chegar ao que temos hoje.

Em 1824 foi outorgada uma nova Constituição que trazia como novidade o estabelecimento dos Poderes Executivo, Legislativo, Judicial e Moderador, estando esse último acima dos demais poderes conforme art. 98:<sup>116</sup>Foram ainda criadas duas casas legislativas, a saber, a Câmara dos Deputados e a Câmara dos Senadores.

Um dia após a Constituição ser outorgada, mais precisamente no dia 26 de março, foram convocadas eleições gerais para a Assembleia Legislativa, com novas instruções. Essas novas instruções passaram então a ser a nova lei eleitoral adotada no Brasil, e que diferia da lei anterior apenas na forma. Até 7 de setembro de 1822, os brasileiros eram portugueses, e assim, podiam votar portugueses nascidos em todas as partes do Império português.<sup>117</sup>

Com a Constituição de 1824 a coisa mudou, e no artigo 6º da nova Carta estava disposto que:

“São cidadãos brasileiros: 1º) os que no Brasil tiverem nascido [...] 4º) todos os nascidos em Portugal e suas possessões, que, sendo já residentes no Brasil na época em que se proclamou a Independência nas províncias onde habitavam, aderiram a esta, expressa ou tacitamente, pela continuação da sua residência”.

Ainda serviu a nova Carta para reafirmar as eleições indiretas em dois graus e estabelecer o voto censitário, ou seja, o direito ao voto em primeiro grau, para os cidadãos com condição econômica satisfatória. Só poderiam receber votos e concorrer a vaga para a Câmara dos Deputados, aqueles que possuíam renda líquida anual de quatrocentos mil réis, ou seja, o eleitor de segundo grau.<sup>118</sup>

<sup>115</sup> INSTRUÇÕES de 19 de junho de 1822. Capítulo I, art. 8º “São excluídos do voto aqueles que receberem salários ou soldadas por qualquer modo que seja. Não são compreendidos, nesta regra, unicamente os guarda-livros e primeiros-caixeiros de casas de comércio, os criados da Casa Real (que não forem de galão branco) e os administradores de fazendas rurais e fábricas”.

<sup>116</sup> BRASIL. *Constituição (1824)*. Art. 98: “O poder Moderador é a chave de toda a organização Política, e é delegado privativamente ao Imperador, como chefe supremo da nação, e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independência, equilíbrio e harmonia dos demais poderes políticos”.

<sup>117</sup> FERREIRA, Manoel Rodrigues. *Evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2. ed. rev. e alt. Brasília. TSE/SDI. 2005. p. 97.

<sup>118</sup> ROZA, Bruno Cesar. *História do sistema eleitoral brasileiro*. Disponível em: <<http://www.juridicohightech.com.br/2012/03/historia-do-sistema-eleitoral.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Em 1831 surgem os primeiros partidos políticos: o Restaurador, que defendia o retorno do imperador Dom Pedro I para o Brasil., o Republicano, que lutava pela abolição da monarquia e o Liberal que lutava pela reforma da Constituição de 1824. Esses últimos ainda se subdividiam em Liberais Moderados e Liberais Exaltados.

Em 1837 surgiu o Partido Conservador em oposição ao Liberal, que lutava pela unidade do Império, defendia também a Monarquia.

Após o surgimento dos partidos, as lutas políticas foram se intensificando, e a medida que as várias eleições ocorriam, era possível ver que a lei eleitoral de 1824 necessitava ser aprimorada.

Novas instruções sugeriram em 4 de maio de 1842 que trazia como novidade o alistamento de eleitores. Seu objetivo era moralizar as eleições, instituiu o alistamento prévio, *ex officio*, e proibiu o voto por procuração. E ainda estabeleciam a maneira de se proceder às eleições gerais e provinciais.<sup>119</sup>

O parlamento resolveu interferir para que a lei eleitoral tivesse melhoras, e então em 1845, o deputado Odorico Mendes apresenta um projeto para reformar a lei eleitoral.

A nova lei foi assinada pelo Imperador em 19 de agosto de 1846. Essa lei embora a eleição continuasse a ser indireta, em dois graus, inovava porque trazia instruções sobre a eleição das autoridades municipais.

A chamada Lei dos Círculos, Lei eleitoral de 19 de setembro de 1855, veio com 20 artigos para alterar a lei até então vigente. Eram implantados agora os distritos eleitorais, sendo que cada região era representada por um único deputado. Isso durou até 1860 quando houve alteração do texto, passando cada distrito a eleger três deputados.<sup>120</sup>

Até aqui é factível a exclusão do povo, da grande massa, de forma institucionalizada na escolha de seus representantes, por isso as eleições eram facilmente manipuladas e as fraudes constantes. Os privilégios concedidos à aristocracia, à elite da época juntamente com o clero vem dos primórdios do Império.

Todavia, essa realidade começou a mudar após a publicação de um livro reunindo diversos trabalhos favoráveis à eleição direta. Tal livro foi publicado pelo bacharel pernambucano do Recife, Dr. Antônio Herculano de Souza Bandeira em 1862.<sup>121</sup>

---

<sup>119</sup> FERREIRA, Manoel Rodrigues. *Evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2. ed. rev. e alt. Brasília. TSE/SDI. 2005. p.135.

<sup>120</sup> ROZA, Bruno Cesar. *História do sistema eleitoral brasileiro*. Disponível em: <<http://www.juridicohightech.com.br/2012/03/historia-do-sistema-eleitoral.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>121</sup> FERREIRA, Manoel Rodrigues. *Evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2. ed. rev. e alt. Brasília. TSE/SDI. 2005. p.161.

Nesse mesmo ano, 1862, surgiu na Câmara, o Partido Progressista que em seu programa afirmava que: “O Partido Progressista é um partido novo. Não toma sobre si a responsabilidade das crenças e tradições dos extintos partidos, a que pertenceram os indivíduos que o compõem”.

O Partido Liberal-Radical – 1868 teve suas origens nas lutas políticas de 1862 em diante. Resumidamente em seu programa preconizava: 1º) abolição do Poder Moderador, da Guarda Nacional, do Conselho do Estado, do elemento servil; 2º) pugnando pelo ensino livre, pela polícia efetiva, pela liberdade de associação e de cultos, pelo sufrágio direto e universal, pela eleição dos presidentes das provinciais, etc.<sup>122</sup>

Em 1869 se uniram liberais históricos e liberais progressistas com o escopo de fazer oposição ao novo ministério. O programa do então Partido Liberal 1869, de forma sucinta, dizia o seguinte: os ministros devem ser responsáveis pelos atos do Poder Moderador; o rei reina, mas não governa; descentralização; maior liberdade em matéria de comércio e indústria; plena liberdade de consciência; ensino livre (particular); independência do Poder Judiciário; redução das forças militares em tempo de paz; reforma eleitoral; abolição do recrutamento; emancipação dos escravizados; etc.

No dia 3 de dezembro de 1870, o Jornal “A República” publicou o Manifesto Republicano, com cerca de 60 assinantes, dentre eles o Doutor Miguel Vieira Ferreira, Henrique Limpo de Abreu, Joaquim Saldanha Marinho e Quintino Bocaiuva, o que deu origem ao Partido Republicano.<sup>123</sup>

“Nenhum estadista, nenhum cidadão que tenha estudado os negócios públicos, deixa de compartilhar conosco a convicção que manifestamos sobre a influência do poder pessoal.

Todos somos concordes em reconhecer e lamentar a prostração moral a que nos arrastou o absolutismo prático sob as vestes do liberalismo aparente”.

Para além do surgimento de novos partidos políticos a lei eleitoral ainda era deficitária, em vários aspectos, e por mais que ocorressem modificações e aperfeiçoamentos, ainda persistia a participação apenas dos mais privilegiados com altos salários para eleger os representantes. Isso deixava o povo cada vez mais à margem das discussões e sem poder de lutar pelos próprios interesses.

---

<sup>122</sup> FERREIRA. Manoel Rodrigues. *Evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2. ed. rev. e alt. Brasília. TSE/SDI. 2005. p.168.

<sup>123</sup> MANIFESTO Republicano de 1870. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3817523/mod\\_resource/content/2/manifeto%20republicano%201870.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3817523/mod_resource/content/2/manifeto%20republicano%201870.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2017.

Os partidos agitavam as discussões em torno dos diversos problemas causados pelas falhas na lei eleitoral, como era o caso das fraudes, corrupção, a intervenção das autoridades no dia das eleições, a inexistência de título de eleitor, a eleição indireta, os processos de eleição, as restrições do voto, etc.<sup>124</sup>

O título de eleitor teve origem a partir do Decreto nº 2.675 de 1875. O Decreto nº 6.097 veio regulamentar essa lei dispondo de forma pormenorizada o modelo de título, como deveriam ser impressos, como deveria ser feita a identificação, para onde deveriam ser enviados, etc.

As primeiras eleições diretas aconteceram em 1881, após um projeto apresentado pela Câmara dos Deputados e do Senado do Império, ser sancionado por D. Pedro II em 9 de janeiro.

A partir de 09 de janeiro de 1881, passou a vigorar no Império a Lei Saraiva ou Lei do Censo, com redação de Ruy Barbosa, que já no seu artigo 1º preceituava que: “As nomeações dos senadores e deputados para a Assembleia Geral, membros das assembleias legislativas provinciais e quaisquer autoridades eletivas serão feitas por eleições diretas, nas quais tomarão parte todos os cidadãos alistados eleitores de conformidade com a lei”.<sup>125</sup>

E ainda, a lei permitia aos analfabetos votarem, os candidatos às eleições poderiam nomear fiscais junto às assembleias eleitorais, e o voto era secreto. Poderia concorrer a cargo público qualquer cidadão desde que preenchesse as exigências propostas.

Os candidatos que obtivessem maioria absoluta dos votos dados na eleição seriam eleitos, e não havendo maioria absoluta, outra eleição ocorreria em 20 dias concorrendo os dois candidatos mais votados, sendo aí eleito o que obtivesse maioria simples dos votos. Isso perdura até os dias atuais.<sup>126</sup>

Com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889, uma nova fase surge no sistema eleitoral. O Marechal Deodoro da Fonseca, então chefe do governo

---

<sup>124</sup> FERREIRA, Manoel Rodrigues. *Evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2. ed. rev. e alt. Brasília. TSE/SDI. 2005. p.187.

<sup>125</sup> FERREIRA, Manoel Rodrigues. *Evolução do sistema eleitoral brasileiro*. 2. ed. rev. e alt. Brasília. TSE/SDI. 2005. p.229.

<sup>126</sup> ROZA, Bruno Cesar. *História do sistema eleitoral brasileiro*. Disponível em: <<http://www.juridicohightech.com.br/2012/03/historia-do-sistema-eleitoral.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

provisório, através do Decreto nº 6, institui o sufrágio universal, declarando fim aos privilégios eleitorais do Império e convocando uma Assembleia Geral Constituinte.<sup>127</sup>

Passou-se então a considerar eleitores com direito a voto os cidadãos brasileiros natos, e também os naturalizados, no gozo de seus direitos políticos, e que soubessem ler e escrever. Os menores de vinte e um anos, com exceção dos casados, os oficiais militares e os clérigos de ordens sacras ficavam excluídos do processo de votação, bem como os analfabetos e as mulheres.

Em 23 de janeiro de 1890 foi publicada a primeira lei eleitoral da República, conhecida como Regulamento Alvim, que definia a forma de realização do processo eleitoral para a escolha dos Constituintes.

A Constituição de República dos Estados Unidos do Brasil foi promulgada em 24 de fevereiro de 1891. Tal carta extinguiu o Poder Moderador, instituiu o presidencialismo com mandato de quatro anos, assegurou a separação dos três poderes, Executivo, Legislativo e Judiciário, transformou as províncias em Estados, e garantiu as eleições diretas para a Câmara e para o Senado, com mandato de três anos cada.

Para tais cargos seriam eleitos os que estivessem na posse de seus direitos como cidadão brasileiro, e ser alistável como eleitor. Para presidente e vice-presidente, seriam elegíveis os que estivessem no exercício de seus direitos políticos, com nacionalidade nata e serem maiores de 35 anos. Seriam eleitos pela maioria absoluta dos votos da nação. O voto não era obrigatório.<sup>128</sup>

A Lei Rosa e Silva foi sancionada em 15 de novembro de 1904. Era a nova lei eleitoral da República, com o nº 1.269. Essa lei revogou as leis anteriores, e possuía 16 capítulos, com 152 artigos e mais parágrafos.

Já em seu artigo 1º estabeleceu a unidade no alistamento, ou seja, um só título de eleitor para as eleições federais, estaduais e municipais, pois até então o alistamento era individualizado para cada instância.<sup>129</sup>

Várias leis eleitorais surgiram após a Lei Rosa, mas nenhuma de forma significativa que alterasse o sistema já vigente desde o início. Não houve aperfeiçoamento,

---

<sup>127</sup> ROZA, Bruno Cesar. *História do sistema eleitoral brasileiro*. Disponível em: <<http://www.juridicohightech.com.br/2012/03/historia-do-sistema-eleitoral.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>128</sup> ROZA, Bruno Cesar. *História do sistema eleitoral brasileiro*. Disponível em: <<http://www.juridicohightech.com.br/2012/03/historia-do-sistema-eleitoral.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>129</sup>F ERREIRA. Manoel Rodrigues. *Evolução do sistema eleitoral brasileiro*. p. 312. Disponível em: <[http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/4\\_evolucao\\_sistema\\_eleitoral.pdf](http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/4_evolucao_sistema_eleitoral.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2017.

haja vista que essas leis como foram elaboradas, permitiam todo tipo de fraudes em todas as fases do processo eleitoral.

De acordo com Vitor Nunes Leal, as duas falsificações mais importantes que dominaram na Primeira República foram o *bico de pena* e a *degola ou depuração*. A primeira era praticada nas mesas eleitorais, com funções de junta apuradora: nomes eram inventados, mortos eram ressuscitados e os ausentes compareciam. As atas eram adulteradas.<sup>130</sup>

A degola era obra das câmaras legislativas no reconhecimento dos poderes, quando muitos legitimados para a legislatura seguinte tinham seus diplomas cassados, ou sequer assumiam os cargos.<sup>131</sup> O sistema eleitoral instituído pela Lei Rosa e Silva perdurou até o final da chamada República Velha, quando o país entra na “Era Vargas”.

Com a crise mundial ocorrida em 1929, gerada pela queda da bolsa de valores em Nova York, o Brasil é afetado com a baixa dos preços internacionais do café, o que pôs fim a chamada República do café-com-leite.

Como poder político e econômico estão intimamente ligados no sistema capitalista, a falência do principal grupo econômico do país representou de igual modo a falência da estrutura política na então sociedade brasileira.

Até então, alternavam no poder os partidos republicanos de São Paulo e Minas Gerais na indicação ao posto da presidência da República. Ocorre que em 1930 o Partido Republicano Paulista, liderado por Washington Luís rompeu com a alternância e indicou Júlio Prestes para concorrer à presidência.

O Partido Republicano Mineiro em oposição à essa atitude, cria a Aliança Liberal unindo forças políticas com os estados do Rio Grande do Sul e da Paraíba, lançando o governador gaúcho Getúlio Vargas para presidente, e para vice-presidente o governador da Paraíba, João Pessoa.<sup>132</sup>

As eleições ocorreram em 1º de março de 1930, sendo vencedor Júlio Prestes. Não aceitando a derrota, a Aliança Liberal e Getúlio Vargas planejaram um golpe de Estado, tendo como pretexto o assassinato de João Pessoa por um simpatizante de Washington Luís.

---

<sup>130</sup> LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. O município e o regime representativo no Brasil. Companhia das Letras, 7. ed. 2012. p. 114.

<sup>131</sup> LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto*. O município e o regime representativo no Brasil. Companhia das Letras, 7. ed. 2012.

<sup>132</sup> DELPHINO, Cristine. *Revolução de 1930*. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/revolucao-de-1930/>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

O golpe ocorreu em outubro de 1930, tirou o então presidente do poder e impediu que o candidato vencedor das eleições assumisse a presidência. Getúlio Vargas assumiu a chefia do Governo Provisório, em 3 de novembro de 1930, data que ficou registrada como o fim da Primeira República.<sup>133</sup>

Não se pode negar os avanços democráticos ocorridos durante esse período, como a criação da Justiça Eleitoral, a instituição do voto feminino e o surgimento do primeiro código eleitoral brasileiro, tudo isso em 1932.

O novo Código Eleitoral estabeleceu sanções aos eleitores que não se alistassem, e o cidadão alistável deveria apresentar seu título de eleitor para trabalhar como funcionário público.

E ainda, a nova legislação instituiu um novo sistema eleitoral, que englobava aspectos proporcional e majoritário, visando, novamente, a representação das minorias. A Constituição Federal de 1934 reduziu a idade da capacidade eleitoral de 21 para 18 anos.<sup>134</sup>

Com a instituição do Estado Novo em 1937 pela nova Constituição outorgada em 10 de novembro, a Justiça Eleitoral foi extinta, os partidos políticos abolidos, as eleições livres suspensas, e estabelecida a eleição indireta para presidente da República, com mandato de seis anos.

Após forte pressão da sociedade começa a decadência do Estado Novo, a democracia começa a ressurgir em nosso país, em 1945. A Lei Agamenon restituiu algumas conquistas obtidas e que haviam sido abolidas pela ditadura Vargas.

Com o Decreto-lei nº 7.586, de 28 de maio de 1945, é reintroduzida a Justiça eleitoral; também é restituído o sufrágio universal e o voto obrigatório, direto e secreto; estabelecida a representação proporcional para a Câmara dos Deputados e Assembleia Legislativa e o sistema majoritário para as eleições de Presidente da República e Governador do Estado.<sup>135</sup> Tal decreto dispõe também sobre a obrigatoriedade dos partidos políticos de âmbito nacional e a impossibilidade da candidatura avulsa, sem registro por partido ou aliança de partidos.

---

<sup>133</sup> DELPHINO, Cristine. *Revolução de 1930*. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/revolucao-de-1930/>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

<sup>134</sup> BARRETOS NETO, Jaime Barretos. *Histórico do processo eleitoral brasileiro e retrospectiva das eleições*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12872/historico-do-processo-eleitoral-brasileiro-e-retrospectiva-das-eleicoes>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>135</sup> BARRETOS NETO, Jaime Barretos. *Histórico do processo eleitoral brasileiro e retrospectiva das eleições*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12872/historico-do-processo-eleitoral-brasileiro-e-retrospectiva-das-eleicoes>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Nova Carta Republicana foi outorgada em 18 de setembro de 1946, e a Câmara dos Deputados e o Senado passaram a funcionar como Poder Legislativo, surgem também novos partidos políticos, de caráter nacional, e as eleições para Presidente da República e Vice-Presidente voltam a ocorrer de forma direta, consagrando o sufrágio universal.<sup>136</sup>

Em 1950 o ex-ditador Getúlio Vargas é eleito democraticamente, presidente da República. Durante quase 20 anos a oposição liderada pela UDN – União Democrática Nacional tenta impedir a posse do presidente e a sua deposição do poder.

No final de agosto de 1954, oficiais da Aeronáutica exigiram a saída do Presidente Vargas seguido pelo Exército. Vargas, para não renunciar, decide suicidar-se no dia 24 daquele mês.

O vice-presidente Café Filho assume até que em 1955, o ex-governador Juscelino Kubitschek de Oliveira é eleito presidente da República. Novamente os getulistas tentam impedir a posse de Juscelino, mas em vão. Juscelino Kubitschek é empossado em 31 de janeiro de 1956 como presidente do Brasil o que fez com que o golpe fosse adiado mais uma vez.<sup>137</sup> O presidente Juscelino governa por cinco anos sendo destaque na sua administração a mudança da capital do país para Brasília, inaugurada em 21 de abril de 1960.

Seu sucessor foi o ex-prefeito de São Paulo, Jânio Quadros, que sete meses após sua posse renuncia ao cargo de Presidente da República. Novamente setores políticos e militares tentaram impedir a posse do vice João Goulart que era ligado à tradição getulista, todavia, após grande mobilização da sociedade João Goulart é empossado.<sup>138</sup>

João Goulart assume submetendo-se ao regime Parlamentarista adotado em 1961 com a reforma constitucional de 1961, que lhe retirava poderes substanciais. Esse regime durou até 08 de janeiro de 1963 quando um plebiscito popular restituiu o regime Presidencialista no país.

Com a volta do poder ao Presidente da República reformas foram implantadas no país contrariando os interesses da ala conservadora da sociedade. Isso foi a gota d'água

---

<sup>136</sup> HISTÓRIA das eleições no Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/09/historia>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>137</sup> FATOS da história. Movimento de 11 de novembro. Disponível em <<https://fatoshistriaemundial.wordpress.com/2017/03/12/movimento-de-11-de-novembro/>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

<sup>138</sup> BARRETOSNETO, Jaime Barretos. *Histórico do processo eleitoral brasileiro e retrospectiva das eleições*. p.10. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12872/historico-do-processo-eleitoral-brasileiro-e-retrospectiva-das-eleicoes>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

para a derrubada do regime democrático articulada desde o governo de Getúlio Vargas e que foi concretizada em 1964.<sup>139</sup>

Em 1º de abril de 1964 o presidente João Goulart é afastado por um golpe promovido por uma coalizão de militares e setores da elite política. Assume a partir daí o controle do país, uma junta militar que passou a decretar Atos Institucionais que serviam para legalizar rapidamente as medidas do novo governo.

O autodenominado Comando Supremo da Revolução, composto por comandantes em chefe do Exército, Marinha e Aeronáutica, baixou em 9 de abril de 1964, o Ato Institucional nº 1, que estabeleceu eleições indiretas para Presidente marcada para dois dias depois, cuja responsabilidade passou a ser do Congresso Nacional. O Congresso Nacional elege Humberto Castelo Branco e logo em seguida é fechado em outubro de 1966.<sup>140</sup>

O Ato Institucional nº 2 de 17 de outubro de 1965, dissolve os antigos partidos políticos que estavam amparados pela Constituição da República de 1946 e adota o bipartidarismo, criando a Aliança Renovadora Nacional (ARENA) e o Movimento Democrático Brasileiro (MDB).

Prefeitos passaram a ser nomeados pelos governadores das capitais mediante assentimento prévio das Assembleias Legislativas. Já os governadores e vice-governadores eram eleitos por essas mesmas Assembleias, tudo isso por força do Ato Institucional nº 3 de 5 de fevereiro de 1967.<sup>141</sup>

Em 1967, o Congresso novamente convocado pelo Ato Institucional nº 4 de 7 de dezembro de 1966 aprova uma nova Constituição. O Ato Institucional nº 5 de 13 de dezembro de 1968 serviu para reforçar o regime após as manifestações oposicionistas ocorridas em 1968.

Através dele, e sem prazo de vigência, o presidente poderia suspender direitos civis, intervir em estados e municípios, demitir e aposentar funcionários públicos, além de cassar políticos por até 10 anos, bem como, líderes sindicais.

Durante o governo de Castelo Branco ocorreram outras duas interferências em cargos do Executivo: a suspensão das eleições para prefeitos de municípios considerados áreas de segurança nacional e a criação de senadores biônicos.

---

<sup>139</sup> BARRETOS NETO, Jaime Barretos. *Histórico do processo eleitoral brasileiro e retrospectiva das eleições*. p. 9. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12872/historico-do-processo-eleitoral-brasileiro-e-retrospectiva-das-eleicoes>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

<sup>140</sup> NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil*. Do império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 57.

<sup>141</sup> NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil*. Do império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

Uma lei foi aprovada pelo Congresso transformando 68 cidades brasileiras em municípios de interesse de segurança nacional. Eram cidades de fronteiras e em áreas que abrigavam grandes empresas estatais. Os prefeitos desses municípios eram indicados pelo governador, mediante aprovação prévia do presidente da República.<sup>142</sup>

A partir de 1978 a discussão sobre a reforma partidária toma corpo com a mobilização da elite política. João Batista de Oliveira Figueiredo foi o último presidente do regime militar. Candidato da ARENA tomou posse em 15 de março de 1979.

Em dezembro do mesmo ano o Congresso aprovou uma lei que extinguiu sumariamente ARENA e MDB e estabeleceu prazo de 180 dias para que novas legendas se organizassem.

Obtiveram registro definitivo após um ano e concorreram às eleições de 1982: o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), o Partido Democrático Social (PDS), o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

A exceção do PDS, os demais partidos contavam entre seus fundadores com a participação de políticos cujos direitos haviam sido cassados e outros voltavam do exílio.

143

Observa-se que somente o cargo de governador era escolhido por eleições diretas durante a vigência do regime militar. Sendo assim, em 15 de novembro de 1982 foram eleitos por maioria simples os governadores de 22 estados, um senador, deputados federais e deputados estaduais, prefeitos e vereadores. Essa foi a última eleição em que todos os cargos foram eleitos simultaneamente.<sup>144</sup>

Em 1984 o povo vai às ruas exigindo eleições diretas para presidente da República, no movimento que ficou conhecido como “Diretas Já”, a partir da Emenda Constitucional proposta pelo deputado Dante de Oliveira.

Mesmo enfraquecido, o regime militar foi irredutível em realizar a escolha do presidente através do colégio eleitoral, ainda assim, a chapa de oposição obteve esmagadora vitória no Congresso.<sup>145</sup>

---

<sup>142</sup> NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil*. Do império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012.

<sup>143</sup> NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil*. Do império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p.59.

<sup>144</sup> NICOLAU, Jairo. *Eleições no Brasil*. Do império aos dias atuais. Rio de Janeiro: Zahar, 2012, p. 59

<sup>145</sup> ROZA, Bruno Cesar. *História do sistema eleitoral brasileiro*. Disponível em:

<<http://www.juridicohightech.com.br/2012/03/historia-do-sistema-eleitoral.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

Tancredo Neves foi eleito pelo Colégio Eleitoral o primeiro presidente civil brasileiro após 21 anos, entretanto, na véspera de sua posse que ocorreria em 15 de março de 1985, o então presidente eleito é internado em estado grave no Instituto do Coração, em São Paulo, vítima de uma suposta diverticulite.

O presidente faleceu em 21 de abril de 1985, devido a complicações no seu quadro de saúde, assumindo José Sarney, dando início ao período conhecido como Nova República.

Era evidente a necessidade de uma nova Constituição da República, sendo assim, em 1986 foram realizadas eleições para escolher os que comporiam a Assembleia Constituinte, ou seja, os que cuidariam da elaboração e aprovação da nova Constituição.

Em 05 de outubro de 1988, em sessão solene realizada no plenário da Câmara dos Deputados, é promulgada a Constituição da República Federativa do Brasil, também conhecida como Constituição Cidadã.

A Carta Cidadã traz em seu texto a ampliação e fortalecimento às garantias dos direitos individuais e coletivos, retoma o regime representativo, presidencialista e federativo, garante o livre direito ao voto para os analfabetos e aos maiores de 16 anos, sendo esse voto facultativo entre 16 e 18 anos, em eleições livres e diretas para todos os níveis, com voto universal, secreto e obrigatório, ou seja, é retomado o caminho da democracia.

Em 1989 vence as primeiras eleições diretas para presidente, desde 1960, Fernando Collor de Melo. Em 1992 denúncias de corrupção no governo levaram o Congresso à instauração de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) para averiguar.

Collor renuncia durante o processo, assumindo em seu lugar o vice-presidente Itamar Franco, que governou o país de 1992 a 1995. Na sua administração é implantado o Plano Real, projeto executado pela equipe do então ministro da Fazenda Fernando Henrique Cardoso.

Fernando Henrique Cardoso se elegeu Presidente da República em 1994 e governou o país até 2002, por força de sua reeleição ocorrida em 1998. O presidente eleito deu continuidade ao Plano Real e iniciou uma série de privatizações durante seu governo.

Em 2002 o povo elege Luiz Inácio Lula da Silva, um dos Presidentes mais votados do Brasil. Iniciou seu primeiro governo em 2003 sendo reeleito em 2006, permanecendo

na presidência até 2011. Destaque em seu governo foi a inclusão social, diminuição da pobreza e maior crescimento econômico.<sup>146</sup>

Em 2010 foi eleita a primeira mulher a ocupar o cargo de Presidente da República, Dilma Rousseff. Dilma foi reeleita em 2014 e governou o país até 2016 quando sofre um processo de impeachment e é substituída por Michel Temer.

De acordo com José Jairo Gomes no Direito Eleitoral existem três sistemas tradicionais: o majoritário, o proporcional e o misto, este último formado pela combinação dos dois primeiros. A Constituição Brasileira consagra o sistema majoritário e o proporcional.<sup>147</sup>

O sistema majoritário funda-se no princípio da representação da maioria de cada circunscrição. A União, os Estados, o Distrito Federal e o Município, equivalem a um distrito. Sendo assim, o candidato que obtiver maioria absoluta ou relativa dos votos válidos do distrito (ou circunscrição) é considerado o vencedor.<sup>148</sup>

Entende-se por maioria absoluta a metade dos votos dos integrantes do corpo eleitoral mais um voto. No caso de o total de votantes ser em número ímpar será considerado metade uma fração.

Esse sistema, majoritário compreende duas espécies: a primeira simples ou de turno único quando é considerado eleito o candidato que conquistar o maior número de voto entre os participantes.

Na segunda espécie, dois turnos, o candidato só é considerado eleito no primeiro turno se obtiver a maioria absoluta dos votos, computados os brancos e os nulos. Caso contrário, haverá nova eleição.

A maioria relativa ou simples considera eleito o candidato que alcançar o maior número de votos em relação a seus concorrentes.

No sistema majoritário são eleitos o Presidente da República, governadores, senadores e prefeitos.

O Sistema proporcional tem como objetivo distribuir entre as múltiplas entidades políticas as vagas existentes nas Casas Legislativas tornando unânime a disputa pelo poder, principalmente possibilitando a representação de grupos minoritários.<sup>149</sup> Esse

---

<sup>146</sup> PRESIDENTES do Brasil – nova república (1985 até os dias atuais). Disponível em: <<http://presidentes-do-brasil.info/brasil-republica/republica-nova.html>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

<sup>147</sup> GOMES, José Jairo. *Direito Eleitoral*. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. p. 144.

<sup>148</sup> GOMES, José Jairo. *Direito Eleitoral*. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. p. 144.

<sup>149</sup> GOMES, José Jairo. *Direito Eleitoral*. 12. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016. p. 145.

sistema favorece a multiplicação de partidos que, no pensamento do autor, emperra a ação governamental.

O Sistema Eleitoral Brasileiro é definido pela Constituição de 1988 e pelo Código Eleitoral, Lei nº 4.737, de 15 de julho de 1965, além de ser regulado pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Atualmente, projeto de Reforma Política proposto pelo deputado Vicente Cândido foi aprovado em 05 de outubro de 2017 e aguarda sanção do presidente Michel Temer.

A despeito de o sistema eleitoral ser democrático, ou seja, de garantir ampla representatividade, essa representatividade existe apenas no papel, uma vez que, é visível em nosso parlamento, nos órgãos de poder de tomada de decisão a falta de mulheres, que constituem mais da metade da população total, negros e negras que também somam mais da metade da população no país, sem falar nos demais grupos que constituem as minorias em nossa sociedade.

Isso ocorre porque o grupo que detém os altos cargos e estão em posições privilegiadas sustentam, desde o tempo do Império, fortíssimo esquema para aí permanecerem, como afirma o professor Osmar Teixeira Gaspar<sup>150</sup> em sua obra:

[...] Numa frase, são as imensuráveis diferenças estruturais, econômicas e sociais que têm permitido as elites brancas dominantes transformar a democracia brasileira num jogo de preservação de privilégios e benefícios exclusivamente das oligarquias brancas. [...]

É o que verificamos em nosso trabalho com o grupo estudado, qual seja, as mulheres, tanto no Brasil como em São Tomé e Príncipe. Tal afirmação é confirmada não só por conta das entrevistas realizadas como também pelos dados estatísticos que serão apresentados adiante.

---

<sup>150</sup> GASPAR, Osmar Teixeira. *Direitos políticos e representatividade da população negra na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e na Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo, 2017. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. p. 94.

### 3 AS MULHERES E A POLÍTICA - PARTICIPAÇÃO DAS MULHERES NO PROCESSO ELEITORAL

As mulheres têm lutado pela igualdade de direitos desde tempos imemoriais. É o que se observa ao longo da história, não somente através de fatos que tiveram relevância, e que são por vezes lembrados em ocasiões especiais, mas também pelo que ocorre no dia a dia das mulheres nas diferentes sociedades.

São vários os acontecimentos já nos séculos XVII e XVIII na Europa. Poulain de La Barre no *De l'Égalité des deux sexes* (1673) já apregoava que não deveria haver distinção entre homens e mulheres, sendo concedida igualdade de direitos e oportunidades.<sup>151</sup>

Durante a Revolução Francesa, Olympe de Gouges propôs a Declaração dos Direitos da Mulher e da Cidadã - setembro de 1791 para contrapor a Declaração dos Direitos do Homem de 1789 que trazia a mulher na condição de incapaz, inferior inclusive ao homem que, sendo destituído de condições financeiras era impedido de exercer o direito de voto e participação plena na sociedade.

O texto incorporava a cada um de seus artigos o tema da mulher e, além disso, incluía a plena cidadania da mulher como elemento fundamental, direito de votar e ser votada e participação na vida pública.<sup>152</sup>

Os movimentos que envolvem igualdade de direitos, para obterem êxito, devem abranger toda a sociedade e não apenas os grupos diversos. E nesse sentido, no que tange às mulheres, cabe também destaque a atuação do Doutor Miguel Vieira Ferreira, que já em 1871 e 1873, em suas conferências, por ocasião da fundação da Escola do Povo, apregoava o ensino dado ao sexo feminino.<sup>153</sup>

Essas lutas não foram em vão, seus frutos propiciaram às mulheres novas conquistas, outras posições além de filhas, esposas e mães. Conquistaram o direito ao

---

<sup>151</sup> COMPARATO, Fabio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 301.

<sup>152</sup> SAES, Laurent. Virtuosas e perigosas: as mulheres na revolução francesa. *Revista de História*. São Paulo, n. 171, p. 461-468, jul-dez. 2014.

<sup>153</sup> FERREIRA, Miguel Vieira. Cursos Livres: *Conferências*. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242768>>. Acesso em: 17 nov. 2016. “Boa vontade asseguro-lhe que não me falta, e só deixarei de fazer aquilo que me for impossível. Advogando a causa da mulher, advogo a causa da justiça; advogando a causa da justiça em absoluto, advogo a do Brasil e a da humanidade”.

trabalho e conseqüentemente independência financeira, direito de voto e de ocupar posições de tomada de decisões dentro da sociedade.

Hoje, albergadas por diversas legislações internas e externas, e sendo maioria da população em diversos países, as mulheres não atingiram seus objetivos em totalidade, pois ainda são minoria em ocupação de cargos quer no parlamento, quer nas empresas, percebendo ainda salários menores em relação aos homens exercendo as mesmas funções.

Isso ocorre nos países que ora pesquisamos, e traremos um comparativo das estatísticas apresentadas por São Tomé e Príncipe e Brasil no que tange à participação das mulheres no processo eleitoral ao longo de suas histórias. Sabemos que, tal participação é salutar para a conquista dos direitos das mulheres bem como para o desenvolvimento do país.

A questão da igualdade de gênero “ameaça” por assim dizer a suposta superioridade masculina em relação a ocupação de postos de tomadas de decisões, por isso, as mulheres encontram resistência principalmente na esfera política, pois é aí, que são tomadas as diretrizes que irão afetar a vida da nação.<sup>154</sup>

Os direitos humanos têm sido discutidos de forma mais intensa após os eventos ocorridos nas duas Grandes Guerras, cujas conseqüências, nas palavras de Fabio Konder Comparato, atentaram para o fato de que a sobrevivência da humanidade exigia a colaboração de todos os povos.<sup>155</sup>

As grandes potências se reuniram com o escopo de definitivamente, considerar a guerra fora da lei e criar mecanismos de entendimento entre os países para que as atrocidades ocorridas não mais se repetissem.

Diferentemente do que sucedeu no final da 1ª Grande Guerra com a Sociedade das Nações, que tinha por objetivo regular os conflitos bélicos entre os países, a Organização das Nações Unidas pretendia não mais permitir tais conflitos.

Com 60 milhões de pessoas mortas, a maior parte delas civis e 40 milhões de pessoas deslocadas dos países onde viviam, quer voluntariamente ou forçadamente, percebeu-se que a humanidade corria graves riscos em sua sobrevivência sendo necessária

---

<sup>154</sup> MAIS Mulheres na política. p. 18. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 3 mar. 2017.

<sup>155</sup> COMPARATO, Fabio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 226.

a colaboração de todos os povos para regular as relações internacionais com o escopo de resguardar a dignidade humana.<sup>156</sup>

Garantir a dignidade humana, ou seja, igualdade entre nações grandes e pequenas, entre homens e mulheres sem distinção de raça, nacionalidade, religião, convicção política, melhores condições de vida, de trabalho e ainda, garantir a paz através da união e da cooperação entre todos de acordo com preceitos contidos nos tratados e convenções que regem o direito internacional.

As nações então, se reuniram e em 26 de junho de 1945, na cidade de São Francisco, onde 51 países assinaram a Carta das Nações Unidas, documento que da origem a Organização das Nações Unidas.

Ora, o objetivo das Nações Unidas era ser um organismo político da sociedade mundial, onde todas as nações tivessem participação com o objetivo de defender a dignidade humana.

A Carta das Nações, já em seu preâmbulo reafirma a igualdade de direitos dos homens e das mulheres, bem como das nações grandes e pequenas. Já, a Declaração Universal de Direitos Humanos, no seu artigo I cita a fraternidade que deve existir entre as pessoas que, nascidas livres, são iguais em dignidade e direitos.

Onde está o espírito de fraternidade se, até hoje os povos se consideram uns superiores aos outros por questões étnicas, religiosas, de gênero dentre outros? A promoção e o progresso econômico e social de todos os povos por meios de mecanismos internacionais disposto na Carta das Nações de 1945 ainda estão longe de serem concretizados, uma vez que, a exploração das nações economicamente desenvolvidas perpetua em detrimento do aumento da pobreza.

O movimento migratório dos povos prejudicados e oprimidos em busca de assistência dos outrora exploradores e colonizadores encontra cada vez mais resistência alegando esses que, a possível ajuda prejudicaria os seus nacionais.

E ainda, no artigo XXI, a referida Declaração dispõe sobre o direito de toda a pessoa a tomar parte no governo de seu país, diretamente ou por intermédio de representantes escolhidos pelo povo. Tal dispositivo ainda não se apresenta concretizado de fato, como se pode verificar nos diferentes Estados, sobretudo com relação à participação das mulheres.

---

<sup>156</sup> COMPARATO, Fabio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 226.

Tanto a Carta das Nações como a Declaração Universal dos Direitos Humanos apenas por seus textos são incapazes de juridicamente, obrigar os Estados a cumprirem seus preceitos. Dessa forma as Nações Unidas apontaram para a necessidade de outros instrumentos, tratados e convenções, para garantirem os direitos lá preconizados.

Para a Assembleia Geral da ONU era necessária a criação de mecanismos que garantissem de forma mais eficaz e pormenorizada a efetivação do conteúdo da Declaração Universal, e para tanto, em 16 de dezembro de 1966 foram adotados dois pactos: o Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos e o Pacto Internacional dos Direitos, Sociais e Culturais.

O Pacto Internacional Sobre Direitos Civis e Políticos atenderia ao pensamento do bloco de países constituídos pelas potências ocidentais que visavam garantir as liberdades individuais, protetoras da pessoa humana em detrimento da interferência do Estado na vida privada.<sup>157</sup>

Já, o Pacto Internacional dos Direitos Econômicos Sociais e Culturais atenderia aos anseios do bloco dos países comunistas e dos países jovens africanos, propondo políticas públicas de apoio aos grupos menos favorecidos.

Embora tenham sido criados pactos distintos para melhor atender as demandas dos diferentes grupos, sabemos que os direitos humanos são indivisíveis e interdependentes.<sup>158</sup>

O Artigo 1º sobre a autodeterminação dos povos, disposto no Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos preceitua que todos os povos têm direito a independência, ou seja, deixar de ser colônia, e ainda sobre a soberania de cada Estado em relação às suas riquezas e os recursos naturais encontrados em seu território.

O Artigo 2º preceitua que todos os indivíduos devem ter seus direitos reconhecidos, sendo refutado qualquer tipo de discriminação referente à nacionalidade, condição social, situação econômica, raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou qualquer outra natureza.

No artigo 25 tem destaque a participação de qualquer cidadão no processo de representação política em sua sociedade, quer pelo voto popular, votando ou sendo votado, participando diretamente ou por meio de seus representantes.

---

<sup>157</sup> COMPARATO, Fabio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 292.

<sup>158</sup> COMPARATO, Fabio Konder. *A Afirmação Histórica dos Direitos Humanos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 293.

Qualquer forma de discriminação referente à sexo, língua, religião, raça, opinião política ou qualquer outra natureza, origem nacional ou social está proibida, conforme dispõe o artigo 26 sendo garantido a todos e todas proteção da lei.

A proteção às minorias étnicas está consignada no art. 27 do referido Pacto asseverando que nos Estados onde elas, minorias, estejam presentes sejam garantidos todos os seus direitos, as manifestações culturais, religiosas ou linguísticas.

O Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais em seu artigo 3 é *ipsis literis* o que se apresenta no Pacto anterior; o artigo 7 preceitua que toda pessoa tem o direito de gozar de condições de trabalho justas e favoráveis com remuneração suficiente para prover as necessidades de cada um, bem como de seus familiares. Destaca ainda que, não deve haver distinção entre homens e mulheres no que concerne à função e remuneração advinda de igual atividade.

Ainda o referido Pacto trata da assistência a ser dada às mulheres em licença maternidade concedendo-lhes os benefícios previdenciários adequados e licença remunerada. (Art. 10).

Outro destaque a ser dado é a concessão da educação em todos os níveis e sem distinção, acessível a todos os povos, ou seja, homens e mulheres ao redor do mundo com **direito à educação gratuita desde o nível fundamental até o nível superior, no mínimo, implementando sistemas de bolsas de estudos, incentivando a pesquisa, tudo isso concorrendo para a cooperação e desenvolvimento globalizado.** (grifo nosso)

Ambos são abrangentes em relação aos direitos e garantias fundamentais e aqui foram ressaltados os artigos mais relevantes sobre os direitos das mulheres. Ainda assim, na prática, com o decorrer dos anos, verificou-se que tais dispositivos não se efetivariam sem uma ação mais determinante.

Dessa forma, os movimentos continuaram no sentido de pressionar órgãos internos e externos a cumprirem as determinações contidas na Declaração Universal, e também nos dois Pactos para que as mulheres tenham de fato o reconhecimento pela sua contribuição à sociedade, igualdade de direitos sem qualquer discriminação.

A partir da realização de encontros e convenções foram surgindo novos documentos, tratados, convenções e resoluções com o escopo de garantir os espaços de participação das mulheres nas esferas de poder, mais oportunidades de trabalho, acesso igualitário à educação e saúde.

Em 1979 ocorreu a Convenção Sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra a Mulher. Nela, os Estados-parte condenam a discriminação contra

a mulher em todas as suas formas, concordam em implementar políticas destinadas a eliminar a discriminação contra a mulher em todas as suas formas.

Ressalta ainda que os Estados devem fazer constar em suas Constituições e ou em suas leis infraconstitucionais o princípio da igualdade do homem e da mulher, inclusive com sanções cabíveis em caso de descumprimento de tal princípio.

A proteção jurídica, o desenvolvimento social, cultural, político e econômico também são itens a serem observados e garantidos pelos Estados às mulheres na citada Convenção, enfim, a garantia e pleno gozo dos direitos humanos e das liberdades fundamentais. (Art. 3º)

Medidas apropriadas devem ser adotadas no sentido de que, os padrões sócios culturais que diferenciem condutas de homens e mulheres, incentivem o preconceito, práticas consuetudinárias que apregoem superioridade e inferioridade de qualquer dos sexos, sejam abolidos e eliminados. (Art. 5º)

A Convenção se lembrou de garantir a plenitude de direitos para as mulheres. Desde o acesso a educação em todos os níveis, com a possibilidade de bolsas de estudos para pesquisa, orientação profissional com informações sobre todas as carreiras sem qualquer tipo de discriminação e estereotipagem de papéis masculinos e femininos. (Art. 10)

No que concerne ao emprego os mesmos critérios de seleção devem ser adotados, direito de escolher a profissão livremente, mesma remuneração recebida pelos homens em igual atividade, estando proibidas sanções e demissões por motivo de gravidez ou licença maternidade. (Art. 11)

E ainda, a mulher tem direito de realizar transações comerciais, empréstimos bancários, hipotecas, ou seja, ter uma vida independente. Para tanto, será ainda garantida a capacidade jurídica igual ao homem podendo realizar contratos, administrar bens, liberdade de escolher residência e domicílio.

Conclui a Convenção asseverando que à mulher é dada a mesma liberdade que é dada ao homem com relação à contratação e dissolução do casamento devendo ser eliminadas quaisquer tipos de discriminação.

Sendo assim, preceitua a Convenção que homem e mulher podem escolher livremente o cônjuge contraindo matrimônio somente com o pleno consentimento; possuem ainda os mesmos direitos e responsabilidades durante o casamento e por ocasião de sua dissolução no tocante ao planejamento familiar, quantidade de filhos, a escolha de

nome e sobrenome, a educação destes. Terão ainda os mesmos direitos no que tange a aquisição da propriedade, gestão, administração, gozo e disposição de bens. (Art. 16)

Na sequência temos a Declaração sobre a Eliminação da Violência Contra a Mulher, resultado das discussões ocorridas na Conferência Mundial sobre Direitos Humanos, realizada em Viena em 1993 pela Organização das Nações Unidas.

Em tal Conferência, as Nações Unidas reconhecem que os direitos das mulheres são direitos humanos, e que esses direitos são questões prioritárias para a comunidade internacional. (Item 18).

O capítulo 3 da Conferência trata da igualdade de condição e os direitos humanos das mulheres. Nele as Nações Unidas ressaltam que os direitos humanos das mulheres são prioridade na agenda mundial. Devem ser intensificadas as ações que visem combater a violência contra a mulher em qualquer de suas naturezas, o tráfico, a exploração sexual, por meio de medidas legislativas, ações nacionais e cooperação internacional.

Merece consideração na lista dos instrumentos que visa a plenitude dos direitos das mulheres a Declaração de Pequim, 4ª Conferência Mundial sobre as Mulheres: Ação para Igualdade, Desenvolvimento e Paz, ocorrida em 1995, em Pequim na China.

À época, a Organização das Nações Unidas (ONU) reconhecia que, apesar do avanço ocorrido no status das mulheres, a heterogeneidade prevalecia entre os gêneros agravada ainda pelo crescimento da pobreza que atingia principalmente mulheres e crianças em nível mundial.

Dessa forma, os Estados partes se comprometiam a propor e implantar mecanismos com o escopo de promover a inclusão das mulheres nos espaços de poder tomando, assim decisões capazes de efetivar as mudanças necessárias à conquista de seus direitos. O item 13 da mencionada declaração é bastante explícito quanto à essa questão.<sup>159</sup>

Mas, estamos a falar de São Tomé e Príncipe, país pertencente ao continente africano e de população negra, e de Brasil, país sul americano com mais de 50 % de sua população composta por negros e pardos, 1º maior país de população negra da diáspora.<sup>160</sup> Dessa forma se faz necessário chamar a atenção para a questão racial além da questão de gênero e sua relevância no trabalho.

<sup>159</sup> CHINA. *Declaração de Pequim*, 1995 – Item 13: “O fortalecimento das mulheres e sua plena participação, em condições de igualdade, em todas as esferas sociais, incluindo a participação nos processos de decisão e Acesso em: ao poder, são fundamentais para o alcance da igualdade, desenvolvimento e paz.”

<sup>160</sup> SOTERO, Ana Emília Iponema Brasil. *Brasil registra maior população negra fora do continente africano*. Disponível em: <<http://www.rdnews.com.br/blog-do-romilson/artigos/brasil-registra-maior-populacao-negra-fora-do-contidente-afriano/33722>>. Acesso em: 28 set. 2017.

A Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerâncias Correlatas, ocorrida em Durban, trouxe o tema aos olhos da comunidade internacional e a necessidade de criar estratégias para eliminar a discriminação racial e outras formas de intolerância.

De acordo com a Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial (1965) a Organização das Nações Unidas está convencida de que a doutrina da superioridade baseada em diferenças raciais é cientificamente falsa, moralmente condenável, socialmente injusta e perigosa, e que não existe justificção para a discriminação racial, em teoria ou na prática, em lugar algum.

Passados mais de 20 anos da referida declaração verificamos que, a despeito das várias conquistas de mulheres ocupando cargos de Primeiras Ministras, Presidentes da República e outros cargos de elevado nível, o contingente masculino ainda predomina nos mecanismos que impõe restrições e obstáculos à chegada das mulheres nos mais altos cargos.

A despeito de todos os instrumentos apontados acima, a participação das mulheres na vida política tanto em São Tomé e no Brasil ainda é ínfima, considerando o número de mulheres em cada país em relação ao número de homens.

Os Direitos Fundamentais não se apresentam respeitados nas situações em que tanto santomenses quanto brasileiras enfrentam no dia a dia de suas vidas. No entender de Comparato, isso ocorre também porque:

A discriminação contra a mulher se manifesta, também, pela reiterada e muito difundida denegação do direito à diferença, vale dizer, a recusa de reconhecimento e respeito dos dados biológicos e valores culturais, componente do universo feminino. Em ambas as hipóteses, aliás, essa discriminação ultrajante costuma fundar-se em tradições culturais eticamente indefensáveis e tanto mais perigosas quanto são assimiladas, pelas próprias mulheres, como normas de proteção de suas peculiaridades, por parte dos homens que desde sempre as subjugam e exploram.<sup>161</sup>

Em entrevistas realizadas com mulheres dos dois grupos verificamos que as questões que impedem as mulheres de participarem mais ativamente na política são semelhantes, a despeito de pertencerem a países e continentes distintos.

Tais questões vão desde a cultura, educação, problemas enfrentados com a violência doméstica, falta de incentivo no próprio seio da família, o machismo até questões afetivas.

---

<sup>161</sup> COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7. ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010. p. 302.

A questão racial é outro fator a ser considerado sobretudo no Brasil, mas também em São Tomé e Príncipe, pois as questões de raça e gênero se refletem também no comportamento da comunidade internacional.

Embora a presente pesquisa não tenha sido na sua gênese postulada para a questão racial, fomos forçosamente direcionados na medida em que, na busca por parlamentares do sexo feminino na cidade de São Paulo para embasar o presente trabalho só tivemos retorno de parlamentares negras.

As questões da discriminação racial e de gênero foram trazidas como sendo fatores que interferem de maneira significativa na participação política, de forma mais intensa no Brasil do que em São Tomé e Príncipe, por ser esse último de população predominante negra.

Sobre discriminação racial e de gênero cabe verificar as ponderações de Kimberlé Williams Crenshaw. A professora de Direito da Universidade da Califórnia e da Universidade de Columbia, nos Estados Unidos é responsável pelo desenvolvimento teórico do conceito da interseção das desigualdades de raça e de gênero.<sup>162</sup>

De acordo com Crenshaw, a interseccionalidade é um conceito que busca verificar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Racismo, patriarcalismo, opressão de classe, xenofobia, sexismo entre outros sistemas discriminatórios criam desigualdades que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras.<sup>163</sup>

Esses eixos de poder são distintos e excludentes, mas frequentemente se sobrepõem e se cruzam, criando intersecções complexas vários eixos se entrecruzam, ou seja, ou o racismo ou a xenofobia, a classe e o gênero se encontram.<sup>164</sup>

A violência contra as mulheres baseada na raça ou na etnia é um dos exemplos mais conhecidos de opressão interseccional. Em alguns países, o estupro de mulheres pertencentes a determinados grupos étnicos, visam enquadrar essas mulheres em determinada posição dentro dessas sociedades.

---

<sup>162</sup> CRENSHAW, Kimberlé. *Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/372740/Kimberle-Crenshaw.A-interseccionalidade.de-raza-y-geCC80nero.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

<sup>163</sup> CRENSHAW, Kimberlé. *Interseccionalidade na Discriminação de Raça e Gênero*. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/372740/Kimberle-Crenshaw.A-interseccionalidade.de-raza-y-geCC80nero.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016

<sup>164</sup> CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. v.10, n. 1, p.171-188, 2002. .

Mulheres pobres e racializadas podem ser alvo de violência sexual, pois de acordo com o senso comum, são mulheres de honestidade duvidosa e, portanto, não merecem proteção das autoridades.

Por exemplo, as mulheres *dalit* que tentam acusar seus estupradores criminalmente, dificilmente conseguem que seus casos vão a julgamento, principalmente quando esses criminosos pertencem às castas superiores. As mulheres negras e latinas norte-americanas raramente veem os acusados de estuprá-las sendo processados e presos.

Isso ocorre porque, de acordo com estudos, a propaganda sexualizada vinculada à essas mulheres levam os jurados a acreditar que elas consentem na relação sexual. O mesmo não aconteceria se fossem mulheres brancas.<sup>165</sup>

Da mesma forma, a discriminação intencional aparece no emprego, na educação; as mulheres são discriminadas e oprimidas simplesmente por não serem homens e ou por não pertencerem ao grupo étnico considerado dominante. Trata-se de discriminação composta. São excluídas como mulheres étnicas ou de minorias porque não há ocupações para as candidatas com tal perfil étnico-racial e de gênero.

Na educação meninas são privadas de frequentarem a escola por pertencerem a determinado grupo étnico considerado inferior dentro de uma determinada sociedade. É o caso das albanesas na Bósnia, e das meninas *dalit* na Índia. Ou possuem menos estudo que os homens de seu próprio grupo ou das mulheres da elite.<sup>166</sup>

Mulheres refugiadas estão em situação de maior vulnerabilidade ainda; são violentadas em qualquer tempo quando estão a realizar suas tarefas domésticas e necessitam percorrer longos caminhos, às vezes fora do campo de refugiados para conseguir provisões.

Aqui a interseccionalidade se apresenta de forma bastante evidente. Mulheres, de grupos étnicos considerados inferiores, desempoderadas, refugiadas. Refugiados africanos recebem menos recursos que os destinados às vítimas de conflitos étnicos na Europa.

Outro tipo de interseccionalidade é a política. Nessa se verifica o movimento organizado das mulheres de determinadas comunidades, que se juntam para lutar pelos seus direitos e os da comunidade.

---

<sup>165</sup> CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. v.10, n. 1, p.171-188, 2002.

<sup>166</sup> CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. v.10, n. 1, p.171-188, 2002.

São mulheres marginalizadas, quer racial, cultural ou economicamente, e que enfrentam além dos obstáculos que as mulheres da elite enfrentam, suas demandas específicas.<sup>167</sup>

Nesse sentido São Tomé e Príncipe e Brasil têm histórico de organização com os diferentes grupos criados para tutelar os direitos das mulheres. Esses grupos em suas diferentes associações e Organizações Não Governamentais têm agido de forma a pressionar os governantes a implementarem políticas públicas de promoção da igualdade de gênero.

A partir das ponderações e constatações acima percebemos que o caminho é longo, pois em muitas sociedades as leis, tratados e convenções permanecem letra morta.

Em muitos casos o pensamento é de que nada avançou desde o homem de Neandertal. Em pleno século XXI no mundo oriental ainda predominam as castas e tribos, grupos se julgam superiores aos outros para serem servidos e perpetuar privilégios.

Mulheres consideradas mais inferiores ainda, privadas de instrução estão sujeitas a todo tipo de violações. No ocidente a situação não se apresenta diferente.

Lei para combater a violência doméstica. Lei para proibir a mutilação genital. Lei para combater toda forma de discriminação racial. Lei para não matar... E dizem que somos todos pertencentes à raça humana...

Diante dessa triste realidade é fundamental a participação política das mulheres para que seus direitos sejam efetivados, e para garantir isso, São Tomé e Príncipe e Brasil possuem sistemas de cotas que garantem vagas nos diversos partidos para que as mulheres possam ocupar cargos nas diferentes esferas do poder.

Todavia, as estratégias políticas realizadas pelos grupos dominantes fazem com que as mulheres sejam utilizadas como massa de manobra para que o sistema permaneça inalterado. Vejamos como isso ocorre.

---

<sup>167</sup> CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. v.10, n. 1, p.171-188, 2002.

### 3.1 São Tomé e Príncipe

Em pleno século XXI, falar sobre a mulher em qualquer sociedade, por mais moderna e emancipada que seja constitui ainda motivo para muita discussão, pois não há consenso sobre as questões relativas aos direitos das mulheres.

O que dizer então das mulheres que vivem em ambientes onde costumes, crenças e tradições ainda têm papel preponderante no dia a dia da comunidade? É o caso da maior parte das mulheres em São Tomé e Príncipe.

Realizamos entrevistas com algumas santomenses que fazem ou fizeram parte de diferentes associações, e mesmo, ocupam posição de tomada de decisões com o escopo de promover a efetivação dos direitos das mulheres na ilha.

Mesmo com o advento da globalização, os diferentes avanços tecnológicos e os vários tratados e acordos internacionais, além da legislação interna de cada Estado que dispõem sobre a tutela de direitos em relação às mulheres, a igualdade por elas almejada se encontra muito aquém do esperado.

Em geral, a contribuição dada pelas mulheres no processo de desenvolvimento dos países e da sociedade como um todo ainda é subvalorizada. A disparidade entre homens e mulheres, no que tange ao grau de instrução, participação na vida política, no mercado de trabalho e, conseqüentemente, poder econômico, enfim, a exclusão social é visível ainda nos tempos atuais.<sup>168</sup>

Desde o período colonial as mulheres de São Tomé e Príncipe têm se destacado. Simoa Godinho, que viveu no século XVI foi proprietária da antiga Roça Rio de Ouro em São Tomé, hoje Roça Agostinho Neto.<sup>169</sup>

Maria Correia Salema nascida em 1778 foi casada com José Ferreira Gomes, quem introduziu o cacau na ilha em 1822 e se tornou a mulher mais rica da ilha em sua época.

170

Por ocasião do Massacre de Batepá, ocorrido em 03 de fevereiro de 1953, muitas santomenses foram presas e, embora tivessem sofrido as mais terríveis torturas jamais traíram seus compatriotas.<sup>171</sup>

---

<sup>168</sup> SEQUEIRA, Victória Cecília Almeida. *A situação das mulheres na sociedade santomense, discriminações de gênero e a participação na esfera produtiva*. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

<sup>169</sup> SANTO, Carlos Espírito. *Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Colibri, 2014.

<sup>170</sup> SANTO, Carlos Espírito. *Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Colibri, 2014. p14.

<sup>171</sup> SANTO, Carlos Espírito. *Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe*. Lisboa, Colibri, 2014

E ainda, santomenses que gozavam férias foram detidas em Portugal por motivos políticos no dia 4 de Dezembro de 1965 tendo sido interrogadas no dia 6 de dezembro do mesmo ano. (documentos em anexo).

Alda do Espírito Santo, Odete Quaresma Barros, Maria de Lurdes Bragança Gomes, Maria da Piedade Marques d'Alva, Otilia Sequeira Bragança, Maria do Espírito Graça, Ema de Oliveira Baptista de Sousa e Andreza da Graça do Espírito Santo foram algumas das mulheres inquiridas a esclarecer sobre seus envolvimento com atividades políticas que atentassem contra a segurança do Estado, quer nos movimentos independentistas, quer nas associações consideradas ilegais pelo governo.

As mulheres santomenses participaram ainda da organização nacionalista denominada Associação Cívica na luta pela mobilização para a conquista da independência nacional, pouco depois da Revolução dos Cravos, revolução essa que derrubou o regime fascista português em 25 de abril de 1974.<sup>172</sup>

Dois momentos importantes merecem destaque na participação das mulheres. O primeiro deles foi quando um movimento de mulheres dirigiu-se ao Palácio do Governador para pedir a independência das Ilhas em 19 de setembro, sendo considerado, portanto, esse dia como o dia da mulher santomense. Outro destaque é a participação das mulheres em cargos de relevância dentro da sociedade santomense.

Entretanto, as mulheres continuaram exercendo sua influência na vida do país após a conquista de independência de São Tomé e Príncipe em 12 de julho de 1975.

O ano de 1975 foi bastante significativo para as mulheres. O dia 8 de março foi instituído pela Organização das Nações Unidas como o Dia Internacional da Mulher em homenagem às 129 operárias queimadas vivas em uma fábrica de Nova Iorque no ano de 1857. Essas mulheres se insurgiram contra as más condições de trabalho, e também contra a jornada de trabalho excessiva, na época de 14 horas por dia.

As mulheres sempre tiveram participação na história de São Tomé e Príncipe como afirma Carlos Espírito Santo<sup>173</sup>, pois lutaram juntamente com os homens para se libertarem dos colonizadores. E nesse mesmo ano de 1975 relata a Dra. Maria das Neves, presidente de uma das maiores organizações de São Tomé e Príncipe – OMSTP –

---

<sup>172</sup> SANTO, Carlos Espírito. *Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Colibri, 2014. p.15.

<sup>173</sup> SANTO, Carlos Espírito. *Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Colibri, 2014. p.13

Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe o ato executado pelas mulheres, que foi relevante no processo decisivo para a independência do país.<sup>174</sup>

“[...] Um grupo de mulheres que na luta pela independência nacional, vestiram-se de luto dirigiram-se ao Palácio Colonial na altura para exigir a independência de São Tomé e Príncipe. Isso surtiu um efeito porque depois dessa manifestação, grande manifestação das mulheres de luto gritando pela independência, o governo colonial aceitou em Argel um encontro onde assinou o acordo de Argel que ditou a Independência de São Tomé e Príncipe. Tanto que a partir daquela altura que a nossa organização OMSTP – Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe, e eu que sou presidente dessa organização.”[...]

O Decênio das Nações Unidas sobre a Mulher 1976-1985 contribuiu para que mudanças significativas ocorressem na situação da mulher em São Tomé e Príncipe.<sup>175</sup>

De acordo com Maria das Neves, após a independência começou-se a apostar na educação do gênero, o próprio Estado começou tanto a fixar escolaridade obrigatória para todos, rapazes e raparigas, passou-se então a ver um número maior de meninas na escola. E ainda, após a independência elas têm se ocupado em diferentes atividades para que o país e a sociedade progridam. Mas, nem tudo foram flores depois do 12 de julho de 1975.

O novo regime que se instaurou no país, ao contrário do que se esperava, trouxe um agravamento na fome, miséria e no desemprego. Isso fez com que as populações se revoltassem contra o recenseamento organizado pelo governo e marcado para o dia 16 de agosto de 1979.<sup>176</sup>

Durante a revolta, várias mulheres foram presas, dentre elas Maria Francisca dos Ramos Santo, detida onde residia, na vila de Santana, três meses após ter dado a luz a gêmeos; foi espancada por se recusar a delatar outros envolvidos na causa.

Madalena Beatriz Vaz Guimarães foi presa no Departamento de Segurança Nacional em 19 de agosto de 1979, ao acompanhar uma amiga em visita de seu esposo, detido nesse departamento.

Já, Felismina João da Silva Paixão, conhecida como “Portuga”, também foi detida em 19 de agosto de 1979, na sua residência no sítio de S. Marçal e conduzida ao Departamento de Segurança Nacional, e também espancada.

<sup>174</sup> Entrevista com a Dra. Maria das Neves, realizada em Lisboa, em 23 de outubro de 2017.

<sup>175</sup> A MULHER em São Tomé e Príncipe. INE. Disponível:

<<http://www.ine.st/Documentacao/Recenseamentos/2001/RelatoriosTematicosCenso2001/Mulher/Mulher.pdf>>. Acesso em: 04 set. 2015.

<sup>176</sup> SANTO, Carlos Espírito. *Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Colibri, 2014. p.16.

Merece destaque ainda, Maria do Carmo Bragança Neto, acusada, presa e condenada injustamente por se recusar a acusar seus correligionários de conspiração contra o regime. Condenada pelo Tribunal Especial para Atos Contra-Revolução em 26 de março de 1979 a 15 anos de reclusão, após pressões locais e internacionais foi libertada no dia 12 de julho de 1980.<sup>177</sup>

Em 26 de dezembro de 1981 outra vez o povo santomense volta a se rebelar contra o governo pelos motivos já conhecidos, a fome, a miséria e o desemprego, contando mais uma vez com a participação de mulheres como Maria Graciete Lopes Semedo, presa no dia 28 do mesmo mês e ano.

As mulheres se destacaram também por ocuparem pela primeira vez na história do país, cargos públicos de relevância. São exemplos Maria das Neves Baptista e Sousa, primeira a exercer a função de primeira-ministra; Maria Alice Carvalho, presidente do Supremo Tribunal de Justiça; Maria do Carmo Silveira, governadora do Banco Central; Fernanda Margato, presidente da Câmara; Alda Bandeira, presidente de partido político; Maria Fernanda Pontífice, reitora da Universidade Lusíada de São Tomé e Príncipe; e Celiza de Deus Lima, bastonária da Ordem dos Advogados.<sup>178</sup>

Muitas mulheres, além dessas, ocuparam cargos como ministras de vários governos e deputadas eleitas na Assembleia Nacional em diferentes legislaturas.

Internamente a legislação procurou incluir direitos para as mulheres ao iniciar pela Constituição Política (Lei nº 7/90), que proclama a igualdade entre cidadãos de ambos os sexos. E ainda, em seu artigo 2º preceitua que “a mulher é igual ao homem em direitos e deveres, sendo-lhe assegurada participação na vida política, econômica, social e cultural”.

No que tange ao trabalho a Lei nº 6/92 Lei das Condições Individuais do Trabalho dispõe sobre a igualdade de oportunidades, de tratamento e de acesso ao trabalho e ao emprego, a formação e a promoção na carreira profissional.

A família também constitui preocupação na sociedade santomense, e sobre esse aspecto a Lei da Família (Lei nº 2/77) pela primeira vez, considera o estatuto da mulher e da criança, equivalendo tal estatuto ao do casamento e à união de fato, desde que seja exclusiva e legalizada.

---

<sup>177</sup> SANTO, Carlos Espírito. *Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Colibri, 2014. p.16.

<sup>178</sup> SANTO, Carlos Espírito. *Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Colibri, 2014. p.17.

Todos os filhos nascidos fora do casamento passam a ter os mesmos direitos que os nascidos de pais casados. Entretanto, de acordo com as autoridades tal lei necessita de revisão e atualização.<sup>179</sup>

A Primeira República em São Tomé e Príncipe foi governada pelo Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP) de 1975 até 1990. Nesse período a Organização da Mulher de São Tomé e Príncipe (OMSTP) teve a responsabilidade de sensibilizar as mulheres estimulando sua participação no processo de reconstrução do país.<sup>180</sup>

Essa organização passou a integrar o partido, constituindo um de seus departamentos, e em 1992 o governo criou o Gabinete de Promoção da Mulher e da Família, como quadro institucional da Mulher.

Após a Conferência Mundial de Mulheres em Pequim 1995, as mulheres santomenses organizaram, envolvendo a participação de diferentes grupos sociais e políticos prepararam e realizaram o I Fórum da Mulher Santomense em fevereiro de 1996.<sup>181</sup> Nesse Fórum, foi adotada a Plataforma de Ação da Mulher Santomense, todavia, tal Plataforma não conseguiu ser implementada como um todo tendo algumas de suas ações realizadas por ONGs.<sup>182</sup>

A realização do Fórum, entretanto serviu para que uma nova dinâmica surgisse nas ações feministas; com a sua realização deu-se origem o Fórum das Mulheres de São Tomé e Príncipe, e ainda, várias Associações e ONGs nacionais todas enfrentando a falta de financiamento para a execução de seus projetos.<sup>183</sup>

O Secretário Permanente da Federação das Organizações não Governamentais em São Tomé e Príncipe - FONG, em entrevista realizada nesta Federação relata que, desde a

---

<sup>179</sup> MULHERES em São Tomé e Príncipe. IV Recenseamento Geral da População e Habitação – 2012. p. 17. Disponível em: <[www.ine.st/Documentacao/Recenseamentos/2012/RGPH/6%20MULHERES%20Recenseamento%202012.pdf](http://www.ine.st/Documentacao/Recenseamentos/2012/RGPH/6%20MULHERES%20Recenseamento%202012.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2015.

<sup>180</sup> SEQUEIRA, Victória Cecília Almeida. *A situação das mulheres na sociedade santomense, discriminações de gênero e a participação na esfera produtiva*. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

<sup>181</sup> SEQUEIRA, Victória Cecília Almeida. *A situação das mulheres na sociedade santomense, discriminações de gênero e a participação na esfera produtiva*. p. 33. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

<sup>182</sup> SEQUEIRA, Victória Cecília Almeida. *A situação das mulheres na sociedade santomense, discriminações de gênero e a participação na esfera produtiva*. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

<sup>183</sup> SEQUEIRA, Victória Cecília Almeida. *A situação das mulheres na sociedade santomense, discriminações de gênero e a participação na esfera produtiva*. p. 34. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

sua fundação em 2001 tem realizado atividades das mais diversificadas no sentido de promover a igualdade e equidade de gênero em São Tomé e Príncipe.

A FONG representa as ONG's que atuam em São Tomé e Príncipe, quer sejam nacionais ou internacionais. As ONG's são apartidárias, recebem apoio financeiro da União Europeia e da Associação de Cooperação Entre os Povos – ACEP que é de origem portuguesa.<sup>184</sup> Atualmente a FONG conta com um universo de 85 organizações associadas, promovendo atividades de capacitação de seus membros a da sociedade cível santomense.

A ACEP foi constituída em 1990, e é uma associação de participação cidadã, para um mundo mais equitativo e solidário. Um dos seus objetivos é construir laços de cooperação e reforço mútuo com os países de língua oficial portuguesa.<sup>185</sup>

Em relação aos projetos ligados aos direitos humanos das mulheres, além da ACEP a FONG conta com algumas de suas afiliadas: Associação de Mulheres Juristas de São Tomé e Príncipe, da Plataforma de Direitos Humanos e Igualdade de Gênero, e também do Instituto Nacional da Igualdade e Equidade de Gênero.

Sobre este último, INPG, com direção da Dra. Ernestina Menezes, Maria das Neves relata que ao assumir o cargo de Primeira Ministra foi incumbida de cuidar também do gabinete da mulher que na altura estava localizado num anexo junto à direção das Pescas. Foi então que a doutora reuniu esforços para que o INPG tivesse uma sede condizente com suas atribuições.<sup>186</sup>

Eduardo Elba ressalta que houve grandes saltos no que concerne à ratificação de tratados e convenções, e ainda à elaboração de leis, tendo em vista a efetivação dos direitos das mulheres, todavia, não houve aplicabilidade.

<sup>184</sup> Entrevista realizada com o Secretário Permanente da Federação das Organizações não governamentais em São Tomé e Príncipe em 13 de outubro de 2017, em São Tomé, na Sede da Federação.

<sup>185</sup> DIREITOS das Mulheres em São Tomé e Príncipe: Conhecer para Capacitar e Sensibilizar. OLIVEIRA, Ana Filipa. Et. Al. Guide Artes Gráficas. 2016.

<sup>186</sup> Trecho da entrevista Dra. Maria das Neves: “[...]Quando eu era ministra da Economia também era a única mulher no governo, os restantes eram só homens. Para além das tarefas que eu tinha como Ministra da Agricultura, Comercio, Indústria, Turismo e Pesca, o chefe do governo incumbiu-me também a responsabilidade de cuidar do gabinete da Mulher e Família, e aí causava-me alguma angustia ver o gabinete num anexo da direção das Pescas sem as mínimas condições. Então, quando fui nomeada Primeira Ministra achei que era o momento oportuno para construir um edifício que pudesse dignificar a mulher. Chamei uma arquiteta mandei-a conceber e elaborar o projeto de um edifício que pudesse dignificar a mulher. Como na altura tínhamos cooperação com Taiwan, pedimos apoio financeiro aos representantes de Taiwan para a construção de um edifício que pudesse dignificar melhor a mulher de São Tomé e Príncipe, o que se tornou uma realidade. Hoje temos em São Tomé um grande edifício com muito boas condições que denominamos de Instituto Nacional para a Igualdade e Equidade de Gênero, cuja chefe é a Dra. Ernestina. [...]. Hoje temos uma estratégia e um Instituto para a Igualdade e Equidade de Gênero, que tem organizado muitas formações, seminários e conferências, e é um instituto, que está a trabalhar nessa perspectiva de promoção da mulher”. [...]

Destaque da Federação para duas ações de formação realizadas no sentido de capacitar as mulheres. A primeira com enfoque jurídico legal, e a segunda mais especificamente com desenvolvimento na perspectiva de gênero. E agora estão a preparar a terceira formação que irá tratar da questão da influência da mídia nas questões de gênero.

Essas ações buscaram conscientizar as mulheres de diversas áreas da ilha sobre seus direitos, a legislação, os órgãos oficiais que elas devem procurar para se proteger, sobre a questão da violência doméstica com cartilhas e mesmo vídeos de curta duração para facilitar o aprendizado.

A realização de seminários contou também com a presença dos homens, cidadãos santomenses, por entender a federação que, os homens têm que estar conscientes e participar na promoção da igualdade de gênero. Algumas associações e organizações se destacam no que tange à promoção da igualdade e equidade de gênero e dos direitos das mulheres.

A ASMJ – Associação Santomense de Mulheres Juristas é uma organização sem fins lucrativos, constituída em 04 de junho de 2009. Suas atividades estão pautadas pelos princípios da Constituição Política Santomense, nos princípios consagrados na Declaração Universal dos Direitos Humanos e na CEDAW, tendo por finalidade a eliminação de todas as formas de discriminação, sem qualquer distinção e contribuir para a promoção da igualdade de direitos e oportunidades. É presidida pela Dra. Kótia Solange de Menezes.<sup>187</sup>

Temos ainda a PDHEG – Plataforma para os Direitos Humanos e Equidade de Gênero, organização da sociedade civil santomense, nascida para promover os direitos humanos e das mulheres. Surgiu após o I Fórum da Mulher de São Tomé e Príncipe ocorrido em fevereiro de 1996.

Após isso, foi criado o Fórum das Mulheres de São Tomé e Príncipe que alberga várias Organizações Não Governamentais Femininas entre as quais Instituto Mutendê, Cooperativa Josina Machel, Associação para o Progresso das Mulheres- APM, Associação Pró-Família, Jovens Guias, Fé Empenho, Associação de Apoio às Mulheres e Crianças Vítimas de Violência, Associação das Mulheres Empresárias e Profissionais e também

---

<sup>187</sup>DIREITOS das Mulheres em São Tomé e Príncipe: Conhecer para Capacitar e Sensibilizar. OLIVEIRA, Ana Filipa. Et. Al. Guide Artes Gráficas. 2016.

pessoas singulares, independentemente da sua filiação partidária ou das suas opções políticas ou religiosas.<sup>188</sup>

Além dessas associações temos ainda a Rede das Mulheres Ministras e Parlamentares e a Rede de Mulheres Parlamentares, composta apenas de deputadas eleitas e está integrada na Rede das Mulheres Parlamentares da CPLP.

No ano de 2006, mais precisamente em novembro, o Governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe, com o apoio da UNICEF, criou o Centro de Acolhimento Contra a Violência Doméstica (CACVD) que tem por objetivo de atender, proteger as vítimas de violência doméstica, promover o diálogo no seio da família, sensibilizar e educar as famílias.

Com o trabalho das Associações e ONGS as mulheres começaram a dar passos mais significativos na vida social e mesmo nos espaços de tomadas de decisões, mas sua participação ainda é ínfima em relação aos homens.

Embora não seja institucional, os homens são mais privilegiados no que tange à educação, devido a fatores culturais ou familiares; quando ocupam os mesmos postos de trabalho recebem remuneração inferior; são minorias na política partidária e nos espaços de poder e decisão.<sup>189</sup>

As mulheres continuam acumulando funções profissionais e domésticas, cuidam da casa e da família, muitas vezes sem a ajuda do companheiro e sujeitas ainda a vários tipos de violência.<sup>190</sup>

A tabela<sup>191</sup> abaixo revela que não há paridade entre homens e mulheres no que se refere à instrução:

---

<sup>188</sup> MULHERES em São Tomé e Príncipe. IV Recenseamento Geral da População e Habitação – 2012. p. 20. Disponível em: <[www.ine.st/Documentacao/Recenseamentos/2012/RGPH/6%20MULHERES%20Recenseamento%202012.pdf](http://www.ine.st/Documentacao/Recenseamentos/2012/RGPH/6%20MULHERES%20Recenseamento%202012.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2015.

<sup>189</sup> SEQUEIRA, Victória Cecília Almeida. *A situação das mulheres na sociedade santomense, discriminações de gênero e a participação na esfera produtiva*. p. 43. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

<sup>190</sup> SEQUEIRA, Victória Cecília Almeida. *A situação das mulheres na sociedade santomense, discriminações de gênero e a participação na esfera produtiva*. p. 43. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

<sup>191</sup> MULHERES em São Tomé e Príncipe. IV Recenseamento Geral da População e Habitação – 2012. p. 48. Disponível em: <[www.ine.st/Documentacao/Recenseamentos/2012/RGPH/6%20MULHERES%20Recenseamento%202012.pdf](http://www.ine.st/Documentacao/Recenseamentos/2012/RGPH/6%20MULHERES%20Recenseamento%202012.pdf)>. Acesso em: 04 set. 2015.

**População residente de 15 anos ou mais segundo o nível de instrução que frequenta ou frequentou, por sexo e faixa etária**

Nível de instrução	Total	15-24 anos		25-64 anos		mais de 64 anos	
		Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
RDSTP	100	100	100	100	100	100	100
Sem nível	8,6	2,2	2,7	3,9	11,8	23,7	66,0
Pré escolar	0	0	0	0	0	0	0
Básico	52,9	64,2	61,5	45,5	51,7	61,4	26,9
Alfabetização	1,0	1,5	1,2	0,4	0,9	0,8	2,0
Secundário	34,8	31,7	34,2	44,7	32,7	11,5	4,3
Profissional/Técnico	0,6	0,2	0,1	1,0	0,6	1,0	0,4
Superior	2,2	0,1	0,2	4,5	2,3	1,7	0,4

Chama à nossa atenção a diferença de mulheres em relação aos homens que frequenta o ensino superior, que consiste no dobro. Isso se deve à falta de parceria e comprometimento dos homens em relação aos afazeres domésticos com raríssimas exceções, como nos narrou a Dra. Maria das Neves e também a Dra. Domitília Trovoadá, ambas casadas e com filhos, graduadas e pós-graduadas e que têm apoio dos maridos em todas as suas atividades, sobretudo nas atividades políticas.<sup>192</sup>

O professor Kabengele Munanga explica que, não há nas sociedades africanas papel social normal previsto para os solteiros, e ainda que os casos de solidão voluntária se produzem apenas às vezes e são considerados aberrações ou acidentes infelizes. Embora a poligamia seja considerada admissível, sua prática se torna impossível quando o casamento ocorre na sociedade matrilinear, onde o homem é obrigado a abandonar a sua família, depois de casado para viver com a família da mulher.<sup>193</sup>

No que se refere às uniões em São Tomé e Príncipe as relações são bastantes peculiares. Não há predominância do casamento monogâmico e os fundamentos do catolicismo não se fizeram prevalecer nesse particular a despeito do número de africanos batizados.<sup>194</sup> Reportagem do Deutsch Welle aponta três formas de união conjugal na ilha: o casamento canônico, a união de fato e a união conhecida como *vivencha* que consiste em visitas regulares ou irregulares do cônjuge masculino.<sup>195</sup>

<sup>192</sup> Entrevistas realizadas em Lisboa e São Tomé nos dias 23 outubro de 2017 e 16 de outubro de 2017.

<sup>193</sup> MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global. 2009, p. 34.

<sup>194</sup> SEIBERT, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Vega. 2001, p. 444.

<sup>195</sup> MULHERES de São Tomé e Príncipe entre a família e a carreira profissional. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/mulheres-de-s%C3%A3o-tom%C3%A9-e-pr%C3%ADncipe-entre-a-fam%C3%ADlia-e-a-carreira-profissional/a-1826543> 1>. Acesso em: 15 fev. 2016.

Isso ocorre quando o homem é incapaz de desempenhar seu papel de provedor da mulher e dos filhos, perdendo a estima da família e, em consequência busca relacionamento com outras mulheres constituindo outro núcleo familiar.<sup>196</sup>

São muitas as uniões de fato por conta desse tipo de relação fazendo com que muitas mulheres sejam chefes de família. O casamento monogâmico é verificado apenas na elite, ou seja, o casamento canônico sempre representou uma exceção. A chamada *vivencha* é mais comum entre mulheres de classes mais baixas e, não raro, são a segunda ou terceira companheira dos maridos visitantes.<sup>197</sup>

Relações desse tipo proliferam devido à condição da mulher na sociedade santomense, uma vez que, não possuem as mesmas oportunidades para estudar, se qualificar e ocupar melhores postos de trabalho e maior rendimento financeiro, recorrendo a favores sexuais como meio de subsistência.<sup>198</sup>

Todavia esse quadro, apresentado pelo antropólogo Seibert em seus estudos no final do século passado já se apresenta bem diferente nos tempos atuais. Em 2015, 39% dos lares existentes em São Tomé e Príncipe eram chefiados por mulheres sozinhas.

As relações afetivas mudaram, de sorte que, hoje uma mulher solteira e sem filhos não é mais motivo de comiseração e pena por parte dos demais membros da sociedade, e ainda, solteiras e casadas estão procurando se especializar e orientando suas filhas a que façam o mesmo.<sup>199</sup> As mulheres santomenses no contexto social apresentam semelhanças como as mulheres pertencentes às demais sociedades e culturas, ou seja, seu papel ainda é o de cuidadora do lar, dos filhos, enfim da família mesmo tendo já alcançado postos de destaque.

Ainda prevalece nessas sociedades e culturas, na família tradicional, o privilégio à educação concedido aos homens, pois, seu objetivo era prepará-los para o futuro, o sustento da família, sendo o principal responsável.

---

<sup>196</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres*: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002.p. 445.

<sup>197</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres*: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p.449.

<sup>198</sup> SEIBERT, Gehard. *Camaradas, clientes e compadres*: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe. Lisboa: Vega. 2. ed. rev. e atual. 2002. p.449.

<sup>199</sup> MULHERES de São Tomé e Príncipe entre a família e a carreira profissional. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/mulheres-de-s%C3%A3o-tom%C3%A9-e-pr%C3%ADncipe-entre-a-fam%C3%ADlia-e-a-carreira-profissional/a-1826543> 1>. Acesso em: 5 fev. 2016.

A Lei nº 2/77 regula juridicamente as instituições de família em São Tomé e Príncipe. Embora dê importância particular ao respeito da igualdade e plena partilha das responsabilidades entre homens e mulheres no seio familiar, a referida lei encontra-se desatualizada.

Isso ocorre porque a poligamia ainda é uma realidade na sociedade santomense, e essa situação não se encontra contemplada no ordenamento jurídico. Portanto, às mulheres que vivem em união de fato com um homem já casado se encontram em desvantagem, sobretudo no referente aos direitos sucessórios.

A violência doméstica é outro fator a ser considerado; em São Tomé e Príncipe as mulheres também sofrem com esse mal, que em muitos casos ocorre dentro do ambiente familiar. Praticada pelo cônjuge ou companheiro, ou ainda, por outro membro da família, a violência contra a mulher, quer física, psicológica, social ou moral tem motivação cultural, religiosa onde o agressor do sexo masculino está amparado pelos costumes do grupo ao qual pertence. Por ser o provedor econômico, o homem se considera em posição superior às mulheres.

As santomenses, por sua vez, deixam de denunciar tais situações por motivos já conhecidos: a dependência econômica, a prole quando sustentada pelo agressor, a falta de instrução e qualificação, desemprego que as impossibilitam de se tornarem independentes dessa situação.<sup>200</sup> A Lei 11/2008 Contra a Violência Doméstica e Familiar cria mecanismos para prevenir a violência doméstica e familiar.

Sobre a elaboração dessa lei a Dra. Maria das Neves nos fornece um brilhante e detalhado relato em sua entrevista. Com o apoio do PNUD e juntamente com o Fórum da Mulher Santomense o projeto foi encaminhado ao parlamento. A então deputada, em defesa da lei no parlamento, disse aos seus pares que, todos tinham esposas, mães, e filhas, e que ninguém gostava de ver um membro de sua família ser vítima de violência. Maria das Neves ainda relatou que:

“Na véspera da discussão antes da plenária andei pelas bancadas todas, a dizer o seguinte: o homem que votasse contra a lei de violência doméstica não era parte da solução, mas sim parte do problema, porque também batia lá em casa.”

A lei foi aprovada por unanimidade. Foram distribuídas cartilhas para as mulheres por todo o país, para conscientizá-las dos seus direitos. A violência praticada contra a mulher independe de nível de escolaridade, classe social, religião ou etnia.

---

<sup>200</sup> DIREITOS das mulheres em São Tomé e Príncipe. Conhecer para capacitar e sensibilizar. OLIVEIRA, Ana Filipa. Et. Al. GUIDE Artes Gráficas. 2016. p. 164.

Após a aprovação da lei houve um aumento significativo no número de casos de violência doméstica. De acordo com Kótia Menezes e Maria das Neves o que aumentou de fato foi o número de denúncias, e não o número de casos, isso porque as mulheres passaram a ser consideradas protegidas juridicamente.<sup>201</sup>

De acordo com Sequeira, até a independência do país as mulheres santomenses tinham uma participação ínfima, quase nula no mercado de trabalho, já que, suas funções se restringiam aos afazeres domésticos e ao cuidado com a família a despeito de sua participação nos movimentos para a libertação do país.<sup>202</sup>

Todavia, na mesma proporção que cresce a participação feminina nesse mercado, segue evoluindo o processo de desregulamentação do mercado de trabalho, a falta de políticas públicas que tutelem a proteção do emprego.

De acordo com a tabela abaixo as mulheres desempregadas, ou inativas são em maior número que os homens de acordo com índices oficiais, todavia, há que se considerar certa distorção nesses dados, uma vez que, inúmeras mulheres trabalham em casa, ou na informalidade sendo, portanto, consideradas inativas.

#### Taxa de atividade segundo grupos etários e sexo

Grupos etários	Total	Masculino	Feminino
RDSTP	64,3	76,0	52,6
15-24	40,4	49,8	30,9
25-34	76,7	90,0	63,7
35-44	79,7	92,1	67,2
45-64	75,7	89,9	62,4

Para as mulheres essa situação é agravada; já que normalmente têm suas atividades pouco reconhecidas, subvalorizadas, percebendo menores salários em relação aos homens. Sobre esse ponto a Dra. Vera Cravid entende que “as mulheres estão sobrecarregadas, elas são as chefes de família, assumem tudo, saem às 4 ou às 5 horas da manhã com um filho numa mão e outro às costas e as mercadorias na outra mão, atravessam a cidade para garantir o sustento da família.”<sup>203</sup>

<sup>201</sup> DIREITOS das mulheres em São Tomé e Príncipe. Conhecer para capacitar e sensibilizar. OLIVEIRA, Ana Filipa. Et. Al. GUIDE Artes Gráficas. 2016. p. 164. “[...] foram julgados nos nossos Tribunais no ano 2014 a 2016 uma média de 15 casos por ano, no que tange aos crimes de violência doméstica [...]”

<sup>202</sup> SEQUEIRA, Victória Cecília Almeida. *A situação das mulheres na sociedade santomense, discriminações de gênero e a participação na esfera produtiva*. p.43. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

<sup>203</sup> ENTREVISTA com a Procuradora Geral de República de São Tomé e Príncipe Dra. Vera Cravid, trecho: “Porque, apesar de muitas não trabalharem para fora, mas elas trabalham em casa, elas têm sempre umas barraquinhas a porta, fazem negócios, vendem coisas, não se teve oportunidade de irem aos mercados lá em São Tomé, a maior parte da população que vende, é feminina. Muito pouco homem está no mercado a

Socialmente, as mulheres santomenses verificaram uma modificação significativa no final do século XX, quando assumiram diversas atividades remuneradas.<sup>204</sup> A presença das mulheres nas esferas públicas quebra preconceitos promovendo mudanças nas relações sociais e domésticas.

As mulheres em São Tomé e Príncipe representam mais da metade da população, e elas têm participado e se destacado na história política das ilhas desde o tempo da colonização. Nas entrevistas realizadas e já mencionadas com algumas das mulheres que se destacaram no processo de descolonização e independência de Portugal pudemos constatar as dificuldades e resistências encontradas, embora a legislação nacional e internacional assegure à elas plena participação no processo político.

As eleições em São Tomé e Príncipe ocorrem em três calendários distintos, as Presidenciais cujo mandato é de cinco anos, as Legislativas com mandato de quatro anos e as Distritais com mandato de três anos.

De acordo com os entrevistados, já se estuda a alteração da lei eleitoral de forma que todas as eleições ocorram em conjunto, isso para diminuir gastos, uma vez que, as distritais, não raro, deixam de ocorrer por falta de recursos financeiros.

Todavia, essa não realização do pleito destinada à troca da administração distrital não afeta a governança do país como um todo, de acordo com o depoimento da Juíza Kótia Solange de Menezes.<sup>205</sup>

A extensão do mandato das autárquicas não é legalmente previsível, mas não acarreta grande confusão a nível interno, isso que é importante. Porque já tivemos anos aqui seis, sete, ou oito anos ou até mais sem eleições autárquicas, mas isso não interfere muito.

Pelo sistema eleitoral em São Tomé e Príncipe é regido pela Lei Eleitoral 11-90, e de acordo com a referida lei eleitoral, são elegíveis para ocupar o cargo de Presidente da República os cidadãos santomenses de origem, maiores de 35 anos, que não tenham outra

---

vender. Elas estão na informalidade. E muitas, para não dizer, quase metade, é mãe solteira. Elas têm os filhos, elas sabem, se tiveres oportunidade de perguntar a uma criança, ou mesmo a uma pessoa adulta, você, em sua casa qual é a sua referência? É a minha mãe. Sempre, porque é a mãe? Porque é a mãe que levanta, vai buscar a comida, é a mãe que manda ele para a escola, é a mãe que mesmo não sabendo ler incentiva para estudar, é a mãe, é a mãe, é a mãe. Porque o pai, esquece”.

<sup>204</sup> SEQUEIRA, Victória Cecília Almeida. *A situação das mulheres na sociedade santomense, discriminações de gênero e a participação na esfera produtiva*. p.32. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

<sup>205</sup> Entrevista realizada com a Juíza Kótia Solange de Menezes em 12.10.2017 no Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe.

cidadania. (art. 11, 1). É eleito o candidato que obtiver mais de metade dos votos validamente expressos, não se considerando como tal os votos em branco e os votos nulos. (art. 14,2)

Já no Parlamento, a Assembleia Nacional é composta por no mínimo quarenta e cinco Deputados e o máximo de cinquenta e cinco Deputados. Tais deputados são eleitos por círculos eleitorais. Esses círculos eleitorais coincidem com as áreas distritais. Cada círculo é representado na Assembleia Nacional por quatro Deputados, e o restante de deputados será distribuído proporcionalmente ao número de cidadãos eleitores inscritos em cada círculo eleitoral. (art. 17)

São elegíveis de acordo com o artigo 18, os cidadãos santomenses eleitores, com exceção dos santomenses que possuem outra cidadania. Podem propor candidaturas os partidos políticos ou em coligação, e grupos de cidadãos eleitores apoiados por um mínimo de 100. As listas apresentadas por cada candidatura contêm a indicação dos candidatos efetivos, e dos suplentes a número não inferior a dois nem superior ao dos efetivos. (art. 19)

Interessante destacar aqui que, no caso das eleições distritais, diferentemente do que ocorre no Brasil, é possível um grupo de cidadãos, ou como disse o Secretário Permanente da FONG-Federação das Organizações Não Governamentais em São Tomé e Príncipe, os movimentos, lançarem candidaturas e participarem das eleições, sem ter que, necessariamente estarem filiados a determinado partido. Essa situação, segundo o secretário, tem provocado um movimento por parte dos parlamentares para que, a lei eleitoral sofra alteração, de tal modo que impeça os “movimentos” de lançarem suas candidaturas e concorrerem às eleições.<sup>206</sup>

Ao nível da eleição legislativa só participam partidos políticos, enquanto que a nível de poder local participam partidos políticos, mas há também a necessidade de os cidadãos se organizarem e concorrerem. Os movimentos sociais, por exemplo, na ilha do Príncipe, que é ilha irmã, quem está no poder é o movimento. Movimento que surgiu, concorreu às eleições, da regional, e ganhou as eleições. Mas, já houve também, uma tentativa de alterar a lei eleitoral e não permitir que os movimentos sociais participem.

Atualmente são quatro partidos que estão no poder no país: ADI, partido do governo, do Presidente da República, depois o MLSTP, em terceiro o PCD, e um representante da UDD.

<sup>206</sup> ENTREVISTA realizada com o Secretário Permanente da FONG – Federação das Organizações Não Governamentais em São Tomé e Príncipe, realizada em 13.10.2017 na sede da Federação.

Muito bem, mas e as mulheres? As mulheres participam ativamente do processo eleitoral em São Tomé e Príncipe. São elas que elaboram as reuniões, fazem as campanhas, arrecadam o maior número de votos para os partidos, todavia, não conseguem se eleger, têm baixa representatividade no parlamento, e já concorreram três vezes à Presidência da República sem êxito.

Para garantir maior representatividade, São Tomé Príncipe possui a Resolução 74/VII/2009 que exige dos partidos a reserva de 30% das vagas em suas listas para as mulheres. Ocorre que, na prática, segundo nossas entrevistadas, esses lugares de fato são ocupados, mas para que as mulheres trabalhem nas campanhas, servindo apenas de massa de manobra para angariar votos.

Por ocasião da elaboração das listas de candidatas elas nunca são colocadas nas primeiras posições, e acabam por ser, quando eleitas, suplentes. E, de acordo com a candidata às presidenciais de 2016 Dra. Maria das Neves, as suplentes não têm direito a propor iniciativas legislativas. Apesar da participação ativa das mulheres na sociedade santomense, a participação política ainda deixa a desejar como já narrado anteriormente. Carlos Espírito Santo apresenta essa realidade em seu livro através do quadro abaixo no que tange às Eleições Legislativas.

#### **Eleições Legislativas Segundo o Gênero (Mandatos)<sup>207</sup>**

<b>Data</b>	<b>Homens</b>	<b>%</b>	<b>Mulheres</b>	<b>%</b>
20.01.1991	50	90,9	05	9,09
08.10.1994	51	92,7	04	7,27
08.11.1998	50	90,9	05	9,09
03.03.2002	50	90,9	05	9,09
26.03.2002	52	94,5	03	5,45
01.08.2010	45	81,8	10	18,18
<b>Total</b>	<b>298</b>	<b>90,3</b>	<b>32</b>	<b>9,6</b>

O quadro acima apresentado mostra como ao longo dos anos as mulheres têm participado do processo eleitoral na ilha. Os movimentos em prol dos direitos das mulheres foram se intensificando.

No ano de 2009, mais precisamente no dia 22 de setembro, o Diário da República publicou a resolução nº 74/VIII/2009 que trata das Medidas de Reforço da Participação Cívica e Política das Mulheres.

<sup>207</sup> ESPÍRITO SANTO, Carlos. *Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Colibri, 2014. p.18.

Tal resolução recomenda aos Partidos políticos assumirem o compromisso público de tomar medidas que considerem adequadas que assegurem a participação das mulheres nas listas eleitorais e em lugares elegíveis para a Assembleia Nacional, Governo, Assembleia Regional e Autarquias Locais, num mínimo de 30%.<sup>208</sup>

A presente resolução está alicerçada no fato de que, a despeito do aumento percentual da participação feminina nos últimos anos no Governo, a sua presença diminuiu significativamente no Parlamento. Todavia, de acordo com o entendimento da Deputada da Assembleia Nacional e Magistrada Dra. Elsa Pinto, depois dessa resolução as coisas não se alteraram, asseverando a douta magistrada que o ideal seria que os partidos adotassem o método zebra em suas listas, um homem e uma mulher.<sup>209</sup>

As mulheres se destacaram também por ocuparem pela primeira vez na história do país, cargos públicos de relevância. São exemplos Maria das Neves Baptista e Sousa, primeira a exercer a função de primeira-ministra, Maria Alice Carvalho, presidente do Supremo Tribunal de Justiça, Maria do Carmo Silveira, governadora do Banco Central, Fernanda Margato, presidente da Câmara, Alda Bandeira, presidente de partido político.

### Mulheres em Cargos de Decisão 2000-2010<sup>210</sup>

CARGO	OCUPANTE	PERÍODO
Primeira Ministra	Maria das Neves Baptista de Sousa Maria de Carmo Trovoada Silveira	2002-2004 2005-2006
Secretária de Estado	Elsa Pinto Célia Posser	2002-2004 2005-2006
Presidente da Câmara Distrital	Fernanda Margato	2000-2007
Presidente do Supremo Tribunal de Justiça	Alice Carvalho	2001-2009
Governadora do Banco Central	Maria do Carmo	1999-2005

<sup>208</sup> VERA-CRUZ, Carla Neves. SOUSA, Domitilia Trovada de. *Direitos das mulheres em São Tomé e Príncipe: conhecer para capacitar e sensibilizar*. Lisboa, ACEP, 2016. p. 161.

<sup>209</sup> VERA-CRUZ, Carla Neves. SOUSA, Domitilia Trovada de. *Direitos das mulheres em São Tomé e Príncipe: conhecer para capacitar e sensibilizar*. Lisboa, ACEP, 2016. p. 162.

<sup>210</sup> SEQUEIRA, Victória Cecília Almeida. *A situação das mulheres na sociedade santomense, discriminações de gênero e a participação na esfera produtiva*. p. 36. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

### Ministérios de Estado<sup>211</sup>

CARGO	OCUPANTE	PERÍODO
Plano e Finanças	Maria Tebús Maria do Carmo Ângela Viegas	2001-2003 2005 2008-2010
Economia	Cristina Dias	2008
Recursos Naturais, Energia e Meio Ambiente	Cristina Dias	2009-2010
Negócios Estrangeiros, Cooperação e Comunidades	Maria do Nascimento Graça Amorim Alda da Conceição	1978-1985 2002
Educação	Lígia Costa Armanda Cunha Fernanda Pontífice Maria de Fátima	-1986 2000-2001 2001-2002 2006-2008
Trabalho, Solidariedade e Família	Maria de Cristo Maria Tomé	2006-2008 2009-2010
Comunicação Social, Juventude e Desporto	Maria de Cristo	2009-2010
Justiça	Elsa Pinto	2003-2005
Defesa Nacional	Elsa Pinto	2009-2010
Saúde	Claudina Cruz	2001-2003
Agricultura e Desenvolvimento Rural	Valdimira Tavares	2008

A partir dos quadros apresentados acima é possível constatar que a participação das mulheres santomenses na esfera política vem aumentando consideravelmente. Isso foi possível após diversos mecanismos e estratégias de inclusão ocorridos no período pós-independência.

No jornal *A Bola*<sup>212</sup>, em matéria publicada no dia 10 de abril de 2016 o MLSTP-PSD maior partido de oposição, declarou que apoiaria a candidatura de Maria das Neves para a presidência. A pré-candidata foi a primeira mulher santomense a ocupar o cargo de primeira-ministra e, atualmente é vice-presidente do Parlamento de São Tomé e Príncipe.

Em sua declaração ao *Jornal Tropical* no dia 30 de março de 2016, Maria das Neves Ceita Baptista de Sousa assevera: “Acredito que serei muito mais útil aos santomenses se puder exercer uma função cuja magistratura de influência permita ajudar o

<sup>211</sup> SEQUEIRA, Victória Cecília Almeida. *A situação das mulheres na sociedade santomense, discriminações de gênero e a participação na esfera produtiva*. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

<sup>212</sup> MLSTP-PSD apoia candidatura presidencial de Maria das Neves. Disponível em: <<http://www.abola.pt/africa/ver.aspx?id=606598>>. Acesso em: 23 maio 2016.

país a conseguir a tão almejada estabilidade política" e "paz social para que os santomenses possam continuar a sonhar com um futuro melhor".<sup>213</sup>

Todavia, o país viu frustrada a oportunidade de eleger a primeira mulher santomense à Presidência da República, e isso devido ao ocorrido nas eleições de julho de 2016. O candidato Pinto da Costa retirou-se do pleito no segundo turno, restando apenas o candidato Evaristo Carvalho.

Ao retirar sua candidatura era esperado que assumisse a vaga para concorrer ao pleito a candidata Maria das Neves, entretanto, o processo eleitoral já se encontrava viciado desde o seu início de acordo com a imprensa local e denúncia dos candidatos de oposição conforme depoimento da própria candidata.<sup>214</sup>

Logo após a segunda volta, quando Evaristo Carvalho se sagrou vencedor, Maria das Neves interpôs recurso para impugnar o pleito, tendo em vista o grande número de abstenções registrados, e questionando sobre o seu direito a concorrer na vaga surgida.

Questionada a Dra. Kótia de Menezes do Supremo Tribunal de Justiça sobre a questão disse que tudo ocorreu dentro da lei, e portanto, não há que se fazer qualquer questionamento. A lei eleitoral está em vias de ser atualizada de acordo com a unanimidade dos entrevistados.

Todos ainda afirmam ser imprescindível que a Resolução 74/VIII/2009 se torne lei para que, de fato, a participação política das mulheres no parlamento seja garantida. A lei servirá não apenas para garantir vagas nos partidos, mas sim, imperativamente garantir vagas o parlamento.

---

<sup>213</sup> Maria das Neves é candidata às presidenciais de São Tomé e Príncipe. Disponível em: <<http://www.jornaltropical.st/tropical179.htm>>. Acesso em: 23 maio 2016.

<sup>214</sup> ENTREVISTA com Dra. Maria das Neves: “[...]O que aconteceu nas eleições presidenciais foi uma aberração e só não houve violência tal como aconteceu no Gabão porque o povo santomense é um povo pacífico e tem a tradição de resolver os seus conflitos pela via do diálogo. As eleições foram realizadas num domingo, 17 de julho, e desde o dia 15, numa sexta-feira, já tinham sido divulgados, no site da Comissão Eleitoral, os resultados que viriam a configurar por incrível que pareça com os resultados depois divulgados sendo: Evaristo de Carvalho na primeira posição, Pinto da Costa na segunda e Maria das Neves na terceira, tal como aconteceu depois do apuramento dos resultados. Houve zonas em que eu obtive 117 votos e divulgaram que tive apenas um voto. O próprio presidente da Comissão Eleitoral veio a público reconhecer que “houve falhas gravíssimas na contagem dos resultados”, mas nada foi feito para anular as eleições, não obstante a impugnação dos resultados introduzida nos Tribunais por dois candidatos, tendo levado a segunda volta apenas um candidato convertendo o processo num autêntico plebiscito”.

Para além das políticas implementadas, dos movimentos das ONG's, associações e demais organismos que trabalham em prol dos direitos das mulheres é salutar que elas se unam, estudem, se fortaleçam, deixem de ser massas de manobras dos partidos políticos.

As mulheres precisam acreditar nelas mesmas porque são de fato capazes, mas ainda não têm a consciência disso, como afirma Maria das Neves. Trabalham ativamente em todas as eleições, como afirmou a Juíza Kótia de Menezes, desde o início das campanhas, organizando e preparando as reuniões, as campanhas dentro do partido e nas ruas, fazendo trabalho de angariar votos junto a população, todavia, não votam em si mesmas, e elegem os homens.

Em muitos casos as mulheres deixam de participar da vida política porque não têm apoio da família. Como afirmou a Dra. Domitília Trovoada que já participou ativamente da política e hoje se dedica à Associação Santomense de Mulheres Juristas, é difícil para a mulher participar, porque as reuniões dos partidos ou são realizadas à noite ou aos finais de semana.

Para deixar os filhos em casa com os maridos eles reclamam, da mesma forma aos finais de semana. Depois, a família ainda reforça a ideia que isso (essas atividades) não é coisa para mulher. Com isso passam muito tempo fora, frequentemente precisam viajar.

Isso muitas vezes põe em risco o próprio casamento, a própria união, e daí a mulher é obrigada a fazer uma opção, não só por imposição da família ou do próprio companheiro, mas, sobretudo porque, sendo mulher também quer continuar com seu companheiro, seu esposo para se sentir realizada. Para o homem, tudo isso é mais fácil.

Outra questão fundamental é a educação, as meninas devem ser educadas de forma a não pensarem que a vida das mulheres se resume a cuidar de casa, filhos e marido. Desde a mais tenra infância deve ser estimulada na sua capacidade de exercer outras funções, outras atividades.

Da mesma forma, a educação dos meninos deve ser realizada de forma que eles aprendam a respeitar as meninas, suas irmãs e amigas, entendam ainda que ambos são parceiros, companheiros, e que as tarefas devem ser compartilhadas, uma vez que ambos usufruem das mesmas coisas, casa, comida, escola, trabalho, vida social.

A Procuradora Geral da República Vera Cravid ressalta que há que se definir, em primeiro lugar o que é família na sociedade santomense, que tipo de família se tem ou se almeja ter. No entendimento da procuradora o núcleo familiar deve ser fortalecido

independente da forma que tenha, fortalecido no sentido de que há que se ter comprometimento entre as pessoas que compõem o núcleo e os valores passados aos filhos: respeito, responsabilidade, solidariedade, carinho, amor, coisas essas todas fundamentais para a formação e educação das crianças e desenvolvimento da sociedade.

Depois, ainda, é necessário discutir política, a sociedade precisa fazer isso, não só a santomense, mas também a comunidade africana. No entendimento da Dra. Vera Cravid o sistema eleitoral funciona muito bem, não só em São Tomé e Príncipe, mas em muitos países da África.

Ocorre, entretanto, que a democracia imposta aos países africanos é uma democracia do ocidente. Os povos africanos precisam dialogar, buscar um consenso sobre a forma que os africanos desejam se governar. Esse que vigora atualmente, embora tenha tudo para dar certo, não está funcionando. A pobreza, a miséria, a corrupção ainda predominam em muitos países e quem sofre com isso é a sociedade.

De fato, são muitas questões envolvidas e que afetam de uma ou outra forma a questão da participação das mulheres em São Tomé e Príncipe. Vejamos agora se o mesmo ocorre no Brasil.

### 3.2 Brasil

No Brasil, as mulheres já se destacaram desde os tempos da colonização portuguesa; foram participantes ativas nas lutas políticas da época. Mas foi a partir dos movimentos sufragistas ocorridos na Europa e nos EUA no século XIX que as mulheres brasileiras intensificaram a sua luta para serem integrantes da política no país.

Nos diversos debates ocorridos por ocasião da primeira constituição republicana em 1891, o voto feminino esteve presente, entretanto, lamentavelmente as mulheres não foram explicitamente contempladas, a despeito do art. 70 da referida carta determinar que: *“São eleitores todos os cidadãos maiores de 21 anos que se alistarem na forma da lei.”*

Em 1910, foi fundado no Rio de Janeiro o primeiro Partido Republicano Feminino pela professora Leolinda Daltro, conseguindo seu registro oficial em 1911. Ela e a advogada Myrthes de Campos, primeira mulher a ingressar na Ordem dos Advogados do Brasil foram as primeiras mulheres a reivindicar o direito ao voto no estado do Rio Grande do Norte, sendo esse pedido negado, mesmo tendo como base legal o Código Eleitoral de 1904 e a Constituição Republicana do Brasil de 1891 que, em seus textos garantiam igualdade de direitos a todos os cidadãos.<sup>215</sup>

Seguindo a ordem cronológica dos movimentos reivindicatórios das mulheres, em 1922 foi fundada a Federação Brasileira pelo Progresso Feminino por Bertha Lutz, mesmo ano da fundação do Partido Comunista do Brasil.

Bertha Lutz, bióloga e pertencente à elite intelectual paulistana, formada na França, segunda mulher a entrar no serviço público brasileiro, é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras. Criou em 1919 com outras ativistas, a Liga para a Emancipação Intelectual da Mulher, embrião da Federação Brasileira pelo Progresso Feminino.<sup>216</sup> Propunha, ela um diálogo com os homens convencendo-os da importância do voto feminino para as mulheres e para a sociedade.

A bióloga se destacou ainda, por ter sido a representante das mulheres na Assembleia Geral da Liga das Mulheres Eleitoras nos EUA, sendo eleita vice-presidente da Sociedade Pan-Americana. Isso ocorreu em 1922, e somente após 10 anos, por um

---

<sup>215</sup> OS 80 anos do voto de saias no Brasil. p.02. Disponível em: <<http://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>>. Acesso em: 13.mar. 2017.

<sup>216</sup> BERTHA Lutz. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>>. Acesso em: 14 mar. 2017

decreto-lei do então presidente Getúlio Vargas, foi estabelecido o voto feminino em 1932.<sup>217</sup>

Antes, porém do ano de 1932, os movimentos feministas pelo direito de voto já aconteciam em outros estados da Nação. No Rio Grande do Norte as mulheres tiveram reconhecido o direito de votar e serem votadas em 25 de outubro de 1927, pela Lei estadual nº 660, mais especificamente em seu artigo 77.<sup>218</sup>

Pela primeira vez no Brasil as mulheres puderam votar nas eleições municipais ocorridas no Rio Grande do Norte em 05 de abril de 1928, nos municípios de Natal, Mossoró, Apodi, Pau dos Ferros, Caicó e Acari.

Nesse pleito, Júlia Alves Barbosa e Joana Cacilda de Bessa, respectivamente em Natal e Pau dos Ferros, foram eleitas para o cargo de intendente municipal, o que equivaleria ao cargo de vereadora atualmente.<sup>219</sup>

A primeira eleitora brasileira foi a professora Celina Guimarães Vieira e Alzira Soriano foi eleita a primeira prefeita do Brasil na cidade de Lajes; também a primeira na América do Sul, com 60% dos votos válidos.

Tal fato foi possível porque o Estado do Rio Grande do Norte decidiu modificar, em 1927, a sua constituição estadual, alterando ao artigo 77 para a seguinte redação: “ No Rio Grande do Norte poderão votar e ser votados, sem distinção de sexos, todos os cidadãos que reunirem as condições exigidas por lei.”<sup>220</sup>

E ainda, o estado interpretou de forma mais universal a Constituição Republicana do Brasil de 1891 e o Código Eleitoral de 1904 ampliando o direito de voto às mulheres.

Isso causou o que chamamos, atualmente, de repercussão geral, pois a partir daí as mulheres dos demais estados da federação se sentiram fortalecidas para apresentarem suas reivindicações pelo direito de voto e sua elegibilidade.

Daí em diante, não houve mais retorno por assim dizer. Ressalte-se que, durante esses movimentos, as mulheres sofreram diversos tipos de repressão, o que chamamos

---

<sup>217</sup> BERTHA Lutz. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>>. Acesso em: 14 mar. 2017

<sup>218</sup> OS 80 anos do voto de saias no Brasil. p.02. Disponível em: <<http://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>>. Acesso em: 13.mar. 2017.

<sup>219</sup> OS 80 anos do voto de saias no Brasil. p.02. Disponível em: <<http://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>>. Acesso em: 13.mar. 2017..

<sup>220</sup> OS 80 anos do voto de saias no Brasil. p.02. Disponível em: <<http://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>>. Acesso em: 13.mar. 2017.

hoje de violência psicológica e assédio moral. As campanhas contrárias ao movimento sufragista ocorriam na imprensa escrita e mesmo publicamente em diversos espaços sociais. As mulheres eram consideradas não aptas para ocupar cargos públicos e ridicularizadas por aspirarem algo considerado fora das suas atribuições.<sup>221</sup>

Como dissemos anteriormente, o direito de voto feminino foi institucionalizado no governo de Getúlio Vargas, através do decreto-lei nº 21.076, permitindo às mulheres votarem em todo o território nacional de acordo com o disposto em seu artigo 2º que preceitua o seguinte: “São eleitores todos aqueles cidadãos maiores de 21 anos sem discriminação por sexo.”

Fato é que num primeiro momento só as mulheres casadas, autorizadas pelos maridos, e as solteiras ou viúvas com renda própria tinham o direito de votar, mas na Assembleia Constituinte de 1934 todas as restrições foram extintas.

Em São Paulo a primeira deputada eleita para a Câmara dos Deputados foi Carlota Pereira de Queiroz, em 1934, no estado de Santa Catarina, Antonieta de Barros foi a primeira deputada estadual negra, em 1935.<sup>222</sup> Entre 1932 e 1964 a participação política das mulheres se deu de forma enviesada, algumas poucas prefeitas, duas deputadas federais e algumas estaduais foram eleitas nesse período.<sup>223</sup>

Em três de outubro de 1950 foi eleita, com 23 anos pelo Partido dos Trabalhadores do Brasil de São Paulo, Ivete Vargas, a única mulher na Câmara Federal. Ivete Vargas foi reeleita por mais quatro vezes e cassada no Regime Militar, em 1969, tendo retornado à Câmara em 1989. Muitos Departamentos Femininos ou Alas Femininas foram criados internamente nos partidos, servindo apenas para reforçar a posição tradicional das mulheres e não para dar suporte às suas reivindicações.<sup>224</sup>

Nas eleições de 1954 foram eleitas duas mulheres para a Câmara Federal, Ivete Vargas pelo PTB paulista e Nita Costa pelo PTB baiano. Em 1958 e 1962 só foi eleita

<sup>221</sup>MAIS Mulheres na política. p.19. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

<sup>222</sup>MAIS Mulheres na política. p.19. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

<sup>223</sup>BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e Memórias*. Movimento Feminista no Brasil. Secretaria de Política para Mulheres. Brasília – Distrito Federal. 2010. p.23. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

<sup>224</sup>BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e Memórias*. Movimento Feminista no Brasil. Secretaria de Política para Mulheres. Brasília – Distrito Federal. 2010. p.23. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

Ivete Vargas. Esse destaque ao PTB se dava em virtude do PCB ser considerado um partido ilegal, e portanto, seus simpatizantes acabavam por votar nos candidatos do PTB.<sup>225</sup>

Entre agosto de 1954 por ocasião do suicídio de Vargas e março de 1964 por ocasião do Golpe Militar, em muitos estados surgiram vários movimentos de mulheres ligadas a ala conservadora da sociedade com escopo de defender supostos ataques à família, à moral católica, tudo isso ameaçado pela onda comunista que queria derrubar a democracia no país. Foi o caso do CAMDE – Movimento de Mulheres pela Democracia, no Rio de Janeiro.<sup>226</sup>

Mais mulheres conseguiram se eleger em 1965 para a Câmara Federal, todavia, suas vitórias foram consideradas uma afronta ao Regime Militar, uma vez que, essas mulheres representavam seus filhos, esposos, e maridos, cassados, vítimas dos Atos Institucionais estabelecidos na ditadura.

Foram elas: Ivete Vargas (PTB/SP), Necy Novaes (Arena BA), Julia Steinbruck (MDB/RJ), Maria Lucia Mello de Araújo (MDB/AC), Ligia Doutel de Andrade (MDB/SC) e Nysia Carone (MDB/MG). Foram também cassadas em 1969.

Em 1970 foi reeleita Necy Novaes, a única com condições para se candidatar. Em 1974 foi eleita a professora carioca pertencente à UDN – União Democrática Nacional, partido que tinha como bandeira de luta a educação, Ligia Lessa Bastos, a única no Parlamento Nacional.<sup>227</sup>

Com a proclamação do Ano Internacional da Mulher pela Organização das Nações Unidas em 1975, novas organizações de mulheres surgiram no país denunciando a dominação sexista existente, inclusive no interior dos grupos políticos defendendo que o movimento pelos direitos das mulheres no Brasil deveria ser diferenciado.

O Amazonas teve a primeira senadora eleita suplente, Eunice Michelles, assumindo o cargo por ocasião da morte do titular em 1979 e Laélia de Alcântara foi a

---

<sup>225</sup> BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e memórias*. Movimento Feminista no Brasil. Secretaria de Política para Mulheres. Brasília – Distrito Federal. 2010. p. 24. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

<sup>226</sup> BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e Memórias*. Movimento Feminista no Brasil. Secretaria de Política para Mulheres. Brasília – Distrito Federal. 2010. p. 23. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

<sup>227</sup> BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e Memórias*. Movimento Feminista no Brasil. Secretaria de Política para Mulheres. Brasília – Distrito Federal. 2010. p. 24. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

primeira senadora negra da história, em 1982 e durante sua permanência na Casa, lutou contra o racismo e o aborto.<sup>228</sup>

Em 1984, ocorreu em São Paulo o I Encontro Estadual de Mulheres Negras com o objetivo de estabelecer estratégias para atender as demandas desse grupo. Quatro anos depois ocorreu o I Encontro Nacional de Mulheres Negras, que serviu para organizar os diversos grupos existentes em várias regiões do país.

Na década de 1980 surgiram Coletivos de Mulheres Negras no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão, Espírito Santo, Minas Gerais, dentre outros. Nessa luta cabe destaque a atuação de Lélia Gonzalez (1945-1994) e Beatriz Nascimento (1942-1995).<sup>229</sup>

Em 1995 foi aprovada a lei que garantiu a cota de gênero correspondente a 20% das candidaturas nas eleições para município de 1996. Em 1997 a cota foi elevada para 30% passando esse percentual a valer para qualquer eleição do Poder Legislativo. (Lei 9.504 de 1997)<sup>230</sup>.

Cabe lembrar aqui as ações afirmativas, medidas que combatem a discriminação por meio da compensação da desigualdade de oportunidade. Essas medidas podem ser voluntárias ou compulsórias e visam eliminar desigualdades historicamente acumuladas, e compensar perdas causadas pela discriminação e marginalização; dessa forma garantem a igualdade de oportunidades e tratamento.<sup>231</sup> A partir daí, grupos inferiorizados na sociedade tem preferência para que seu acesso a determinados postos sejam assegurados.

Na seara política, grupos têm sido excluídos ao longo da história, é o caso das mulheres e mesmo da comunidade negra, motivo pelo qual, as cotas se fazem necessárias para que possam ocupar espaços de poder e tomada de decisões. O princípio da isonomia preceitua que os iguais devem ser tratados de forma igual, e os desiguais de forma desiguais na medida de suas desigualdades.

<sup>228</sup> MAIS Mulheres na política. p.19. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

<sup>229</sup> BANDEIRA, Lourdes; MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e Memórias*. Movimento Feminista no Brasil. Secretaria de Política para Mulheres. Brasília – Distrito Federal. 2010. p.26. Disponível em: <<http://www.spm.gov.br/sobre/publicacoes/publicacoes/2010/titulo-e-memorias>>. Acesso em: 14 mar. 2017.

<sup>230</sup> MAIS Mulheres na política. p.20. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 13 março 2017.

<sup>231</sup> MARTINS, Eneida Valarini. *A Política de Cotas e a Representação Feminina na Câmara dos Deputados*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. p.19. Disponível em <[bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/343/politica\\_cotas\\_martins.pdf?...](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/343/politica_cotas_martins.pdf?...)>. Acesso em: 13 fev. 2017.

Através das cotas na esfera política o aumento de cidadãos e cidadãs oriundos desses grupos minoritários nos espaços de poder criam paradigmas para os seus pares. Como diz o dito popular “representatividade importa e muito”.

Partindo da premissa de que a democracia é uma forma de promover justiça e inclusão é inadmissível não haver representatividade de todos os grupos da sociedade no parlamento. Já se deixa ver que, o voto só garante a democracia representativa se vier acompanhado de condições que incluam a maioria das pessoas na esfera política.<sup>232</sup>

Eneida Valarini Martins, citando Burke em seu trabalho *A política de cotas e a representação feminina na Câmara dos Deputados*, explica que há resistência no que tange à utilização das cotas nos espaços representativos, por entenderem os contrários que tal espaço não pode ser alvo de ações afirmativas.

O primeiro grupo contrário defende e argumenta que todos os que se enfrentam na esfera política são livres e iguais, e que, portanto, a disputa em nada tem a ver com as desigualdades sociais.

Já o segundo grupo, enfatiza que a representação é uma questão de ideias e não de características dos representantes, como sexo, raça, etc. Não são representados o homem, nem a mulher, mas as ideias, e essas independem de gênero. E ainda, enfatizam que o Parlamento atua para a nação como um todo e não para os grupos que os elegeram.<sup>233</sup>

Sabemos que, na prática não é o que ocorre. Interesses individuais e particulares dos parlamentares e governantes estão acima dos interesses comuns, haja vista, que as constantes manifestações do povo sobre determinada lei ou projeto contrários aos seus direitos não são respeitadas.

Ressalte-se ainda que homens e mulheres têm motivações distintas em relação à participação política. Os homens têm como fatores motivacionais para suas candidaturas à participação em movimentos sociais e a influência de amigos. A principal motivação para as mulheres entrarem na vida pública é a crença de que “podem fazer a diferença”.<sup>234</sup>

---

<sup>232</sup> MARTINS, Eneida Valarini. *A Política de cotas e a representação feminina na câmara dos deputados*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. p.15. Disponível em <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/343/politica\_cotas\_martins.pdf?...>. Acesso em: 13 fev. 2017.

<sup>233</sup> MARTINS, Eneida Valarini. *A Política de cotas e a representação feminina na câmara dos deputados*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. p.10. Disponível em <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/343/politica\_cotas\_martins.pdf?...>. Acesso em: 13 fev. 2017.

<sup>234</sup> EQUIDADE de Gênero na Política – 2016. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/.../proc.../pesquisa-equidade-de-genero-na-politica-2016>>. Acesso em: 05 dez. 2017

É exatamente o caso da Deputada Estadual Clélia Gomes, mulher, negra, da periferia da Zona Norte da capital paulista, integrante do PHS – Partido Humanista da Solidariedade, eleita com 25.306 (vinte e cinco mil, trezentos e seis) votos, como disse ela mesma, o menor número de votos dentro da Assembleia Legislativa, a última cadeira a ser ocupada no legislativo paulista.<sup>235</sup>

Para a deputada, vários são os fatores que dificultam a participação das mulheres na política. Esses fatores vão desde a educação feminina que é cultural, a educação propriamente dita dentro de casa, até o machismo, que também é extremamente arraigado em nossa sociedade e que faz com que a mulher não acredite na sua capacidade para exercer funções públicas, passando pela desilusão que acontece após conhecer o sistema político e interno de cada partido.

A deputada entende que muitas mulheres se iludem com partidos grandes, entendem que só terão chance de êxito nas suas propostas nesses partidos, e para ela, deputada ocorre exatamente o oposto.<sup>236</sup>

Ainda hoje, as mulheres negras no parlamento são em número diminuto não correspondendo a totalidade da população existente na sociedade brasileira. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no censo de 2010, 97 milhões de

---

<sup>235</sup> ENTREVISTA realizada com a Deputada Estadual Clélia Gomes na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo em 04 de outubro de 2017. “Entrei na política porque acredito que quem fará as mudanças somos nós, nós o civil, aquele civil que vive reclamando, de que todo mundo rouba, tomo mundo faz errado, todo mundo é ladrão, então eu resolvi fazer diferente, eu resolvi fazer o inverso. Ao invés de ficar reclamando resolvi colocar minha cara para bater, entrar dentro da política, e fazer diferente dos que meus amigos, hoje até dentro da própria política fazem. Fazer diferente, porque eu acredito que nós políticos podemos sim, fazer uma gestão digna, uma gestão com competência, uma gestão que realmente traga ao povo e dê ao povo o que é do povo, que faça essa diferença. Que faça essa diferença, quem faz é o caráter de cada um. Eu quero principalmente mostrar para o povo da periferia que nós mulheres, negra, pobres temos sim condições de, entrar dentro da política, e fazer a diferença. Isso foi um dos itens da minha vida que fez com que eu entrasse para apolítica e resolvesse fazer a diferença. Essa é a diferença que eu acredito que está dentro de mim, e que acho que durante esses três anos praticamente de mandato todas as minhas ações são viradas pra isso, estão direcionadas pra isso. Acredito que eu estou conseguindo, acredito realmente que eu esteja mostrando que pode ser diferente, que nesse país existem pessoas dignas e de caráter que possam fazer a diferença”.

<sup>236</sup> DEPUTADA Clélia Gomes: “[...] Primeiro é na nossa cultura, nós não somos criadas para a política, nós somos criadas para cuidar de família, então começa pela cultura. Quando uma mãe senta com a filha na frente da televisão, ela não diz: filha, você vai ouvir o que política porque você vai ser política quando crescer. Não, o primeiro presente que ela dá é uma boneca, para que a filha vá cuidar daquela boneca como se fosse uma filha. Então, é cultural, é cultural, é da nossa cultura.[...] Aí ela (mulher) acha que pode aparecer dentro de um partido grande. O partido grande ele já tem os seus mandantes, já tem os seus grandões, e é obvio que esses grandões já vêm de famílias que o pai, o tio, o avô, o bisavô, todo mundo já era político. Quer dizer, você já entra com uma desvantagem dentro do partido. Então, você é somente um número. Quando você é somente um número dentro de um partido grande ele não tem porque te investir, você vai só servir de escada para que eles subam. Porque você vai estar participando daquela cota, o partido fechou aquela cota, e você é só mais um número. Quando você entra para enfrentar realmente uma eleição você tem que ir para um partido pequeno, você tem que saber quem compõe aquela chapa. Se você realmente quer ganhar você tem que participar politicamente, você tem que realmente conhecer a sua chapa. Não é só entrar, se filiar, colocar seu nome lá.[...]”

pessoas no Brasil são negras (declaradas pretas e pardas).<sup>237</sup> Isso correspondia à época 50,94% do conjunto da população.

Em 2014 foram eleitos 106 candidatos que se autodeclararam pardos ou negros, representando 20,7% do total; os brancos representaram 79,3% elegendo 407 eleitos. Esses números correspondem ao levantamento feito pela Câmara dos Deputados e nem de longe atingem o que seria considerável para representar a população negra.<sup>238</sup> Na história do Senado Federal houve três senadoras negras: Laélia Alcântara, Benedita da Silva e Marina Silva.

De maneira geral, a participação das mulheres na política teve avanços mais em ritmo muito lento como mostra o gráfico abaixo em relação ao resultado das eleições nos últimos 30 anos para ocupar cargos no Legislativo Brasileiro.

#### Quadro evolutivo das mulheres eleitas

Ano	Câmara dos Deputados	%	Senado Federal	%
1982	8	1,5	0	0
1986	26	5,4	0	0
1990	29	6,0	2	6,0
1994	32	6,0	4	7,0
1998	29	5,7	2	7,0
2002	42	8,0	8	15,0
2006	46	9,0	4	15,0
2010	45	9,0	7	13,0
2014	51	9,9	5	18,5

Fonte: [http://www2camara.eg.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentor/temas/mulheres no poder/copu of documento-de-referencia-da-constituinte-legislativa-1](http://www2camara.eg.br/documentos-e-pesquisa/fiquePorDentor/temas/mulheres%20no%20poder/copu%20of%20documento-de-referencia-da-constituinte-legislativa-1)

Os dados do IBGE comprovam que as mulheres totalizam 51,3% da população, e formam também o maior eleitorado: 52% de acordo com o levantamento feito em 2014 pelo Tribunal Superior Eleitoral. As mulheres estudam mais, elas são maioria nas universidades brasileiras e ocupam 41,9% dos postos de trabalho conforme dados da Pesquisa Nacional por Domicílio de 2012.<sup>239</sup>

<sup>237</sup> MAIS Mulheres na política. p.19. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

<sup>238</sup> MAIS Mulheres na política. p.19. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 13 março 2017.

<sup>239</sup> MAIS Mulheres na política. p.21. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

Apesar de serem as responsáveis pela manutenção financeira de 38% das famílias brasileiras compõem a parcela mais empobrecida da população ocupando os postos de trabalho mais precários, percebendo renda inferior em relação aos homens.<sup>240</sup>

Um estudo comparado realizado com cerca de 188 países demonstrou que a maioria deles adota alguma política de cotas e nos quais onde não há legislação prevista as cotas são utilizadas por iniciativa dos próprios partidos.

Mas, para além da legislação existente e sua aplicação, se faz necessário capacitar, criar programas de apoio, realizar campanhas de incentivo, para que as mulheres participem mais ativamente dos processos decisórios do país.<sup>241</sup>

As cotas podem ser instituídas por três formas: **reserva de vagas** nas listas partidárias por mandamento legal, sistema no qual uma parte das vagas nas listas é definida em lei. **Reserva de cadeiras** nas Casas Legislativas, sistema em que as vagas são preenchidas por meio de uma lista eleitoral à parte, composta apenas de mulheres, e os assentos são distribuídos de acordo com a votação que cada partido obtém em relação à lista. Ou ainda, **reserva voluntária** de vagas em lista partidária: utilizada amplamente nos países democráticos.<sup>242</sup>

Embora vise a igualdade de gênero na participação política as cotas não são obrigatórias, ou seja, as vagas devem ser reservadas, não há determinação para que sejam preenchidas e nem há previsão de sanção para o partido. Portanto, é possível que o percentual mínimo de 30% não seja ocupado.

No entendimento de Eneida Martins, na prática esse dispositivo garantia que não haveria alteração na predominância dos homens na política, por isso, inclusive não houve grandes controvérsias por ocasião da aprovação da Lei 9.504, de 1997.

Nas primeiras eleições federais sob vigência das cotas em 1998 não se atingiu sequer metade do percentual mínimo de participação feminina e os partidos não completaram as vagas, já que, de fato, de acordo com a lei não havia obrigatoriedade.<sup>243</sup>

---

<sup>240</sup> MAIS Mulheres na política. p.21. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

<sup>241</sup> SOUSA, Raquel Martins de. *Paridade de gênero no Poder Legislativo Brasileiro e Comparado*. p.3. Disponível em: <[www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2016/relatorios.../DIR-Raquel\\_Martins.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2016/relatorios.../DIR-Raquel_Martins.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2017.

<sup>242</sup> SOUSA, Raquel Martins de. *Paridade de gênero no Poder Legislativo Brasileiro e Comparado*. p.3. Disponível em: <[www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2016/relatorios.../DIR-Raquel\\_Martins.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2016/relatorios.../DIR-Raquel_Martins.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2017.

<sup>243</sup> MARTINS, Eneida Valarini. *A Política de cotas e a representação feminina na câmara dos deputados*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. p. 23. Disponível em <[bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/343/politica\\_cotas\\_martins.pdf?...](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/343/politica_cotas_martins.pdf?...)>. Acesso em: 13 fev. 2017.

A lei deixou uma brecha que irá favorecer os partidos até os dias atuais. Nas eleições seguintes os partidos aproveitaram para aumentar o número de candidatos do sexo masculino em suas listas, haja vista o dispositivo legal que diz: ‘cada partido ou coligação deverá reservar no mínimo trinta por cento e no máximo setenta por cento das vagas para candidaturas do mesmo sexo.’”

Como dito anteriormente, nas eleições de 1998 os partidos não completaram as vagas destinadas às mulheres, deixando-as vazias no todo ou em parte. Apesar disso verificou-se elevação no percentual de candidatas em relação aos pleitos anteriores como mostra o quadro abaixo.

**Quadro nº1 – Percentual de candidatas para Câmara dos Deputados 1982-2006<sup>244</sup>**

Ano	Total de Candidatos (M e F) N.A	Candidatas (F) N.A	% de candidatas em relação ao total (F?T)
1982	1.585	58	3,65
1986	2.539	166	6,53
1990	3.827	229	5,98
1994	3.008	185	6,15
1998	3.417	353	10,3
2002	4.289	490	11,4
2006	4.961	630	12,7

N.A ( Números Absolutos) % Percentual F(feminino) M (masculino) T (total)

**Quadro nº 2 – Percentual de mulheres eleitas para a Câmara dos Deputados 1982-2006<sup>245</sup>**

Ano	Total de eleitos (M e F) N.A.	Eleitas (F) N.A.	% de eleitas (F)
1982	479	8	1,67
1986	487	25	5,13
1990	503	30	5,96
1994	513	38	7,40
1998	513	29	5,65
2002	513	42	8,18
2006	513	45	8,77

<sup>244</sup> MARTINS, Eneida Valarini. *A Política de cotas e a representação feminina na câmara dos deputados*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. p. 24. Disponível em <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/343/politica\_cotas\_martins.pdf?...>. Acesso em: 13 fev. 2017.

<sup>245</sup> MARTINS, Eneida Valarini. *A Política de cotas e a representação feminina na câmara dos deputados*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. p.24. Disponível em <bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/343/politica\_cotas\_martins.pdf?...>. Acesso em: 13 fev. 2017.

Como já exposto, a Lei 9.504 de 1997 estabelece um percentual mínimo de 30% de candidaturas de cada sexo (art. 10 § 3º), impõe a aplicação de, no mínimo, 5% dos recursos do Fundo partidário na criação e manutenção de programas de promoção e difusão da participação política das mulheres (art.44, inciso V da Lei nº9.096 de 1995, com redação dada pela Lei nº12.034 de 2009), determina que, no mínimo, 10% do tempo da propaganda partidária gratuita no rádio e na televisão seja destinado à promoção e à difusão da participação política feminina (artigo 45, inciso IV, da Lei nº 9.096, de 1995, com redação dada pela Lei nº 12.034, de 2009).<sup>246</sup>

A participação da mulher no cenário político ainda é bastante diminuta, a despeito de todos os esforços que têm sido empreendidos por parte dos movimentos que lutam para que as mulheres ocupem cargos que farão mudar os rumos da sociedade.

O Movimento da Mulher Negra Brasileira surgiu exatamente da ponderação de que a comunidade negra, homens e mulheres não possui uma representação significativa nas Casas Legislativas a despeito de representar mais de 50% da população do país. Três das fundadoras do MMNB concorreram às últimas eleições municipais: a Profa. Lucia Adão, a Profa. Adriana Vasconcelos, e a Dra. Edna Aparecida.<sup>247</sup>

No entendimento da Dra. Diva Zitto, “precisamos ter representantes que, de fato, se empenhem em atender as demandas da comunidade negra, pois, embora o candidato branco saiba quais são as necessidades dos negros e dos mais pobres em geral, ele, candidato só procura essa parcela da sociedade por ocasião das eleições, depois todos caem no esquecimento”.<sup>248</sup>

A Deputada Clélia Gomes comenta em sua entrevista a questão da baixa representatividade da comunidade negra nos órgãos de representação, sobretudo das mulheres. Na atual legislatura só ela e a deputada Leci Brandão estão em atividade, e ainda, que os demais parlamentares nunca participam dos eventos que envolvem as questões raciais, ou mesmo as minorias.

---

<sup>246</sup> MAIS Mulheres na política. p. 40. Disponível em <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

<sup>247</sup> ENTREVISTA realizada com a Dra. Diva Zitto Presidente do Movimento da Mulher Negra Brasileira em 9 de novembro de 2017.

<sup>248</sup> Dra. Diva Zitto: “[...] E isso foi uma das coisas que me incomodou muito, numa dessas palestras que eu estive presente, assistindo, um candidato a vereador que já estava indo para o quarto mandato, ele disse que sabia que a comunidade negra tem problemas de saúde, tem o problema da anemia falciforme, que isso é uma coisa que faz muito mal pra comunidade negra, para a população negra, para a saúde da população negra, mas o que ele fez até então para melhorar essa condição. E estava indo pra quarta legislatura, foi reeleito, está aí, mas o que é que fez?”

Essa falta de representatividade é extremamente relevante, uma vez que, as mulheres negras têm questões específicas; enfrentam dificuldades para estudar, trabalhar, além de serem as maiores vítimas de estupro e da violência doméstica.

Nas eleições de 2016, de acordo com o Instituto de Estudos Sócio Econômicos, das 493.534 candidaturas em todo o Brasil, sendo 156.317 candidaturas do sexo feminino, apenas 14,2% (70.265) são mulheres negras que concorreram ao cargo de vereadora e 0,13% (652) ao cargo de prefeita considerando as candidatas que se declararam pretas e pardas. Considerando apenas as que se declararam pretas, o número diminui para 0,01% (60) para prefeitura, 0,03% vice prefeitura (135), 2,64% (13.035) para vereadora.<sup>249</sup>

Os partidos políticos que apresentam mais candidaturas de mulheres negras (pretas + pardas) são: o Partido da Mulher Brasileira (PMB), com 23,6% e o Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado (PSTU), com 20,4%. Nos grandes partidos ocorre o seguinte: 16,4% no PT, 13,8% no PSB, 13% no PDT, 12,3% no PSDB e 12,1% no PMDB. Os números são ainda menores considerando apenas as candidatas que se autodeclararam pretas, 4,5% no PT, 2,4% no PSB, 2,3% no PDT, 2,2% no PSDB e 2% no PMDB.

Quando se considera a participação das mulheres em geral (brancas, pretas, pardas, amarelas e indígenas) o INESC também constatou sub-representação em todo o país. Os dados são: 12,6% para candidaturas ao cargo de prefeita, 17,4% para vice-prefeita e 32,9% para vereadora, quer dizer que, 87,4% das candidaturas a prefeituras em todo o país é composta por homens.<sup>250</sup> Os indígenas concorreram às eleições municipais de 2016 com 1.702 candidatos em todo o Brasil, representando 0,3% do total; desses, 29 concorreram para o cargo de prefeito e 1.613 para os cargos de vereador.

Por todas as faces que o prisma da participação das mulheres na política possa apresentar a visão é a mesma, a de que as mulheres de maneira geral estão sub-representadas nas esferas de poder, as mulheres negras e indígenas menos ainda. E isso porque para além de toda a trajetória apresentada, ainda que breve, as conquistas dos movimentos feministas, a legislação que preconiza a igualdade de direitos e equidade de gênero, persiste no senso comum as ideias machistas e sexistas que estruturam a sociedade brasileira.

---

<sup>249</sup> ZIGONI, Carmela. Eleições 2016. *No Brasil, mulheres negras não têm vez na política*. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2016/setembro/Eleicoes-2016-no-brasil-mulheres-negras-nao-tem-vez-na-politica>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

<sup>250</sup> ZIGONI, Carmela. Eleições 2016. *No Brasil, mulheres negras não têm vez na política*. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2016/setembro/Eleicoes-2016-no-brasil-mulheres-negras-nao-tem-vez-na-politica>>. Acesso em: 06 dez. 2017.

Essas ideais machistas e sexistas dão o tom ao insistirem em que a pouca participação da mulher na política se deve ao fato de que não há interesse por parte delas, não são vocacionadas para essas atividades, mulheres não votam em mulheres.

Todo esse comportamento por parte do grupo dominante é verificado na Teoria do Teto de Vidro, fenômeno estudado nos Estados Unidos na década de 1980 e que “pretendiam provar a existência de barreiras sutis e aparentemente invisíveis, mas, existentes e que impossibilitavam a ascensão de indivíduos do sexo feminino a cargos hierárquicos dentro das organizações usando como base para essa diferenciação entre sexos, as diferenças tradicionais entre gêneros”.<sup>251</sup>

A Procuradoria Especial da Mulher – Senado realizou um estudo sobre a participação política das mulheres nas eleições de 2012 e 2014 para saber as causas da sub-representação feminina no cenário político. Juntas as eleições de 2012 e 2014 somaram 21% dos candidatos sendo do sexo feminino.<sup>252</sup>

Verificou-se que as cotas impulsionam a candidatura das mulheres; 44% das entrevistadas atribuem suas candidaturas à ação dos partidos políticos, contra 18% dos homens nessa condição. O desejo de fazer a diferença foi apontado por 55% das mulheres para participar da política, contra 48% dos homens.

A pesquisa destacou ainda que, as mulheres são mais propensas, disponíveis a ocupar cargos em outras cidades, ao contrário do que supõe o senso comum. Para 73% das mulheres os homens levam vantagem sobre elas no ambiente político onde eles visivelmente são privilegiados. Cônjuge ou ex-cônjuge com histórico na vida política tem menos peso que tios e avós e pais e irmãos no acesso à vida política para as mulheres.

Outro dado importantíssimo diz respeito à discriminação. De acordo com a pesquisa, sem diferenciação para a questão étnica, 37% das mulheres disseram já ter sofrido discriminação por ocasião do gênero no ambiente político.

Para 68% das candidatas concordam em que mulheres têm menos interesse por política contra 86% dos candidatos. A pesquisa verificou ainda que homens e mulheres,

---

<sup>251</sup> PALACIOS, Rosiane Alves; FLECK, Carolina Freddo. *A política já usa mesmo batom?* Um estudo sobre poder, gênero e legitimidade a partir da possibilidade de existência do fenômeno do teto de vidro na política brasileira. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/pesquisa/a-politica-ja-usa-mesmo-batom-um-estudo-sobre-poder-genero-e-legitimidade-a-partir-da-possibilidade-de-existencia-do-fenomeno-do-teto-de-vidro-na-politica-brasileira>>. Acesso em: 28 jun. 2018, p. 04.

<sup>252</sup> EQUIDADE de gênero na política – 2016. p. 6. Disponível em:<<https://www12.senado.leg.br/.../proc.../pesquisa-equidade-de-genero-na-politica-2016>>. Acesso em: 05 dez.2017.

ao se candidatarem pela primeira vez se sentiam muito preparados para o exercício do cargo, 48% dos candidatos e 46% das candidatas entrevistadas.

Quando perguntado sobre as chances de vitória na primeira vez 49% das candidatas tinham esperança de que isso ocorresse contra 66% dos candidatos. Por derradeiro a pesquisa concluiu que o fato de encontrar um ambiente hostil e com poucas chances de êxito nas eleições faz com que as mulheres se afastem da vida pública. Assim, 46% das mulheres disseram que não iriam se candidatar novamente contra 21% dos homens.<sup>253</sup>

Essa pesquisa tratou da participação de todas as mulheres (brancas, pretas, amarelas, indígenas) no cenário político e alguns dos entraves para sua participação.

Quando se faz o recorte racial, as ideias machistas e sexistas ainda são potencializadas pelo racismo arraigado durante séculos e ainda não assumido devidamente pela sociedade brasileira.

Embora a Constituição da República de 1988 aponte para o reconhecimento de todas as culturas e etnias que contribuíram para a formação do povo brasileiro, especialmente a parcela da população historicamente discriminada, o racismo persiste, insiste e é perpetuado de geração em geração e nas diversas estruturas e instituições na sociedade brasileira.<sup>254</sup>

Esse racismo já não permanece tão velado como em gerações passadas. Isso porque a partir dos anos 2000 ocorrem diversas mobilizações a favor do combate ao racismo. A comunidade negra passa a se sentir mais fortalecida na medida em que começam a se discutir políticas de ações afirmativas, criação de órgãos públicos específicos e compromissados em discutir a questão racial, a criação de leis e mecanismos jurídicos considerando o racismo como crime e prescrevendo punição aos infratores. E ainda, lei que altera o ensino público e privado incluindo o ensino da História da África e da cultura afro-brasileira em seus currículos com a Lei 10.639/03.

As leis mudaram, mas a mentalidade da população, não. E por outra, a reação agora se apresenta muito maior porque o comportamento da comunidade negra mudou a partir

---

<sup>253</sup> EQUIDADE de gênero na política – 2016. p. 11. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/.../proc.../pesquisa-equidade-de-genero-na-politica-2016>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

<sup>254</sup> BARBARIC, Maria da Gloria Calado. Desafios no combate ao racismo na educação. In: OLIVEIRA, Dennis de (Org.). *A luta contra o racismo no Brasil*. São Paulo: Forum, 2017. 161-178.

das diversas mobilizações e também da atuação dos dois últimos governos nos quais a diversidade foi vista nos altos escalões com a participação de mulheres, mulheres e homens negros. Essa visibilidade é de suma importância para a população, serve de referência, de paradigma, principalmente para os jovens.

Existe um esforço muito grande em perpetuar as estruturas de poder e instituições que são historicamente excludentes e que tem ganhado apoio no atual governo, a despeito dos avanços alcançados nos governos anteriores: a redução da pobreza, das taxas de desigualdade que beneficiaram muitos afro-brasileiros.

As ações afirmativas vêm perdendo força nesses últimos meses dando espaço ao racismo institucional. Exemplo disso é a notícia veiculada no jornal O Estado de São Paulo – “Dória adia em um ano a adoção de cota em concursos públicos”. Segundo a lei aprovada em 2013, 20% das vagas oferecidas para órgãos da Prefeitura têm de ser destinadas a negros.

Dória argumenta que é necessário tempo para adaptação nas regras aprovadas em 2016 que instituíram as cotas. O poder público joga com a desinformação da população, e nesse caso em especial da comunidade afrodescendente.

Ora, a Lei que instituiu a reserva de cotas para negros no serviço público é de 2013. Em 2014 a Prefeitura Municipal de São Paulo, no dia 22 de março, no site de concursos VUNESP, lançou o edital do 7º Concurso Público para Provimento de cargos vagos de Procurador do Município I.

No item 1. DO CARGO em seu subitem 1.1 lê-se: “O Concurso destina-se ao provimento de 70 (setenta) cargos vagos da carreira de Procurador do Município I para a Prefeitura do Município de São Paulo – Administração Direita, sendo 5% (cinco por cento) desses cargos reservados a pessoas com deficiência(s) física(s) e sensorial(is), nos termos da Lei nº 13.398/02, e **20% (vinte por cento) reservados para negros, negras ou afrodescendentes, nos termos da Lei nº 15.939/13.**(grifo nosso) .

Porque em 2014 houve concurso para preenchimento de cargos na esfera pública municipal com reserva de vagas para afrodescendentes com fulcro na lei de 2013 que garante tal reserva e a agora a atual gestão alega ser necessário uma adaptação nas regras de implementação dessas cotas?

A lei 15.939 é de 23 de dezembro de 2013, em 22 de março de 2014 a Prefeitura lança edital para provimento de cargos em seu quadro de funcionários utilizando os

dispositivos da lei para incluir a população negra através das cotas. Depois de 4 anos em vigor a atual gestão não sabe usar a lei, e precisa de um ano para estudo/adaptação, das regras que instituem as cotas para afrodescendentes, segundo a portaria publicada no Diário Oficial da Cidade.<sup>255</sup>

Em 2017 o Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP abriu edital para provimento de cargos em seu quadro de funcionários. Sendo questionado por um dos participantes do certame sobre a não reserva de vagas para afrodescendentes proferiu a seguinte resposta:<sup>256</sup>

A Lei Complementar Estadual nº 1.259/2015, que ainda não foi regulamentada, não se aplica ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo. Não há legislação aplicável ao Tribunal de Contas do Estado de São Paulo que permita a reserva ou determinação de cotas de qualquer tipo ou natureza, à exceção das pessoas portadoras de deficiência, conforme Lei Complementar Estadual nº 1.115/2010.

Fato. À administração pública só é permitido seguir a lei. Onde há lei, ela não é cumprida, porquanto discricionária, ou seja, não é obrigatória. Onde não há, nem se faz necessário criar argumentos que justifiquem a exclusão porque ela é **legal**.

Nesse sentido, um dos mecanismos para resolver a questão da falta de participação política de negros e negras é o sugerido pelo Professor Osmar Teixeira Gaspar, em sua tese de doutorado. Propõe ele cotas raciais no Poder Legislativo para “reduzir as imensuráveis diferenças étnicas e sociais neste espaço de tomada de decisão política para o conjunto da sociedade, dominado majoritariamente pelos brasileiros com descendência europeia”<sup>257</sup>

Ou seja, para além da garantia de vagas para mulheres nos partidos há que se considerar espaço garantido também para a comunidade negra, em especial às mulheres que estão na base da pirâmide social e são as que enfrentam as maiores dificuldades em todas as esferas da sua vida.

---

<sup>255</sup> RIBEIRO, Bruno. *Dória adia em um ano a adoção de cota em concursos públicos*. Jornal O Estado de São Paulo, 25 de novembro de 2017. Disponível em: <<http://sao-paulo.estadao.com.br/noticias/geral,doria-adia-em-um-ano-a-adoacao-de-cota-em-concursos,70002096677>>. Acesso em: 08 dez. 2017.

<sup>256</sup> Informação pessoal. Mensagem eletrônica recebida do TCE/SP em 25 de setembro de 2017.

<sup>257</sup> GASPAR, Osmar Teixeira. *Direitos políticos e representatividade da população negra na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e na Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo, 2017. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

Para o professor Osmar, o entrave na participação da comunidade negra na vida política já começa na diferença de classes. Ou seja, negros e negras encontram dificuldades financeiras para sobreviver como então entrar no cenário político sem recursos? Nesse sentido vem a proposta do professor para que sejam implementadas cotas para a comunidade negra, que haja efetiva representação dessa parcela da sociedade nos postos de tomada de decisão.<sup>258</sup>

O caminho é longo como afirmaram nossas entrevistadas, as dificuldades e obstáculos são sempre muitos e desencorajadores, fazendo com que muitas mulheres em geral e também as negras desistam da política como já dito anteriormente.

Para a Vereadora Claudete Alves, as cotas para mulheres no partido é para “inglês ver”, elas são fictícias porque na realidade os partidos não investem nas mulheres. E conta que foi eleita duas vezes sem ter deputado por trás. Muitas vezes os próprios movimentos não dão apoio.

As cotas são usadas para puxar votos. Se os partidos de fato investissem teríamos, segundo ela, uma paridade de parlamentares negros e negras. Embora as propagandas eleitorais, ultimamente tenham investido em colocar personagens negros, homens e mulheres.

A vereadora defende que dentre as cotas para mulheres no Parlamento 60% devem ser destinadas às mulheres negras. E essa obrigatoriedade deve ser na chapa, no fundo partidário, no recurso, no horário gratuito e nas cadeiras que o partido fizer. Porque não é fácil a vida da mulher candidata conforme ela relata em sua entrevista.<sup>259</sup>

<sup>258</sup> GASPAR, Osmar Teixeira. *Direitos políticos e representatividade da população negra na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e na Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo, 2017. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017. [...] “Nesta perspectiva, a proliferação de candidatos negros pobres é altamente incentivada no interior dos partidos políticos que tiram proveito desta situação quer e alimenta o modelo para perpetuação dos mais ricos e brancos à frente das Casas Legislativas no Brasil, onde alguns candidatos mais ricos, paradoxalmente, para se elegerem parlamentares, são dependentes diretos dos resultados eleitorais insuficientes dos candidatos mais pobres que no Brasil, são também negros. Assim, no presente cenário em que os candidatos negros ao Legislativo apresentam significativas dificuldades estruturais de mobilidade, especialmente dificuldades econômicas e financeiras e com reduzido apoio de suas legendas partidárias, nesta situação, os dados coletados e apurados por nós em nossa pesquisa de campo, apontam que se mantido o modelo amparado na legislação eleitoral atual para eleição ao Parlamento, as chances dos candidatos negros mais pobres se elegerem permanecerão inalteradas ou reduzidas. Portanto, sem que haja futuramente alteração da legislação eleitoral brasileira permitindo para os pleitos futuros adoção de cotas raciais com financiamento do Fundo Partidário para os candidatos mais pobres e negros ao Legislativo, a exemplo da destinação de cotas para as mulheres através da Lei 13.165/2015”, p. 196.

<sup>259</sup> ENTREVISTA com a Vereadora Claudete Alves na Câmara Municipal de São Paulo realizada em 26 de outubro de 2017. “[...] Porque é assim, só a mulher que se candidata sabe o quanto é sofrível, o quanto a gente se depara com o machismo na rua. Por exemplo, você sai numa caminhada para pedir voto, vários

São vários os problemas apontados com relação à representação da mulher nos espaços de tomada de decisão. De acordo com o raciocínio da vereadora, se as mulheres são mais de 50% da população brasileira, se a comunidade também é e compreende mais de 50% da população brasileira, porque é que não se elegem parlamentares negros e negras?

Na opinião de Claudete Alves há muitas mulheres machistas; a maioria dos movimentos feministas, apoia os candidatos homens nas suas candidaturas por conta da vinculação de quem banca o movimento. A maioria se diz feminista, mas faz campanha para os homens e vota nos homens.

Esse comportamento é fruto da educação obtida ao longo dos anos e que reproduz as práticas observadas dentro de casa, reforçam a baixa autoestima e também a ideia de que a mulher é inferior ao homem.<sup>260</sup> A realidade é bem diferente embora se tenha, ultimamente, observado um esforço por parte de alguns parlamentares do alto escalão do governo em reforçar essa ideia.

De acordo com o estudo do IBGE – Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça – 1995 a 2015, as mulheres trabalham em média 7,5 horas a mais que os homens por semana, 53,6 horas para os homens e 46,1 horas para as mulheres. Em relação às atividades não remuneradas, mas de 90% das mulheres declararam realizar atividades domésticas contra 50% dos homens, proporção que se manteve inalterada ao longo de 20 anos.<sup>261</sup>

---

candidatos. Você é mulher, e tem um homem. O homem faz a propaganda, pega o voto, pega na mão. Você vai pedir voto para um homem na rua, ele passa mão na tua bunda, faz cantadinha, olha, eu vou te dar o meu voto, você vai me dar o que? Ele não fala isso pra um homem, mas ele fala isso pra candidata mulher. Eu passei muito por isso, entendeu? Se você não tiver de fato políticas públicas, mas, de fato, não é pra inglês ver. Aí tem que entrar no recurso do fundo partidário, o percentual de cotas tem que garantir às mulheres o tempo de televisão, sabe, pra valer, e na quantidade de vagas, aí sim, senão, vão demorar muito tempo ainda”.

<sup>260</sup> MUNANGA, Kabengele. *Diversidade, identidade, cidadania*. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>>. Acesso em: 08 dez. 2017. “[...] certas feministas têm dito que, em algumas sociedades patriarcais, as mulheres foram ameaçadas para adotar uma imagem depreciativa delas mesmas. Elas interiorizaram a imagem de inferioridade contra elas forjada, de tal modo que mesmo desaparecendo alguns obstáculos objetivos à sua progressão, elas podem permanecer incapazes de tirar proveito das novas possibilidades. Além disso, elas são condenadas a sofrer a tortura de uma baixa estima de si. Esta situação se aplica aos negros e índios. Durante gerações, a sociedade branca tem feito deles uma imagem depreciativa à qual alguns deles não tiveram força para resistir, pois a introjetaram e criaram uma auto deprecição que hoje se tornou uma das armas mais eficazes de sua própria opressão”.

<sup>261</sup> IBGE mostra que desigualdade de gênero e raça no Brasil perdura. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/294041-10>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

As mulheres que exercem atividade remunerada não estão livres das suas responsabilidades domésticas, embora trabalhar fora reduza a quantidade de horas reservada ao lar. É a dupla jornada quando não, tripla para aquelas que ainda estudam para obter melhor qualificação, e conseqüentemente, melhores postos de trabalho, melhor remuneração para melhor sustentar a si e a seus filhos.

Isso nos leva a outro dado apontado pela pesquisa, de que nesse período avaliado entre 1995 e 2015 o número de famílias com mulheres como referência aumentou de 23% para 40%. Em 34% há presença masculina. A família com casal e filhos passou de 58% em 1995 para 42% em 2015.<sup>262</sup>

Os homens que auxiliam no trabalho doméstico têm porcentagem maior entre os que recebem alta renda, 57% dos que recebiam de 5 a 8 salários mínimos. Nos de baixa renda a proporção cai para 49%. No caso das mulheres, quanto mais alta a renda, menor a proporção das que afirmaram realizar afazeres domésticos. Dentre as que possuem renda de até um salário mínimo 94% realizam trabalhos domésticos, contra 79,5% dentre as mulheres com renda superior a oito salários mínimos.<sup>263</sup>

Na educação, o estudo apontou que as mulheres predominam em relação aos homens de maneira geral, todavia, quando se faz o recorte racial os dados mostram que a população negra chega agora ao patamar que a população branca tinha há 20 anos. Nesses 20 anos, a população branca com 12 anos ou mais de estudo dobrou, de 12,5% para 25,9%. A população negra com a mesma escolaridade quadruplicou, de 3,3% para 12%.<sup>264</sup>

A pesquisa atenta ainda para o fato de ter aumentado o número de mulheres com carteira assinada, trabalho formal. Em 1995 eram 17,8%, em 2015 a proporção chegou a 30,4%. Entretanto, as diaristas aumentaram na proporção de 18,3% em 1995 para 31,7% em 2015.

Dados estatísticos são importantíssimos para que as políticas públicas para a melhoria das condições e promoção dos direitos dos grupos estudados sejam implementadas.

---

<sup>262</sup> ESTUDO mostra mudança e persistência em desigualdade de gênero e raça em 20 anos. Disponível em: <<http://www.tonorumo.org.br/2017/03/estudo-mostra-mudancas-e-persistencia-de-desigualdades-de-genero-e-raca-em-20-anos/>>. Acesso em: 08 dez. de 2017.

<sup>263</sup> IBGE mostra que desigualdade de gênero e raça no Brasil perdura. Disponível em: <<http://www.vermelho.org.br/noticia/294041-10>>. Acesso em: 3 nov. 2017.

<sup>264</sup> ESTUDO mostra mudança e persistência em desigualdade de gênero e raça em 20 anos. Disponível em: <<http://www.tonorumo.org.br/2017/03/estudo-mostra-mudancas-e-persistencia-de-desigualdades-de-genero-e-raca-em-20-anos/>>. Acesso em: 08 dez. de 2017.

Há outros que ainda não conseguem ser quantificados com pesquisas e estudos em fase embrionária, ou mesmo com varias dificuldades no que tange a coleta de informações. Trata-se da vida afetiva das mulheres e que acaba também por interferir na vida política.

Muitas mulheres ao entrar para a vida política põem em risco suas uniões e seus relacionamentos. Isso porque a vida política é uma vida de dedicação; são inúmeras reuniões dentro dos partidos, reuniões de campanhas, viagens, etc. Se o companheiro não for também um companheiro na vida política dificilmente a relação vingará.

No caso das mulheres negras essa situação ainda é mais agravante como afirma Claudete Alves na entrevista realizada para essa pesquisa. Ela relata por experiência própria, e também pelos estudos realizados para sua pesquisa de mestrado e que culminou no livro *Virou Regra(?)*. De acordo com a escritora, nem mesmo dentro da militância as mulheres têm apoio. As mulheres são vistas apenas como militantes, e não como mulheres. Esse é outro tipo de violência.<sup>265</sup>

A violência contra a mulher, como já sabemos, atinge mulheres de várias camadas da sociedade, de diferentes níveis sociais e econômicos, com diferentes graus de instrução, de diferentes faixas etárias, etc. Essa violência não se apresenta só no âmbito doméstico, embora seja nesse ambiente em que se manifeste com maior expressão e fazendo o maior número de vítimas.

Historicamente a mulher é considerada um ser frágil, inferior, dependente, praticamente incapaz, se tivermos um olhar mais radical. Essa dependência econômica, emocional por força do casamento à moda antiga, fazia com que a submissão e a sujeição a tudo fizesse parte do dia a dia da vida das mulheres, e o homem por sua vez, se entendia detentor de direitos sobre e ela e os filhos surgidos na união, mesmo físicos.

Durante anos, e porque não dizer séculos, foi assim. Era necessário manter uma aparência, uma imagem imposta pela sociedade, e mesmo não havia amparo legal para proteger as mulheres violentadas e mesmo punir os agressores.

---

<sup>265</sup> ENTREVISTA com a Vereadora Claudete Alves. “[...] Toda mulher que se empodera, ela perde o companheiro, meu caso. Eles não aguentam, eles não aguentam. Se ele estiver na política vai dar apoio, se não estiver, meu caso, casada há 24 anos, acabou o casamento. Eles não aguentam, porque é assim: você tem compromissos, você tem que viajar. Daí eles arrumam outra, e falam que é porque você não para em casa. Mas, no fundo eu acho que os homens negros não conseguem. Eu tenho muitas amigas na minha faixa etária, que é assim, batalharam, saíram da base da pirâmide, se graduaram, mestrado e doutorado, e estão todas sozinhas [...]”

Após anos de luta do movimento feminista em diversas partes do mundo para adquirirem liberdade e igualdade de direitos como já abordado anteriormente, não só nos movimentos nacionais como a nível internacional diversas conferências que deram origem a tratados e convenções, as mulheres mudaram seu comportamento.

Saíram de casa, adquiriam outras funções além de mães, donas de casa, se empenharam em adquirir mais e maior conhecimento acadêmico, mas a despeito de tudo isso, continuaram a ser violentadas. E a violência passou a ser mais nitidamente não só física.

A professora Eunice Aparecida de Jesus Prudente nos traz que, tanto machismo como sexismo são formas atrasadas e opressoras de pensar por aqueles que acreditam numa hierarquia na espécie humana. Com violência agredem seus semelhantes, física e moralmente, buscando dominá-los ou destruí-los.<sup>266</sup>

Única mulher negra pertencente ao corpo docente da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, a professora entende que a mudança desse pensamento/comportamento principia na reeducação de homens e mulheres. “Não se constroem sociedades democráticas e solidárias com mulheres submissas e homens com sentimentos de superioridade”<sup>267</sup>.

Aí está, homens e mulheres devem caminhar juntos ou não haverá sociedade democrática e solidária. Devem ser companheiros e companheiras. Isso deve ocorrer em todas as instâncias, na educação, no trabalho, nos relacionamentos e na política.

---

<sup>266</sup> PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. *Nossa violência doméstica de cada dia*: comentário à Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006). Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. v 102, p. 247. jan. dez 2007.

<sup>267</sup> PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. *Nossa violência doméstica de cada dia*: comentário à Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006). Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. v 102, p. 247. jan. dez 2007.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluirmos a presente pesquisa observamos que há muito mais semelhanças do que diferenças entre as mulheres de São Tomé e Príncipe e do Brasil e não só no que se refere à ascensão política tema central do trabalho.

As mulheres santomenses sofrem com o machismo, com a violência doméstica, trabalham na informalidade para sustentarem suas famílias, e ainda em pleno século XXI são consideradas inferiores aos homens naquela sociedade.

Sua participação política tem crescido, porém de forma bastante lenta, sendo que o número de mulheres com cadeiras no parlamento não corresponde à realidade da população feminina que ultrapassa 50% do total do país.

Isso ocorre porque a sociedade de modo geral ainda conserva o estereótipo da mulher que cuida da casa e da família, da mulher que estuda, mas até determinado limite, que trabalha, mas que também deve ir até certo limite.

Tudo fruto de uma educação que se tem perpetuado de geração em geração. Ainda homens e mulheres, meninos e meninas são educados de formas diferentes apesar de mais mulheres frequentarem as escolas desde o ensino fundamental.

Mais mulheres têm assumido cargos em vários setores da sociedade nas indústrias nas escolas, mas a maioria ainda trabalha na informalidade, percebe rendimentos em valor inferior aos homens.

Na esfera política, as cotas para que seja garantida a representação da mulher no parlamento não são obrigatórias, dessa forma, os partidos não se vêem na obrigação de preencher esses espaços.

Ocupando as vagas conferidas pelas cotas ou não em cada partido, a verdade é que as mulheres são as que mais trabalham nas campanhas eleitorais em São Tomé e Príncipe, organizam as reuniões, as campanhas, pedem voto, mas não ocupam os espaços de tomada de decisões no alto escalão do governo.

Isso porque, de acordo com as nossas entrevistadas a mulher santomense ainda não descobriu a força que tem, ou se descobriu não sabe usar, tem medo dessa força, não confiam em si mesmas.

E os homens, estrategistas que são, se aproveitam dessa dispersão entre as mulheres e as usam como massa de manobra para serem eleitos e se conservarem no poder. Sabem eles que as mulheres não pensam em si próprias, mas na sociedade como um todo. Seu primeiro intento é preservar a família, sustentar os filhos, dar-lhes melhor educação para que tenha um futuro melhor para todos.

Para que a situação da mulher santomense mude é consenso entre as entrevistadas que a educação das crianças mude. Isso começa em casa, meninos e meninas sendo educados da mesma forma, entendendo que devem ser companheiros, tendo as mesmas responsabilidades, as mesmas tarefas, já que usufruem dos mesmos benefícios dentro de casa.

Tal educação irá refletir na vida adulta, nos valores, na constituição da família independente de qual forma essa família venha a ter. Verifica-se hoje um desregramento familiar como apontou a Procuradora Geral da República, uma perda dos valores e da responsabilidade de assumir responsabilidades no que concerne à educação e ao sustento da prole. A violência doméstica não pode ser considerada banal e normal nem para mulheres e nem para homens.

Necessária se faz, por parte do governo da ilha, a valorização do trabalho feminino, tirando as mulheres da informalidade e garantindo os seus direitos, dando maior apoio à formação acadêmica e a colocação em melhores postos de trabalho.

Para participar ativamente da vida política do país as mulheres santomenses precisam se unir, reunir forças para que as mudanças que estão por ocorrer na legislação eleitoral favoreça a participação feminina, não apenas com vagas nos partidos e nas listas de candidatos, efetivamente com reserva de cadeiras no parlamento na proporção de um homem, uma mulher para cada posição a exemplo do método zebra como apontado pela Dra. Elsa Pinto.

A resolução que está em vigor desde 2009 deve ser convertida em lei para que haja obrigatoriedade no preenchimento das vagas no partido. Toda a sociedade deve saber reconhecer a importância da participação da mulher nas decisões do país. O apoio da família, do companheiro e das próprias mulheres é fundamental.

Tudo isso é possível se houver vontade política, se de fato as autoridades agirem em prol da população, utilizando os investimentos externos nos projetos para melhoria da educação, da saúde, do desenvolvimento tecnológico e não em benefício próprio.

No Brasil as mulheres também encontram inúmeros obstáculos para ter espaço na vida política. Essas dificuldades, assim como as santomenses, começam na educação que da mesma forma, ainda privilegia os meninos, embora em no país africano esse item seja mais intenso.

Consideramos estar mais adiantados que os santomenses, só que não. Aqui também estereótipos com relação às mulheres são reforçados. Os dados estatísticos mostram as conquistas femininas ao longo na história, mas numericamente se verifica que esses avanços não atingiram um número expressivo de mulheres.

Elas ainda sofrem todo tipo de discriminação. Trabalham mais, recebem menores salários exercendo a mesma função, tem jornada quádrupla, como bem exemplificou a presidente do Movimento da Mulher Negra Brasileira, pois a mulher trabalha, cuida da casa, estuda e no final do dia é esposa.

Para as mulheres negras tudo isso é intensificado, já que estão na base da pirâmide, sofrem mais com tudo, inclusive com a violência doméstica, que aqui no país mata, e mata muito.

Como se viu ao longo do trabalho, historicamente os homens predominam no cenário político, e os mecanismos utilizados para que essa situação se perpetue são extremamente eficazes.

Assim como em São Tomé e Príncipe, as cotas utilizadas pelos partidos e que deveriam aumentar a participação das mulheres na política, quando preenchidas, servem para angariar votos para os candidatos homens, ou para a legenda.

Muitas vezes são eleitos candidatos totalmente divorciados das questões e demandas das mulheres, e isso piora com relação às mulheres negras. Ou seja, as mulheres são usadas como massa de manobra pelos partidos para se conservarem no poder.

A situação se apresenta ainda mais triste nesses últimos tempos, onde é visível o corte de investimentos em políticas públicas no que tange à promoção dos direitos dos grupos minoritários que compõem a sociedade brasileira.

Não há diversidade nos altos escalões do governo, o povo não se vê representado, as conquistas foram perdidas, e não há respeito pela manifestação popular, nem mesmo as manifestações dos próprios parlamentares que defendem os direitos da maioria da população. Manifestações racistas, machistas e homofóbicas viraram uma constante no

parlamento. Não é esse o comportamento esperado de parlamentares num Estado Democrático de Direito.

Aqui, assim como na ilha, a questão também começa com a reeducação de nossas crianças, de nossos meninos e meninas, e muito mais intenso que no país africano, pois naquele a população é negra em quase toda a sua totalidade.

No Brasil convivem várias etnias, e o racismo é uma praga que, apesar da legislação existente, de todos os esforços parece não ter cura. A população negra brasileira é a segunda maior da diáspora. Nossos filhos e filhas precisam aprender a respeitar o outro, a conviver com a diversidade.

As mulheres, de maneira geral, não se veem devidamente representadas nos postos de tomadas de decisão, e as mulheres negras muito menos. Os estratagemas utilizados pela elite política para permanecer no poder fazem com que as mulheres desistam da vida política. Não que não se interessem, mas as possibilidades de obterem êxito no pleito é quase nula, ou se eleitas, não conseguem realizar os projetos e efetivar seus direitos.

Há que considerar outras questões, mulheres não votam em mulheres, preferem votar nos homens, seus companheiros, preferem ficar de fora para manterem suas famílias e seus companheiros. No caso das mulheres negras a questão afetiva ganha destaque, já que, quando conseguem sair da base são preteridas.

A elite política sabe que o salto para o desenvolvimento do país como um todo será enorme com a participação das diferentes mulheres que representam os diferentes grupos que compõem a sociedade brasileira, pois sabem eles que, a mulher pensa na coletividade e não na individualidade.

Deve-se investir maciçamente na educação de nossas filhas, pois “só a instrução pode dar independência e liberdade à mulher, ela precisa, pois de instruir-se. A instrução é útil e essencial”.<sup>268</sup>

Primeiramente dentro de casa ensinando-as que elas podem tudo, que têm direito às mesmas chances e oportunidades, e que podem ocupar todo e qualquer espaço dentro da sociedade, inclusive e principalmente os que irão transformar essa sociedade.

---

<sup>268</sup> FERREIRA, Miguel Vieira. *Cursos livres: Conferências*. p. 66. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242768>>. Acesso em: 17 nov. 2016

Politicamente as mulheres só conseguirão alcançar seus objetivos se tiverem garantida participação de 50% em cada partido, e desse percentual 50% seja conferido às mulheres negras para que possam interferir na elaboração das leis, nos projetos que promovam a efetivação de seus direitos..

Para além da questão das cotas a grande lição que se tira da presente pesquisa é que na atualidade, em ambos os países, a mulher é companheira do homem, mas o homem não é companheiro da mulher. E mais, a mulher é tão companheira do homem que ela deixa de ser companheira dela mesma.

Todas as mulheres entrevistadas em nossa pesquisa foram unânimes em afirmar que no momento em que as mulheres se unirem de fato e tomarem consciência do poder que possuem juntas não haverá obstáculos que as impeçam de transformar a sociedade.

“A força e a inteligência do homem não serão completas enquanto não forem metidas em conta a força e a inteligência da mulher”. (Doutor Miguel Vieira Ferreira)

## REFERÊNCIAS

- A MULHER e os tratados internacionais de direitos humanos. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/>>. Acesso em: 10 ago. 2017.
- ACORDO de Argel de 26 de novembro de 1974. Disponível em: <<http://www.stpdigital.net/sociedade/836-acordo-de-argel-de-26-de-novembro-de-1974.html>>. Acesso em: 22 mar. 2016.
- AGUIAR, Iolanda Trovoada. São Tomé e Príncipe plantas e povos: origens e consequências. *As Ciências sociais nos espaços de língua portuguesa: balanços e desafios*, Porto, v. 2, p. 357-374, 2002. Disponível em: <<http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/7127.pdf>>. Acesso em: 15 fev. 2016.
- ALVES, Claudete. *Virou regra (?)*. São Paulo: Scortecci, 2010.
- BANDEIRA, Lourdes, MELO, Hildete Pereira de. *Tempos e memórias: Movimento feminista no Brasil*. Brasília. SPM. 2010. Disponível em: <[http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/TemposeMemorias\\_MovimentoFeministaNoBrasil\\_2010.pdf](http://www.mulheres.ba.gov.br/arquivos/File/Publicacoes/TemposeMemorias_MovimentoFeministaNoBrasil_2010.pdf)>. Acesso em: 14 mar. 2017.
- BARBARIC, Maria da Gloria Calado. Desafios no combate ao racismo na educação. In: OLIVEIRA, Dennis de (Org.) *A luta contra o racismo no Brasil*. São Paulo: Forum, 2017. p. 161-178.
- BARROS, José D'Assunção. *A construção social da cor. Desigualdade Escrava e Diferença Negra no processo de formação e superação do escravismo colonial*. Disponível em: <[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215309488\\_ARQUIVO\\_A\\_ConstrucaoSocialdaCor.revisto.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215309488_ARQUIVO_A_ConstrucaoSocialdaCor.revisto.pdf)>. Acesso em: 13 maio 2015.
- BERTHA Lutz. Disponível em: <<http://www12.senado.leg.br/noticias/entenda-o-assunto/bertha-lutz>>. Acesso em: 17 mar. 2017.
- BOBBIO. *A era dos direitos*. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.
- BONAVIDES, Paulo. *Curso de direito constitucional*. 27. ed. atual. São Paulo: Malheiros, 2012.
- BORGES, Rosângela Ferreira de Carvalho. Imigrantes africanos e negros brasileiros: a identidade na imprensa portuguesa e brasileira. *Revista Estudos Comunicação*, Curitiba, v. 9, n. 20, p. 247-255, set./dez. 2008. Acesso em: <<http://www2.pucpr.br/reol/index.php/comunicacao?dd1=2639&dd2=1982&dd3=&dd99=pdf>> . Acesso em: 22 set. 2014.
- BRANCO, Carina. *Vitória do partido ADI nas legislativas e autárquicas de São Tomé e Príncipe*. Disponível em: <<http://pt.rfi.fr/Vitoria-do-partido-ADI-nas-legislativas-e-autarquicas-de-Sao-Tome-e-Pr%C3%ADncipe/>>. Acesso em: 26 out. 2014.
- CARTILHA – Mulheres na política. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/cartilha-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 25 ago. 2017.

COMPARATO, Fabio Konder. *A afirmação histórica dos direitos humanos*. 7.ed. rev. e atual. São Paulo: Saraiva, 2010.

COSTA, José Domingos. João Menino: comerciante ou escravo. In: COLÓQUIO INTERNACIONAL SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE NUMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR, DIACRÔNICA, SINCRÔNICA, 2012, Lisboa. *Actas...* Lisboa: ISCTE-IUL, CEA-IUL, IICT, 2012. Disponível em: <<http://cea.iscte.pt/wp-content/uploads/Actas-STP-Final.pdf>>. Acesso em: 3 fev. 2015.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista Estudos Feministas*. v.10, n. 1, p.171-188, 2002.

CRENSHAW, Kimberlé. *Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero*. Disponível em: <<https://we.riseup.net/assets/372740/Kimberle-Crenshaw.A-interseccionalidade.de-raza-y-geCC80nero.pdf>>. Acesso em: 30 set. 2016.

CRUZ, Carlos B. – *São Tomé e Príncipe: do colonialismo à independência*. Ed. Moraes. Lisboa. Portugal. 1975. (Coleção Actualidade Portuguesa, 16).

DAIELLO, Angélica et al. *Filosofia na África: mulheres pensadoras*. Disponível em: <[http://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/ang%C3%A9lica\\_daiello\\_et\\_al.\\_filosofia\\_na\\_%C3%81frica.\\_mulheres\\_pensadoras.pdf](http://filosofia-africana.weebly.com/uploads/1/3/2/1/13213792/ang%C3%A9lica_daiello_et_al._filosofia_na_%C3%81frica._mulheres_pensadoras.pdf)>. Acesso em: 02 mar. 2017.

DELPHINO, Cristine. *Revolução de 1930*. Disponível em: <<http://www.historiabrasileira.com/brasil-republica/revolucao-de-1930/>>. Acesso em: 24 nov. 2017.

EQUIDADE de gênero na política – 2016. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/.../proc.../pesquisa-equidade-de-genero-na-politica-2016>>. Acesso em: 05 dez. 2017.

ESPÍRITO SANTO, Carlos. *A primeira república*. Lisboa: Colibri, 2015. v. 2.

ESPÍRITO SANTO, Carlos. *Mulheres históricas de São Tomé e Príncipe*. Lisboa: Colibri, 2014.

FERREIRA, Miguel Vieira. *Cursos livres: conferências*. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/242768>>. Acesso em: 17 nov. 2016.

FERREIRA, Manoel Rodrigues. *Evolução do sistema eleitoral brasileiro*. Disponível em: <[http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/4\\_evolucao\\_sistema\\_eleitoral.pdf](http://www.tse.jus.br/hotsites/catalogo-publicacoes/pdf/4_evolucao_sistema_eleitoral.pdf)>. Acesso em: 21 nov. 2017.

FREIRE, Paulo; GUIMARÃES, Sérgio. *A África ensinando a gente: Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe*. São Paulo: Paz e Terra, 2003.

FREITAS, Marta Bandeira de. *A mestiçagem na formação da sociedade de São Tomé e Príncipe*. <[http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215621376\\_ARQUIVO\\_AnpuhRio\\_2008.pdf](http://encontro2008.rj.anpuh.org/resources/content/anais/1215621376_ARQUIVO_AnpuhRio_2008.pdf)>. Acesso em: 4 mar. 2016.

GASPAR, Osmar Teixeira. *Direitos políticos e representatividade da população negra na Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo e na Câmara Municipal de São Paulo*. São Paulo, 2017. Tese (Doutorado em Direitos Humanos) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2017.

GERHARD, Seibert. *Crioulização em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe: divergências históricas e identitárias*. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0002-05912014000100002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0002-05912014000100002)>. Acesso em: 17 fev. 2015.

GOMES, José Jairo. *Direito eleitoral*. 12.ed. rev. atual. e ampl. São Paulo: Atlas, 2016.

GUIMARÃES Cecília. *Escravidão & liberdade*. In: ENCONTRO ESCRAVIDÃO E LIBERDADE NO BRASIL MERIDIONAL, 4., 2009, Curitiba. *Anais...* Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2009. Disponível em: <<http://www.escravidaoeliberdade.com.br/site/images/Textos4/ceciliaguimaraes.pdf>> .Acesso em: 22 fev. 2016.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Diáspora Africana: a vida de imigrantes e estudantes em Portugal e no Brasil*. In: REUNIÃO BRASILEIRA DE ANTROPOLOGIA, 26., 2008, Porto Seguro. *Anais...* Disponível em: <[http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD\\_Virtual\\_26\\_RBA/mesas\\_redondas/trabalhos/MR%2003/Neusa%20Maria.pdf](http://www.abant.org.br/conteudo/ANAIS/CD_Virtual_26_RBA/mesas_redondas/trabalhos/MR%2003/Neusa%20Maria.pdf)> .Acesso em: 22 set. 2014.

GUSMÃO, Neusa Maria Mendes de. *Os filhos da África em Portugal. Antropologia, multiculturalidade e educação*. In: CONGRESSO LUSO-AFRO-BRASILEIRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS 8., 2004. Coimbra, *Anais...* Coimbra. p. 1-23, 2004.

HENRIQUES, Isabel Castro. *São Tomé e Príncipe: a invenção de uma sociedade*. Lisboa: Ed. Veja, 2000.

HISTÓRIA das eleições no Brasil. Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/governo/2010/09/historia>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

IGUALDADE de gênero em São Tomé e Príncipe. Disponível em: <<http://plataformamulheres.org.pt/igualdade-de-genero-em-sao-tome-e-principe>>

INQUÉRITO sanitário e demográfico – São Tomé e Príncipe 2008-2009. Disponível: <<http://dhsprogram.com/pubs/pdf/FR233/FR233.pdf>>. Acesso em: 25 jan. 2013.

LAINS, Pedro. *Causas do colonialismo português em África, 1822-1975* – Disponível em: <[HTTP://analisesocial.cs.ul.pt/documentos/1221843624GdSJ5nfOj14YJ5.pdf](http://analisesocial.cs.ul.pt/documentos/1221843624GdSJ5nfOj14YJ5.pdf) >. Acesso em: 22 set. 2014.

LEAL, Vitor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o Município e o Regime Representativo no Brasil*. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/360813/mod\\_resource/content/1/LEAL%20Victor%20Nunes.%20Coronelismo%20Enxada%20e%20Voto.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/360813/mod_resource/content/1/LEAL%20Victor%20Nunes.%20Coronelismo%20Enxada%20e%20Voto.pdf)>. Acesso em: 24 nov. 2017.

MAIS mulheres na política. Disponível em <<https://www2.senado.leg.br/institucional/procuradoria/proc-publicacoes/2a-edicao-do-livreto-mais-mulheres-na-politica>>. Acesso em: 13 mar. 2017.

MANIFESTO republicano de 1870. Disponível em: <[https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3817523/mod\\_resource/content/2/manifeto%20republicano%201870.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3817523/mod_resource/content/2/manifeto%20republicano%201870.pdf)>. Acesso em: 23 nov. 2017.

MARIA das Neves Ceita Batista de Sousa é a décima oitava mulher mais influente do mundo. Disponível em: <<http://www.telanon.info/politica/2010/02/23/2674/maria-das-neves-ceita-batista-de-sousa-e-decima-oitava-mulher-mais-influente-do-mundo/>>. Acesso em: 17 out. 2016.

MARIA das Neves denuncia Presidente do Supremo Tribunal de Justiça – Tribunal Constitucional - José Bandeira. Disponível em: <<http://www.jornaltransparencia.st/0111099.htm>>. Acesso em: 17 out 2016.

*Maria das Neves pediu a impugnação da II volta das presidenciais.* Disponível em: <<http://www.telanon.info/politica/2016/08/15/22527/maria-das-neves-pediu-a-impugnacao-da-ii-volta-das-presidenciais/>>. Acesso em: 18 out. 2016.

MARTINS, Eneida Valarini. *A Política de cotas e a representação feminina na Câmara dos Deputados*. Biblioteca Digital da Câmara dos Deputados. Disponível em <[bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/343/politica\\_cotas\\_martins.pdf?...](http://bd.camara.gov.br/bd/bitstream/handle/bdcamara/343/politica_cotas_martins.pdf?...)>. Acesso em: 13 fev. 2017.

MASSACRE de Batepá despertou Leonel Mário d'Alva para a independência. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/massacre-de-batep%C3%A1-despertou-leonel-m%C3%A1rio-dalva-para-a-luta-independentista/a-17940249>>. Acesso em: 22 jun. 2016.

MELLO, Arnon de. *Portugal e as colônias da África*. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/222404/000024733.pdf?sequence=3>>. Acesso em: 29 maio 2015.

MEMÓRIAS da África e do oriente. Disponível em: <<http://memoria-africa.ua.pt/Home/Impact/STP.aspx>>. Acesso em: 23 mar. 2015.

MLSTP-PSD apoia candidatura presidencial de Maria das Neves. Disponível em: <<http://www.abola.pt/africa/ver.aspx?id=606598>>. Acesso em: 05 maio 2016.

MOORE, Carlos. *O Marxismo e a questão racial: Karl Marx e Friedrich Engels frente ao racismo e à escravidão*. Disponível em: <<https://portalconservador.com/livros/Carlos-Moore-Marxismo-e-a-Questao-Racial.pdf>>. Acesso em: 02 fev. 2017.

MULHERES de São Tomé e Príncipe entre a família e a carreira profissional. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/mulheres-de-s%C3%A3o-tom%C3%A9-e-pr%C3%ADncipe-entre-a-fam%C3%ADlia-e-a-carreira-profissional/a-18265431>> Acesso em: 15 fev. 2016.

MULHERES em São Tomé e Príncipe. IV Recenseamento Geral da População e Habitação – 2012 Disponível em: <[www.inec.pt/Documentacao/Recenseamentos/2012/RGPH/6%20MULHERES%20Recenseamento%202012.pdf](http://www.inec.pt/Documentacao/Recenseamentos/2012/RGPH/6%20MULHERES%20Recenseamento%202012.pdf)>. Acesso em: 25 jan. 2013.

MULHERES Negras não têm vez na política: Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2016/outubro/setembro/Eleicoes-2016-no-brasil-mulheres-negras-nao-tem-vez-na-politica/>>. Acesso em: 14 ago. 2017.

MUNANGA, Kabengele. *Diversidade, identidade, cidadania*. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br/fdh/wp-content/uploads/2012/09/Palestra-Kabengele-DIVERSIDADEEtnicidade-Identidade-e-Cidadania.pdf>>. Acesso em: 8 dez. 2017.

MUNANGA, Kabengele. *Origens africanas do Brasil contemporâneo: histórias, línguas, culturas e civilizações*. São Paulo: Global, 2009.

NASCIMENTO, Augusto. *O meio insular, a emigração e a diáspora santomense*. Disponível em: <[https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9674/3/Nascimento\\_O%20meio%20insular.pdf](https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/9674/3/Nascimento_O%20meio%20insular.pdf)>. Acesso em: 14 jul. 2016.

NASCIMENTO, Augusto. *Os santomenses e as mutações sociais na sua história recente*. Acessível em: <[http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS06\\_007.pdf](http://www.africanos.eu/ceaup/uploads/AS06_007.pdf)>. p.7-44. Acesso em: 3 ago. 2015.

NASCIMENTO, Augusto. *São Tomé e Príncipe na idade adulta: A governação e o descaso da Rua*. Disponível em: <<https://repositorio.iscte-iul.pt/bitstream/10071/7707/1/STP-na-idade-adulta.pdf>>. Acesso em: 29 ago. 2015.

NETO, Jaime Barretos. *Histórico do processo eleitoral brasileiro e retrospectiva das eleições*. Disponível em: <<https://jus.com.br/artigos/12872/historico-do-processo-eleitoral-brasileiro-e-retrospectiva-das-eleicoes>> - Acesso em: 21 nov. 2017.

NEVES, Mauricette Carvalho das. *O poder político e as políticas econômicas no período de transição em São Tomé e Príncipe: do regime socialista para o regime democrático representativo*. Disponível em: <<http://cnm.ufsc.br/files/2013/10/MAURICETTE.pdf>>. Acesso em: 29 mar. 2016.

NKURMAH, Kwame. *O socialismo africano revisitado*. Disponível em: <<https://lavrapalavra.com/2016/09/21/o-socialismo-africano-revisitado/>>. Acesso em: 22 mar. 2017.

O REGIME democrático em São Tomé e Príncipe seus antecedentes históricos. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/saotomeeprincipe/parlamento/historial>>. Acesso em: 14 fev. 2014.

ONU Mulheres: intersecção entre gênero e raça é central na luta por igualdade. Disponível em <[nacoesunidas.org/onu-mulheres-intersecao-entre-genero-e-raca-e-central-na-luta-por-igualdade/](http://nacoesunidas.org/onu-mulheres-intersecao-entre-genero-e-raca-e-central-na-luta-por-igualdade/)>. Acesso em: 4 dez. 2017.

*Os 80 anos do voto de saias no Brasil – TER-RN*. Disponível em: <<http://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>>. Acesso em: 15 jan. 2017.

PALACIOS, Rosiane Alves; FLECK, Carolina Freddo. *A política já usa mesmo batom? Um estudo sobre poder, gênero e legitimidade a partir da possibilidade de existência do fenômeno do teto de vidro na política brasileira*. Disponível em:

<<https://www12.senado.leg.br/institucional/procuradoria/pesquisa/a-politica-ja-usa-mesmo-batom-um-estudo-sobre-poder-genero-e-legitimidade-a-partir-da-possibilidade-de-existencia-do-fenomeno-do-teto-de-vidro-na-politica-brasileira>>. Acesso em 28 jun. 2018.

PATRICE Trovoada vence eleições em São Tomé e Príncipe. Disponível em : <[http://www.cmjornal.xl.pt/mundo/detalhe/patrice\\_trovoada\\_vence\\_eleicoes\\_em\\_sao\\_to\\_me\\_e\\_principe.html](http://www.cmjornal.xl.pt/mundo/detalhe/patrice_trovoada_vence_eleicoes_em_sao_to_me_e_principe.html)>. Acesso em: 10 mar. 2015.

PAULO, Vicente. ALEXANDRINO, Marcelo. *Direito Constitucional Descomplicado*. 14 ed. rev. e atual. São Paulo: Método, 2015.

PLANO estratégico para igualdade de gênero e empoderamento das mulheres – CPLP. Disponível em: <[http://www.cplp.org/Files/Filer/MIC\\_CTI/CPLPOIT/PEIGEM\\_vers%C3%A3o-final-\\_2.pdf](http://www.cplp.org/Files/Filer/MIC_CTI/CPLPOIT/PEIGEM_vers%C3%A3o-final-_2.pdf)>. Acesso em: 11 out. 2016.

POLÍTICA e eleições em São Tomé e Príncipe – OPLOP – Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa. Disponível em: <<http://www.oplop.uff.br/boletim/99/politica-eleicoes-em-sao-tome-principe-0>>. Acesso em: 26 out. 2016.

POPULAÇÃO de São Tomé e Príncipe. Disponível em: <[http://countrymeters.info/pt/Sao\\_Tome\\_and\\_Principe.](http://countrymeters.info/pt/Sao_Tome_and_Principe.)>. Acesso em: 13 nov. 2017.

PRESIDENCIAIS de 2016 em São Tomé e Príncipe. Disponível em: <<http://www.dw.com/pt/presidenciais-de-2016-em-s%C3%A3o-tom%C3%A9-e-pr%C3%ADncipe/a-19381602>>. Acesso em 26 out. 2016.

PRESIDENTE de São Tomé e Príncipe marca eleições para 12 de outubro. Disponível em: <<http://www.noticiasaminuto.com/mundo/248160/presidente-de-sao-tome-e-principe-marca-eleicoes-para-12-de-outubro>>. Acesso em: 26 out. 2016.

PRESIDENTES do Brasil. Nova República (1985 até os dias atuais). Disponível em: <<http://presidentes-do-brasil.info/brasil-republica/republica-nova.html>>. Acesso em: 27 nov. 2017.

PRINCIPAIS documentos internacionais para a promoção da igualdade das mulheres. s e da igualdade de gênero. Disponível em: <<http://www.observatoriodegenero.gov.br/eixo/internacional/documentos-internacionais>>. Acesso em: 12 ago. 2016.

PRUDENTE, Eunice Aparecida de Jesus. *Nossa Violência Doméstica de Cada Dia: comentário à Lei Maria da Penha (Lei 11.340 de 07 de agosto de 2006)*. *Revista da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo*, São Paulo, v. 102, p.245-257. jan./dez. 2007.

RAMOS, André de Carvalho. *Responsabilidade Internacional Por Violação de Direitos Humanos*. Rio de Janeiro: Renovar, 2004.

RAMOS, André de Carvalho. *Teoria Geral dos Direitos Humanos na Ordem Internacional*. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

ROBB, Caroline Kende. *A Crescente desigualdade é um obstáculo ao crescimento da África*. In *África Progress Panel*. Disponível em: <<http://www.africaprogresspanel.org/diretora-do-painel-alerta-para-a-desigualdade-economica-na-conferencia-do-fmi-em-mocambique-africa-em-ascensao/>> . Acesso em: 17 jul 2015.

RODRIGUES, Inês Nascimento. *São Tomé e Príncipe: Importância do massacre de Batepá tem sido ignorada*. <[http://saladeimprensa.ces.uc.pt/ficheiros/noticias/12227\\_Observador.pdf](http://saladeimprensa.ces.uc.pt/ficheiros/noticias/12227_Observador.pdf)>. Acesso em: 29 mar. 2016.

ROZA, Bruno Cesar. *História do Sistema Eleitoral Brasileiro*. Disponível em: <<http://www.juridicohightech.com.br/2012/03/historia-do-sistema-eleitoral.html>>. Acesso em: 21 nov. 2017.

SAES, Laurent. Virtuosas e perigosas: as mulheres na revolução francesa. *Revista de História*. São Paulo, n. 171, p. 461-468, jul-dez. 2014.

SALAZAR e Ultramar: De colônias à províncias ultramarinas. Disponível em: <[http://portugalultramar.blogspot.com.br/p/blog-page\\_4586.html](http://portugalultramar.blogspot.com.br/p/blog-page_4586.html)>. Acesso em 23 mar. 2016.

SANCHES, Edalina Rodrigues. O desenvolvimento dos sistemas partidários de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspectiva comparada. In: CONGRESSO IBÉRICO DE ESTUDOS AFRICANOS, 7., 2011, Lisboa. *Anais Eletrônicos...* Disponível em: <[https://www.researchgate.net/publication/301215964\\_O\\_desenvolvimento\\_dos\\_sistemas\\_partidarios\\_de\\_Cabo\\_Verde\\_e\\_Sao\\_Tome\\_e\\_Principe\\_em\\_perspetiva\\_comparada](https://www.researchgate.net/publication/301215964_O_desenvolvimento_dos_sistemas_partidarios_de_Cabo_Verde_e_Sao_Tome_e_Principe_em_perspetiva_comparada)>. Acesso em: 2 maio 2016.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE– Indicadores Demográficos e Estruturais. Disponível em: <<http://www.ciep.pt/attachments/article/141/SAOTOMEPRINCIPE.pdf>> Acesso em: 14 jul.2015.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE: *Espaço de Miscigenação*. Disponível em: <<http://kimangola.blogspot.com.br/2008/01/so-tom-e-prncipe-espao-de-miscigenao.html>>. Acesso em: 21 mar. 2014.

SARLET, Ingo Wolfgang. *A eficácia dos direitos fundamentais*. 9. ed. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2008.

SEIBERT, Gehard. São Tomé e Príncipe: *Instabilidade Política e Crise Econômica num micro-estado insular*. Disponível em: <<http://www.ces.uc.pt/publicacoes/oficina/ficheiros/122.pdf>>

SEIBERT, Gehard. Tenreiro, Amador e angolares ou a reinvenção da história da ilha de São Tomé. *Revista de estudos antiutilitaristas e pós coloniais*, Pernambuco, v. 2. N. 2. p. 21-39, Jul-Dez 2012.

SEIBERT, Gerhard, ANDRADE, Elisa Silva. *A History of Pos colonial Lusophone Africa*. Ed. Indiana University Press. Indiana. EUA. 2002.

SEIBERT, Gerhard. *Camaradas, clientes e compadres: colonialismo, socialismo e democratização em São Tomé e Príncipe*. Ed. Veja. 1ª Ed. Lisboa. Portugal. 2001.

SEQUEIRA, Victória Cecília Almeida. *A situação das mulheres na sociedade santomense, discriminações de gênero e a participação na esfera produtiva*. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/26404/000758545.pdf?>> Acesso em: 25 jan. 2013.

SILVA, A. E. Duarte. *O litígio entre Portugal e a ONU*. Disponível em: <<http://analisesocial.ics.ul.pt/documentos/1223379275O6tBL0an1Az23CC9.pdf>>. Acesso em: 17 mar. 2016.

SILVA, Nicemara Cardoso. *Interseção de raça, gênero e classe: Uma Análise dos Regimes de Desigualdade Expostos Pelos Relatos de Mulheres Negras num Web Blog*. Disponível em: <[www.anpad.org.br/admin/pdf/2014\\_EnANPAD\\_EOR709.pdf](http://www.anpad.org.br/admin/pdf/2014_EnANPAD_EOR709.pdf)>. Acesso em: 02 set. 2016.

SISTEMAS Eleitorais. Boletim Informativo da Escola Judiciária Eleitoral do TSE, Brasília, n. 21, 20 de julho de 2015. Disponível em: <<http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tse-bieje-n-21-20-de-julho-de-2015>>. Acesso em: 24 nov. 2015.

SOUSA, Raquel Martins de. *Paridade de gênero no Poder Legislativo Brasileiro e comparado*. Disponível em: <[www.puc-rio.br/pibic/relatorio\\_resumo2016/relatorios.../DIR-Raquel\\_Martins.pdf](http://www.puc-rio.br/pibic/relatorio_resumo2016/relatorios.../DIR-Raquel_Martins.pdf)>. Acesso em: 04 dez. 2017.

TORGAL, Luís Reis; PIMENTA, Fernando Tavares; SOUZA, Julião Soares (Coord.). *Comunidades imaginadas: nação e nacionalismos em África*. Coimbra: Ed. Imprensa da Universidade de Coimbra, 2008.

TRÊS novos partidos legalizados em São Tomé e Príncipe. Disponível em: <<http://www.stpdigital.net/politica/810-tres-novos-partidos-legalizados-em-sao-tome-e-principe.html>>. Acesso em: 15 maio 2016.

TUDO é interseccional? Sobre a relação entre racismo e sexismo. Tradução Ina Kerner. *Novos Estudos*, São Paulo, n. 93, jul. 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/nec/n93/n93a05.pdf>>. Acesso em: 29 nov. 2017.

VERA-CRUZ, Carla Neves; SOUSA, Domitília Trovada de. *Direitos das mulheres em São Tomé e Príncipe: conhecer para capacitar e sensibilizar*. Lisboa, ACEP, 2016.

ZIGONI, Carmela. *Eleições 2016. No Brasil, mulheres negras não têm vez na política*. Disponível em: <<http://www.inesc.org.br/noticias/noticias-do-inesc/2016/setembro/Eleicoes-2016-no-brasil-mulheres-negras-nao-tem-vez-na-politica>>. Acesso em: 6 dez. 2017.

## APÊNDICE A – ENTREVISTAS

### Entrevista - Dra. Kótia Solange de Menezes – 11.10.2017

**Dra. Kótia:** Meu ponto forte não é a situação das mulheres na participação eleitoral em STP, não sei quais são as porcentagens, para se falar com sustentabilidade era preciso ter indícios, elementos suficientes para dissertar sobre essa questão. Por isso não posso aleatoriamente, por uma simples visão falar sobre essa questão.

**Pergunta:** É difícil a participação política das mulheres em São Tomé e Príncipe, elas têm interesse em ocupar os espaços de poder?

**Dra. Kótia:** Tudo começa na base onde os políticos têm os seus partidos, e é na base onde se formam os votos, entretanto, na base da política santomense, antes de chegarmos ao presidente e ao secretário do partido, nós temos os eleitorados, pessoas que são agregadas a esse partido e que trabalham para que o partido ganhe efetividade que é as eleições.

E as pessoas que em grande parte trabalham em STP para que os partidos ganhem as eleições são as mulheres, grande parte delas, em qualquer partido aqui deste país, são a força motora das eleições em STP.

Mas, infelizmente nós temos um efeito perverso. Pouco depois do topo, quando se quer ocupar, ou quando se está a preencher alguma lista, para representatividade junto a Assembleia Nacional, ou mesmo para representatividade junto ao governo, nos deparamos com inúmeras barreiras, não há mulheres em quantidade suficiente, a título de exemplo, no governo só temos duas mulheres, e no âmbito de 12 ministros, 02 mulheres.

E na Assembleia a participação nem chega a 20%. Então é uma luta em que a Associação até comprometeu-se este ano junto as entidades competentes, a Associação Santomense de Mulheres Juristas no sentido de conseguirmos alguma paridade a nível de representatividade das mulheres junto à Assembleia Nacional.

E estamos a falar neste caso da lei de paridade, uma lei que estipule exatamente porque já verificamos ao longo dos anos, que não vale a pena termos a cota, não vale a pena aprovar o assentimento da Assembleia, que isto não resulta, o que resulta mesmo é que o legislador pense na situação, imponha nem que seja por via legal, e este vai ser o melhor resultado, que realmente tenha uma porcentagem de mulheres na Assembleia, no

governo, ou na administração pública no seu todo, porque só assim é que vamos conseguir, caso contrário não vamos conseguir.

As mulheres aqui votam massivamente, não tem nenhum impedimento, pelo menos que chegou ao meu conhecimento, elas votam massivamente, entretanto, a nossa representatividade é que é baixíssima, e os problemas são imensos.

**Argumentei:** As mulheres votam massivamente, mas não em mulheres?

**Dra. Kótia:** Já tivemos exemplos de candidata às presidenciais, que na altura, isso foi nos anos 90, perdeu perante o candidato masculino porque as mulheres, claro que são a maioria não votaram nela. Infelizmente não houve engajamento suficiente para que a própria mulher acreditasse na outra que seria uma representação imensa para nós. Infelizmente não aconteceu, e de lá pra cá não houve mais, não obstante o país já ter tido mulheres que exerceram cargo de Primeira Ministra.

Nós tivemos três mulheres que exerceram o cargo de Primeira Ministra de STP, tivemos há pouco tempo a mulher como governadora no Banco Central, que agora é Secretária Executiva na CPLP, a nível de Tribunal temos uma única mulher no Supremo Tribunal de Justiça, mas na Primeira Instância nós já somos cinco, o que já é ótimo, somos cinco desde 2011. E a tendência é aumentar por causa dos concursos que aqui é mais fácil porque é por concurso, por competência.

**Pergunta:** sobre a participação da Dra. Maria das Neves nas eleições de 2016. Sobre o segundo turno em que a candidata foi impedida de participar.

**Dra. Kótia:** Maria das Neves e Elsa Pinto também participaram, concorreram à Presidência da República, mas no caso de Maria das Neves tudo transcorreu de acordo com a lei. Tudo é muito rigoroso e tem que ser feito de acordo com a lei. Ela não foi impedida de votar por ser mulher. O recurso foi decidido dentro da legalidade. Isso foi bem tratado.

**Pergunta:** as mulheres participam no pleito, mas não se identificam ocupando cargos de tomada de decisão, enfim de poder? O problema é a educação?

**Dra. Kótia:** Se me convidar para um cargo eu até poderei dizer que sim. Mas, o problema não é este. O problema são as barreiras que os próprios homens, que estão lá dentro, impõem, eles pensam: eu é que vou estar atrás dela? A confusão começa assim, é

inferiorizar a mulher, ela pode até estar no topo da lista, mas entretanto há barreira entre os homens no sentido de impedi-la de subir porque ela é mulher.

Muitas vezes há barreira a nível familiar do próprio marido, porque muitas vezes vou ter que participar de reuniões até altas horas e os maridos não gostam, porque acham que nós é que temos que ir para casa cuidar dos filhos, temos uma vida profissional, enfim mil e uma razões, ou elementos que contribuem para que a mulher não participe, que o homem infelizmente não aceite mas, acho que vamos caminhar para lá.

**Pergunta:** é difícil conciliar a vida profissional, com a vida doméstica?

**Dra. Kótia:** É difícil na medida de que o homem, enfim, que o parceiro que deveria estar a ajudá-la, porque o casamento não é uma questão unilateral, é um compromisso entre duas pessoas, o parceiro que devia estar a ajudá-la não o faz. Nós as mulheres que temos aquele instinto de poder lidar com várias tarefas ao mesmo tempo acabamos por ceder a esta pressão, infelizmente, em benefício da família. Infelizmente é o que acontece. Acaba não se engajando. Há outras que desafiam, e conseguem manter posição, mas são poucas.

Ainda assim já conheci mulheres em São Tomé que assumiram altos cargos, mas a confusão continua dentro de casa. É uma luta constante, infelizmente é uma luta constante, até que realmente a sociedade perceba da nossa importância nos cargos que pretendemos nos candidatar ou exercer. O empoderamento da mulher não tem sido fácil.

**Pergunta:** Como funciona o sistema eleitoral?

**Dra. Kótia:** Nós temos uma eleição, primeiro, a nível Camerário dos Presidentes da Câmara, de três em três anos, essas muitas vezes, por razões económicas, não se realizam, são de três em três anos. A nível da Assembleia Nacional, que vem constituir também o governo de 4 em 4 anos, e a nível da Presidência da República, de 5 em 5 anos.

Julgo que as eleições autárquicas que deveriam se realizar nesse ano, mas as condições financeiras do país não nos permitem, por que são despesas imensas, o que ficou assente é que as eleições autárquicas se realizarão juntamente com a legislativa no próximo ano.

**Pergunta:** Essa extensão de mandato não prejudica a governança? É legalmente previsível?

**Dra. Kótia:** Não é legalmente previsível, mas não acarreta grande confusão a nível interno, isso que é importante. Porque já tivemos anos aqui que, seis, sete ou 8 anos ou até mais sem eleições autárquicas. Mas isso não interfere muito.

Nós estamos a tentar ver se disciplinamos, a nível de mandato, três anos parece pouco, para ver se igualamos a nível de legislativo, e possamos fazer ao mesmo tempo as duas eleições e assim também a nível de custos reduzi-los drasticamente.

**Pergunta:** São muitos partidos que concorrem?

**Dra. Kótia:** Na verdade nós temos nesse momento na Assembleia cerca de três partidos com sede parlamentar. Temos o partido majoritário que é o que suporta o governo – o ADI, depois o segundo partido, o MLSTP, temos o PCD, e temos ainda um representante do UDD. São quatro partidos, com as divisões normais de maioria, alguns que perderam, por aí fora.

Entretanto, fora isto, nós temos uns tanto outros que vão se constituindo quando as eleições se aproximam desde que se preencha os requisitos, o Tribunal Constitucional aceita e pronto, estão aptos a concorrer.

**Pergunta:** Todo cidadão santomense pode participar?

**Dra. Kótia:** Todos, ninguém é impedido de participar, alguns não podem se candidatar, por exemplo, magistrado não pode, podem votar, mas não podem ser eleitos enquanto estão em função. Um ou outro caso. Questão de incompatibilidade, de segurança mesmo.

As mulheres ajudam os partidos a ganharem voto, mas, entretanto, não conseguem, porque também assim o querem, deveriam fazer mais e melhor, porque no dia em que as mulheres pararem e disserem aos homens nos partidos, nós não vamos fazer mais nada, para tudo, tudo para.

Como é que estão também a saber exercer o poder que elas têm nas mãos. Muitas vezes isso não sobressai na questão da indicação das atividades das mulheres junto aos homens no Legislativo. Nós temos esse poder e temos que saber usá-los. E, isso tinha que ser de uma forma geral, não só o partido A ou o partido B o faça, mas todos em geral.

Infelizmente ainda não existe essa união entre nós mesmas. Este é um dos obstáculos que impedem este tipo de ação para forçar os homens a colocar-nos, a nível dos órgãos de representatividade com poder, naquele patamar mais alto.

**Pergunta:** Essa questão é regionalizada, uma vez que, as eleições são distritais?

**Dra. Kótia:** A eleição é feita de forma geral. Estamos divididos em distritos porque é uma ilha. Mas, a eleição quando acontece é geral. As mulheres participam em todas. Nisso as mulheres são muito ativas, na participação eleitoral, nas campanhas.

**Mensagem final.**

**Dra. Kótia:** A mensagem que deixo é para nós mesmas, para as nossas mulheres porque, com a idade que eu tenho, são 38 anos, cada vez mais vou percebendo que temos esse poder, e entretanto muitas vezes deixamos de lado em detrimento de uma outra situação que também achamos importante, e isto tem nos prejudicado no nosso exercício ao nível, por exemplo, de representatividade junto aos órgãos que tem o poder de decisão.

Isto é terrível, nós as vezes temos capacidade e não acreditamos em nós próprias, meu apelo é isso mesmo, para passarmos cada vez mais a acreditar nas nossas condições, saber distinguirmos e saber entrar com cuidado naquilo que nós pretendemos.

É muito importante nos apercebermos das nossas fragilidades para depois lidarmos com situações que carecem de nós maior concentração, maior decisão, isso é muito importante. E, só assim acho que nós poderemos enfim, levar essa luta, não podemos estar aqui a driblarmos contra eles, porque não é isso. Só juntos é que podemos fazer a diferença, mas juntamente com eles mostrar que somos capazes.

## Entrevista com a Deputada Clélia Gomes - 04/10/2017

### Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo

**Deputada Clélia Gomes:** Sou Clélia Gomes, venho da periferia de São Paulo, da zona norte de São Paulo, fui eleita com 25.306 (vinte e cinco mil, trezentos e seis) votos, o menor número de votos dentro da Assembleia Legislativa, foi a última cadeira, foi a minha.

Entrei na política porque acredito que quem fará as mudanças somos nós, nós o civil, aquele civil que vive reclamando, de que todo mundo rouba, tomo mundo faz errado, todo mundo é ladrão, então eu resolvi fazer diferente, eu resolvi fazer o inverso.

Ao invés de ficar reclamando resolvi colocar minha cara para bater, entrar dentro da política, e fazer diferente dos que meus amigos, hoje até dentro da própria política fazem. Fazer diferente, porque eu acredito que nós políticos podemos sim, fazer uma gestão digna, uma gestão com competência, uma gestão que realmente traga ao povo e dê ao povo o que é do povo, que faça essa diferença. Que faça essa diferença, quem faz é o caráter de cada um.

Eu quero mostrar, principalmente para o povo da periferia que nós mulheres, negras, pobres temos sim condições de, entrar dentro da política, e fazer a diferença. Isso foi um dos itens da minha vida que fez com que eu entrasse para a política e resolvesse fazer a diferença.

Essa é a diferença que eu acredito que está dentro de mim, e que acho que durante esses três anos praticamente de mandato todas as minhas ações são viradas pra isso, estão direcionadas pra isso. Acredito que eu estou conseguindo, acredito realmente que eu esteja mostrando que pode ser diferente, que nesse país existem pessoas dignas e de caráter que possam fazer a diferença.

**Pergunta:** E quais foram as dificuldades ou as facilidades encontradas dentro do partido? Porque sabemos que a sociedade é machista como um todo e que as cotas foram implantadas, mas que na prática não há efetividade.

**Deputada Clélia:** Eu nunca tinha participado da política na verdade, e o meu partido era a primeira vez que ele tinha feito uma candidatura para deputados, então entrou todo mundo igual, todos nós éramos iguais. Todos estavam no mesmo nível. Alguns já tinham participado de uma eleição e eu não, eu nunca tinha participado.

O meu perfil fez com que o partido também acreditasse que eu teria uma grande chance de ganhar as eleições, e de uma forma ou de outra eles investiram em mim também. Então eu falo que foi a fome com a vontade de comer. Eles investiram, eu tinha muita vontade de fazer essa diferença mesmo.

Então eu trabalhei um ano, investi um ano, trabalhei durante um ano, larguei tudo, larguei a minha casa, larguei minha família, larguei a minha vida e andei por todo o Estado de São Paulo, e pela cidade de São Paulo onde eu conhecia onde é o meu reduto. Sou nascida e criada em São Paulo.

Então, eu falei para o povo o que realmente eu acredito então assim, o partido me ajudou, eu fiz a minha parte, e o povo acreditou nessa diferença, então foi uma junção de tudo que acabou dando nos 25.306 (vinte e cinco mil, trezentos e seis) votos que acabou me elegendo. O partido fez o coeficiente, e eu acabei entrando. Fui a primeira mulher, foi tão assim que a segunda colocada também é uma mulher, dentro do partido é uma mulher; a minha suplente é uma mulher.

**Pergunta:** O partido não teve a preocupação com cotas para mulheres, em dar uma assistência maior para que as mulheres pudessem se eleger?

**Deputada Clélia:** O partido não teve essa preocupação com cotas, porque era todo mundo igual. Tanto que a minha suplente, a nossa diferença não chega a 500 votos. Foi uma eleição acirrada de pessoas que nunca tinha participado de outras eleições, nunca tinham sido eleitas. Foi uma eleição muito acirrada. Foi muito boa. E acreditar que as mulheres, elas vem fazendo a diferença. Oportunidade é que falta.

Então, os partidos têm que dar oportunidade e acreditar no perfil e na personalidade daquela pessoa, a vontade que ela realmente tem de fazer a diferença.

O problema do nosso país ainda é financeiro. As nossas eleições ainda são à base de ajudas, e isso é muito difícil principalmente para nós que somos mulheres porque não somos criadas para a política.

Então quando chega um homem que fala muito melhor, que fala mais assim ou mais assado (a deputada engrossa a voz, para exemplificar a fala de um homem) o partido investe muito mais nele do que numa mulher negra, pobre e de periferia, e que essa mulher é que traz as multidões, essa mulher é quem tem o poder de falar de igual para igual pra essa multidão.

Então, eu falo que está invertida algumas situações em nosso país, mas eu acredito que daqui um tempo, principalmente agora, eu acredito que nessas próximas eleições teremos uma mudança muito grande dentro do poder, e essa mudança me dá uma esperança de que teremos aí muitas mulheres nos representando aí, será muito bom.

**Pergunta:** Como a deputada vê essa mudança eleitoral que está para ser implantada?

**Deputada Clélia:** Eu, por exemplo, vim como chapa pura, então todas essas mudanças pelo menos para o nosso partido não está abalando. Porque como eu vim com chapa pura, minha chapa era limpa, era só do PHS. Então era só o meu partido, sozinho. E sozinho, mesmo pequeno, nós conseguimos fazer um deputado.

Então, não estou com medo dessas mudanças, e a cota que a gente tem que fazer de 1,5% dos eleitores do país nós fizemos 1,7%, então, nós estamos dentro dessa cota, isso não nos preocupa. O que nos preocupa é o trabalho que nós vamos fazer daqui por diante pra que ele aumente. Quem se preocupa com isso são os partidos grandes que de uma forma ou de outra se coligavam com os partidos pequenos.

Então, eles têm que estar muito mais preocupados do que nós. Nós, partidos pequenos temos mais é que aprender a fazer conta para chegar ao denominador que nós precisamos. E eles não, agora eles vão ter que lutar bastante, porque sem os partidos pequenos como é que eles vão ficar. Isso vai prejudicar bastante. Principalmente na majoritária, vai ficar difícil.

**Pergunta:** E você considera que as mulheres não se interessam por política, ou elas se interessam, mas não se sentem capazes, ou quando se interessam, principalmente nos partidos grandes, elas não têm o apoio necessário, material, financeiro, para levar adiante as propostas?

**Deputada Clélia:** Primeiro é na nossa cultura, nós não somos criadas para a política, nós somos criadas para cuidar de família, então começa pela cultura. Quando uma mãe senta com a filha na frente da televisão, ela não diz: filha, você vai ouvir o que política porque você vai ser política quando crescer. Não, o primeiro presente que ela dá é uma boneca, para que a filha vá cuidar daquela boneca como se fosse uma filha. Então, é cultural, é cultural, é da nossa cultura.

Quando você cresce que você começa a entender um pouco de política, que você se envolve em movimentos, que você se envolve com a sociedade, que você se envolve

com as suas comunidades, que precisam de ajuda, de políticas públicas, por mais que você cresça, o que engrandece os olhos dos homens, são os partidos grandes.

Aí ela (mulher) acha que pode aparecer dentro de um partido grande. O partido grande ele já tem os seus mandantes, já tem os seus grandões, e é obvio que esses grandões já vêm de famílias que o pai, o tio, o avô, o bisavô, todo mundo já era político. Quer dizer, você já entra com uma desvantagem dentro do partido. Então, você é somente um número.

Quando você é somente um número dentro de um partido grande ele não tem porque te investir, você vai só servir de escada para que eles subam. Porque você vai estar participando daquela cota, o partido fechou aquela cota, e você é só mais um número.

Quando você entra para enfrentar realmente uma eleição você tem que ir para um partido pequeno, você tem que saber quem compõe aquela chapa. Se você realmente quer ganhar você tem que participar politicamente, você tem que realmente conhecer a sua chapa. Não é só entrar, se filiar, colocar seu nome lá.

Eu não vou entrar numa chapa onde o cara que está lá já tem cem mil votos, duzentos mil votos, onde que vou ter condições de pela primeira vez de chegar a tudo isso? Aonde eu vou ter investimento para sequer chegar próximo deste?

Então, isso são contas que os partidos pequenos estão fazendo e que, de uma forma ou de outra, eles estão dando oportunidade para o povo ter outras opções de voto. Porque você acha que eles querem acabar com os partidos pequenos, para que o povo não tenha opção de votar em pessoas diferentes. Então esse para mim é o maior problema.

O problema é que, a maioria dessas mulheres se engrandecem por partidos grandes porque a fala deles é muito linda, não aquela fala, vem que você vai ganhar; você não entende muito, você não sabe o que se passa nos bastidores. E aí você só vira um degrau.

Aí chega lá na frente frustrada, com pouquíssimos votos porque no final das contas ninguém te ajudou com nada, com papéis, com nada, com tudo que você precisa para ter uma campanha decente ninguém te ajudou, eu digo decente, não com uma campanha de mentira, uma campanha decente. Que você possa mostrar realmente para o que você veio. Daí fica difícil.

Nisso a assessora Gladis interfere para complementar que ainda existe o fato de mulher não votar em mulher.

**Deputada Clélia:** E ainda tem o fato de mulher não votar em mulher. Nós somos 53 % da população no país e 10% dentro do poder público. Olha que dificuldade. A mulher além de que não querer ouvir falar de política ela ainda vota naquele mais bonitinho. Ou então, ela pega o papelzinho no meio da rua com o primeiro cara que tiver, não importa quem seja. Ela vai votar porque não quer pagar uma multa. Isso é vergonhoso pra nós. Ou volta em quem o marido mandou, ou naquele cara que falou que aquele outro cara é muito bom. É cultura de realmente não ir atrás de quem faz.

Eu, por exemplo, fico muito com medo nas próximas eleições porque o trabalho que você direciona, sendo mulher de baixa renda dentro do poder público você dá voz a quem não tem voz, e se você perde isso, quem já não tem voz fica ainda menos sem voz. Aí você se sente com medo de que tudo que você conquista, por conta dessa falta de cultura, perder o que a gente vem construindo.

Porque é difícil quatro anos dentro da maior casa legislativa da América Latina, não é fácil você sobreviver, mas você sobrevive com dignidade e com sabedoria, aí você vê tudo isso sendo destruído porque a maioria da nossa população não para pra ver, e pelo contrário ainda diz: “todo mundo é igual, todo mundo é do mesmo buraco”, e não é.

**Pergunta:** Você sofre discriminação?

**Deputada Clélia:** Eu sempre digo que eu não tenho tempo para ver esse tipo de discriminação. Eu corro demais, eu ando demais, e não encontrei ainda alguém que tivesse a coragem de parar e falar qualquer coisa que me discriminasse. Até porque eu falo que eu tenho tanta resposta pra qualquer tipo de preconceito que eu não tenho medo.

Discriminação eu já sofri quando eu era mais nova, agora eu não permito, onde eu estou eu permito muito menos. Eu vivo com o povo gostando ou não, por ser negra, por ser mulher, por ser da periferia, por ser de matriz africana, porque eu sou uma mulher que represento o povo de matriz africana. Eu represento os WICAS, eu represento os EVP's que são os agentes penitenciários, eu represento o Metrô, o LGBT's.

Então, quem quer me discriminar não me importa, o que me importa é que quando eu vim para cá eu disse que eu iria representar que não tinha representatividade. E que eu iria fazer de acordo com a minha consciência. E a minha consciência é tranquila. Se não gostam porque eu sou negra, porque eu sou pobre, porque eu sou de matriz africana, porque eu represento essas pessoas, eu vivo do mesmo jeito, não me importo.

**Pergunta:** De maneira geral a população negra é muito infimamente representada, tanto homens quanto mulheres, o racismo ainda é muito grande na nossa sociedade. Ou por outra, também nós vemos que há divergências dentro da comunidade negra, e por conta disso a gente não avança, porque muitos se projetam nesses partidos grandes e não atendem as reivindicações da comunidade, servem de degrau, massa de manobra para puxar voto para um outro que não vai atender à comunidade.

**Deputada Clélia:** a nossa política, é um jogo muito cruel. Eu sempre digo que se deixarmos somos usados como escada o tempo todo pra tudo, principalmente, aqui por dentro, porque depois que você é eleito você tem que ver qual é o jogo daqui de dentro para não se deixar ser usado.

E que muitas das vezes pra conseguir alguma coisa você tem que aprender a jogar. Olha como é terrível tudo isso. O negro lá fora, com aquela ânsia com aquela vontade de também fazer parte desse jogo político ele acaba se submetendo a algumas coisas que é muito difícil para ele não aceitar até pelo fato dele também querer chegar ao poder por querer chegar, eu digo o negro, eu digo todo mundo.

As classes sociais elas são bem divididas aqui dentro. Isso a gente vê, é fato. Mas é o que eu digo, até me deixa mal. Eu penso assim, eu estou aqui dentre e vou seguir a minha linha. Se eu mudar essa linha eu vou me perder tanto quanto os outros. Você tem que ter foco, e isso eu tenho, eu tenho foco. Se eu puder ajudar, eu agrego, se eu não puder, eu deixo com que a coisa aconteça. Mas é muito difícil quando você vê esse uso do ser humano dentro dos partidos políticos.

**Assessora Gladis:** Queria só lembrar uma coisa. A gente vai nos eventos de racismo aqui e geralmente nenhum deputado passava.

**Deputada Clélia:** É muito engraçado. Quando você faz um evento de matriz africana, por exemplo, não vai nenhum deputado, a única deputada que vai sou eu ou a Leci Brandão, LGBT's também não vão.

Então aqui dentro, de negros ( é só você e a Leci só – dito pela assessora Gladis) é uma coisa que você olha, é a maior discriminação. É isso que eu te digo eu não sou melhor e não sou pior, e acredito que todos ali tenham competência muito mais do que eu vejo aqui dentro na postura que toma, no se esconder debaixo da mesa quando o outro grita, entendeu?

Mas, eu fico triste, mas eu tenho que estar lá pra lutar, alguém tem que estar lá pra lutar, e eu estou lá, eu estou fazendo o meu papel. E não pense que eu faço o meu papel com medo não, faço com a cabeça erguida, por que eu estou aqui pelos meus 25.306 (vinte e cinco mil, trezentos e seis) votos.

Eles podem estar lá pelos trezentos, duzentos, cento e poucos deles, mas não me representam, e eu tenho certeza de que eu represento de forma mais digna do que alguns, então isso me dá vontade de continuar.

### **Mensagem final para as mulheres**

**Deputada Clélia:** Eu quero deixar enfatizado que nós mulheres somos as maiores políticas. Dentro das nossas casas, nós somos as que mais deixamos todo mundo muito bem pra que ninguém brigue com ninguém, é a mãe que fala: olha vai comprar nesse mercado porque é mais barato, olha minha filha não brigue com seu pai para vocês se darem bem, olha meu filho não vamos discutir hoje porque estamos na hora do almoço; nós somos as maiores políticas e acreditamos que somos as maiores ignorantes politicamente.

Então, está na hora de nós mulheres acordarmos, a gente sabe quem manda dentro de casa, a gente sabe quem manda dentro de casa. Então, nós só não queremos acordar e descobrir que nós somos melhores politicamente do que os homens, mas eu tenho certeza de que a hora que nós acordarmos, nós teremos um país muito melhor, pelo menos igualitário, pelo menos com uma sensibilidade maior, e com políticas públicas voltadas não somente para os nossos umbigos, mas para o umbigo de todos, porque nós agregamos, nós não dividimos.

**Entrevista com o Secretário Permanente Eduardo Elba do Espírito Santo –  
13/10/2017**

**FONG – Federação das Organizações não Governamentais de São Tomé e  
Príncipe**

**Sr. Eduardo Elba:** Bom dia. A Federação das Organizações não Governamentais de São Tomé e Príncipe, conhecida por sigla FONG é uma estrutura representativa das ONG's, que foi fundada em 2001 abriga em seu seio organizações nacionais, e ou estrangeiras ou internacionais que atuam em STP.

Atualmente nós temos cerca de 85 organizações inscritas, mas nem todas estão no ativo. Muitas existem apenas juridicamente, mas não estão em ativo. Nós normalmente quando realizamos ações contamos um universo de 50 (cinquenta) ONG's contatáveis.

Depois contamos com cerca de 20 (vinte) organizações que são mais dinâmicas, e entre elas nacionais e estrangeiras que já executam grandes projetos, têm estrutura tanto como sede, recursos humanos, equipamentos, material de escritório, tudo isto, e que executam projetos de grande dimensão. Normalmente com recursos disponibilizados pela União Europeia e cooperação portuguesa, e outros parceiros, mas ultimamente tem destacado a UE e a cooperação portuguesa.

De resto a FONG enquanto estrutura representativa das ONG's ela acaba por ser interlocutora das ONG's junto das várias instâncias, ela procura promover a inclusão social, ela nos últimos tempos tem pautado um pouco por ações de incidência ou influência política no sentido de provocar melhor governação e um desenvolvimento mais equilibrado.

Ela também joga o papel de interlocutora, como disse, mas também de identificação de fundos de financiamentos para comunicar ou impor às pessoas associadas no sentido de concorrer a esses fundos e encontrar recursos para realizar as suas atividades.

É um bocado disso que é a FONG, e como disse foi fundada em 2001 e hoje estamos em 2017, tem feito um percurso com alguns sobre saltos, porque as ONG's em STP começaram a surgir a partir dos anos 90 com a entrada do país no regime democrático, não é que dantes não existiam, existiam algumas, mas não era com a

relevância que se começou a assistir na segunda república partir da segunda república, quando o país fez um salto para a democracia.

Portanto, a Constituição da República permite que as pessoas se reúnam em organizações, há todo um amparo legal que facilita a criação e o funcionamento das organizações, e a forma de conseguir também ver aprovada em 2012 com o apoio do governo e outros parceiros meramente do UNICEF uma lei das ONG's que permite, portanto, uma maior atuação, um maior funcionamento, regulamentar um bocado o campo de atuação das organizações, portanto é um bocado disto.

De 2001 a 2012 a FONG ajuda as suas associadas a desenvolver mais projetos de natureza social, atuando na área da educação, da construção de infra estruturas de básicas de apoio ao desenvolvimento, como sendo escolas secundárias, postos de saúde, estruturas de saneamentos de meios como latrinas, enfim.

Mas, depois a partir de 2013 ela deu um salto qualitativo na sua intervenção passando também a atuar como um agente político transformador da sociedade. Isto, portanto, dito por outras palavras, significa que a FONG, também com uma rede que criou que se chama Rede de Assistência de Apoio para Governação, começou a olhar para as políticas públicas através de monitoria ao orçamento, ou seja, através de um projeto que pela primeira vez a FONG, com a sua parceira ACEP que é uma organização de origem Portuguesa e significa – Associação para Cooperação Entre os Povos, começou a executar em 2013 um primeiro projeto, um projeto dessa natureza, pela primeira vez, pois muitas agências nacionais não tinham experiência nesse ramo, então começou a executar um primeiro projeto de influência política, que visava monitoria das políticas públicas e advocacia.

Então, a partir daqui as ONGS foram capacitadas para tal, sendo que nessa matéria de capacitação fez-se muitas ações de formação, mesmo em formato de ação de formação, em formato de seminários, e também em formato de missões de intercâmbio, junto de organizações dos países da CPLP que já tinham mais experiência nessa abordagem no sentido bem educada a experiência dessas organizações, aí permitiu que a rede passasse de Angola, Moçambique e também Brasil.

Tivemos a ocasião de irmos à Brasília, num intercâmbio que nós estabelecemos com a INESC que é uma ONG brasileira, que trabalha também na temática de monitoria orçamental, na perspectiva de direito, e tem como sujeito de direito as crianças, isso nós

fizemos também com uma parceria também com a UNICEF que permitiu, que facilitou a participação de um membro da FONG nesta missão.

Então, com essas ações todas nós começamos a partir de 2015 fazer esse exercício de monitoria ao orçamento. Conseguimos olhar um bocado o orçamento de 2014 na componente das obras públicas, conseguimos em 2016, olhar também para o orçamento na componente de aconselhamento, e agora estamos a trabalhar em um segundo exercício de monitoria ao orçamento para os anos 2015 e 2016 também na componente de obras públicas, infraestrutura na perspectiva disso tudo de ver qual foi a evolução tendo como base o ano de 2014, tanto é que o 2014 o orçamento foi executado pelo 15º governo, que já não está mais no poder, temos agora o 16º governo constitucional, então faz algum sentido olhar um bocado a execução orçamental nessa perspectiva com novo governo, para poder observar a dinâmica que terá ocorrido ao longo dos anos.

Nós também, para além desta área de monitoria às políticas públicas de ação à democracia, nós também temos ação à nível de direitos, direitos humanos neste caso tendo como sujeito de direito as mulheres.

Estamos a executar um projeto que termina já no início do próximo ano, um projeto de dois anos, estamos a executar um projeto ligado ao direitos humanos das mulheres, se assim posso dizer, é um projeto que também incorpora mais parceiros, continuamos com parceiro externo a ACEP, mas também mais duas organizações filiadas da FONG e especializadas em direitos humanos, estamos a falar da Associação Santomense de Mulheres Juristas, e a Plataforma de Direitos Humanos e Igualdade de Género.

E temos como associada do projeto o Instituto Nacional da Igualdade e Equidade de Género que não são públicas, mas beneficiam das ações do projeto. É um projeto que tanto esse como o outro que tem incidência política tem financiamento da União Europeia e co-financiamento da cooperação portuguesa.

E no âmbito do projeto de direitos humanos das mulheres nós fizemos inicialmente um pequeno levantamento diagnóstico, em termos, a nível digamos assim do regime jurídico legal, internacional e aqueles que o país a legislação já conseguiu ratificar e um segundo tanto nível as leis nacionais que o governo aprovou em linha com essas convenções internacionais.

E depois, numa outra perspectiva nós fizemos um levantamento sobre as competências das organizações quer privadas primeiramente da sociedade civil, quer públicas sobre os direitos humanos das mulheres numa perspectiva de perceber se as organizações estão no terreno que atuam nas áreas que visam os direitos das mulheres, se elas tem competências humanas, materiais, mesmo de conhecimento dessas leis para perceber que como é de fato que podemos, pra futuro fortalecer as capacidades nessa abordagem, nessa temática.

Depois um terceiro levantamento que foi mais ao nível de percepção da abordagem que os líderes fazem, dos direitos humanos meramente e da equidade de gênero, como é que os líderes abordam a questão de gênero ao nível da comunicação.

Esses levantamentos permitiram-nos perceber um bocado como é que o país está, e a partir daí definimos algumas áreas de capacitação, algumas ações de capacitação no sentido de comandar um bocado essas insuficiências.

Então, nós realizamos já duas ações de formação, uma a nível de igualdade de direitos, no quadro jurídico legal, antes disso de dizer que de fato nesses levantamentos nós tanto nos apercebemos que o país deu saltos qualitativos em termos de aprovação e ratificação das convenções e das leis que visam o universo da mulher, mas de fato faltou aplicabilidade nalgumas situações dessas mesmas leis.

E então a formação permitiu capacitar um conjunto de mulheres vindas de diferentes setores público, judicial, policial, da sociedade civil, que no terreno atuam nessas áreas para fortalecer ou reforçar os seus conhecimentos sobre essas mesmas leis e sua aplicabilidade.

Depois, fizemos uma segunda ação de formação que tinha um bocado a ver com a questão do desenvolvimento e gênero, na verdade o desenvolvimento na perspectiva de gênero. Como é que se pode abordar o desenvolvimento na perspectiva de gênero.

Aí também se conseguiu encontrar vários subtemas que concorressem para essa abordagem, sendo que hoje, mesmo ao nível internacional nós formos vemos ver a agenda, a uns eixos lá com metas que abordam também a questão da equidade de gênero.

Então também tentamos uma abordagem genérica, depois ver o país, especificamente, como é que se pode definir as políticas ou sugerir que as políticas sejam definidas, um pouco sobre a questão de gênero, num país em que temos mais mulheres relativamente que os homens.

Foi um bocado disto que tratamos, e agora estamos a preparar uma terceira formação que vai abordar um bocado a questão de mídia e o gênero como tal, e para essa formação vamos contar com uma formadora expatriada, externa, que vai trazer a sua experiência exterior, que traz um olhar de fora para partilhar conosco sobre essa questão.

E ainda nesse quadro, no quadro desse projeto nós temos em vista ação de sensibilização em um terreno onde aquelas mulheres não tenham possibilidade para vir a uma sala de conferência, num espaço formal para participar dessas ações, num sentido de irmos ao terreno, lá nos distritos mais distantes conversar com elas, sensibilizá-las sobre a questão dos direitos humanos das mulheres, desde os eventos mais básicos, portanto, da necessidade de saber que existe uma convenção, leis nacionais e tudo isto e que elas estão protegidas legalmente.

E tanto esta campanha, terá como instrumento de apoio, brochuras que nós produzimos umas das mais simplificadas a partir daqueles levantamentos, daqueles estudos que nós fizemos e que acabei de explicar, e também com cinco vídeos, muito pequenos, de não mais de cinco minutos, vídeos de sensibilização, que contam, relatam, ou narram histórias de vida, de pessoas que fizeram vários caminhos para se emanciparem, ou seja, crescerem na vida, estarem bem hoje na vida.

Então, esses vídeos servem, portanto, para sensibilizar outras mulheres a seguirem um bocado essa orientação, tomarem essas personagens que estão no filme como referência, e a partir daí também lutarem pela vida.

Então, são cinco vídeos que reportam várias histórias de vida de sucesso, de várias mulheres que fizeram diferentes caminhos, e que hoje têm um emprego, tem um rendimento, tem família, conseguem sustentar sua família, portanto, mas que tinham, como disse, que fazer caminhos para lá chegar.

Nós também temos um espaço no rádio, a gente faz programas de debate e sensibilização, com várias temáticas que nós selecionamos que tem a ver também com a questão dos direitos das mulheres ou afins. Esse é essencialmente o projeto que estamos a fazer e que se vai fazer até o início do próximo ano.

**Pergunta:** As ONG's são independentes ou são filiadas a algum partido?

**Sr. Eduardo Elba:** São independentes, não tem nenhum vínculo com partido, nem como Estado, nem com o privado, são independentes, normalmente não tem fins lucrativos, e trabalham na base do voluntariado.

**Pergunta:** A Federação tem várias atividades no que tange ao empoderamento das mulheres, como o senhor acabou de abordar. Existe algum projeto, e como considera a formação dos homens para auxiliar nesse processo?

**Sr. Eduardo Elba:** Nessas ações de formação, a que fiz referência, participam homens e mulheres. Nos programas de rádio convidamos homens e mulheres, se bem que a predominância é mais das mulheres. Mas, também incluímos homens para discutir gênero.

**Pergunta:** Independente desses homens que participam mais ativamente, o senhor entende que a sociedade é a favor dessa igualdade de gênero, que a questão política, ou mesmo outros cargos na sociedade não é função inerente a natureza da mulher?

**Sr. Eduardo Elba:** Começando do ponto de vista legal, que é daí que começa tudo. Ao olho da Constituição da República, nos artigos da Constituição, agora não me lembro os artigos, que homens e mulheres tem os mesmos direitos, independente de sexo, raça, etc.

Os dois sucessivos governos ratificaram convenções que visam o universo da mulher, primeiramente CEDAW que é o maior. Depois de CEDAW, tem a tal Declaração de Pequim que o país abraçou. Depois tem as leis nacionais.

Mas, o que acontece, o país, STP, como outros, tem, digamos assim, alguns hábitos, alguns costumes que são de foro cultural, que dificultam, que se transporta da lei pra prática aquilo que, portanto, está lá escrito.

Então, como há muitos aspectos culturais, muito enraizados, isso não é só na camada menos intelectual, mesmo a nível alto intelectual, os homens intelectuais, ainda há muitos aspectos culturais tão enraizados, que dificultam um bocado a implementação na íntegra dessas mesmas leis, portanto que se faça de forma normal, portanto essa questão de gênero, portanto, que haja espaço para a igualdade das mulheres, ou seja para a igualdade entre homens e mulheres.

Ou seja, ainda há muitos estereótipos que precisam ser desconstruídos, e isso não se faz de um dia pra outro, já se fez algum avanço, mas é preciso continuar ainda a trabalhar, trabalhar durante muitos anos para que de fato se consiga despir desses preconceitos que ainda prevalecem na mente dos homens. É um bocado disso.

Eu preciso partilhar com a Marta um relatório que nós produzimos, não é relatório, um manual de formação que nós fizemos, que nós fizemos para essas duas formações, que reporta um bocado daquilo que foi tratado, e aquilo que se pode recolher do terreno, tanto que são opiniões e discussões entre os homens e as mulheres que estiveram presentes na formação, e aí ainda há muitos estereótipos, sobretudo, de foro cultural, que impedem ainda que isso se faça de forma mais efetiva.

Tivemos uma formação em que esteve presente um professor, no início da formação, tanto que quando a formadora criou um espaço de dinâmica de interação, ele disse: “não, em minha casa quem manda sou eu, eu que sou homem”.

Mas, depois ao longo da formação, nos *inputs* que a formadora foi fornecendo ele disse: “não, mas a formadora tem razão.” (risos) Ainda há um problema de mente, muito pesado, que ofusca os olhos dos homens.

Então com o tempo, e começamos agora uma nova base de trabalho, e se pudéssemos encontrar mais recursos para combater essas questões... mas, vamos ver.

**Pergunta:** Como funciona o processo eleitoral em São Tomé e Príncipe?

**Sr. Eduardo Elba:** Bom, normalmente os calendários eleitorais aqui não coincidem. E então, parece-me que já há algum trabalho, algum esforço nesse sentido, de tentar conciliar as eleições, numa perspectiva de economia de custos também.

Mas, já tem sido prática que as eleições autárquicas ocorrem em separado das legislativas, e das presidenciais. As eleições autárquicas são para um mandato de dois anos, sendo um ano de falha, as legislativas são de quatro anos, e as presidenciais de cinco anos.

Autárquicas é ao nível de poder local, aqui nós chamamos de câmaras distritais. Mas, existem leis que sustentam isso, uma lei eleitoral, a lei que define as autarquias locais, depois a Constituição que é a lei mãe. Então, é assim que funciona. O presidente da República só pode fazer dois mandatos de cinco anos, não mais do que isso.

Ao nível da eleição legislativa só participam partidos políticos, enquanto que a nível de poder local participam partidos políticos, mas há também a possibilidade de os cidadãos se organizarem e concorrerem.

**Pergunta:** Daí um grupo independente pode participar sem filiação a partido?

**Sr. Eduardo Elba:** Sim, sim. Os movimentos sociais. Por exemplo, na ilha do Príncipe, que é ilha irmã, quem está no poder é o movimento. Movimento que surgiu, concorreu às eleições, da regional, e ganhou as eleições. Mas, já houve também, uma tentativa de alterar a lei eleitoral e não permitir que os movimentos sociais participem.

Também, em termos de informação, dizer que pela primeira vez temos um governo que está a fazer três anos, e deve cumprir a sua legislatura, porque o país foi caracterizado desde 1991 até 2014 por muita instabilidade governativa, os partidos políticos só faziam no máximo dois anos de mandato, nunca conseguiram cumprir a legislatura.

**Pergunta:** Eram retirados do poder?

**Sr. Eduardo Elba:** Os partidos caíam. Ou porque o Presidente da República tinha poder para demitir, ou porque no Parlamento havia censura, eram censurados e caíam, porque o nosso regime é de poder parlamentar.

**Pergunta:** Eu posso ter um Presidente que não concorda com o Parlamento e acaba com ele? Eu posso ter um Parlamento que não concorda com o Presidente e pode destituir o Presidente, é isso? As duas possibilidades são possíveis?

**Sr. Elba:** Nós temos uma lei eleitoral que foi ratificada em 2003. Até 2003 o Presidente da República tinha poderes para demitir o Primeiro Ministro e fazer cair o governo automaticamente.

Ele se conservava no poder sem aquele parlamento, elegia outro, chamava o partido para nomear outro Primeiro Ministro. Então, nós tivemos uma situação de crises sucessivas.

Imagine que nós começamos o processo em 91, em 2014 tínhamos o 15º governo, cerca de 15 Primeiros Ministros. Mas, depois de 2013, alguns deputados na Assembleia conseguiram alterar a Constituição e diminuir, portanto, vetar esse poder do Presidente da República. Agora é mais difícil, tem que passar pelo Parlamento, o regime é Parlamentar.

**Pergunta:** E o parlamento, da mesma forma, possui certos critérios para destituir o Presidente da República?

**Sr. Elba:** Se acontecer alguma coisa grave. No caso do Presidente da República, me parece que é há outros expedientes em que é preciso ver o Conselho de Estado. Analisar antes a situação grave.

Temos a Comissão Eleitoral que é a responsável por fiscalizar a lei eleitoral. A nível de autarquia, os presidentes das câmaras, as diferentes câmaras, têm reconhecido que a lei de autarquia local já está obsoleta, precisa ser atualizada, bem como também a lei eleitoral exige que seja atualizada, porque é de 90, 91e estamos em 2017, então, há matérias que precisam ser atualizadas, é o que se tem dito.

Quero agradecer por ter verificado a FONG como uma organização que desse alguma informação consigo, espero que elas sejam úteis para o seu trabalho.

## Entrevista com a Dra. Domitília Trovada – 16.10.2017

### Associação Santomense de Mulheres Juristas

**Pergunta:** Conte um pouco sobre a associação e suas atividades primeiramente, e qual é a sua percepção sobre a participação política das mulheres em STP.

**Dra. Domitília:** Muito obrigada, sinto-me honrosa por ter também reconhecido o papel que tenho, quer a nível da Associação Santomense de Mulheres Juristas, uma vez que, sou vice-presidente da associação, quer também na sociedade em geral porque para além de fazer parte da Associação Santomense das Mulheres Juristas, eu fiz parte também do grupo de mulheres de um partido político, nesse momento estou afastada e estou a me dedicar apenas á Associação.

Por isso acho que, primeiramente, para além da Associação, nós fazemos parte de um projeto **Direitos das Mulheres: conhecer, capacitar, sensibilizar STP**, nesse projeto foram elaborados três estudos, o estudo que a associação fez foi sobre o quadro jurídico e legal no que concerne à defesa dos direitos das mulheres.

E esse estudo também fez-se a entrevista, eu fiz parte também, esse livro que aqui está, (foto abaixo) e entrevistamos algumas mulheres que fazem parte da vida política, estão na vida política ativa, entrevistamos mulheres de pelo menos três partidos políticos que a conclusão ao fundo que se verificou é que as mulheres têm tentado participar ativamente da vida política, mas contudo, ainda existem muitas barreiras dentro dos próprios partidos políticos.



Porque a nível de representação que tivemos na Assembleia Nacional temos 10 deputadas que foram eleitas, isso corresponde a 18%, num universo de 55 homens.

E, depois todos os partidos políticos têm a ala feminina, isso porque os partidos políticos sabem a importância que as mulheres tem, o papel que as mulheres desempenham principalmente na altura das campanhas, elas fazem as reuniões, e ainda estamos numa sociedade monoparental em que as mulheres assumem a família, a mulher é mãe, é pai, é tudo, e contudo esse partidos políticos têm a consciência que envolvendo as mulheres na política irá a envolver também muitas famílias, muitas mulheres, elas irão votar nesses partidos políticos.

Mas, quando chega o momento real em que as mulheres devem ficar num lugar elegível a nível da Assembleia Nacional, as mulheres estão num lugar muito abaixo, o que faz com que a representação da mulher na Assembleia Nacional seja muito baixa, e nós sabemos que São Tomé e Príncipe tem muitas mulheres com capacidade, com empoderamento, muitas mulheres empoderadas, mas que a nível da Assembleia não se sente essa representação a nível do país, ou que se verifica num país.

Isso porque há partidos que no momento da elaboração das listas para serem eleitas deputadas, as mulheres são sempre preteridas em detrimento dos homens, e que tem dificuldade também a nossa lei não obriga os partidos políticos a colocarem mulheres em lugares elegíveis.

Nós temos uma simples resolução 74/2009 da Assembleia Nacional em que diz que os partidos políticos devem por pelo menos 30 % de mulheres nos lugares elegíveis, mas isso não é nada, isso não vincula, não é obrigatório, é uma simples resolução.

Eu acho que se tem que trabalhar efetivamente na elaboração de uma lei que obrigue efetivamente os partidos políticos, e nesse estudo eu retrato algumas questões dessas, algumas recomendações que se fez nesse estudo, e que estão nesse livro, não sei se lhe deram esse livro lá na FONG.

**Resposta:** Sim, me deram esse livro.

**Dra. Domitília:** Então isso irá facilitar se calhar na sua análise é o estudo que nós fizemos, vai ajudar muito no seu trabalho. Tem algumas estatísticas. Baseamos no recenseamento de 2012. Era bom que visse o recenseamento que tem no INE.

E pondo mesmo a nível de governo acho que são cerca de 11 ministros e só temos 2 ministras no conselho da Administração, agora melhorou a nível de no Banco Central temos uma governadora e uma vice-governadora.

Ou seja, muito paulatinamente é que as coisas estão a melhorar é que temos mulheres com grande potencialidade e que são preteridas em detrimento dos homens, pelo simples fato de serem mulheres.

Mas, na Administração Pública já começa haver bastantes mulheres como diretoras, isso não posso mentir. Primeiro porque na função pública o ingresso é através de concurso público, e depois a nomeação para diretor é que depende de ser pessoa de confiança do ministro. Mas, havendo um leque grande de mulheres já fica difícil ter que escolher um homem. Mas, já há bastantes mulheres na função pública.

**Pergunta:** Essa dificuldade que existe de eleger as mulheres parte das mulheres também. É um problema da educação, da própria cultura do lugar?

**Dra. Domitília:** As mulheres santomenses ainda são muito inseguras, são muito inseguras porque muitas vezes a decisão de aceitar uma proposta ela tem que ter muitas vezes a força do próprio marido, da família, e segurança própria dela também, e se ela não

sentir essa segurança, esse apoio ela não aceita, porque, vou entrar de novo na questão dos partidos políticos.

Por exemplo, normalmente as reuniões dos partidos políticos, discussões políticas é tudo depois das 18 h. Agora uma mulher que é mãe, tem filhos, tem a responsabilidade do lar, ela pode ficar numa reunião até às 20 h, depois disso já é complicado porque no dia seguinte ela trabalha, tem que levar os filhos pra escola, prepará-los para escola e toda essa dinâmica.

Ela já tem que assumir a responsabilidade em casa, tem a responsabilidade do trabalho, tem a responsabilidade do partido, e depois tem a vida social, e conciliar tudo isso não é fácil.

Eu acho que as mulheres também são um pouco culpadas, por causa da sua própria insegurança, por causa da própria mentalidade da sociedade santomense. Penso que com o tempo chegaremos lá, paulatinamente, mas ainda vai levar algum tempo.

**Pergunta:** E sua história, como foi? Como foi sua passagem dentro do partido?

**Dra. Domitília:** A minha história dentro do partido, bem eu sou membro fundadora da Associação Santomense de Mulheres Juristas, e como membro fundadora, fomos na altura também presidente da Associação onde me destaquei um bocadinho. E fui convidada para participar de partido político.

E eu com aquele ideal de que a mulher também, tem o seu lugar na sociedade, também pode contribuir politicamente com o processo de seu desenvolvimento, com aquela ideologia de que nós temos que também empenhar que nesse processo de desenvolvimento me filiei ao ADI, partido que está agora no governo (Primeiro Ministro – Patrice Trovoada).

Também naquele partido não existia a ala feminina, também fui fundadora da ala feminina desse partido, congregamos muitas mulheres. O partido era mais democrático, de renovação, porque havia aquele partido tradicional, o MLSTP, e então o ADI estava a crescer muito. Então, fazia sentido existência de uma ala feminina.

E como eu tinha relação de parentesco com o presidente do partido, ele me convidou para fazer parte, achei bom. Então, fui deputada na legislatura anterior de 2010-2014. Era um partido de oposição, tinha poucas mulheres, com formação superior, então o partido tinha interesse que eu me elegeisse.

Como deputada fui secretária da Rede de Mulheres Parlamentares Santomenses, a presidente era a Maria das Neves. Participamos de vários pilotos, e conferências a nível internacional para representar a Rede de Mulheres Parlamentares Santomenses.

Fazíamos parte também da Assembleia Parlamentar da CPLP; eu fazia parte da estrutura mais alta do partido que é a Convenção Política, e fazia parte da estrutura feminina como Relações Públicas a nível da estrutura feminina do partido.

Mas, depois também, profissionalmente, eu continuava a exercer que era inspetora de finanças de carreira, que continuava também a exercer.

**Pergunta:** a senhora é casada?

**Dra. Domitília:** sou.

**Pergunta:** tem filhos?

**Dra. Domitília:** três. (Risos) Não deixei minha carreira profissional que é inspetora de finanças, sou casada, tenho três filhos, tinha vida muito ativa na Associação que na altura era presidente da Associação, e também era deputada e membro de partido político.

**Pergunta:** Tem apoio do companheiro, com certeza?

**Dra. Domitília:** Sim. (risos) Tinha uma vida muito ativa. Depois comecei a me sentir muito cansada, não ter tempo para mim, não ter tempo para a família. Decidi então afastar-me do partido e me dedicar à associação e à minha carreira profissional.

**Argumentei:** Exatamente, com o apoio dos companheiros fica mais fácil. Ainda conversando com o secretário da FONG Eduardo Elba, e ele apresentando às várias atividades que são realizadas para conscientização feito com as várias associações de mulheres, e empoderamento das mulheres, questionei se não seria interessante um trabalho em paralelo com os homens. E ele disse que em alguns eventos em que houve participação dos homens, eles se manifestaram um tanto quanto contrários a essas ideias. Faz parte também esse trabalho, o que a senhora pensa a respeito?

**Dra. Domitília:** Eu acho que isso ainda vai levar muito tempo, porque o homem santomense, só o fato de que a mulher tem que viajar para participar das coisas, e ter que deixar os filhos com o marido, muitas vezes não aceita muito.

Aceita com dificuldade, muitas vezes é contra, a família começa a tentar influenciar, os amigos, (isso não é coisa pra mulher) ainda vai levar algum tempo. Mas, eu sou otimista, eu sou otimista, penso que com o tempo as coisas vão mudar e teremos o lugar de destaque que merecemos.

Chegou a falar com a Dra. Elsa Pinto? Ela chegou a ser deputada, depois por incompatibilidade, porque ela trabalha no Banco Central, não pode exercer as duas funções preferiu sair da Assembleia. Foi Ministra da Defesa, da Justiça, Deputada, Ministra da Administração Pública, Procuradora Geral da República. Era bom tentar falar com ela. Ela escreveu uma passagem extremamente importante aqui no livro, e está sublinhado:

**Resposta:** Não. Tentei falar com a Sra. Ederlai do Centro de Aconselhamento da Violência Doméstica, mas ela estava sem tempo.

**Dra. Domitília:** Ela não para porque está organizando a Marcha pela Paz, como diretora ela que tem que organizar isso. Achei a passagem da Elsa Pinto:

“Sei que ao nível dos partidos políticos os seus estatutos estabelecem uma cota de 30%”, responde “[...]”

isto é verdade, mas as mulheres trabalham para apoiar o partido, nós as mulheres somos exigentes connosco e as pessoas também exigem demais das mulheres põem sempre em causa a questão de competência e nós como queremos mostrar o trabalho feito, exigimos de nós mesmos, queremos ser excelentes, perfeitas as pessoas trabalham, para não por as mulheres nos lugares elegíveis, depois desta resolução já houve 2 pleitos eleitorais e as coisas não alteraram, vendo pelas listas dos partidos deveria ser pelo menos o método de zebra, um homem e uma mulher, ou pelo menos o método de 30%, três homens e uma mulher. Mas vemos na Assembleia que temos poucas mulheres, vemos no Governo que tem apenas uma mulher, acho que caberá às mulheres serem mais competentes, mais acutilantes, mais unidas, porque quando chega a hora da verdade as mulheres não defendem as mulheres. Quando chegar perto do próximo pleito eleitoral os homens precisam das mulheres para trabalhar, mas na hora para a elaboração das listas as mulheres são postas de lado, eles fecham-se em copas, e as mulheres ficam suplentes [...]” Elsa Pinto / Magistrada

**Dra. Domitília:** Deu para entender?

Quer dizer, as pessoas trabalham para não por as mulheres em lugares elegíveis. Quer dizer, todo esse trabalho que nós fazemos, os homens trabalham ao contrário para nós não ficarmos nesse lugar.

Argumentação sobre conversas com pessoas do povo:

Pergunta a uma mulher do povo: Em que você votou? Em Evaristo.

Comecei a reproduzir a conversa com um jovem de 20 anos que não vê problema na violência doméstica. Que se a mulher apanha é porque não se portou bem.

O jovem acha que a mulher deve ser domesticada, nas palavras da doutora.

**Dra. Domitília:** A lei existe é pra prevenir.

**Pergunta:** Será que é tão difícil as camadas mais humildes entenderem, é uma questão de formação acadêmica? Ou independente do nível a violência acontece?

**Dra. Domitília:** A violência acontece em todas as camadas. Sobre as camadas baixas, agora as mulheres estão a ser informadas sobre a lei de violência doméstica, que é crime, e começam a denunciar mais, por isso é que se verifica ao aumento de denúncia.

O aumento de denúncia não tem a ver com o aumento de casos, mas sim com as mulheres estarem mais informadas sobre os seus direitos, sobre a importância da lei, por isso que elas recorrem às instâncias competentes para efeito, denunciando a violência dentro da família. Aqui há violência contra idosos também, contra crianças... Mas, isso já se fez tanta campanha, é quase ingloria, mas a gente não desisti.

Comentário sobre a procedência da Dra. Domitília, que ela pertence a uma família importante dentro da história de São Tomé e Príncipe.

Meu pai é juiz, mas nunca fez parte de nenhuma estrutura política, eu depois tentei um bocadinho, mas desisti. Mas, eu acho que minha maior contribuição é dentro da Associação, porque me identifico mais com as causas sociais dentro de uma Associação do que dentro de um partido político.

Também ocorre que dentro do partido tem uns meandros com o qual não me revejo muito, não concordo muito, porque você tem que seguir a orientação do partido, não há independência. Existe aquela orientação partidária, tem que fazer aquilo que o partido orienta. O partido manda em ti. Eu não estudei pra isso.

A gente quando estuda as grandes ideologias, não é isso, no sentido prático. Nós estudamos, temos a capacidade de fazermos análise das coisas por nós. E não esperar que um presidente venha decidir.

**Pergunta:** Todo cidadão pode participar da eleição? Há muitos cidadãos estrangeiros? Podem se eleger?

**Dra. Domitília:** Estrangeiros, não. Está vedado aos estrangeiros. Todos podem, os estrangeiros não podem ser eleitos. Temos sim naturalizados. Todos podem votar, tem direito a votar, toda gente tem direito a votar, estrangeiros não podem ser eleitos.

**Mensagem final.**

**Dra. Domitília:** Eu acho que nós as mulheres não podemos perder a esperança, que com o tempo as coisas vão melhorar, o que temos que fazer nessa fase é nos unir para fazer com que a tal resolução se torne lei, para que efetivamente as mulheres possam participar ativamente, para que elas também tenham mais coragem de no momento em que forem convidadas para exercerem uma atividade cá, apenas não exitarem se acharem que tem importância para ir, podem avançar que terão apoio, e para se empoderarem também.

Por isso temos que estudar, temos que dar o nosso melhor, nos esforçar, porque a mulher é sempre questionada, será, não será, já o homem, não, talvez ele nem entenda nada aquilo, mas ele vai e se estica. Nós as mulheres ficamos mais exitantes, mas temos que perder o medo, quebrar o medo.

**Pergunta:** A senhora acha que as novas gerações, já tem outro perfil, já estão pensando de forma diferente, mesmo os meninos, na questão da igualdade de gênero.

**Dra. Domitília:** Eu acho que sim. Acho que até nas escolas já se estar a ensinar isso. Em casa eu tenho minha filha de 11 anos que ela já fala dessas coisas, não sei se por me ouvir também. (risos) pela influência da mãe. Se calhar também.

Mas, sim fala-se muito na Convenção dos Direitos das Crianças, as crianças aqui já entendem muito, porque divulgou-se muito a CDC em São Tomé, em todas as escolas. Tem até umas brochuras que fala de todos os direitos. A nível de direitos as crianças já conhecem bastante.

## Entrevista com o Movimento da Mulher Negra Brasileira – 9.11.2017

### Dra. Diva Zitto

**Dra. Diva Zitto:** Boa tarde. O nosso movimento é o Movimento da Mulher Negra Brasileira – MMNB, e como fundadoras do nosso movimento nós temos três mulheres que se candidataram no último pleito para as eleições municipais: a Profa. Lucia Adão, a Profa. Adriana Vasconcelos, e a Dra. Edna Aparecida.

E o que nos motivou a fundar o movimento foi esse sentido, porque nós mulheres negras, ou melhor, porque nós negros não conseguimos efetivamente obter uma cadeira nas Casas Legislativas.

A nossa indagação começou por aí, porque nós temos, uma das nossas candidatas obteve 900 votos, a outra 280 quase 300, e a melhor colocada obteve 5.500; 5.550. Mas, acho que foi a campanha que mais... que menos teve recurso, foi a campanha de uma pessoa só.

E, por isso nós amigas, algumas que já estamos aposentadas, ou estamos em vias de, e outras efetivamente estão iniciando na carreira, porque nós temos meninas de seus 30, 30 e poucos anos participando do movimento.

Mas, nosso incômodo é nesse sentido, porque não conseguimos ocupar espaço, e é aquela questão. Onde nós não estamos nós não somos vistos, e aí quem é que vai brigar pelos nossos direitos pelas nossas necessidades, senão os nossos iguais?

Aqueles que estão eles não estão nos vendo, eles só irão nos ver quando precisarem de nós para a próxima eleição. Aí sim ele vão lembrar da gente, mas durante todo os quatro anos de mandato, de forma alguma.

E isso foi uma das coisas que me incomodou muito, numa dessas palestras que eu estive presente, assistindo, um candidato a vereador que já estava indo para o quarto mandato, ele disse que sabia que a comunidade negra tem problemas de saúde, tem o problema da anemia falciforme, que isso é uma coisa que faz muito mal pra comunidade negra, para a população negra, para a saúde da população negra, mas o que ele fez até então para melhorar essa condição. E estava indo pra quarta legislatura, foi reeleito, está aí, mas o que é que fez?

Então, eles sabem daquilo que todos nós precisamos, tanto nós negros quanto o branco pobre, eles bem sabem do que nós precisamos, porque o branco pobre está na mesma condição de esquecimento que nós, só que na hora de conseguir um espaço ele tem mais oportunidades do que nós.

Então, o nosso movimento, inconformado com esse tipo de cuidado que a nossa comunidade recebe, optamos em montar um movimento onde nós pudéssemos levar o esclarecimento, o conhecimento para a base, que é a base da pirâmide, e a base da pirâmide ela é composta por quem?

Pela sua maioria nós mulheres negras, que seguramos os nossos filhos, nossos maridos e companheiros, nossos pais, nossos avós, a gente procura amparar e manter unida a nossa família, nem sempre conseguimos porque, o extermínio aí, da população jovem é uma coisa que dói.

E acho que isso é uma coisa que a sociedade está investindo e investindo muito, eles querem exterminar os nossos jovens, porque eles sabem que nós somos uma comunidade que, se organizada, nós somos muito fortes. E eles não querem que a gente chegue a lugar nenhum.

A gente começa a perceber isso a partir do movimento que você acaba se envolvendo com as questões, que estão aí, todo mundo está trabalhando, mas cada um no seu grupo, na sua esfera, o que a gente precisa é se unir, mas isso vem de há muito, mas eu acho que nós estamos num processo de união bem mais efetivo agora do que há anos atrás. Então eu entendo que a possibilidade de obtermos êxito ao médio e longo prazo agora é maior. Eu enxergo essa possibilidade.

**Pergunta:** Interessante, qual o perfil dessas candidatas, elas são casadas, tiveram resistência da família, na campanha houve pouco recurso, como acontece isso com essas três candidatas especificamente?

**Dra. Diva Zitto:** Nós temos essa visão, esse conhecimento. Temos a professora que é divorciada, é professora aposentada do município, psicopedagoga, tem uma instituição de ensino de graduação a distância. Já está aí há muitos anos.

A professora Adriana Vasconcelos que atua também na rede pública, hoje ela está como assessora do vereador Toninho Véspoli do PSOL. E a Dra. Edna que trabalha na área da saúde, é bacharel em direito por formação e trabalha na área de radiologia num hospital estadual da Vila Penteadado.

Então são mulheres que, estando ligadas e conhecendo a deficiência dos pilares da nossa sociedade que são educação e saúde, porque um povo que não tem educação e não tem saúde não vai a lugar nenhum.

Então elas conhecendo essas necessidades, conhecendo de uma forma um pouco mais aprofundada essas deficiências, desses pilares entendo eu que, elas objetivaram a seguir o caminho da vida pública para tentar melhorar, obrigar de uma forma mais expressiva para que melhore as condições de educação e saúde, esse é que é o objetivo. Porque esses também são os pilares do nosso movimento, a nossa preocupação é com a educação, a cultura e a saúde.

**Pergunta:** Elas tiveram apoio da família?

**Dra. Diva Zitto:** Sim, até onde sei todas tiveram esse incentivo.

**Pergunta:** Porque não conseguimos eleger representantes negros, negros não votam em negros, as mulheres não votam em mulheres?

**Dra. Diva Zitto:** A minha opinião pessoal, nós não tínhamos até então, de forma tão ampla, o interesse e a compreensão de que nós precisamos estar envolvidos em política, para chegarmos em algum lugar, para obtermos alguns resultados, porque as pessoas dizem, ai nem quero saber de política, política é coisa de ladrão, é todo mundo igual, assunto que não se leva a nada, não é isso.

Então, até esses acontecimentos que vêm afetando o nosso país, vem sendo apresentados, que as cortinas estão sendo cerradas, as pessoas estão acordando que, se nós não tivermos um envolvimento político, um conhecimento político, nós não vamos chegar a lugar nenhum.

Principalmente o negro, porque o que acontece com o negro? É a minha visão pessoal, os caciques dos partidos, o que é que eles fazem? Eles vão nas comunidades, eles vêm aquelas chefes, líderes de comunidades, líderes integrantes de CONSEG, que são um pouco mais articulados, um pouco mais envolvidos e conhecidos pela comunidade na qual habitam, eles vão lá e oferecem a possibilidade de serem candidatos.

Daí essa pessoas acreditam, acreditam naquele pequeno espaço que convivem, aquela comunidade que eles vão ter apoio irrestrito. Eles podem até ter, mas não o apoio necessário e suficiente, porque eles não saem daquela comunidade, daquela área.

Eles não vêm para a zona norte, para a zona sul, eles não vêm pro Jardins, porque não são nem vistos nem aceitos. Então, eles vivem naquele meio, eles contam com o voto daquela pessoa, de algum parente que mora um pouquinho mais distante... que a coisa vai se disseminar dessa forma.

Só que eles não estão fazendo por eles, eles estão fazendo pelos caciques. Eles podem ter cem, duzentos, trezentos mil votos, esses votos vão pra legenda. E quem vai se beneficiar? Aqueles que estão lá em cima e que tem recursos financeiros para poder trabalhar. Para eles nunca vai chegar, nunca vai ter essa oportunidade.

E nisso também, o que é que eles fazem? Eles vão nos segregando, vão nos separando. Eu, enquanto negra que podia estar unida a você, e você sendo a nossa candidata teria mais possibilidade, poderia ter mais conhecimento de poder ser eleita.

Não, eu tenho a minha candidatura, você a sua, e nós não vamos chegar a lugar nenhum, vamos estar sempre fazendo por eles, e não por nós. E eu vi que essa minha visão não é errada, pela própria tese do Professor Doutor Osmar.

Ele, aqui mesmo, conversando com a gente, ele nos mostrou isso, que isso é estudo, não é só percepção, não só aquilo que a gente percebe, que está um pouquinho mais inteirado, que lê um pouco mais, que não é um privilégio nosso, é uma realidade.

Então, a nossa desunião, favorece a eles, não nos permite. Não é que não votamos em mulheres, não votamos em negras ou em negros, é que nós temos uma grande variedade de opções, e não enxergamos que isso não é um benefício, é um malefício para nós. Então, enquanto isso também não for trabalhado vai ser mais difícil.

Por enquanto nós somos massa de manobra. Essa questão das ideologias, que nós temos que estar em todos os espaços, é a necessidade. Podemos não compartilhar de algumas ideologias, de algumas questões, mas é o sacrifício.

A nossa geração, muito pouco nós vamos ver de resultado. Eu não vejo que a nossa ascensão política vai ser tão rápida, 10, 20 anos. Então, para nossa faixa etária vai ser um pouco mais complicado participar efetivamente, ou até ver isso.

Mas, nós temos que fazer alguma coisa. O que nós não podemos é continuar mais 20, 30 anos de braços cruzados esperando vir um salvador que vai nos orientar e nos guiar para que a gente chegue em uma unanimidade.

**Dra. Diva Zitto:** De forma alguma, enquanto eles puderem nos manter de fora, à distância eles vão fazer. Eu acho que agora é o momento, entre aspas até eu falo o momento. Porque é a oportunidade para se virar esse jogo, nós vamos ter espaço para colocar alguns negros, mas quem serão esses negros.

Porque com essa descrença, com essas falcatruas que estão sendo levantadas, algumas cadeiras vão estar vagas. Mas, nós não temos, quem a gente vai escolher, qual é a pessoa que está aí, que a gente conheça que vai ocupar esse espaço. Nós não sabemos. Eu, pelo menos, não conheço.

Ah, fulano pode ser um excelente candidato. Eu sou simpatizante, acredito, confio nas minhas pares. Se por acaso algumas delas falar, eu vou tentar, eu gostaria de tentar, porque nós temos uma identidade de ideologia, nós temos uma identidade de um caminho a ser trilhado.

Mas, fora isso, o que nós temos aí? Nós temos Orlando Silva, que eu não vejo que ele faça nada em prol da cidade de São Paulo, embora tenha sido eleito pela cidade de São Paulo, mas para mim ele é um estrangeiro. Ele é natural da Bahia, criado no Rio de Janeiro, e alcançou como muitos outros, o lugar que ele gostaria de ocupar através da população de São Paulo, dos negros até de São Paulo.

Eu, tive a oportunidade de conhecê-lo em campanha, mas nunca mais o vi voltar para poder falar, olha...

Interrupção, chegada de outros membros

**Pergunta:** Você considera que as mulheres não se interessam pela política, ou se sim elas têm dificuldades, porque tem a jornada dupla, são obrigadas a optar, porque querem ter também família, e a vida política, ainda acaba conflitando. Tem a questão da violência doméstica.

**Dra. Diva Zito:** Eu penso que essa situação esteja mudando. As mulheres estão na sua maioria ocupando cargos aí de liderança, e os homens também, esse os jovens, nossa faixa etária a gente não pode falar nada porque a cabeça deles é quadrada, eles não aceitam.

Só para fazer um parêntesis. Minha cunhada, Roseli (presente na sala) num almoço de família, no domingo, os nossos maridos, meu irmão, marido dela, e meu marido, eles estavam falando: você tem que apertar daí porque eu vou apertar daqui.

Fazendo pressão, você está entendendo: vê se é possível uma coisa dessas: chego em casa, “estou saindo, porque tenho reunião”. Vou dormir, estou indo dormir sozinho. Durmo fecho o olho, quando eu abro, cadê minha mulher?

E coisas que eles não estão adaptados, não estão acostumados porque nós estávamos sempre dentro de casa cuidando de filho, do bem estar deles. Eles não vão entender, nem vão compreender, cabe a nós nos impormos e exigirmos o nosso espaço.

Ninguém vai fazer com que a gente retroceda, porque não dá mais. Ninguém quer voltar para aquela vidinha, de você ficar em casa fazendo jantinha, lavando roupinha. Não dá mais.

Se você sai pra rua. Porque o que aquilo que nos era permitido era isso, você pode ir para a rua, trabalhar, ganhar o sustento da família, porque não é o seu sustento, mas depois você vai chegar em casa, você vai ser mãe, você vai ser dona de casa, você vai ser mãe, você vai ser mulher.

Porque nós temos quatro jornadas ao longo do dia, nós temos a profissional, nós temos a parte materna, cuidar dos nossos filhos, cuidar da nossa casa, depois ser amante dos nossos maridos. É isso que eles querem. Para eles isso é ótimo.

Enquanto a gente está ralando com a barriga no tanque ou no fogão, eles estão deitados no sofá assistindo televisão, porque eles trabalharam o dia inteiro. Mas, eu acho que esses jovens estão sendo mais parceiros das mulheres.

Eles estão vendo as mulheres como parceiras mesmo, colaboradoras, então eu acho que a sociedade está evoluindo positivamente. Vejo assim casais jovens, que dentro de casa são positivamente parceiros. O marido até deixa de trabalhar para ficar em casa dando suporte.

Então, eu acho que a mentalidade está mudando, graças a Deus para nossas filhas. Todas aqui, nós temos filhas, elas vão pegar uma realidade muito melhor.

Chegou a Dra. Edna Candidata

**Pergunta:** Como foi a experiência de participar de uma eleição?

**Dra. Edna:** Foi maravilhoso. Uma boa experiência, deu pra pegar uma boa visão do que é realmente a nossa política em SP, não é fácil você sair para concorrer. Então, o que acontece, principalmente nós afrodescendentes a gente tem essa dificuldade com os nossos próprios irmãos, com os nossos próprios pares.

**Dra. Diva Zitto:** Diante dessa situação de que nós não temos políticos negros, essa situação... eu sempre tive... Porque, eu gosto de política. Eu não tenho nenhuma pretensão de ser política, mas eu acho que a gente está numa sociedade onde todos tem que participar.

E, eu sou presidente do conselho deliberativo do Aristocrata Clube. O Aristocrata Clube é um clube de negros, de 56 anos, fundado há 56 anos. Ele é a resistência daquela época, você vê, a resistência do Orgulho Negro.

Porque aqui, no estado de São Paulo, foi a primeira organização de negros de onde saíram deputada Theodosina Ribeiro, deputado Adalberto Camargo, vereador Paulo Rui de Oliveira, essas pessoas faziam parte do clube.

E, no exercício dessa minha presidência do conselho deliberativo, no clube, frente a pleito que está para acontecer, eu falei, gente, porque não reunirmos alguns candidatos negros e apresentarmos para a sociedade.

Mostrar que nós temos bons candidatos negros, então dar essa opção para a nossa comunidade, para os nossos jovens. E, em parceria com a faculdade FASP, eles ofereceram para nós o espaço. E é uma faculdade que atinge jovens de baixa renda.

Jovens, pessoas de baixa renda que tenham a possibilidade de estudar. Então, nós fizemos um debate que participaram a Edna, a professora Luci, a professora Adriana, o Maurício Ludovico, o professor Vladimir, Coronel Gervásio, Coronel Veloso, Netinho de Paula, Wander Botelho, o André Luis. Foram os 10 que participaram.

De partidos diferentes, nós não temos, não estamos agregadas a nenhum partido político, nós somos apartidárias mesmo. Que a origem, até do nosso movimento foi por conta desse evento, que tínhamos todos esses candidatos e não conseguimos eleger nenhum, nenhum.

Que coisa absurda. E, fizemos essa apresentação. Não foi um debate, foi essa apresentação que cada candidato foi lá, se apresentou, apresentou a sua plataforma, seus objetivos.

Essas são ações que deveriam acontecer mais vezes, eu gostaria, se a gente conseguisse e se Deus o permitir, e a gente chegar num consenso, eu gostaria de, nesse próximo ano, a cada mês a gente estar fazendo isso de uma forma itinerante na cidade mostrando a cara dos nossos candidatos.

Que nós temos pessoas capazes de nos representar através de ações do movimento. Eu tenho essa vontade de realizar isso. Chamar os vários candidatos negros que a gente tiver, e mostrando aí para o pessoal da periferia, porque nós estamos na periferia.

Não vamos falar que nós estamos no Jardins, ou estamos no Morumbi, ou em qualquer outro lugar. Tá certo.

**Pergunta para a Dra. Edna:** A doutora encontrou resistência no partido. Fez parte da cota?

**Dra. Edna:** Fizemos parte da cota para preencher o número de mulheres. Se não me engano, o objetivo não era a cota, eram os afrodescendentes, nós éramos 34 mulheres dentre 74 candidatos. Preenchemos a cota de mulheres. E não tivemos apoio de partido nenhum.

**Pergunta:** Houve uma certa preferência para organizar nos nomes dos candidatos?

**Dra. Edna:** Ah, sim, isso ocorre em todos os partidos. Porque, nós somos a base. Até no meio da campanha, eu estava achando que nós estávamos sendo manipulados. Porque, por exemplo, todos os meus votos iriam para o Amazonas. Todos os nossos votos, para o centro. Todas nós candidatas do centro, iríamos todas para o Amazonas

### **Mensagem final.**

Para as mulheres, serem mais unidas, de um modo geral.

Quanto às mulheres negras, estabelecerem segmentos para que elas possam se empoderar efetivamente, se empoderar de conhecimento, se empoderar de recursos, ficar mais atenta aquilo que a sociedade está oferecendo, e fazer desse limão uma tremenda limonada. Entendeu?

Saber transformar. Eu penso que o próprio movimento também tem isso como um dos seus objetivos, que não é tirar o cidadão da sua comunidade, mas é levar o conhecimento para que ele se empodere, e preste mais atenção ao que a sociedade está oferecendo, o momento social que a gente está vivendo, aproveitar, ser mais oportunista, mas para isso precisa ter um pouco mais de esclarecimento, para que a gente possa fazer alguma coisa melhor.

E estarmos unidos, porque eu acho uma coisa que está me incomodando muito é que entre nós mesmos, muitas vezes a gente usa esses jargões: isso é coisa de preto, tinha que ser preto.

Então, quando eu vi agora a notícia do William Waack, eu falei, que bom, quem sabe assim nós negros vamos perceber como isso é feio. Porque o que acontece, se a gente continua a usar esse discurso, nós vamos continuar nos acomodando a ter determinadas características.

Então, tipo assim: eu não posso contar com fulano, porque, você sabe, né. Fulano, não vai, não está com a gente, está numa outra vibe, ou cosias do gênero, então não.

Nós temos de perceber quem nós somos efetivamente, o que nós podemos efetivamente fazer, parar com esses discursos que nos tornam muitas vezes acomodados, nos desviam, não do objetivo principal a união, nos reconhecemos como seres importantes e participantes de uma sociedade.

Nós somos a mola mestra dessa sociedade. Não somos mais de 51%? Então nós somos essa mola mestra. Sendo assim, há necessidade de nós nos respeitarmos, valorizarmos as nossas características, tá porque somos muito alegres, gostamos de falar, gostamos de dançar, mas isso não quer dizer que a gente também não tenha outras habilidades e capacidades.

Mas, eu vejo que, o que mais me incomoda realmente, é a nossa própria postura em relação a nós mesmos, a nossa comunidade. Então, a hora que a gente tomar pé dessa consciência, nós vamos conseguir nos unir e ter um discernimento maior de apoiar alguém que tem o desejo de nos representar.

## Entrevista com a Dra. Vera Cravid – 21.10.2017 - Lisboa

### Procuradora Geral da República – São Tomé e Príncipe

**Dra. Vera Cravid:** Primeiramente muito obrigada, agradeço oportunidade que tenho de falar consigo e dar também o meu ponto relativamente à questão. A ascensão política das mulheres santomenses é muito boa.

Durante vários anos, mesmo antes da independência elas já estavam envolvidas na política da descolonização, tanto é que elas se manifestaram numa grande manifestação em 1974, em que elas tomaram parte. Foram até a casa do governador que é o atual Palácio Cor-de-Rosa, pedir para que o governador interferisse também na política de descolonização de São Tomé e Príncipe.

Desde essa altura a intervenção tem sido bastante ativa. Nós tivemos mulheres na Assembleia que é Dra. Alba do Espírito Santo, a falecida, tivemos mulheres Primeiras Ministras, duas, sempre temos mulheres no governo, só ainda não chegamos a Presidente da República, mas estamos a caminhar para lá.

Tanto é que já tivemos várias participações, tivemos a primeira participação da mulher candidata a Presidente da República que foi a Dra. Alda Bandeira, se não me engano, depois foi a Maria das Neves que no ano passado participou das eleições, temos a Elsa Pinto e outras que tem participado nas eleições em São Tomé.

Ultimamente verifica-se, acredito, um afastamento não tão ativo das mulheres porque com a mudança houve uma diminuição das mulheres ao nível da liderança do país.

Mais, precisamente temos duas ministras, já tivemos mais, ao nível da direção também temos muito poucas, ou seja, não estou a dizer que houve retrocesso, mas acredito que ao nível da Assembleia temos bastante também, há um número significativo, apesar de os partidos não obedecerem a taxa de 30%. Apesar de tentarem, mas não tenho visto essa obediência aos 30% que se exige.

Está escrito numa resolução da Assembleia, eles dizem que aquilo não é lei, é uma resolução, que a Assembleia pode ou não cumprir, e que está lá, e que um dia, quem sabe...

Mas o que não impede que nós tenhamos representante lá, temos a Vice Presidente da Assembleia, Dra. Maria das Neves, que continua ativa na política.

Relativo ao meu envolvimento, não tenho tido envolvimento na política por inerência de funções. Sou Procuradora da República, trabalho na Magistratura, e nós temos esses impedimentos, o que não me impede também, de ter o meu ponto de vista ao nível político quando dou aulas.

Acho que também tenho o grande objetivo de incentivar as mulheres, as formandas, os estudantes, as estudantes, a terem uma visão própria sobre a política, a serem mais interativas, a procurarem estar ativamente na política, porque não deixar assim só para os homens, nós também estamos aí, e contribuímos bastante.

Porque acredito que a mulher santomense é uma das motoras, elas é que seguram a família, seguram o trabalho, seguram o desenvolvimento do país. Elas trabalham bastante, e são bastante prejudicadas ao nível mesmo de planos sociais, não tem qualquer tipo de apoio, mas estão aí a cuidar dos seus filhos, a tratarem da família, e também a participar na política.

Temos mulheres em todos os ramos da profissão, temos mulheres na política, temos mulher no governo, temos mulher na educação, no plano social, na polícia, no militar, a mulher está inserida em todas as áreas em São Tomé e Príncipe.

Não é aquela extensão que a gente quer, que a gente espera ter, atingir por exemplo. Ao nível da polícia nós temos a primeira mulher que subiu a intendente foi o ano passado, então há muita progressão dentro da carreira ao nível feminino.

**Pergunta:** Sobre a questão da violência doméstica, como a senhora vê? Se isso afeta as mulheres para que possam participar ativamente, uma vez que, sendo dependentes dos homens não conseguem participar. E como as novas gerações estão considerando essa participação política das mulheres. A questão da maior ou menor participação é regionalizada por força dos costumes de cada região?

**Dra. Vera Cravid:** O problema da violência doméstica tem uma certa influência, mas acredito que não, porque também há um certo receio, há ausência de auto confiança, elas acham que não estão preparadas para atuarem a nível político, tenham pouca participação, há falta de auto confiança na sua própria pessoa.

Ou seja, confiam no outro, o outro pode, mas elas mesmas, não. Acham que não são capazes, aparecem algumas que demonstram sua capacidade, têm garra, e vão em frente.

Outras ficam aí nessa dependência, será que vou, é uma questão de insegurança, a partir do momento que ganham a confiança elas conseguem. O que veio também trazer autoconfiança a nível nacional foi o surgimento das Universidades. Nós não tínhamos universidades.

As pessoas para terem formação superior tinham que ir para fora. E então, isso fazia com que muita gente não tinha conhecimento que tem hoje. Por exemplo, a pessoa sai do ensino secundário, e já não está mais preocupado em ter uma bolsa de estudos para ir para fora, não está preocupado se o pai tem dinheiro para pagar a formação, não.

Hoje, as pessoas pensam, se eu conseguir um bocadito, já posso estudar; vou estudando dentro e depois vou fazer mestrado fora. Isso já traz uma certa autoconfiança às meninas.

Por exemplo, a Universidade hoje, em todas elas, a maior taxa de alunos são das senhoras, logo elas são boas alunas, e já começa a se formar a massa crítica tanto do lado feminino quanto do lado masculino, porque a nossa capacidade da massa crítica é muito diminuta.

E, as pessoas criticam, não há um ponto de referência, não há um “eu penso ser igual a fulana de tal”. Não há essa referência, logo, há uma ausência de autoconfiança na própria mulher.

Se eu vejo, por exemplo, no Brasil eu vejo a Dilma Rousseff, uma mulher forte como ela, porque ela está ali a exercer aquela profissão, então, se ela confia nela eu também vou seguir os passos, não há esta referência para as mulheres.

Então, isso faz com que muitas meninas, ou senhoras, não tenham essa autoconfiança para ir adiante. Alguém tem que dizer: tu és capaz, tu consegues, vá lá, e o marido em casa não faz isso, o marido quer que ela fique em casa, a cuidar dos filhos, ter um emprego já está bom, não vale a pena ir mais em frente.

Isso faz com que também haja essa faixa da população, apesar de ter formação, a nível feminino, apesar de ter formação não vai adiante porque não tem o estímulo, não tem o empurrão fora, não há uma essa tradição familiar política dentro de casa, logo, eu também não faço.

Para elas participarem, dizem que antigamente, para participarem nas atividades políticas os maridos tinham que ir com elas. Os maridos também estavam filiados ao

partido, logo elas faziam parte da organização feminina do partido. E assim já não havia desconfiança dela ter que sair.

O que também degradou muito a nossa situação foi quando o ex-presidente, Miguel Trovoada, estava a concorrer às eleições com Alda Bandeira também, disse uma frase, e isso prejudicou bastante, porque a nossa sociedade é muito machista. E, então isso fez com que também quebrasse bastante a autoestima feminina.

Ele disse: “ O lugar da mulher é no canto da cama.” Ou seja, em São Tomé quando a casa é pequena, a cama fica encostada à parede. A mulher dorme na parte encostada à parede, então ela fica lá no canto da cama, ela não tem a função de sustentar, ter adiante o país, ou seja, até hoje esta frase tem estado a seguir em frente.

Então, isto prejudica as mulheres porque a própria mulher não vota na mulher, não sei porque, e depois há esta carga pejorativa da sociedade ser muito machista, das mulheres não confiarem nas mulheres, o próprio homem também não confia porque acha que a mulher, de fato fica lá no canto da cama.

Então, é estas coisas todas que temos que combater, e a violência doméstica pesa um bocadito, mas não tanto. Não acredito que, as mulheres em São Tomé dependam 100%, não acredito, não acredito.

Porque, apesar de muitas não trabalharem para fora, mas elas trabalham em casa, elas têm sempre umas barraquinhas à porta, fazem negócios, vendem coisas, não sei teve oportunidade de ir aos mercados lá em São Tomé, a maior parte da população que vende, é feminina. Muito pouco homem está no mercado a vender.

Elas estão na informalidade. E muitas, para não dizer, quase metade, é mãe solteira. Elas têm os filhos, elas sabem, se tiveres oportunidade de perguntar a uma criança, ou mesmo a uma pessoa adulta, você, em sua casa qual é a sua referência? É a minha mãe.

Sempre, porque é a mãe? Porque é a mãe que levanta, vai buscar a comida, é a mãe que manda ele para a escola, é a mãe que mesmo não sabendo ler incentiva para estudar, é a mãe, é a mãe, é a mãe. Porque o pai esquece.

Nós temos um problema lá no país que é o registro da vida das crianças, o registro da vida das crianças. Mesmo apesar do programa é o registro da maternidade que implementaram estar muito bem, mas os pais não vão registrar as primeiras crianças, e nós temos que obrigar os pais a registrar as crianças, e a pagar a pensão de alimentos.

Eles não querem saber, querem fazer filhos, mas não querem assumir responsabilidades. Quem assume essa responsabilidade são as mulheres, ou seja, elas já estão sobrecarregadas, ou seja, elas trabalham o dobro do normal.

Uma mãe que sai de casa às 5 h da manhã ou às 4h da manhã, vem até pra cidade, traz as suas mercadorias, traz nas costas um filho, traz um filho na mão outro nas costas.

Elas também fazem parte dos partidos. As militâncias partidárias também têm estado a mandar, porque hoje já se vê mais mulheres a discutir política, não se via, já se tem professoras universitárias, já se tem mulheres mesmo à nível da administração pública, elas estão ali mas sentem que elas estão a sair, a estudar mais, a ir em busca do conhecimento. Eu acredito que apesar da nossa pequenez estamos a fazer a diferença.

**Pergunta:** E a senhora entende que se se investisse na formação dos homens, na conscientização dos homens, que a sociedade é muito machista, esse machismo que existe é bastante arraigado, é difícil, as novas gerações já pensam diferente sobre essa questão da mulher e da igualdade de gênero?

**Dra. Vera Cravid:** O problema está na família, eu acho que neste preciso momento não se sabe qual é o modelo familiar que temos em São Tomé, se é a família tradicional, que é a família concentrada de avós, tios, depois a família grande, aquela coisa, ou se é a família moderna que pai, mãe e filho, ou se é pai e mãe, ou se é mãe e filho, ou se é pai e filho, ou seja, aquelas famílias monoparentais, parentais, etc.

Ou seja, o problema está na base e isto tem peso. Se a base não for sólida, e forem transmitidos bons conhecimentos, bons hábitos, dificilmente essa mentalidade muda, porque se a base falha, tudo falha.

E a nova geração, eu acho que não está melhor do que a geração antiga, não está melhor porque vê se jovens com atitudes tão machistas, que a gente para: mas, você aprendeu isto aonde?

Eu vou dizer, no meu primeiro ano na faculdade como professora, estamos numa aula a falar, e eu pedi a uma colega, aluna, que já está formada, que fizesse as suas considerações.

E um aluno lá ao fundo disse: o direito não foi feito para as mulheres. E eu disse: e eu estou aqui na frente a fazer o que? Depois, eu perguntei: qual é a minha diferença entre as suas colegas que estão aqui a aprender?

Não, elas não têm garra, não têm vocação, não têm a mesma audácia que a senhora tem, portanto, não é feito para as mulheres. Ou seja, ele estava ao fundo da aula, e ele não olhava para mim como se fosse mulher, estava a olhar para mim como se fosse homem. Um aluno da universidade. Tive que fazê-lo ver que não, que eu sou mulher.

Quando fui chefe de polícia, 2013, 2014, só saí em 2015, os profissionais da polícia nunca olharam para mim como se fosse mulher. Eles diziam, a senhora age como se fosse homem. Tudo o que eu fazia, todas as minhas atitudes, eles não olhavam para aquela atitude como se fosse de uma mulher.

Era um homem que estava aí, era um homem que dirigia, era um homem que dava ordem, a senhora age como se fosse homem. Eu fiz questão de, durante a minha direção, de sempre ir de saia e vestido, nunca vesti calça, para poder quebrar aquele estereótipo.

E, mesmo quando eu estava até mesmo sentada eles diziam, não é só aqui uma coisa que a natureza fez mal, a senhora deveria ter vindo homem. (risos). Fala como homem, anda como homem. Eu disse, não: as mulheres também dão ordens, é só observar sua mãe em casa, a sua mãe age como eu, você nunca reparou na sua mãe, é por isso.

É do berço, falta essa definição do que é realmente a família santomense, do que é o homem, não, nós somos macho homem que é homem não regista o filho logo na primeira, homem que é homem tem duas mulheres, mas isto são coisas que eles falam.

**Pergunta:** Sobre essa questão do registro dos filhos, é para fugir à responsabilidade porque conta da poligamia, porque não vieram de um casamento tradicional?

É para fugir à responsabilidade mesmo. Mesmo vindo de um casamento tradicional. A criança tem que crescer primeiro, a criança tem que crescer primeiro. Ultimamente eu lhes tenho dito, isso era mania dos portugueses. Porque os portugueses andavam aqui com as meninas, e eram casados lá fora.

Como eram casados, faziam aqui os mulatinhos e não assinavam, porque não podiam assumir esse compromisso porque tinham casamento. Porque quando registavam, era colônia portuguesa e depois ia bater o registo lá, e depois tinham que dividir os bens com os pretinhos.

Isso ficou, eles não perceberam isso. Só dizem só, tem que vir alguém dizer: olha, esta criança tem uma orelha parecida consigo, tem os olhos são parecidos consigo, a boca, tem o dedinho da família, tem os pés assim meio tortinho é da família, então, se a mãe não

pegar na criança, e levantar, e chacoalhar os ovinhos pra ver lá se tem condições de crescer... (risos) não é filho.

A criança cresce, tem a aparência, depois dizem: ah, é parecido consigo mesmo, então dá esse problema. Portanto, uma coisa que está aí que não sabemos definir, temos que melhorar isso.

**Pergunta:** Como funciona o sistema eleitoral em São Tomé.

**Dra. Vera Cravid:** Bom, o nosso sistema temos maioria simples, se não me engano. Não tenho agora certeza, nosso sistema como é que funciona, mas acredito que seja de maioria simples.

É claro, quem tiver a maioria mais um é eleito. Se tiver empate tem que ir à segunda volta, acho que na presidencial é assim. E então, acredito que o sistema não tenha problemas nenhum, o sistema é bom, é igual ao sistema, angolano, é igual ao cabo-verdiano, é igual ao da Guiné.

E é o mesmo sistema que é usado aqui em Portugal, porque na altura, em 90, quando os países partiram para a democracia, os grandes constitucionalistas portugueses, Gomes Canotilho, Vital Moreira, Jorge Miranda, foram eles, os grandes orientadores das constituições democráticas desses países.

Embora não fazedores diretos, mas estiveram envolvidos no processo da reforma, e trouxeram essa corrente de eleição que é sistema proporcional, maioria simples, e não há assim grandes problemas ligados ao sistema de eleição.

O que pode haver é o que a gente diz sempre. O que pode haver são algumas manobras políticas para poder ganhar as eleições, algumas coisas diferentes.

**Pergunta:** Muitas coligações, temos muitos partidos?

**Dra. Vera Cravid:** Não, não temos muito partidos. Nesse preciso momento temos, três, quatro, temos quatro na Assembleia, e mais um que não conseguiu eleger nenhum deputado, que é LDFM, há dois anos tinha, mas agora perdeu. Depois há uma coligação que congrega vários outros partidos que não tem assentos parlamentares.

**Pergunta:** Mas, esses pequenos partidos não concorrem em separado. Sempre acabam entrando em coligações para participar.

**Dra. Vera Cravid:** Exatamente. E então não há assim grandes problemas. Se preencher requisitos passam no tribunal constitucional, se não preencher não passam. O que eu acho que deve mudar, em Angola têm esse sistema e eu acho muito bom, é que se em duas eleições consecutivas não eleger ninguém é automaticamente extinto. Eu acho isso muito bom, eu acho que isso é fantástico.

Porque isso evita o surgimento e a manutenção dos pequenos partidos. Porque como o Estado financia as eleições há esses pequenos partidos que nunca desaparecem; e então, quando há eleições eles vêm sempre concorrer às eleições, o Estado é obrigado a lhes financiar. Logo isso torna-se dispendioso.

Essa é minha opinião. Eu sou apologista de que se em duas eleições não conseguirem se eleger é automaticamente extinto. E há possibilidade de vir a criar outros, isso é uma coisa completamente diferente, mas o que não se pode permitir, é que eles permaneçam *ad eternum* como se fossem partidos, e a cada eleição venham buscar dinheiro e não fazem nada. Isto é que tem surgido.

**Pergunta:** E nessas coligações acontece o que, por exemplo ocorre no Brasil, se vota num candidato, mas por conta da coligação o meu voto vai para outro candidato, de outro partido, e acaba elegendo outro candidato que não raro, tem propostas diferentes daquelas que o meu candidato escolhido?

**Dra. Vera Cravid:** Não, nós temos o sistema de lista antecipada. Ou seja, todos os partidos que concorrem às eleições têm que apresentar a lista. Mesmo as coligações, ou seja, uma lista de nomes, em São Tomé são 55 deputados, então apresenta uma lista com 55 nomes. Se é uma coligação, esta coligação tem que estar dentro dessa lista.

E os primeiros, o partido por exemplo, que ganhou dois mandatos, são os primeiros da lista, e na área onde teve maior votação. Esta lista é nacional, ou seja, eles que se virem, que se matem, mas a lista dos nomes é nacional. As pessoas votam no partido, não votam no candidato. E esse partido tem uma lista de deputados, que são previamente publicados, depois de aprovados, depois de passar no Tribunal Constitucional é publicado, as pessoas já sabem quem são. Eu voto no partido, e não no candidato.

Logo, se o partido ganhar, se eu sou a cabeça de lista do partido eu é que vou se o Primeiro Ministro, o Deputado, mas não há essa troca que há no Brasil, não há possibilidade de haver.

Esse sistema que temos aqui, São Tomé tem, aqui também em Portugal deve ser a mesma coisa, Angola tem a mesma coisa, em Angola até é diferente. A cabeça de lista de Angola é que é Presidente da República. O segundo mais votado é que é o Vice-Presidente porque eles fazem a legislativa e a parlamentar tudo junto.

Nós, não. Nós temos três grupos de eleições, a parlamentar, temos a legislativa e depois a autárquica, as autarquias, no caso. Esse ano não se realizaram as autárquicas, mas vai para o próximo ano porque não há financiamento.

**Pergunta:** Isso não atrapalha?

**Dra. Vera Cravid:** Da outra vez atrapalhou, porque foi a primeira vez que se fez, foi há três anos. Em que as pessoas foram induzidas em erro, acho que a educação cívica não funcionou bem para poder esclarecer bem as pessoas de que uma coisa é eleição legislativa e outra é autárquica, mas vamos lá dar dois papéis, um é para legislativa, outro é para autarquia.

E as pessoas não compreenderam bem, votaram todas no mesmo partido, queriam todas o mesmo partido, e quando apareceram os candidatos que ganharam disseram, não, mas nós não votamos nesse, não queríamos esse.

**Pergunta:** Então, para o povo a eleição unificada atrapalha, é difícil entender.

**Dra. Cravid:** Atrapalha. Por isso é feita separado, tem um mandato mais curto três anos, a outra são quatro anos. Logo é diferente. Ou se muda a Constituição, e muda esse sistema, se faz tudo de uma vez, ou então tem que haver algo que permita esta mudança, é o que vai acontecer.

O Presidente da República, através da Assembleia comunicou, houve lá uma coisa qualquer e o Presidente da República veio dizer que não há condições e que então vai marcar as datas para depois.

Ou seja, esse sistema nos é prejudicial porque, temos muitas eleições. Nós saímos no ano passado das eleições presidenciais, esse ano teríamos as autarquias, e ano que vem as legislativas. O país vive em constantes eleições. O presidente são cinco anos, assembleia e o governo são quatro anos, e as autarquias são três anos.

**Pergunta:** A senhora vê a possibilidade de unificação de todas essas eleições, até para poder conter gastos?

**Dra. Vera Craid:** Sim, sim. É só querer. Mas o problema está na ausência de confiança. Se houver confiança entre os partidos para mudar a Constituição. Tem que haver uma maioria, não sei se é 2/4 dos deputados para pedir a revisão da Constituição, depois tem que haver uma maioria simples para poder votar, ou qualquer coisa parecida para aprovação do projeto.

Mas, não há confiança entre ele, logo não vai haver alteração da Constituição, só se um partido tiver um número suficiente de deputados e quiser coligar com outro para mudar a Constituição. Se isto não acontecer não se vai alterar a Constituição.

Agora isso não vão fazer, tenho certeza absoluta, vai acontecer porque não há confiança entre eles. Por que também temos um problema mesmo a nível dos Tribunais também a Constituição tem que ser revista, aliás, a nossa Constituição tem que ser revista.

Ela não é detalhista, ela é muito geral, e há certas coisas que faltam, ao nível legislativo não suprem, ela é muito genérica. Eu acredito que se houver confiança entre os partidos é possível.

Porque se coligarem agora para alterarem a Constituição, para alterarem uma determinada norma, quando vir alguém de um partido, e apresentar uma outra proposta, e esta proposta passar, e eles mexerem em qualquer norma, desde que haja autorização para revisão, qualquer norma da Constituição pode ser revista, e a probabilidade de passar é bastante grande, não precisa ter aquela maioria de 2/4, ou 2/3 não sei qual é, é preciso ter uma maioria simples para aprovar a norma.

Logo, eles têm medo. Se houver essa permissão, eu posso mexer em quem eu quiser, eu posso inclusive mexer no mandato para Presidente da República, é o que muita gente não quer. Pelo menos por enquanto.

E eu acho que esse problema se resolve com o andar do tempo, quando as pessoas forem mais conscienciosas a nível político, porque o que falta é consciência política e pensar no povo.

O maior problema das eleições em África, é que não existe... O sistema eleitoral em África funciona perfeitamente, seja lá que sistema for. Quer o sistema de votação, quer cumprir aquelas formalidades todas, a nível legal está tudo muito bem escrito, a mobilização, a formação cívica funciona. Mas, o problema está no partido, na governação e nos partidos políticos.

Porque eu mobilizo as pessoas para lá ir. Eu ganho e depois não quero mais saber delas. Tem regalias lá em cima, cá embaixo não tem regalias, eu vou resolver o meu problema. Então eu chego lá eu não quero sair. Tem muita regalia lá em cima.

Quando tem regalias, bastantes, toda gente quer ser Presidente, toda gente quer ser Primeiro Ministro, Toda gente quer ser ministro. Quando não há regalias ninguém quer ser, logo,

**Pergunta:** Mas, essa é uma herança portuguesa, não é doutora, porque como a senhora diz os países, no Brasil temos a mesma coisa.

Essa coisa de vários partidos, por exemplo, esse tipo de democracia implantado a força para que os países sejam aceitos na comunidade internacional, na essência do povo africano não funciona. Procede isso?

**Dra. Vera Craid:** Também. Não funciona por isso. Temos que encontrar uma forma da nossa própria democracia. Que a nossa democracia é diferente, não é a democracia europeia. Nossa democracia, a tradição democrática em África tem que ser pensada de uma outra forma, não é essa europeia, com as eleições constantes, com estratos, com divisões estratificadas, porque se for essa europeia não irá funcionar.[...]

[...] Ou seja, para além dos políticos e da política precisamos encontrar uma forma de governar no meio dessa democracia trazida, implementada e que não fazemos. Por exemplo, nós temos um sistema, todos os países africanos têm um sistema de informática e de tecnologia de ponta para as eleições.

Mas, estamos aqui na Europa, nenhum país tem um sistema informatizado com se tem em África nas eleições, conta-se os votos à mão. Então porque nós temos que ser informatizados?

Eles nos vendem a tecnologia, eles não têm, as eleições deles não são informatizadas, porque? Porque que é que na Alemanha eu vou contar manualmente os votos? Porque na França eu vou contar manualmente os votos, porque não põe os mesmos sistemas informáticos, com impressão digital, com não sei o que, com não sei o que? Aquela coisa toda, maquinaria toda, eu não faço isso no meu país?

Porque tenho que ir lá para os confins da África onde nem de barco consigo ir, só de avião para me deixar cair assim em terra, ter que ir lá e votar com esse sistema informático?

E depois há outra coisa que estamos a ver, financiamentos externos a partidos políticos, quem financia vai buscar sua contrapartida. Logo, o financiador não quer perder. Portanto, temos problemas. Temos que encontrar nossa própria democracia, nossa própria forma de nos governar. Como gostaríamos de ser governados ninguém está pensando isso. Porque a forma atual é fantástica, dá margem pra manobra.

Se nós adotarmos o sistema de governo prioridade por como está vai atrapalhar muita coisa, vai atrapalhar o que? Nós começamos a nos desenvolver, porque é a estrutura que manda, não sai nada [...]

[...] Por exemplo, estive agora em Acra. Da primeira vez não entrei, passava só, e não entrava, ficava no hotel, e seguia, mas dessa vez eu entrei. E tive a oportunidade de visitar o Memorial de Gana, fiquei triste. Ou seja, fiquei triste com a própria cidade em si.

E fiquei triste com o memorial. Todos inclusive os próprios professores, os pensadores ali da Renascença, porque ficamos tristes. O primeiro país que lutou pela independência foi Gana. Gana tem uma história bastante forte. Quando fomos ao memorial, encontramos uma estrutura europeia com aquelas coisas.

Ou seja, nós dissemos, mas isso é o que os outros estão a contar de nós, mas não somos nós que estamos a contar a nossa história. Só havia ali europeus, e asiáticos. Não havia história da própria Gana, da sua independência, da sua luta, não havia nada.

E nós ficamos, éramos quase cento e tal pessoas de quase toda a África, somos um grupo enorme, e ficamos todos parados, e eu disse: eu fui ao Memorial de Agostinho Neto

Quando fui ao Memorial de Agostinho Neto em Luanda a gente entra fundo na história. Quando fui à África do Sul aos dois memoriais que fui, para além da casa do Nelson Mandela, a gente sai chocado, aquela luta, aquele envolvimento aquele povo sofrido pela sua libertação, luta pela igualdade racial. A gente sai de lá com a cabeça completamente grilada.

E a gente chega ali em Gana que é um país de referência, de referência, que acho que foi o primeiro a ter independência em África, se não me engano, acho que foi o primeiro, não diz nada a gente fica... os outros estão a contar a nossa história e nós não estamos a contar. E ficamos tristes.

Um professor chamou a atenção dos outros, e os senhores estão a ver, os outros estão a contar a nossa história. Nós é que temos que contar a nossa própria história, nós

temos que assumir a nossa história, nós é que temos que encontrar o nosso próprio caminho, incentivar os jovens a encontrar o nosso próprio caminho.

Porque este caminho, esta forma de organizar não é nossa. Temos que encontrar o nosso caminho. E o nosso caminho passa pela mudança de mentalidade, essa mentalidade não se muda agora, essa mentalidade se muda de gerações em gerações.

Os europeus aliás, ficaram 500 anos, 400 anos, logo nós estamos colonizados e mentalizados até o último fio do nosso cabelo. Eu já não apanhei colonização, mas eu sou fruto da colonização consistência da colonização.

A minha mãe não usa cabelo carapinha, usa cabelo liso. E usar o cabelo liso era a opção que ela podia ter, e o carapinha, não. O carapinha não dá para fazer nada. Então ela veio com isso. E eu mudei os meus filhos os meus sobrinhos.

Essa luta aqui não termina, vai levar mais 500 anos a se mudar a pensar. É vai ser difícil mudar, encontrar o nosso próprio caminho, porque atualmente não vamos conseguir. A democracia em África vai ser do jeito que eles querem se nós não mudarmos.[...] Uma vez estava a falar com uma colega, muito triste pelas indagações, nessas conversas, nesses workshops, a gente vai conversando sobre as coisas que vemos por aí.

[...] E a Maria das Neves, que é uma pessoa fantástica, foi chefe da missão da UA ela disse, “se nós não confiarmos em nós mesmos vamos confiar nos outros para observar as nossas eleições?”

Nós temos que confiar em nós, são bons princípios. Nós temos que observar as nossas eleições, e quando estão erradas dizer que estão erradas. E quando estão bem dizer que estão bem. Nós temos que confiar em nós. Se nós não confiarmos em nós ninguém vai resolver os nossos problemas.

Nem eleitorais, nem fora das eleições, portanto, nós fizemos o nosso trabalho de acordo com as normas internacionais, e esse resultado, qualquer um que viesse não viria dizer diferente.

Porque há este estigma do próprio africano não acreditar nele mesmo, de que ele é capaz de também ir. Não acredita que ele é capaz, e o homem vai sempre confiando no outro.

Quando vem, vem sempre trazer uma luz diferente, quando vem dizer meia dúzia de palavras, em bom português dá algumas coisinhas e ele fica aqui a ver navios, e o outro

vai se embora com tudo que ele tiver. É o que nós estamos a fazer. E então estamos a discutir a volta disso.

O sistema funciona, só que, temos que encontrar a nossa própria democracia. Sistema tradicional, sistema moderno, ou sistema futuro. Temos que discutir, é isto que estamos a procurar, e acredito que vamos chegar. Se não for agora, aos descendentes fica lançada a semente, e os outros continuarem a pensar, e continuar a pensar diferente, porque é preciso pensar diferente. [...]

[...] Como dizem meus amigos em São Tomé: “ não fala muito desta coisa de violência doméstica. A senhora está aí a dar muitas lições às mulheres, a ensinar as mulheres muitas coisas, elas depois...

Eu disse: não, elas já sabem só que eu é que estou a falar. As vezes eu não digo grande coisa, mas eles vêm e dizem: - A senhora disse tal coisa, tal dia, está a dizer muita coisa na rádio e na televisão e as mulheres estão a aprender muita coisa.

Por exemplo, essa questão de ausência de registro de nascimento eu não perdoo. Quando eles aparecem eu dou-lhes logo duas opções: ou vai voluntariamente, ou vai com a polícia. Tem que ser. Eu não perdoo. Se for voluntariamente tem oito dias pra fazer, se for com a polícia é na hora.

Então eles vão voluntariamente, vão fazer, e já mostram e a partir daí podemos começar a discutir a pensão. Porque o problema deles é pagar a pensão de alimentos. Não querem pagar porque lá é crime, é crime. Então eles não querem assumir essa responsabilidade.

A partir daí vai começar a pagar X. Depois vamos fazer uma ação do poder patronal e fica tudo certo. Vai para o tribunal, lá o juiz define e fica tudo escrito. Esse final de semana é pra você. Na segunda feira já tem o dinheirinho, tudo certinho. A gente tem que andar na lei para não correr o risco da ilegalidade. Mas fica aí. É interessante. Eu gosto daquilo que eu faço.

### **Mensagem final.**

**Dra. Vera Cravid:** para as mulheres em geral, para as santomenses, todas elas. A nossa luta ainda não terminou. A nossa luta vai longe de começar porque o mundo é machista. Como o mundo é machista o feminino fica colocado aí que ninguém vê. Nós é

que temos que lutar para poder ser vistas, e nosso trabalho é dobrado porque além de ser mãe, dona de casa, tem que ser profissional e séria.

**Pergunta:** A senhora, tem filhos?

**Dra. Vera Cravid:** não, não. Está parte deixei para os outros. Mas, sempre falo nessa perspectiva, temos que falar. Porque eu vejo nas outras que tem essa vida, fizeram essa opção. E então, esse trabalho é duplo, triplo.

Na responsabilidade é acrescida, porque vêm sempre os nossos erros: porque a mulher é por isso, porque a mulher é por aquilo, se fossem os homens seriam diferentes. Não, mas para além de sermos mulheres temos que ser boas profissionais, boas em tudo.

E a mínima falha põe toda uma geração inteira que fica desacreditada, se o homem falha é só ele é que falha, se uma mulher falha todas as mulheres falham. Porque não é só essa profissional que não é boa, são todas as outras que vem a seguir, porque são mulheres.

Logo é preciso lutar, continuar a lutar. Por exemplo, por ocasião do 08 de março no ano passado vi uma reportagem que a igualdade salarial entre homem e mulher ia ser só daqui a 80 anos. A luta que se verifica aqui, se chegasse a uma paridade salarial, fazendo trabalho igual e salário desigual, então nesse sentido, a luta ainda está no início, as conquistas, etc.

Eu acredito que vamos conseguir, é só não haver desconstrução que a sociedade cada vez, a sociedade já sente desconstruções. Essa luta que a própria mulher se desconstrói.

Porque a sociedade acha que o feminismo, comemoração do 08 de março é banal, comemoração do dia da mulher não devia existir, sabendo elas que muitas sofreram para podermos estar na posição em que estamos.

A minha avó por não ter tido possibilidade de estudar porque o pai dela não colocou na escola, por ser mulher, ela não poder estudar ela colocou a minha mãe na escola. Mas a minha mãe depois não estudou mais porque os meus avós não tinham condições de fazê-la continuar a estudar, mesmo assim ela não deixou de eu continuar a estudar.

Então, é uma sequência de luta, é por isso que cheguei no lugar onde estou, e a minha luta traz muita gente atrás. Minha avó fez, a minha mãe fez, porque se estamos bem

em São Tomé as mães dizem, “eu não quero que os meus filhos sejam iguais a mim e tenham o mesmo destino que eu.

Logo, elas lutam sempre para que os filhos tenham melhores condições, e as mulheres tem que também continuar essa luta que já vem de anos a fio, e que devem manter a corrente, não se deve quebrar essa corrente, para que as próximas possam viver, continuar a viver mulher em plenas condições de igualdade de gênero, que de resto, mulher é mulher, e vai continuar a ser sempre, homem vai continuar a ser sempre, isto é um ponto certo.

Mas, relativamente há outras coisas no mundo que nós podemos equilibrar, vamos equilibrar, para que não haja qualquer margem para dúvida. Se hoje, os homens estão a entrar para a cozinha que é um campo feminino, porque as mulheres não podem entrar para um campo que é um campo masculino?

## Entrevista com a Vereadora Claudete Alves – 26.10.2017

### Câmara Municipal de São Paulo

**Pergunta:** Como funciona a questão de determinado projeto. A gente que é do povo não tem noção de como funciona. O vereador tem determinado projeto, vai atrás de patrocínio para que o projeto seja realizado?

**Claudete Alves:** Deixa eu te falar. Vereador tem muito poder. Porque na verdade ele governa a cidade junto. Então, ser vereador de São Paulo, alguns consideram que tem muito mais poder, e é mais importante do que ser deputado por São Paulo, ser vereador aqui dessa casa.

Porque é assim: é o terceiro maior orçamento do país, Prefeitura de São Paulo, então tudo passa por aqui. Então o vereador ele tem as possibilidades de pensar em projetos, pensar em parcerias, fazer leis, entendeu?

Como uma que acho que nem você mesmo sendo uma militante não sabe, e quem sabe esconde, porque saiu de uma mulher negra, sabe a vacina do HPV que hoje é nacional, saiu de mim aqui, projeto meu, da minha intervenção, de quebrar patente, de mandar para o Congresso Nacional. Os que sabem omitem porque, vai dar o crédito pra negrinha.

Então, são coisas assim, agora, o vereador, quando ele quer, primeiro que tem emendas, você viu agora, o Temer comprou todo mundo com as emendas parlamentares pra se livrar, tanto na primeira como na segunda vez. E aqui também tem emendas parlamentares, que você destina pra onde você quer.

Mas, você pode fazer parcerias, pensar em projeto e indicar para o Executivo fazer, entendeu? N possibilidades, então é assim que funciona.

**Pergunta:** Mas, esses projetos de vereadores vão para o Executivo, mas não necessita de todos bancarem ou votarem para que esse projeto seja aprovado? Se o Executivo entender que ele é bom ele manda embora para que seja executado?

**Claudete Alves:** Sim, sim, sim. Fora as emendas e fora o próprio projeto de Lei. Ele pode autorizar o executivo a fazer. Olha, eu quero isso.

Por exemplo. Tinha uma coisa, eu sou muito contra o Conselho Tutelar como ele é no Brasil. Não exige formação nenhuma, às vezes é capaz de você entregar a criança pra pedófilo.

Quem são os conselheiros tutelares. É tudo coisa de político por detrás que lança o nome, você não tem critério nenhum. E aí, eu me incomodava muito, porque eu participei de uma CPI dos Direitos que investigou os asilos, o mercado de trabalho infantil, e o autorama do Ibirapuera... Mas, porque eu estava te falando isso.

Eu estou me recuperando de uma dengue hemorrágica, e eu tomei uns remédios que está me dando ainda seqüelas.

Eu: sobre o Conselho Tutelar.

**Claudete Alves:** Tá, aí nesse período que eu participei dessa CPI, foi um trabalho intenso, muito sofrido que eu me deparei com coisas inacreditáveis, o quanto as crianças, as mulheres, e os idosos são vulneráveis numa cidade como essa, desassistido de tudo, levam cartão, dinheiro, exploram, pedofilia.

Só eu, enquanto vereadora, eu fechei duas casas de prostituição ali na Lapa, que eu cheguei lá, de manhã e tinha meninas de 12 anos, para variar, negras. Então por conta desse trabalho, eu conheci um rapaz, americano, que trabalha com esse negócio do Conselho Tutelar, que lá é outro nome. Que tem a responsabilidade, só que lá há estrutura...

Ai lá, o reverendo Jesse Jackson, me indicou pra participar de um programa, eu escolhi onde eu quis ir, eu fiquei quase dois meses nos EUA, e aproveitei para ir em Chicago conhecer esse programa. Esse programa lá, não é como aqui, por exemplo.

Tem uma denúncia de que a família está fazendo maus tratos com a criança vítima de pedofilia. O que é que fazem: ligam pro Conselho Tutelar e entregam para o Conselheiro Tutelar, esse cara, essa mulher não tem formação, é um eleito que está por traz da politicagem de vereador e deputado que disputa os candidatos que vão ser eleitos. Tem raras exceções. Lá eles têm gente boa, mas tem gente não boa, mas pra cumprir esse papel, não basta ser gente boa. É de muita responsabilidade e eu mexia com isso.

Em Chicago esse conselho tutelar, ele tem que ter formação acadêmica, ele tem que ter formação universitária em psicologia, pedagogia, ciências sociais, fora isso ele tem que ter especializações na área de direitos humanos, é fantástico.

E, eles têm um serviço em que eles estão acima do juiz, por exemplo, eles podem entrar na casa de um juiz, um deputado, ou um governador, se souber que um menor de idade está sofrendo maus tratos, ele tem todo protegimento.

E quando ele tem que retirar essa criança de uma família, ele pode entrar a hora que ele quiser, se ele receber a informação da denúncia à noite, feriado, e ele traz aquela criança não para a casa dele. Eles têm casas com estrutura de retaguarda, com profissionais, equipe multidisciplinar para dar o suporte para essa criança.

Porque, já pensou? Você entrega pra qualquer um que nem sabe o que está acontecendo, pra acolher leva pra casa dele, quando entrega para o conselho tutelar. Geralmente essas pessoas não tem uma condição financeira saudável, até conseguir um abrigo, não tem estrutura, não tem formação, enfim.

Quando eu estava aqui, eu estava mexendo nesse vespeiro, eu estava construindo um projeto de lei porque eu trouxe a experiência de lá, inclusive quando eu voltei de lá de Chicago, eu fui falar com o prefeito de lá, e ele inclusive me falou das dificuldades que se tinha da relação comercial com São Paulo.

Aí eu aprovei um projeto tornando São Paulo cidade irmã de Chicago para facilitar, que inclusive eu queria fazer esse intercâmbio da proposta. Aí aprovei, o Serra ganhou a eleição, você acredita que eles foram na comissão no meu lugar, eu vereadora, não me chamaram, e só fizeram as tratativas com o projeto que eu aprovei tornando Chicago cidade irmã de São Paulo para fazer outras coisas, menos o que me originou a fazer isso.

Aí foram numa comitiva, não me chamaram, imagine, eu preta, de oposição ia. Então eu fiz a lei, e eles foram comemorar a assinatura da lei, e foram fazer as políticas.

Mas, as notícias que eu tive pela secretaria internacional, eles usaram essa lei que eu fiz, e estabeleceram relações comerciais. Que eu até fiz sabendo que facilitaria, mas o meu objetivo era outro, você entendeu? Então, ser vereadora aqui, é porque não querem, você tem que querer, você tem que priorizar, você tem que querer.

Quando eu aprovei o 20, por exemplo, tinha várias interfaces para serem feitas, aí o povo não entendeu o meu papel, então... Mas, quem sabe apareça alguém que faça porque, eu não tenho mais vontade, hoje está complicado isso aqui. Mas, tem muito poder.

Porque é assim, um vereador apresenta o projeto que ele quer, porque é muito difícil aprovar uma lei. Ele escolhe o que vai ser prioridade pra ele. Por exemplo, eu não tinha um perfil, igual têm alguns vereadores, de ser parlamentar de bairro que zela por fazer asfalto, essas coisas não, não é meu perfil, meu perfil é da área temática: a questão racial, de gênero, e da educação infantil.

Mas, se produz muito, eu produzi leis, não sei se você sabe que eu acho que foi, do ponto de vista da cidade de São Paulo, o maior programa de distribuição de renda na diáspora. Porque é assim, eu consegui beneficiar um setor de trabalhadores que a maioria eram negras, como era a creche, onde ganhava menos, tinha que ter menor instrução, então se ganhava menos, então eu fiz uma lei trouxe para a educação, dei formação, coloquei na carreira do magistério.

A maioria dessas mulheres se você for entrevistar, se aposentaram ou estão se aposentando, que foram beneficiadas como poucas na rede, se aposentaram com a média de R\$ 8 ou 9 pau de salário, isso não é renda? Não é empoderamento? Só que, eu priorizei aprovar esse projeto. Por isso que eu estou falando pra você, o vereador escolhe, é muito difícil, você prioriza o que você quer aprovar.

Museu Afro-Brasil, eu nem gosto de falar isso, não é que me magoa, é que o povo preto foi muito sacana comigo. Nosso povo. Aquele museu Afro-Brasil, vai conversar com o Claudio Lembo ou com a Marta Suplicy para ver, quem possibilitou aquilo, eu.

Desde a escolha, da briga pra devolver aquele espaço pra prefeitura, porque a Marta falava, se você conseguir, convencer o Alckmin pra devolver pra prefeitura eu faço o museu lá.

Então todo esse trabalho eu fiz, fui lá, porque originou de uma demanda da mãe Silvia. A mãe Silvia, uma negrona, idosa que tinha uma roça de candomblé, faleceu à dois anos. E ela era uma resistente da nossa questão. Ela tinha um acervo ali no Jabaquara, no quilombo do Jabaquara que hoje é uma biblioteca, deu o título pra ela de cidadã paulistana.

Aí ela disse, a gente tem que ter um museu, o nosso merecimento num local nobre. Aí eu fui falar com a Marta. A Marta falou assim: eu topo, ela era muito disso. Aí eu pensei no Ibirapuera, porque a Prefeitura antes era no Ibirapuera.

Daí a Erundina trocou para onde é o Catavento, porque ali abrigou preso da ditadura, aquele saudosismo, enfim. Eu achei um absurdo trocar a sede da prefeitura, mas enfim. Eu gostava mais de fazer greve lá. (no Ibirapuera)

Aí a Marta fez aquela transação com os Matarazzo, veio pra cá, nem aproveitou porque, perdeu a eleição, onde era o Banespa, ficou muito pouco tempo lá. E ela disse pra mim, que espaço você achava bom? E eu já estava de olho lá no Ibirapuera porque o espaço estava vazio.

O governo tinha transferido um negócio da PRODESP, PRODAM e estava vazio. E expliquei pra Marta, olha, lá no Ibirapuera está assim, assim, assado. Ela disse: eles não vão devolver pra mim.

Eu falei pra ela: vamos tentar, e ela falou pra mim, se você conseguir eu faço o museu. Aí eu marquei com o Alckmin, pedi, mas ele tinha um nariz meio torto comigo por conta do 20 de novembro.

Que eu aprovei aqui e cobrava dele, porque esse negócio do TUCANAFRO, ninguém fez o feriado estadual. Ele puxava o saco do Vicente da Zumbi, e eu cobrava deles, “ó, tô esperta com vocês, botar o dedo na ferida ninguém quer.”

Fui falar com o Alckmin e ele falou, Claudete, você vai tratar disso com o Lembo, se ele concordar, o que ele concordar a gente faz. Aí eu fiz uma campanha de abaixo assinado.

N reuniões com o Claudio Lembo, daí ele topou. Mas, aí eles toparam para fazer parceria com a prefeitura. Então, assim, eu tive todo o trabalho. Quando eles concordaram que lá seria o museu Afro-Brasil, eles entraram com o prédio, cederam o prédio e a prefeitura tinha que viabilizar.

Aí a Marta entrou em contato, com o Emanuel Araújo. Só eu sei, aquele homem me mandou tanto fubá, que eu só não morri porque tem quem me protege. E tem muita gente que faz intervenção pra mim, porque senão eu já tinha morrido seca.

Ela fez uma coisa de concessão. Estou te contando isso só pra você conhecer os bastidores. Aí a Marta falou, Claudete tem um cara é negro, é um artista reconhecido, ele está com problema com o acervo dele, eu vou fazer uma proposta. Emanuel Araújo. Eu falei, beleza. Beleza, bacana.

Marta Suplicy fez uma proposta pra ele de comodato daquela exposição dele “Navio Negreiro”, e foi, ele concordou. A Petrobrás pagou milhões por aquilo. Não foi doação, a Marta intermediou, acho que foi mais de R\$ 3 milhões de reais, pagos a ele. Porque o povo não sabe dos bastidores...

E aí ele colocou a exposição Navio Negreiro, e ele ficou como gestor do museu, gestor. Ele ganhou dinheiro, ele não militou, ele não fez nada. Ele estava com dificuldade inclusive de deixar guardado aquele acervo dele, foi no comodato que a Petrobrás pagou a Marta intermediou, e aí, montou o museu.

Nesse processo, da mãe Silvia conversar comigo, eu fui visitar o acervo do quilombo do Jabaquara, que lá que não tinha, uma coisa modesta, mas era o que se tinha em São Paulo, até falar com o Alckmin, negociar, campanha de abaixo assinado, negociar com o Lembo, e articular com a Marta eu apresentei um projeto, criando o museu Afro-Brasil.

Só que lembra que eu falei pra você que aprovar um projeto é difícil, você escolhe? Então, eu tinha esse da educação, só pra você ter uma ideia, esse projeto que eu aprovei da educação, antes de elas se formarem, tiraram elas, em quatro meses, de um salário de R\$ 400 para R\$ 932 numa tacada só, e quem já tinha formação em magistério saiu de um salário de R\$ 400 para R\$ 1.780 à época, só pra você ter uma noção.

E eu tive duas prioridades para escolher com garantia de sanção. E o terceiro era o museu Afro-Brasil. Mas, como a Marta se interessou fazer, a gente podia fazer via decreto, mas tramitava o projeto.

Quando você vai pesquisar nos anais da Câmara, à época que eu dei entrada você vai ver que coincide. A Marta falou: Claudete, eu vou fazer via decreto, e depois aprova e vira museu municipal.

Era pra nós termos um museu municipal da comunidade negra, museu Afro-Brasil, até o nome Afro-Brasil fui eu que sugeri, eles omitem. Tem muito preto safado que sabe dessa história, mas omite porque foi uma negrinha que idealizou, que estava por detrás você entendeu? É esse o problema.

Aí tinha o 20 de novembro, como prioridade. Como nas tratativas com a Marta estava tranquila a questão do decreto, a gente inaugurou o museu Afro-Brasil, um pouquinho antes do segundo turno. Veio o Lula, tem registros.

A Marta não pode comparecer a inauguração porque tinha ido para o segundo turno, e foi justamente nesse período. Então ela não pode, veio o Lula. O que eu camelei pra divulgar, porque eu queria muita gente, eu falava, nossa, os negros tem que estar em peso lá.

Porque teve resistência, imagina, um museu. Então o nosso mandato convocou, divulgou. Como o Lula vinha para a inauguração aí uma encheção daquele esquema de segurança.

Nós trouxemos vários ônibus da periferia, aquela fila enorme, aquele calor. Eu tive que dar carteirada, porque estava com dificuldade no detector de metal, eu tive que dar carteirada, eu disse: eu garanto esse povo que está aqui.

Vão entrar, não dá pra passar, porque daqui a pouco vão todo mundo embora, estão esperando mais de duas horas na fila, dei carteirada em todo mundo, aí liberou, e disseram: olha, se acontecer alguma coisa com o Presidente. Eu disse: aqui não tem bandido, é o povo preto, que vai comemorar esse espaço. Olha menina, você não tem noção.

Aí, no dia fizeram um palco. Na hora que eu fui subir no palco, me barraram, os seguranças. Eu falei assim: como vocês estão me barrando? Porque eu estava trazendo o pessoal, brigando com os seguranças, aí eu fui subir me barraram.

Não, porque vereador nenhum vai subir. Eu falei: vereador eu concordo, mas eu vou subir, porque esse momento está acontecendo por conta dessa preta que vos fala. Aí falaram assim: ah, é ordem do chefe de gabinete, e da presidência da república, seu nome não está aqui no script.

Aí você tem que ser barraqueira. Eu falei: sai da minha frente que eu vou subir, vou estar no palco. Aí a Mônica Valente, que era secretária de gestão, falou: ai Claudete nenhum vereador vai subir, eu falei: Mônica, sai da minha frente. Você desce, e eu subo.

Não, não é assim, Claudete, você não vai fazer barraco. Eu disse, eu vou. Aí o Frateschi, que era o Secretário de Cultura, falou: Mônica, pelo amor de Deus Mônica, se liga, claro que ela tem que estar no palco, ela é a idealizadora e garantidora desse momento aqui.

Aí o Frateschi, rodei assim e entrei rebolando, você acredita, eu passei por tudo isso. Aí, o Emanuel Araújo eu soube que ele não queria eu no palco, entendeu? Pra dizer que foi ele. Ele foi pago, contratado por nós. Milhões lá da Petrobrás.

Aí, tem mais. Mas, se o Frateschi não tivesse falado eu ia subir do mesmo jeito. Me barraram na escada do palco. Encostei do lado do Lula, cumprimentei, o Emanuel, a Monica Valente, o Frateschi, o Claudio Lembo, porque o Alckmin não foi, o Claudio Lembo era o Vice-Governador, aí me viu, me cumprimentou. Eu fiquei bem na frente.

Aí eu estou assim frente, eu vejo lá no meio a Benedita da Silva no meio do povo. Benedita tinha tentado subir, não deixaram, tinha um corredor. Aí, eu disse: gente, pelo amor de Deus, eu dando show no palco. Pelo amor de Deus, vocês estão pensando...

Só tinha branco no palco. Preto só tinha eu e o Emanuel Araújo, e eu subi porque... Aí eu disse: Lula, cê tá vendo a Benedita lá, Lula. Não estão deixando ela subir, como não me deixaram. O Lula ficou vermelho.

Gente, Benedita tem que estar aqui em cima. Foi assim que a Benedita da Silva subiu no palco. Você acredita um negócio desses? Aí Benê subiu no palco. Tenho fotos, se você visse as caras. Benedita subiu.

Daí como atrasou muito, o Lula tinha compromisso, o Lula falou primeiro. O Claudio Lembo, o Frateschi falou. O certo era o Lula falar por último, mas como ele tinha compromisso, daí eles agilizaram, o Lula falou primeiro.

O Lula cumprimentou todo mundo, não citou meu nome. Aí o Claudio Lembo representando o Alckmin, iniciou a fala dizendo assim: “eu não posso iniciar essa fala não dando louros a quem tem direito, porque se tem esse museu Afro-Brasil, o presidente (daí eles se aproveitaram) não citou o nome da Vereadora Claudete Alves, mas vocês devem a ela”...Lembo.

Se você visse as caras, as caras... do Emanuel, de todo mundo. Aí olharam, aplaudiram. O Lula olhou pra mim, desconcertadíssimo. Daí quando terminou, o Lula chegou pra mim e disse: companheira, olha o script que me deram, só podia falar o nome dessas pessoas. Deixa pra lá Lula, ficou mal pra vocês porque o Vice-Governador falou.

Daí desceu, e na hora de cortar a fita, o Emanuel não queria que eu tivesse. Eu empurrava. Claro que eu tinha que estar na hora de cortar a fita. Aí fala que é arrogante, que não sei o que... mas é assim que eles fazem com as mulheres pretas, inclusive os pretos, os homens pretos, entendeu?

**Pergunta:** Então, Claudete essa trajetória pra entrar dentro da política mesmo. Independente do partido, como é que foi pra você, como você vê de maneira geral o que as mulheres passam, porque o partido tem cotas para colocar as mulheres. Colocam, mas não apoiam...

**Claudete Alves:** essa cota é fictícia, pró forma. Porque, pra mulher é muito difícil, esses 30% de cota é pra inglês ver. Porque os partidos não investem nas mulheres, principalmente quando as candidaturas são de mulheres negras. Entendeu? É muito difícil.

Eu fui eleita, por duas vezes, sem ter: nenhum deputado por trás, nenhum militante orgânico por trás, meu histórico: origem sindicalista, militante. Pessoal do movimento negro depois do meu mandato: aprovei o 20, não só o 20, anemia falciforme, um monte de coisa.

Tem um livro, dessa grossura que eu lancei, relatando tudo o que eu fiz no meu mandato, pessoal do movimento negro da cidade, na minha reeleição, soltaram um jornalzinho, sabendo que esse Movimento Negro, que não tem CNPJ é liderado por homens negros, na sua maioria, listaram um monte de candidatos e disseram: votem nesses candidatos porque não tem representante na Casa. E eu, aqui. Depois de tudo que eu fiz, debate de lei, de cotas, não tem noção, leis que eu aprovei.

**Pergunta:** Existe um procedimento de, na hora de lançar os candidatos à eleição se hierarquizar candidato?

**Claudete Alves:** Não, só se for lista, que é o que eles estão tentando aprovar. Não tem a lista, mas tem o investimento. Onde eles jogam peso... Quem eles investem mais, tem mais espaço no horário político, mais grana, mais apoio. A maioria das mulheres fica para trás, negra então, piorou...

O único que faz diferente, que eu tenho notícia é o PCdoB, que investe muito em negros, mulheres negras, investe pra valer mesmo.

**Pergunta:** Da esquerda é o que mais investe?

**Claudete Alves:** Sim.

**Pergunta:** E os da direita?

**Claudete Alves:** Usam só para puxar votos. Porque o voto desse povo beneficia a eles. Se a direita investisse pra valer, a gente tinha um monte de parlamentares negros. Não investe. Agora como eles estão desgastados, eles colocam atores negros.

Então, agora está tendo tudo isso, acordaram que o país é negro. Rede Globo põe negro em tudo quanto é lugar, os outdoors. Isso em virtude porque é lei, eu aprovei lei que é obrigado a colocar negros nas propagandas. Ela é minha, mas você não tem investimento.

É de uma complexidade. Eu defendo a tese, já sugeri, no Congresso Nacional para várias companheiras: tem que ter cota pra mulheres de fato. E dentro dessa cota pras mulheres 50% tem que ser para mulheres negras, não, 50 não, 60%.

Tem que ter cotas para mulheres, dentro desse percentual de cotas 60% tem que ser de mulheres negras. Só que essa obrigatoriedade ela não pode ser só na chapa, tem que ser no fundo partidário, no recurso, no horário gratuito e nas cadeiras que o partido fizer, esse número de cotas tem que garantir mulheres, entendeu?

Só assim você vai ter equidade de gênero, senão, não. Porque é assim, só a mulher que se candidata sabe o quanto é sofrível, o quanto a gente se depara com o machismo na rua.

Por exemplo, você sai numa caminhada para pedir voto com vários candidatos. Você é mulher, e tem um homem. O homem faz a propaganda, pega o voto, pega na mão. Você vai pedir voto para um homem na rua, ele passa mão na tua bunda, faz cantadinha. “Olha, eu vou te dar o meu voto, você vai me dar o que?” Ele não fala isso pra um homem, mas ele fala isso pra candidata mulher. Eu passei muito por isso, entendeu?

Se você não tiver de fato políticas públicas, mas, de fato, não é pra inglês ver. Aí tem que entrar no recurso do fundo partidário, o percentual de cotas tem que garantir às mulheres o tempo de televisão, sabe, pra valer, e na quantidade de vagas, aí sim, senão, vão demorar muito tempo ainda.

**Pergunta:** Se a própria postura dos partidos é machista nessa ótica que você estar apresentando, isso não deveria acontecer. O partido também não investe em desconstruir isso?

**Claudete Alves:** Agora, estou vendo um oportunismo no horário gratuito, Partido da Mulher, esses partidos de direita, para enrolar. Porque as mulheres, nós somos a maioria dos eleitores, você já quantificou isso, do eleitorado.

Então à véspera de eleição eles vêm com esse discursinho. Passada a eleição, esquece. Quantas mulheres presidem partido? Tem, PCdoB é uma mulher, e negra. PSOL, parece que é uma mulher também, o PT tem agora, pela primeira vez uma mulher, depois de anos...

A mulher candidata ela sofre muito, mas muito, eu acho que a mulher também é machista, porque, se nós somos a maioria dos eleitores... uma coisa é o discurso. A

maioria desses movimentos feministas apóiam homens nas suas candidaturas, porque tem a vinculação de quem banca o movimento. É uma contradição, a maioria que se diz feminista quando você vê, vota em homem, faz campanha para homens.

De modo que, aí fala, tem que ter mais mulher na política. Na época da eleição as militantes que fazem, quando você olha suas candidaturas são tudo homens, entendeu?

**Pergunta:** Mulher não vota em mulher?

**Claudete Alves:** Eu acho que tem uma disputa ainda. A mulher olha, eu acho que toda essa coisa sistêmica da autoestima dela, que ela não tem capacidade, então na rua, entre uma mulher e um homem, você vai pedir voto, elas te olham assim, como que essa pode ser? Eu não posso. Você percebe. Eu acho que é meio isso. Eu não confio, vou votar nela? Vou votar num homem.

Aí tem que a questão de ser homem, e se não for no padrão estético aceitável a gente fica mais em desvantagem ainda. E mulheres militantes, a maioria apoiam homens. Que tem a ver com a questão do poder em si. Das condições que são dadas. Olha, essa tua pesquisa vai render coisa.

**Pergunta:** São vários vieses como esses que você está falando e mais a questão de a quantidade de mulheres que se interessa você acha que é considerável, é suficiente, ou não? Além de ela não se considerar capaz, que esse é um espaço masculino, isso já está deveras interiorizado não pensamento da mulher, ou por ela também não ter apoio do companheiro, e por isso acha que se dedicando à política vai acabar sozinha. Porque a mulher pensa: é melhor eu entender que isso é pra homem mesmo, porque se eu quiser entrar mesmo nesse negócio, eu vou acabar sem ninguém. O que você acha?

**Claudete Alves:** Aí é que está. Toda mulher que se empodera, ela perde o companheiro. É o meu caso. Eles não aguentam, eles não aguentam. Se ele estiver na política vai dar apoio, se não estiver... Meu caso, casada há 24 anos, acabou o casamento.

Eles não aguentam, porque é assim: você tem compromissos, você tem que viajar. Daí eles arrumam outra, e falam que é porque você não para em casa. Mas, no fundo eu acho que os homens negros não conseguem.

Eu tenho muitas amigas na minha faixa etária, que é assim, batalharam, saíram da base da pirâmide, se graduaram, mestrado e doutorado, e estão todas sozinhas a menos que elas queiram bancar, sustentar.

O homem negro não aguenta, ainda tem isso, para nós ainda a gente se depara com isso. Uma situação complicada. Como, essa mulher é empoderada? Porque o homem negro é machista pra caramba, você sabe disso com raríssimas exceções. Não aguenta, não ajuda. Então tudo isso é um dificultador da mulher chegar.

**Pergunta:** Você entende que o homem negro é mais machista que o branco.

**Claudete Alves:** Acho, nessa relação do empoderamento, da aceitação. Eu acho que essa distorção de comportamento arraigado o machismo, ele é diaspórico é resultante de um processo histórico dos países que escravizaram, entendeu?

Porque assim, quando você pensa nos países africanos, a matrifocalidade é muito presente, não é? Você não vê em várias sociedades, arraigado esse machismo. No ponto de vista da aldeia, por exemplo, quem manda é a mulher.

**Argumentação:** Mas, ela tem esse poder dentro de casa, e não para decidir, tomar decisões para a sociedade. Para o homem é até cômodo que ela tenha esse poder dentro de casa.

**Claudete Alves:** Eu não acompanhei estudo sobre isso, mas eu tenho a impressão assim, uma coisa de percepção, pegar o caso brasileiro, dos homens, até do movimento negro. Nos deparamos com várias contradições. Você sabe que eu escrevi sobre isso, você leu o meu livro, você tem?

Aquela coisa de que o oprimido oprime até mais que o opressor. Eu tenho para mim que esse resultado é diaspórico do pós senzala, da resistência e da sobrevivência, eu intui, eu não tenho dados de pesquisa, mas é assim uma percepção bastante aguçada que eu tenho que isso influenciou então, de ele querer reproduzir o que o feitor fazia com aquelas mulheres negras. Aquela coisa de submissão, sabe, a gente olha, conversa, vê comportamentos, e entra ano, sai ano, e isso é uma coisa muito presente. É doloroso de falar, mas...

A Neusa Santos que se suicidou, aquela psiquiatra, eu acho que muito do suicídio dela não aguentou isso. Porque ela pesquisou e ela descobriu. Ela escreveu aquele livro “Tornar-se Negro”, da Neusa Santos. Então, eu acho que ela não aguentou, porque é uma constatação muito dolorosa.

É a solidão nos espaços de poder, eu aqui fiquei muito solitária, percebe? Muito solitária, muito. Nesse meu próximo livro eu vou explicar muito isso, da relação da comunidade negra com a mulher negra com o homem negro, entendeu?

**Argumentei:** A gente não se vê em espaço nenhum, não tem colega em espaço nenhum numa sala de aula...

**Claudete Alves:** Sim. Sim. Quando somos, somos únicas. E ainda, à nós é imposto uma solidão pela própria comunidade, é triste isso. Por isso que eu não vou fazer doutorado. Estou escrevendo outro livro a respeito. Porque é assim, eu tiro as fotos e analiso aquele momento.

Você conhece aquele livro que eu lancei 120 anos da abolição? Eu vou te mandar. Aquela foto atrás da capa, era eu. Minha mãe trabalhava numa mansão, quando eu saía do colégio, ela me levava para varrer aqueles quintais enormes, e depois a criança da casa eu tinha que andar de cavalinho naquele chão duro.

As minhas pernas são todas marcadas, todas marcadas, minha mãe era cozinheira, e me levava pra ajudar, pra ganhar um dinheirinho. Passei fome, morei em cortiço, na Bela Vista, aqui na coisa...Mas, sempre assim, estudando, estudando, batalhando, tal. Aí quando eu me casei, o compromisso dele era assim, olha meus filhos não vão passar pelo que eu passei.

Quando eu fui trabalhar numa creche pública, os meus filhos não se adaptaram. Eu falei, vamos pagar uma escola particular. Ele achou um absurdo. Eu falei, vamos pagar uma escola particular. Meus filhos sempre estudaram em escolas boas.

Eu falava pra ele, você faz hora extra, eu também trabalho. Não vão passar pelo que nós passamos, entendeu? E ele achava um absurdo pagar aquela escola. Eu falava, eu ajudo, mas eu disse você tem que pagar também.

Depois, quando eles prestaram o vestibular, não passaram, por muito pouco não passaram na época na USP. Passou no Mackenzie, passou na PUC e na Anhembi, na época que tinha vestibular mesmo. Eu falei, eles vão fazer. Ele disse: eu não vou pagar. Eu disse, nós vamos pagar. Aí meu filho arrumou um emprego, ajudava e o resto nós bancávamos.

Só que quando é a mulher branca, eles não questionam. Então, assim na minha pesquisa no supermercado, eu ria depois. Nossa, era doloroso. Eu via o homem negro, no

mercado com a mulher branca. Na periferia, em tudo quanto era lugar, eu dividia os estratos. O homem negro ia empurrando o carrinho e ela botando as coisas. Ele nem olhava preço, ia carregando e pegando as coisas, e colocando no carrinho.

Aí, eu lembrava de mim, porque eu ia no mercado com meu marido, ele até empurrava o carrinho, eu ia botando as coisas, ele ia tirando. (muitos risos). Mas, eu falava: é o danone das crianças. Ele, não, o dinheiro não dá, só se você for pagar. Você acredita?

Então, quando eu estava fazendo a minha pesquisa de campo, eu olhava, podia ser no supermercado lá na periferia, ou aqui, na Vila Mariana, onde eu moro, eu olho, é o mesmo comportamento. Eles vão empurrando o carrinho, elas pegam as coisas e eles não tiram.

Aí eu observei alguns casais intra-raciais, poucos que tem, mas eu observei na pesquisa. O comportamento que meu marido tinha eu via neles, é impressionante, é regra. A mulher negra coloca coisa no carrinho, ele olha o preço, tira e põe na arara. Você acredita um negócio desses?

Olha a crueldade com essa mulher negra. Então assim, do ponto de vista, do empoderamento, das relações afetivas, do respeito, do receber flores, e tudo, está na base da pirâmide. Não é tratada como uma mulher.

Aí as feministas vêm encher o saco, recebi um monte de crítica de feminista, por conta da entrevista do Lázaro, falando assim: “e quem disse que eu quero que abre a porta do carro pra gente e ganhar flores?”. Eu respondi: vocês, eu não sei, mas eu gosto que abra a porta do carro, que me dê flores. Eu gosto, porque eu gosto, é carinho, eu gosto.[...]

Eu falo, tem solidões que você vive a dois. A maioria das mulheres negras, se já está difícil pras jovencinhas, e essas jovencinhas estão juntas nesse movimento, porque eles estão bem fazendo sexo com elas porque é a iniciação. Eu digo, eu espero que essa geração, esse povo que está com esse comportamento, a hora que eles se firmarem, que forem adultos, eu quero ver se eles vão mesmo ficar com vocês. Eu tenho minhas dúvidas.

**Pergunta:** Mas não tem também esse lado do comportamento de que a mulher negra ela se garante, ela é independente, ela é exigente, ela passa a impressão de que não precisa de um companheiro, e a mulher branca já passa mais esse comportamento de fragilidade, de submissão, embora isso possa ser até dissimulado?

**Claudete Alves:** Não é que a mulher negra é, foi uma resistência da diáspora. Se não fosse a resistência da mulher negra, hoje a população negra no Brasil seria menor do que a indígena, você sabe disso.

Eles estão aí devido a nossa resistência, que a maioria das nossas mães se prostituíram, ou tiveram amantes pra sustentar as famílias negras, os filhos ficavam na vadiagem, porque não sabiam ler, e daí ser objeto de fetiche escondido das brancas, a troca de um real, né? E se sentiam, iam para o samba, pra capoeira, é isso. Não quer que falemos sobre isso, nós temos que falar.

Menina, eu fui há dois anos atrás, nós estamos em 17, 16, 15. 2015, tem um coletivo na PUC Rio, chamado Nuvem Negra. Aí eles me chamaram pra fazer um debate com outras duas professoras negras, uma da UERJ e outra da PUC. Lá na PUC Rio, eles fizeram questão de fazer na entrada, para impactar... foi muito bom.

Eu comecei a falar sobre isso, um menino negro falou assim: a senhora tem razão, a gente faz isso mesmo. Um negro, estudante da PUC, cotista, falou isso pra mim. Ele falou, olha, a senhora tem razão. Vendi todos os livros, faltou livro, o povo ficou muito emocionado. Até as professoras que achei que ia dar pau porque, eu não sou intelectual, elas são. Elas disseram: você é corajosa, mas tem que, mas alguém tem que falar.

Então é muito doloroso, mas acho que essa questão afetiva, ela infere, também fere nessa questão, nas possibilidades de ascensão nos espaços de poder. Porque, já tem comprovações, eu não sou da psicologia, mas tenho muitas amigas, psicólogas, que agente conversa, e eu conversei, pedi muito apoio pra analisar algumas coisas do trabalho, é você tem, não é marcadores, como elas usam, sinalizadores, não, é uma outra coisa, mais forte, um termo que elas usam, que beijar na boca, fazer sexo, se sentir amada, mexe com o seu sistema orgânico, traduz na pele, melhora o cérebro. Melhora tudo, e isso faz com que você avance mais do que as pessoas que não têm essa condição.

Só que elas falam tecnicamente, é muito interessante, e é verdade, é verdade. Quando você se sente feliz, tudo fica mais fácil de compreender, você tem disposição. E esse preterimento, o que é mais cruel para a mulher negra, é o preterimento. [...]

**Claudete Alves:** É difícil, é difícil. Se para a mulher é difícil, o acesso e a permanência você potencializa em mil para a mulher negra. E ainda, não sei se te interessa. Esse empoderamento, por exemplo, eu vejo por mim, com mulheres negras, que não entraram na política, mas ascenderam, ou professora universitária, ou uma empresária,

ou tem um alto cargo, conseguiu sair da base da pirâmide. Ela tem um desprestígio familiar.

A família não aceita. Porque ela não seguiu aquele padrão. Ela destoou. Ela caiu no isolamento mesmo dentro da família. O isolamento só não se dá enquanto ela está bancando. Se ela parar de bancar... e mesmo bancando nos encontros, ela é vista, porque, oh, ela destoou, olha lá nariz empinado.

**Pergunta:** Mas, então não se vê possibilidade de crescimento. O preconceito é muito grande em relação à mulher na política. A participação da mulher.

**Claudete Alves:** Por exemplo, no parlamento, eu me via na responsabilidade. Eu não ia ser síndica de bairro, cuidar de asfalto, de árvore, eu tinha uma responsabilidade histórica aqui. Eu já te disse, a questão racial, a questão de gênero, e a questão da distribuição da riqueza foram minhas prioridades aqui.

Se você for lá 8, 9 e 10 vai ter um Congresso, e eu vou vestida de africana. Eu estava lembrando, quando eu tomei posse aqui, o mesmo movimento negro que não fez campanha para mim dizendo que eu não era sindicalista, aí apoiaram a Sonia Regina, do PT que morreu, não ela não era do Movimento Negro. Cachorrada.

Não importa onde você está, você é militante. Os mesmos que não me apoiaram, porque se dependesse deles eu não estaria aqui. Aí na semana que antecedeu, vieram me procurar, me ofereceram roupa, queriam que eu me vestisse de africana. Eu falei: eu não vou vestir, eu não sou africana. Sou descendente. Eu já estou com a minha roupa. Eles ficaram P da vida. Teve umas mulheres que vieram aí queriam que eu fosse. Ah, eu não quero, já estou com a minha roupa. Não quero, vou estar de tailleur, com todo o respeito, sabe?

Agora tem uma Viviane, ela é congolesa, magrinha encontrei ela na Paulista, ela estava vendendo tecido, comecei a conversar. Guerreira. Aí eu encomendei quatro vestidos com ela. E vou com eles pra ajudar a divulgar. Tem muitas meninas negras que eu acho que vão amar, e pra ajudar ela porque ela quer trazer a filha da África que está com a mãe dela, mora num quartinho aí.

Eu ontem fui provar as roupas e comecei a conversar com ela, e perguntei como é no país dela, a mulher africana. E ela me disse que no país dela, uma ajuda a outra. As mulheres, elas são muito solidárias umas com as outras. De uma cuidar dos filhos da outra, de dividir o que tem pra comer.

Então ela disse que no país dela tem isso, por parte da mulher, a mulher negra muito companheira, muito solidária no país dela. O que você não vê aqui no Brasil. Difícil, não sei se você já passou por situações dessa, deve ter passado. E elas não gostam que fale, e quando a gente fala isso, a gente não está falando com a militante, para a militante.

Mesmo a militante, a militante a gente vê que tem uma coisa de inveja, de disputa, tem, ô se tem. Senti isso pela pele. Omitem suas coisas, omitem o feito da outra mulher negra. Eu que o diga.

Um monte sabe dos meus feitos aqui, pergunta nos encontros, é uma ou outra que fala. Elas sabem. Teve um grupo que chegou a dizer que o 20 de novembro não era meu. E aí a Marta ficou P, e colocou no livro dela isso. Diziam que era do Ítalo Cardoso. Que eu cobri a licença dele quando eu aprovei.

**Pergunta:** Então, para além dos próprios partidos não darem apoio, a comunidade negra, não ajuda.

**Claudete Alves:** A comunidade tem muita dificuldade de votar no outro negro. Tem as exceções, mas no geral ela olha com desconfiança, ela vota no branco, mas não vota em você.

Você tá fazendo, fazendo a gente vai ter o voto deles. Uma que tem a ver com a questão econômica, que eles compram todo mundo, paga cerveja, dá a fantasia, faz churrasco, mas ainda, tirando aqueles mais militantes, mais conscientes, no geral o negro não vota no negro.

Tem dificuldade. E a mulher não vota em mulher, porque senão as estatísticas seriam outras, nós somos a maioria dos eleitores, os negros são a maioria da população.

É estatística é só você fazer a conta, nós não somos a maioria da população? As mulheres não são a maioria dos eleitores? Como pode ser as mulheres minoria no parlamento e os negros mais ainda?

Porque não votam, não sou eu que estou dizendo. Aí, quando você fala no debate, fica todo mundo assim, fala, fala, fala que não tem mulher no poder, mas faz campanha para homem, não tem negro no poder, e não é falta de estímulo.

Nas minhas campanhas, você tem meus materiais de campanha da comunidade negra? Vou separar pra você. Tem os materiais específicos, em todos os tons, sabe?

Agressivo, moderado, pró ativo, direcionado, em bairros de grande concentração da comunidade negra.

Não tive volta. Quem votou em mim. Os trabalhadores de sempre, as professoras com as suas famílias em sua grande maioria. Eles falavam pra mim, foi uma briga para aprovar o 20 de novembro. Ah, vai fazer um feriado para o povo preto... Você fez o feriado e eles vão votar na gente.

Dito e feito. Eu acho que pra mim já deu. Aí vai chegando a eleição, ah, sai candidata. Eu não tenho mais vontade. Sabe assim, eu participei de três eleições, só eu sei como foi. Eu tive mais respaldo e respeito de brancos na rua do que por negros. Você acredita numa coisa dessas?

Difícil. Isso é muito desestimulante. Uma coisa é o seu grupinho, a outra coisa é a comunidade. Te olha com desconfiança, entregava o material de qualquer jeito, olhando assim, é você?

Saem negros candidatos em todos os partidos, e mulheres também. Não quer dizer que é de direita ou de esquerda. Tem um problema sério entre nós que, na nossa comunidade não nos vem como referência, com possibilidade de representá-los, de estar no poder.

E, aí tem outros subterrâneos em torno disso. Que tem a ver, ah, porque ela e não eu? Entendeu, que já tem a ver com o processo histórico, de senzala, pós senzala, aquela coisa. Eu acho que, ainda há anos luz.

Por exemplo, agora, você tem uma juventude que está bacana, está fazendo um trabalho bacana, estão se assumindo, mas que despreza a nossa geração. É eles e eles. Ou vão quebrar a cara, ou vão fazer a revolução.

**Pergunta:** Não conhecem a história...

**Claudete Alves:** Não, desprezam, desprezam. Você não importa. Eu espero que eles tenham muito boa sorte, porque nós, nós lutamos para que eles pudessem estar fazendo os seus movimentos na condição que eles estão fazendo.

[...] Então, tem uma menina que se você pudesse entrevistar, eu acho que enriqueceria teu trabalho que é aquela deputada Jurema Batista. Seria muito interessante. Que são vários vieses né?

A Jurema sofreu muito porque queriam que ela anulasse a sua crença quando ela virou deputada. Até isso também. Se você não é do candomblé, você não serve. Olha a violência que a comunidade faz com a mulher negra quando ela atinge...

A opção de fé de cada um é individual, entendeu? Você não pode ridicularizar a capacidade dela enquanto parlamentar porque ela não é, e ela é de esquerda, que nem a Bene, é evangélica, e é de esquerda. E a Jurema é evangélica e é de esquerda. Eu sou atoa, mas elas, não.

Então eu abri aqui, eu tinha no meu gabinete: evangélico, candomblecista, católico, muçulmanos, tinha de tudo. Então, eu dei título pra bispa, pra babalorixá, pra muçulmano, papa padre católico, homenageei muçulmano, entendeu? O Estado não é laico?

E mesmo assim, prestei homenagem, aprovei lei no centenário quando o Kassab proibiu cigarros, eu fiz lei pra garantir. Então assim, os evangélicos me davam pau por que eu fazia evento pro pessoal da umbanda.

O pessoal da umbanda me dava pau porque eu fazia evento pra evangélico. A comunidade não pensa estrategicamente. Não entende que o parlamentar, que o Estado é laico, primeiro que não pode impor a sua fé.

Então se você não comunga, então você não é do movimento negro, como se toda África professasse um único credo. E você sabe que não é. Então são uma série de equívocos e contradições, e como você muda isso?

Escrevendo sobre isso, debatendo sobre isso, e sem se odiar, mas tratando dessas contradições, dessas diferenças, e tudo isso desestimula a mulher negra, a mulher branca a participar.

Porque a cobrança é muito pesada, a incompreensão nesses espaços de poder, nós ficamos muito solitárias, muito solitárias. Você tem que ter uma resistência.

**Pergunta:** De maneira geral os homens não se envolvem, não se empolgam com as propostas de efetivação dos direitos das mulheres?

**Claudete Alves:** Não, é clube do bolinha. Dão risada, são coisas de menos importância. Negam a nossa produção legislativa, escondem, ridicularizam com raríssimas exceções.

Então você tem um desencantamento. Umás se prestam a ser candidatas laranja, já sabem que vão ser laranja só pra cumprir a cota. Outras se prestam a sair candidatas porque sabem que o pouco que elas conseguirem ajuda o outro.

E as que são pra valer é muito difícil, porque elas são solitárias, não tem o apoio da comunidade. Nós estamos falando numa cidade, que na cidade nós somos três milhões de negros. E vive todo mundo reclamando que não tem negro.

Oi filho, que idade você tem? **Claudete para o garçom.** 21. Você já votou? Já. Você sabe o que é o 20 de novembro? Consciência negra. Sabe quem criou? Foi o Lula.

Obrigada.

Tá vendo. E faz parte de uma ONG com discussão, a chefe dele é uma preta como eu... me conhece, ela passou aqui várias vezes... você entendeu o que estou dizendo? Não é brincadeira não. E com todos que eu for perguntar, é isso... Lula...

Nem nacional é... quando ela passar aqui você vai... Sabe que fui eu que criou a lei. Sabe que eu chamei um Ministro pra vir aqui num almoço só com negros. Branco não entrou. Fechou aqui para a comunidade negra. Paguei o almoço.

Apoia um branco, e não fala da produção da mulher negra que ela sabe. E ela está num posto de chefia, que ela poderia falar. Você entendeu as solidões? É por ai, difícil, mas continuemos.

Aí os homens do movimento negro os militantes metem o pau. Ah, ela é insuportável. Porque eu falo. Eles não me deram voto, onde eu cheguei não cheguei por eles, é a minha capacidade, os meus feitos. Tomei um pau, eles omitem meus feitos.

20 de novembro, o ultimo que foi na Paulista foi em 2008 que eu banquei. Como eu tinha perdido a eleição em outubro, mas o mandato terminava em 31 dezembro eu banquei, trio elétrico, eu banquei lanche e tal.

Aí no 20 de novembro a eleição tinha sido em outubro e eu não fui reeleita, fiquei na terceira suplência. Banquei tudo pra eles. Quando eu cheguei lá não me deixaram subir em cima do caminhão.

Aí tinha umas tendas lá com água, não deixaram. Eu olhei assim... a Marly que foi minha assessora de imprensa que eu tinha, aquela jornalista da TV Cultura, ela ficou comigo aqui uns 6 anos. Ela disse: eu não acredito que eles estão fazendo isso. Aí eu nunca mais quis subir.

Todo 20 de novembro agora, eu vou, fico no meio do povo olhando. Agora jogaram eles no Anhangabaú, naquele lugar fétido. Eu bancava na Paulista, não podia. Eu falava: se não for na Paulista, eu vou denunciar vocês porque a parada gay é na Paulista.

Então a justificativa que tem o hospital durante o período que eu fiquei aqui eu banquei todos os anos na Paulista, mas não era só bancar o espaço. Era dinheiro pra aquele trio elétrico, camiseta, tudo, cartaz de divulgação. Você entendeu? Então é isso. E aí, muita gente fala, e porque a Claudete não está no caminhão? Por conta disso.

Eu costumo dizer que em São Paulo o movimento negro, não tem CNPJ, fica disputando entre si quem faz mais. Sabe? Por isso que a gente não avança como deveria avançar.

Ai você vai falar, ah, você desistiu? Não. Quando o Haddad abriu a Paulista o dia todo aos domingos, eu moro ali perto então, eu vou caminhar todos os domingos ali na Paulista, comecei a observar as tribos como estava se organizando, uma ausência total de negros.

Aí eu falei a gente tem que pegar um espaço pra ser a nossa cara, porque isso aqui vai crescer depois não pega mais. Aí tinha matado aquele haitiano em Porto Alegre, fiz um ato domingo de manhã. Rodei material, levei gente... fiz um ato, lá no MASP.

Depois mataram a Claudia, a gente fez um ato. Depois mataram aqueles cinco meninos no carro. Aí num espaço que a gente fez uma solenidade tomou pra ser a esquina negra. O espaço negro ali em frente o Gazeta.

Aí fiz outdoor, combinei, rodei material, chamei todo mundo pra gente fazer um ato de manhã, seguindo pro MASP, com foto, mandei fazer outdoor grande, outdoor não, banner um banner enorme, com fusca, com o rosto das crianças, tal.

Luiz junto comigo, não, vamos fazer roda e a negrinha bancando. Fiz, vieram nas minhas costas na sexta-feira fazer um ato veio o MNU com esse pessoal aí. Domingo de manhã não apareceu ninguém, sabe quem foi pro ato? Os brancos que andam na Paulista.

Ali foi o último dia. Aí eu colocava tenda barraca, colocava som, pegava autorização com a Prefeitura, pegava autorização da PM pra ter samba rock pra dançar, aí eu tirei tudo, não fiz mais. Entendeu? Aí montei umas barracas lá pras meninas venderem turbante, coisas.

Aí, vi nas redes sociais, nos grupos dizendo que eu estava ganhando dinheiro em cima das nossas coisas. Não ganhava dinheiro, até as barracas eu que tinha comprado pra elas ficarem usando. Pra oportunizar a elas ganhar um dinheiro. Agora, se o turista passa na Paulista, se o turista quer colocar turbante, elas têm mais é que vender.

Eu não tinha nada, eu fazia aquilo pra ajudar, que graças a Deus eu não preciso disso. Pras meninas negras terem uma renda colocava porque se eu não tivesse lá a polícia tirava. Aí um grupo delas colocou na rede social que eu estava ganhando dinheiro. Fazendo as meninas venderem coisa da nossa cultura pras mulheres brancas. Você acredita?

Agora eu saí de lá, mas a cada quinze dias tem um samba rock lá. Mas ninguém sabe que era a parada preta Paulista que eu inaugurei, que eu fiz, que saiu num documentário. E assim é a comunidade. Aí você acha que isso estimula alguma mulher negra a querer representar, se candidatar?

E ai depois que você sai, eu fiquei aqui com o Donato, trabalhando com ele. Ele é casado com uma mulher negra. É um irmão que eu tenho. Banquei vários eventos para a comunidade negra, com espaço, com apoio, dia da mulher negra, tal.

Época da eleição, falei, gente, vamos dar um troco, né? A vereadora aprovou... se fosse pra votar em negro, tudo bem, mas foram votar em outro branco. Entendeu? É assim. Estou muito desanimada. Eu dificilmente me coloco de novo na disputa eleitoral. Só se for uma coisa excepcional porque senão???

2012 eu já não queria, só saí de tanto que o Donato insistiu. Não tive apoio da comunidade negra. Difícil. Aí eles falam que negro não vota em negro, não vota mesmo. Eu estou falando do geral. Tem as exceções. Na cidade de São Paulo nós somos três milhões de eleitores negros, três milhões.

Não é no estado, é na cidade, de eleitores. Eleitores acima de 18 anos, três milhões. Nós temos uma população de quase doze milhões de habitantes na cidade. Três milhões de eleitores negros. Aí nós temos três milhões. Se 50% votasse, nós seríamos a maioria aqui, a maioria lá.

Então alguma coisa tem conosco, não é com eles é conosco. Estímulo, mentira. As minhas duas últimas campanhas, aí falavam, ah mas, você não faz o que os brancos fazem. Fiz, teve jantares, teve churrasco, teve festas de fechar chácara, sabe, pra quatro mil pessoas, teve tudo que eles fazem.

Votaram em branco e não votaram em mim. Material específico, gente pra trabalhar em grande concentração da comunidade negra. Aí quando a gente fala que negro não vota em negro... Em São Paulo não vota. Aí povo acha que eu falo demais. E olha que eu já tinha feitos.

Você acha, 20 de novembro, uma coisa foi aprovar no Rio. Outra coisa foi aprovar aqui, que depois que aprovou aqui é que alastrou para várias cidades do interior do país, porque era Alagoas, o Edson aprovou no Rio, depois eu aprovei, aprovar em São Paulo é que possibilitou alastrar nas outras cidades. E só eu sei o que eu passei.

### **Mensagem final**

Para as mulheres de uma maneira geral na questão da participação na política. Parem de ser massa de manobra. Não se permitam ser usadas. Combatam de fato o machismo se empoderando.

E para as mulheres negras eu estendo essa mensagem com um complemento, apóiem umas as outras, nós não somos inimigas, nós somos irmãs. E assim que nós temos que nos ver na diáspora. Se não nós não vamos sair dessa invisibilidade no poder no Brasil e no mundo.

Agradecimentos.

### **Entrevista com Dra. Maria das Neves – 23.10.2017 - Lisboa**

**Cumprimentos:** Boa tarde Dra. Maria das Neves.

**Dra. Maria das Neves:** Boa tarde Dra. Marta, é um prazer falar consigo.

Para se falar das mulheres santomenses necessário se torna referir-se um pouco sobre como as mulheres santomenses foram evoluindo. Partimos de uma base em que as mulheres santomenses só se dedicavam na sua esmagadora maioria aos trabalhos domésticos, que consistia essencialmente em lavar, engomar, confeccionarem as refeições para o lar, serem bem preparadas para o marido, tendo sido marginalizada ou naturalmente relegadas para o segundo plano a educação das mesmas.

Esta marginalização era muito mais notória numa família modesta e com poucos recursos onde existissem rapazes e raparigas, era privilegiada a educação dos rapazes em detrimento da educação das raparigas, ou seja, as raparigas eram moldadas e educadas para servirem ao marido futuramente, enquanto que aos rapazes se lhes reservava o grande investimento na educação porque enquanto homens tinham que ser os senhores na sociedade.

Para além desta educação tão sexista que só dava primazia ao homem, a própria baixa autoestima da mulher não lhe permitia ter aspirações, nem ter grandes progressos. Este processo ocorreu durante quase todo o período colonial. Depois da independência, em 1975, começou-se a apostar na educação do gênero, ou seja, rapazes e raparigas. O próprio Estado começou por fixar a escolaridade obrigatória para todos até a 6<sup>a</sup> classe. A partir de então passou-se a verificar e a ter um número crescente de raparigas na escola.

Essa tendência sexista claro que continua porque a gente vê até mesmo na oferta dos brinquedos: a tendência dos pais oferecerem bonecas às raparigas e bolas aos rapazes; Mais, os rapazes poderiam brincar, sair, passear e as meninas não, salvo se acompanhadas com algum parente mais velho.

Com o investimento na educação não há dúvida a situação tem vindo a inverter-se, as mulheres começaram também a crescer, deixaram de estar confinadas no lar e ao trabalho no lar, para começaram a trabalhar fora, exercendo uma profissão remunerada. No entanto, importa sublinhar, que mesmo assim havia famílias em que o marido não permitia que a mulher exercesse uma profissão, alegando que a sua função era somente para estar em casa e cuidar do marido e dos filhos.

Houve naturalmente com essa evolução e esse progresso um número considerável e cada vez maior de mulheres a irem à escola, e a investirem mais na sua educação e formação. Como resultado de um processo deveras dinâmico e em espiral, hoje nós temos um número grande de mulheres trabalhando em todas as áreas e frentes.

A educação e saúde são as duas maiores áreas onde se vê uma grande absorção da mão de obra feminina. Hoje temos mulheres empreendedoras, em todos os setores da vida econômica e social do país, nas forças armadas, na polícia que eram setores reservados aos homens, hoje já começamos a ver as mulheres.

E também constatamos e sentimos que a autoestima da mulher está muito mais elevada, ela está disponível para enfrentar desafios, ela está disponível para competir com os homens no bom sentido, para que todos possam contribuir para o desenvolvimento do país.

De uma forma geral, não há dúvida que a mulher santomense tem feito um percurso bastante positivo, com progressos, embora reconheçamos que a caminhada ainda é muito longa, ainda temos um longo caminho a percorrer, porque a sociedade é machista.

O fato de a sociedade ser machista ainda não se vê com muito bons olhos o progresso da mulher. Ainda há essa tendência dos homens a não quererem ceder espaço às mulheres. Persiste ainda uma certa resistência, isso para falar um pouco da minha experiência na vida política.

Não há dúvida que afiliei-me num partido no qual hoje sou militante e dirigente e fui evoluindo gradualmente. Fui convidada para ser membro do governo e nesta perspectiva, fui Ministra da Economia, ministra num setor que antes estava mais reservado para os homens, pois abarcava cinco ministérios nomeadamente agricultura, comércio, turismo, indústria e pesca, diziam que eu era uma super ministra. Depois fui ministra do comércio, indústria e turismo, e finalmente fui Primeira-Ministra e Chefe do Governo VIII governo Constitucional.

Ao deixar o Governo passei para o Parlamento, mas a primeira vez que fui deputada constatei que havia um grande desequilíbrio entre a participação das mulheres, como deputadas e a dos homens. Temos um parlamento de 55 deputados e eu era a única mulher no Parlamento, sendo que as outras mulheres eram deputadas suplentes.

Havia e há uma tendência dos partidos na elaboração das listas para deputados de colocarem as mulheres numa posição não elegível. E então como não tem sido possível

aos partidos ganharem as eleições com a maioria absoluta ou qualificada as mulheres são sempre penalizadas, ficando sempre relegadas a suplentes na lista.

Os partidos argumentam que as mulheres são muito ocupadas, que tem muitos trabalhos domésticos para além dos trabalhos profissionais, nem sequer perguntam a opinião da mulher se ela está disponível de fato para participar na vida política, e quando fazem as suas listas colocam os homens sempre nas posições elegíveis e as mulheres lá no fundo da lista.

Enquanto deputada preocupada com esta questão e participando também nas reuniões interparlamentares via que há países em que as mulheres representavam 30%, ou 40% no Parlamento, sendo que no caso concreto do Quênia, as mulheres representam 50% no Parlamento.

Perante a evidência destas cifras disse comigo mesma, que se tratava de uma grande vergonha! São Tomé e Príncipe em que a mulher representa a maioria da população tem tido uma representação muito fraca ao nível político no parlamento, e porque sou presidente de uma das maiores organizações de mulheres de STP – OMSTEP- Grupo de mulheres que na luta pela independência nacional, vestiram-se de luto e dirigiram-se ao então Palácio Colonial do governador da província para exigir a independência de São Tomé e Príncipe.

Esta iniciativa associada a muitas outras desencadeadas ao nível dos trabalhadores e da população em geral surtiu o efeito desejado porque depois dessa grande manifestação das mulheres de luto gritando pela independência, o governo colonial aceitou e iniciou em Argel negociações com o MLSTP enquanto representante legítimo do nosso povo, com o qual assinou à 26 de novembro de 1974 o acordo de Argel que ditou a Independência de São Tomé e Príncipe à 12 de julho de 1975. Tanto é assim que a partir daquela altura surge a nossa organização OMSTEP – Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe, da qual sou presidente.

Vendo essa situação difícil no parlamento decidi, em nome e em representação da nossa organização a OMSTEP/MSD convidar as lideres das mulheres de todos os outros partidos políticos do país no sentido de unirmos porque trata-se da defesa de uma causa pela mulher e não pelos partidos. Propusemos que em vez de as mulheres festejarem o 08 de março de forma isolada e confinadas nos programas dos seus partidos, festejássemos juntas e de forma diferente, o que efetivamente aconteceu em 8 de Março de 2008.

Apresentamos um projeto de resolução a exigir uma cota de 30% para participação da mulher em todos os órgãos de decisão. Esta proposta foi submetida a todos os órgãos de soberania por um grupo de mulheres de todos os partidos políticos com assento parlamentar.

Importa esclarecer que não sou feminista, mas também luto contra a desigualdade, contra o desnível, porque constituindo a mulher a maioria da população ela deve estar também representada com dignidade nos órgãos de decisão. Depois de nós termos obtido anuência dessa proposta toda, coube-me a mim a responsabilidade, como única mulher no parlamento, de ter a iniciativa legislativa para fazer com que a resolução fosse aprovada no parlamento.

A primeira vez que introduzimos a iniciativa convidamos as mulheres deputadas suplentes para subscreverem essa iniciativa mas a mesma foi rejeitada, porque deputados suplentes não podem ter iniciativa legislativa. Por isso decidimos sensibilizar alguns homens para esta causa e conseguimos que eles subscrevessem a iniciativa.

Havia alguns homens contra, mas na apresentação da resolução, na sessão plenária da Assembleia Nacional fomos agradecendo individualmente a cada um, pelo que não tiveram a coragem de votar contra, todos votaram a favor, e nós conseguimos fazer aprovar essa resolução.

E como na altura eu era também presidente da rede das mulheres parlamentares da CPLP tivemos uma reunião em Portugal da Assembleia Parlamentar da CPLP em que esteve também o Brasil, pedimos aos presidentes das assembleias da CPLP que nos ajudassem a organizar uma jornada parlamentar em STP.

Que nos ajudassem a financiar a deslocação das deputadas para STP para que fizéssemos lá a jornada. Todos concordaram e financiaram a deslocação das mulheres deputadas. Fizemos dois dias de jornadas parlamentares onde discutimos muito a questão de gênero e a participação da mulher na vida política e no processo de desenvolvimento do seu país. Terminamos a jornada parlamentar com uma Declaração de São Tomé, em 2009.

Terminada a jornada, e porque estávamos num período em que os partidos estavam a elaborar as listas para as próximas eleições que já se avizinhavam, em 2010, convidamos todas as colegas deputadas para que fôssemos a sede dos partidos políticos fazer o lobby, falando com os mesmos no sentido de sensibilizá-los para a colocação das mulheres em posições elegíveis aquando da elaboração das listas.

Com essa ação conseguimos efetivamente passar a mensagem porque na legislatura seguinte 2010/2014 saímos de uma para dez mulheres no parlamento, representando cerca de 18%, cifra que prevalece na atual legislatura e porque consideramos ser ainda insuficiente, devemos continuar a nossa luta.

Importa salientar que a nossa luta tem sido nos dois sentidos, convencer também as mulheres a participarem na vida política. Há muitas mulheres que dizem: ah, não é fácil estar aí com a responsabilidade do lar, estar aí em reuniões até altas horas da noite, os maridos não apoiam, então temos essas duas lutas: por um lado a de convencer os partidos a continuarem a colocar as mulheres em posições elegíveis, e por outro convencer as mulheres a estarem disponíveis para esse desafio inclusivo de participar na vida política.

Muitas vezes os partidos dizem que não colocam as mulheres porque elas não estão disponíveis, então estamos nessa luta, não há dúvida que há sensibilidade, há muitas mulheres e eu julgo que pelo percurso que estamos a fazer ainda há um longo caminho, o que nós constatamos é que os homens não querem ceder o espaço, são as mulheres que devem conquistar o seu espaço, sem arrogância, sem prepotência e com humildade, para mostrarem aos homens que tanto homens quanto as mulheres são a mesma face da moeda, que não há democracia plena sem a participação de ambos. Portanto, é necessário que participem.

Tive uma outra experiência que para mim foi extremamente importante em STP que foi a luta contra a violência doméstica. Quando nós constatamos que a violência doméstica estava a crescer muito, e sobretudo a violência dos homens contra as mulheres, (não há dúvida que as mulheres também cometem atos de violência contra os homens, mas a maioria das vítimas são as mulheres).

E o caso complicou-se quando num dia chamaram-nos para dizer que um homem numa discussão com uma mulher amputou-a um braço. Em STP, graças a Deus nunca tivemos mutilados de guerra, agora começar a ter mutilados por violência doméstica, é muito triste.

Fomos ao hospital visitar aquela mulher e o diretor do hospital que nos recebeu disse-nos que não se tratava do único caso, pois que havia muitos casos preocupantes. Decidimos então deslocar ao Ministério público para saber que tratamento era dado a esses casos e fomos informadas que não havia uma lei específica para esses casos, pelo

que o tratamento dos mesmos estava inserido no Código Penal e Código do Processo Penal, sendo por isso tratado como agressão física e nada mais.

Perante esta situação e juntamente com o Fórum da Mulher Santomense solicitamos ao PNUD um apoio para a elaboração da lei específica contra a violência doméstica o que foi aceite. Submetemos então ao Parlamento e, mais uma vez, como eu era ainda a única mulher no parlamento (porque foi no mesmo ano em que aprovamos a resolução i.e em 2008), tivemos que mais uma vez fazer o lobby.

Não imagina o lobby que tivemos que fazer lá dentro para mostrar que era uma questão institucional, que todos ou temos irmã, ou temos filha, ou temos mulher, ou temos mãe, e que ninguém gostava de ver pessoas da sua família a ser vítima de violência.

Na véspera da discussão antes da plenária andei pelas bancadas todas, a dizer o seguinte: o homem que votasse contra a lei de violência doméstica não era parte da solução, mas sim parte do problema, porque também batia lá em casa. (rimos juntas)

E foi uma sensação extraordinária ninguém votou contra, fizemos passar a lei, e como há uma tendência no nosso país da lei ser metida na gaveta, uma vez aprovada ninguém mais se lembra, pedimos apoio ao PNUD em São Tomé, fizemos pequenas brochuras com essa lei, fizemos a impressão de 20 mil exemplares e andamos pelo país todo a oferecer essas brochuras a cada pessoa e a dizer o seguinte: essa lei é sua, apropria-se dela, a violência domestica é hoje um crime público. Agora já nem é preciso a pessoa se identificar, é só saber que os vizinhos estão em briga, pegar no telefone e ligar para a polícia, saiba que existe violência doméstica, ajuda a combater a violência doméstica.

Percorremos todo o país, e o que nós constatamos é que o índice de violência em termos estatísticos, numa primeira fase, aumentou consideravelmente, e aumentou porque as pessoas começaram a ter a coragem para a denunciar, até os homens começaram a denunciar. A partir do momento que denunciar torna-se um crime público, ninguém pode voltar atrás, ninguém pode retirar a queixa.

Antes o crime entre quatro paredes, era encoberto, ninguém sabia, ninguém denunciava, ninguém tinha dados estatísticos para poder controlar, e começou-se a controlar o número de queixas, agora vimos que está a começar a baixar. A partir do momento em que se denuncia, nem o marido nem a mulher podem retirar a queixa, vai até ao fim e a pessoa é sancionada.

E minha irmã e minha amiga nem imagina o quanto isto me custou. Porque depois no ano passado fui candidata às eleições presidenciais e os homens meteram na cabeça de que Maria das Neves fez com que existisse essa lei da violência doméstica para São Tomé e Príncipe, que os homens já não podem bater na mulher, alegando que se ela ainda nem era presidente da República já conseguiu uma lei para sancionar os homens, imaginem quando for então Presidente, os homens não terão paz. (Rimos juntas)

E eu dizia, mas vocês imaginem, olhem só para o panorama do nosso parlamento, eu era a única mulher, eles 54 homens, se os homens não quisessem que a lei fosse aprovada teriam votado contra e a lei não teria passado. A lei também foi sancionada por um homem, o Presidente da República. Isso significa dizer que essa é uma lei dos homens, e não a lei das mulheres e muito menos a lei de Maria das Neves. (rimos novamente)

Então fomos passando essa mensagem dizendo, mas, quem é que está satisfeito com tanta violência no país. Quem não se sente também vítima de uma violência quando vê uma irmã, uma mãe, uma filha violentada. Foi uma forma que encontramos para ultrapassar essa situação e minimizar o problema.

Mas, para dizer que de fato foram dois instrumentos que hoje nós temos no país e que tem vindo a ajudar muito a participação da mulher no processo político, no processo de decisão. Porque com essa resolução hoje nós temos muitas mulheres, aliás, mesmo antes já tínhamos muitas mulheres na administração central do Estado e muitas mulheres disponíveis para esse combate.

Agora ao nível político começamos a ter também participação em várias direções. Já chegamos a um momento em que, mesmo ao nível de órgãos de soberania fomos “fifth – fifth”: uma primeira ministra e uma presidente do Supremo Tribunal de Justiça mulher , um Presidente da república e um Presidente do Parlamento homem.

E mais, também desencadeamos uma ação muito importante e sinto-me feliz por isso, porque acompanhei o processo. Quando eu era ministra da Economia também era a única mulher no governo, os restantes eram só homens. Para além das tarefas que eu tinha como Ministra da Agricultura, Comercio, Indústria, Turismo e Pesca, o chefe do governo incumbiu-me também a responsabilidade de cuidar do gabinete da Mulher e Família, e aí causava-me alguma angustia ver o gabinete num anexo da direção das Pescas sem as

mínimas condições. Então, quando fui nomeada Primeira Ministra achei que era o momento oportuno para construir um edifício que pudesse dignificar a mulher.

Chamei uma arquiteta mandei-a conceber e elaborar o projeto de um edifício que pudesse dignificar a mulher. Como na altura tínhamos cooperação com Taiwan, pedimos apoio financeiro aos representantes de Taiwan para a construção de um edifício que pudesse dignificar melhor a mulher de São Tomé e Príncipe, o que se tornou uma realidade.

Hoje temos em São Tomé um grande edifício com muito boas condições que denominamos de Instituto Nacional para a Igualdade e Equidade de Género, cuja chefe é a Dra. Ernestina. Quando começamos a construir o edifício, solicitamos apoio ao FNUAP para que nos ajudasse a elaborar uma estratégia para igualdade e equidade de género, apoio que foi concedido, tendo esta instituição feito deslocar ao país consultoras estrangeiras que nos ajudaram a elaborar essa estratégia.

Hoje temos uma estratégia e um Instituto para a Igualdade e Equidade de Género, que tem organizado muitas formações, seminários e conferências, e é um instituto, que está a trabalhar nessa perspectiva de promoção da mulher.

Julgo que demos passos importantes, mas considero que ainda não são suficientes, pois temos ainda um longo caminho a percorrer, de forma unida, porque o que une as mulheres santomenses como mulher, mãe, educadora, dona de casa é muito superior ao que as separa ao nível dos partidos políticos. Há muitos problemas que são comuns, e que é necessário que as mulheres estejam unidas para ajudarem a enfrentar os grandes desafios que se colocam ao país.

É necessário continuar-se a investir na educação da mulher, porque, há uma grande diferença entre uma mulher que tem um bom nível de educação e tem autonomia em relação às mulheres que não tiveram esse privilégio. A questão do empoderamento da mulher é extremamente importante para que ela tenha um poder financeiro, que ela seja independente, dona de si, porque senão quando uma mulher que não tem educação, não tem formação, está aí sujeita a depender dos homens ela fica muito submissa, e a sociedade não se compadece com isso, é necessário ver o progresso da mulher, que tenha essa autoestima elevada e que possa avançar.

Ao concluir agora o meu doutoramento as pessoas me diziam: mas, ainda mais porque se a senhora já é doutora, eu dizia: não, não, não, quero continuar a estudar, e terminei agora meu doutoramento com êxito, obtive nota máxima com distinção.

Por isso lanço um apelo às mulheres para não deixarem de estudar, pois a educação é a ferramenta básica, é o pilar, é a chave do sucesso. Eu agora para o doutoramento consultei um livro do autor Schumaker escrito em 1973 intitulado “Small is beautiful” em que ele dizia que a chave do sucesso para qualquer país depende de três elementos essenciais a educação, a organização, e a disciplina.

Os países, mesmo aqueles que saíram da guerra e que optaram por esses três elementos educação, organização e disciplina, conseguiram grandes sucessos, e não há dúvida que a educação é o futuro, e, sobretudo, investir na educação, na formação das mulheres para que elas possam voar, dar largos passos é o nosso maior desafio.

**Perguntei** se a doutora entende que essas novas gerações já estão diferentes em relação a isso, principalmente a mentalidade dos meninos porque é necessário também investir na formação dos homens para construir uma sociedade menos machista, compreendendo que homens e mulheres devem caminhar juntos.

**Dra. Maria das Neves:** Considero que a educação dos homens depende em muito das mulheres, da qualidade de mães. São as mulheres que educam os homens. Em minha casa há um envolvimento de todos, homens e mulheres, rapazes e raparigas nos afazeres domésticos. Todos participam sem aquela educação sexista, o meu marido ajuda muito.

Quando nós mesmas como mães queremos poupar os nossos filhos e dizemos aos rapazes vocês vão jogar a bola, e às raparigas ficam aqui, estamos inconscientemente a promover essa educação sexista. Então o homem já cresce com essa mentalidade que não tem de ir para a cozinha, não tem de ajudar nos trabalhos domésticos, ou seja, que ele é para mandar na mulher.

Portanto se nós as mulheres começarmos a educar os nossos filhos de forma diferente, ou seja, cultivando em ambos os sexos a cultura de que deve haver uma participação igual, incutindo a questão da igualdade e equidade de gênero parte indispensável da educação de berço, estou certa que colheremos no futuro bons frutos.

Por isso é necessário repensarmos hoje a educação que damos aos meninos para que a nova geração tenha outra mentalidade. O rapaz que cresce num lar onde vê que o pai é muito agressivo e violento, chegando mesmo a bater na mãe, ele também será no futuro

um potencial agressor e violento, portanto a educação de berço é extremamente importante, pelo que torna-se necessário que as mulheres se mentalizem e sobretudo se conscientizem de que são elas que fazem um mundo melhor.

Educar um homem é educar uma família, educar uma mulher é educar o mundo, porque é ela que ajuda a transformar o homem, e é isso que nós queremos, que as mulheres tenham consciência de que temos que acabar com essa educação sexista e isto começa necessariamente nos nossos lares com os nossos filhos.

Hoje não há dúvida de que vê-se jovens muito bem educados já sem essa tendência sexista porque tudo parte e depende da educação de berço, e é isso que temos que continuar a reforçar, temos que continuar pedindo ajuda às mulheres para educarem nossos filhos, para que a geração futura seja melhor do que a atual.

**Pergunta:** E sobre o processo eleitoral em STP?

**Dra. Maria das Neves:** Sobre o processo eleitoral em STP devo dizer-lhe que temos grandes problemas: primeiro deixa-me explicar-lhe que STP tem sido um exemplo de democracia em África. STP e Cabo Verde foram um dos poucos países que fizeram a transição de regime do partido único ao regime democrático, pela via de diálogo, através de uma conferência nacional e de forma pacífica, sem pegar em armas e tem sabido resolver os seus conflitos pela via do diálogo. Sobretudo depois da realização em 1989 da referida conferência nacional em STP com a participação de todas as forças vivas da nação ou seja de todas as franjas da sociedade.

Pese embora termos tido conflitos, alguns incompreensíveis golpes de Estado tudo se resolveu na base do diálogo. Mas, acontece porem que, agora temos um governo que ganhou em 2014 as eleições legislativas com maioria absoluta, que segundo algumas vozes, essas eleições não foram livres, nem justas, nem transparentes porque houve muita fraude. O mesmo aconteceu em relação as eleições presidenciais dois anos mais tarde (2016), onde também houve muita fraude. O atual governo, baseando-se na sua maioria absoluta introduziu, no Parlamento Santomense, uma iniciativa legislativa visando alterar a lei eleitoral vigente no país.

A atual lei eleitoral contempla uma ampla representação de todos os partidos políticos com assento parlamentar, e tem um mandato de quatro anos que coincide com uma legislatura. Ora a na nova proposta apresentada por este governo ao parlamento é

apresentada uma comissão eleitoral que será composta por apenas três membros, sendo um presidente, um vice-presidente e um secretário, com um mandato de sete anos.

O curioso e deveras preocupante nesta nova lei é que propõe-se que o presidente e o secretário sejam oriundos do partido maioritário, e que o vice-presidente deve ser proposto pelo maior partido da oposição que se não for eleito, caberá ao segundo maior partido da oposição apresentar o seu candidato que se de igual modo não for eleito, o partido maioritário no poder poderá apresentar o seu candidato. Com esta proposta e este figurino corre-se o risco de se acabar por ter apenas representantes de uma cor política ou seja do partido maioritário na comissão eleitoral, o que pode por em perigo a nossa democracia, porque ferre a essência mesma do regime democrático.

**Eu disse:** Volta partido único.

**A doutora respondeu:** Corremos seriamente esse risco. Esta situação é ainda mais grave quando se associa a este processo a proposta de criação de um novo tribunal constitucional, violando de forma grosseira a Constituição do País. De acordo com a nossa Constituição os juízes do Tribunal Constitucional devem ser eleitos por uma maioria de 2/3. Na proposta submetida pelo Governo ao parlamento santomense admite-se a possibilidade de eleger os juízes por uma maioria simples na segunda volta caso os mesmos não consigam a maioria de 2/3 na primeira volta, subvertendo por completo a ordem constitucional.

O que aconteceu nas eleições presidenciais foi uma aberração e só não houve violência tal como aconteceu no Gabão porque o povo santomense é um povo pacífico e tem a tradição de resolver os seus conflitos pela via do diálogo.

As eleições foram realizadas num domingo, 17 de julho, e desde o dia 15, numa sexta-feira, já tinham sido divulgados, no site da Comissão Eleitoral, os resultados que viriam a configurar por incrível que pareça com os resultados depois divulgados sendo: Evaristo de Carvalho na primeira posição, Pinto da Costa na segunda e Maria das Neves na terceira, tal como aconteceu depois do apuramento dos resultados.

Houve zonas em que eu obtive 117 votos e divulgaram que tive apenas um voto. O próprio presidente da Comissão Eleitoral veio a público reconhecer que “houve falhas gravíssimas na contagem dos resultados”, mas nada foi feito para anular as eleições, não obstante a impugnação dos resultados introduzida nos Tribunais por dois candidatos, tendo

levado a segunda volta apenas um candidato convertendo o processo num autêntico plebiscito.

Como se não bastasse o governo pediu à Assembleia que autorizasse a entrada de militares Ruandeses para darem uma formação aos militares e policiais santomenses. De acordo com a nossa Constituição para que os militares entrassem no país o Presidente da República tinha que ouvir o conselho de Estado mesmo não sendo vinculativa as suas decisões, mas isso não aconteceu. A autorização foi solicitada e concedida para 60 dias, mas os militares já estão no país há mais de seis meses.

Estes são sinais muito fortes e por demais evidentes que a nossa democracia corre sérios riscos.

**Perguntei** se quem aprova essas leis é simplesmente o Presidente da República ou se ele tem a maioria no Parlamento.

**Dra. Maria das Neves:** Tudo passa pelo Parlamento, e o facto de o governo dispor de uma maioria absoluta consegue fazer passar todas as suas propostas e o presidente da republica sendo da mesma cor partidária do governo compreenderá que tudo passa sem qualquer dificuldade.

**Pergunta:** A senhora gostaria de deixar uma mensagem para as mulheres santomenses, as mulheres em geral, e mesmo toda a sociedade?

**Dra. Maria das Neves:** Claro que sim. Que como mulheres lutassem pelos seus sonhos, que apostassem muito na educação e na formação, eu gostava de dar o meu exemplo. Eu sou de uma família humilde que nem sequer tinham condições para que eu pudesse estudar, mas a confusão que eu fazia era tanta que a família decidiu, portanto, pôr-me na escola. Estudei, fiz o ensino primário, na altura para se continuar o ensino secundário era necessário pagar as propinas, e também não tinham condições. Fiquei quatro anos sem prosseguir os estudos

Mas, inconformada com a situação e depois de fazer tanta confusão para continuar a estudar, a família toda contribuiu para me pagar a propina, e graças a Deus só me a pagaram uma vez, porque na altura, na época colonial quando o aluno fosse aluno do Quadro de Honra, estava isento de pagamento de propinas, e eu nunca mais precisei de apoio para continuar os meus estudos porque sempre obtive bons resultados que me colocavam no Quadro de Honra.

Portanto, quando a gente está focada num objetivo é bom lutar por ele; quando a gente tem um sonho tem de lutar para transformar esse sonho em realidade, por isso é necessário elevarmos a nossa auto estima, a mulher não é inferior ao homem, ela é igual ao homem.

Eu costumo dizer que, o próprio Deus, disse que a mulher saiu da costela do homem, não diz a Bíblia que ela saiu dos pés do homem (e por isso ela não é inferior a ele), nem diz que ela saiu da cabeça do homem (e por isso ela não é superior a ele). Ela saiu da costela porque ela é igual ao homem, portanto, vamos trabalhar nessa perspectiva de bondade, compreensão e humildade para que possamos os dois lutar para o desenvolvimento do país.

Não há nenhuma democracia plena sem essa participação. Então o desafio, a coragem, a persistência a perseverança de continuarmos a lutar para que o mundo seja um mundo melhor, sem a participação da mulher não conseguiremos conquistar um mundo melhor. Todas juntas faremos um mundo melhor.

Obrigada doutora por sua entrevista, que com certeza contribuirá muito para o meu trabalho.

**Resposta da Dra. Maria das Neves:** Quero desejar-lhe boa sorte, parabéns pelo tema que é muito aliciante. Gostava de ver a tese concluída, ou mesmo agora que irá transcrever a entrevista pode me enviar para que eu possa complementar alguma coisa para ajudar a enriquecer o seu trabalho.

...Atualmente quando a gente percorre as universidades, as escolas mesmo do nosso país constatamos que há mais mulheres nas universidades em relação aos homens. Porque as mulheres são mais dedicadas e se hoje ainda estamos a lutar pela igualdade de género, acredito que no próximo século serão os homens que estarão a lutar por essa igualdade. (risos)

[marianeves@hotmail.com](mailto:marianeves@hotmail.com)

## APÊNDICE 2 – FOTOGRAFIAS

Figura 1 - Mapa de São Tomé E Príncipe



Fonte: Internet

**Figura 2 - Fortaleza de São Sebastião**



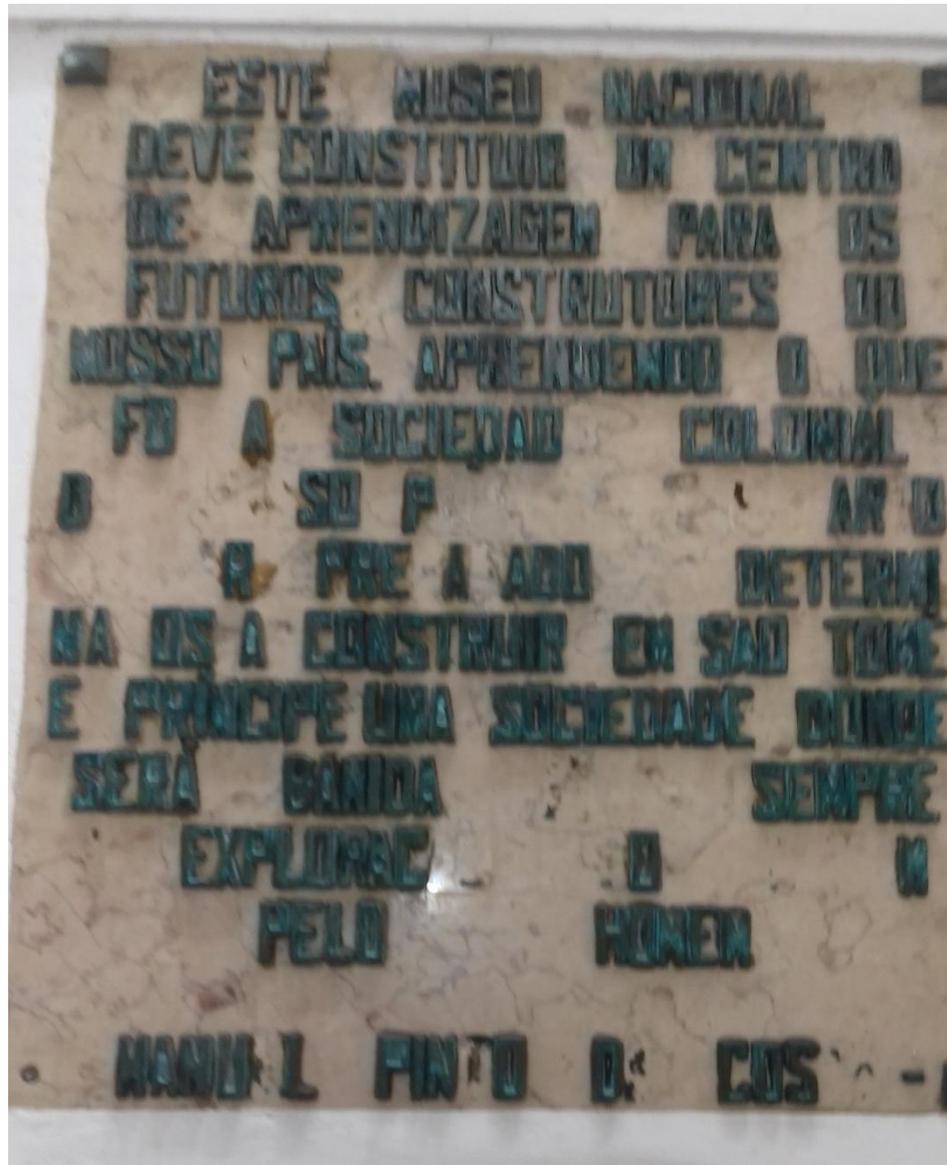
**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 3 - Museu Nacional – STP**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 4 - Placa na entrada do museu – STP**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 5 - Sepultura dos Combatentes – Museu Nacional STP**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 6 - Estátuas dos Descobridores – STP**



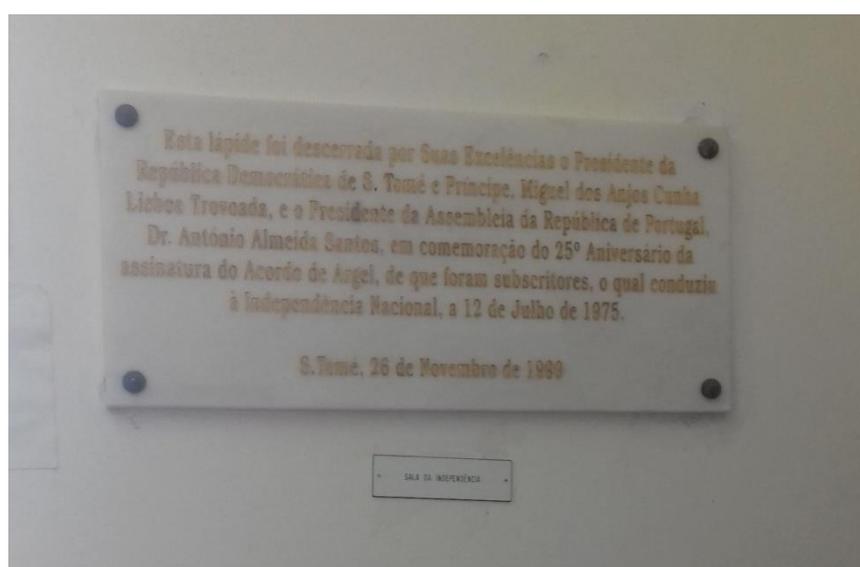
**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 7 - Movimento Aos Heróis Da Liberdade– STP**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 8 - Placa Comemorativa dos 25 Anos do Acordo de Argel–  
STP**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 9 - Monumento em Memórias aos Mártires da Pátria Tombados em 1953 – Massacre de Batepá – Praia de Fernão Dias**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 10 - Palácio do Povo  
Local de Trabalho da Presidência da República**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 11 - Arquivo Histórico De São Tomé E Príncipe**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 12 - Tribunal de Justiça de São Tomé e Príncipe**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 13 - Ordem dos Advogados de São Tomé e Príncipe  
OASTP**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa Da Costa (2017)**

**Figura 14 - Federação das ONG's em São Tomé e Príncipe - FONG**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 15 - Associação Santomense de Mulheres Juristas**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa Da Costa (2017)**

**Figura 16 – Campanhas da ASMJ**



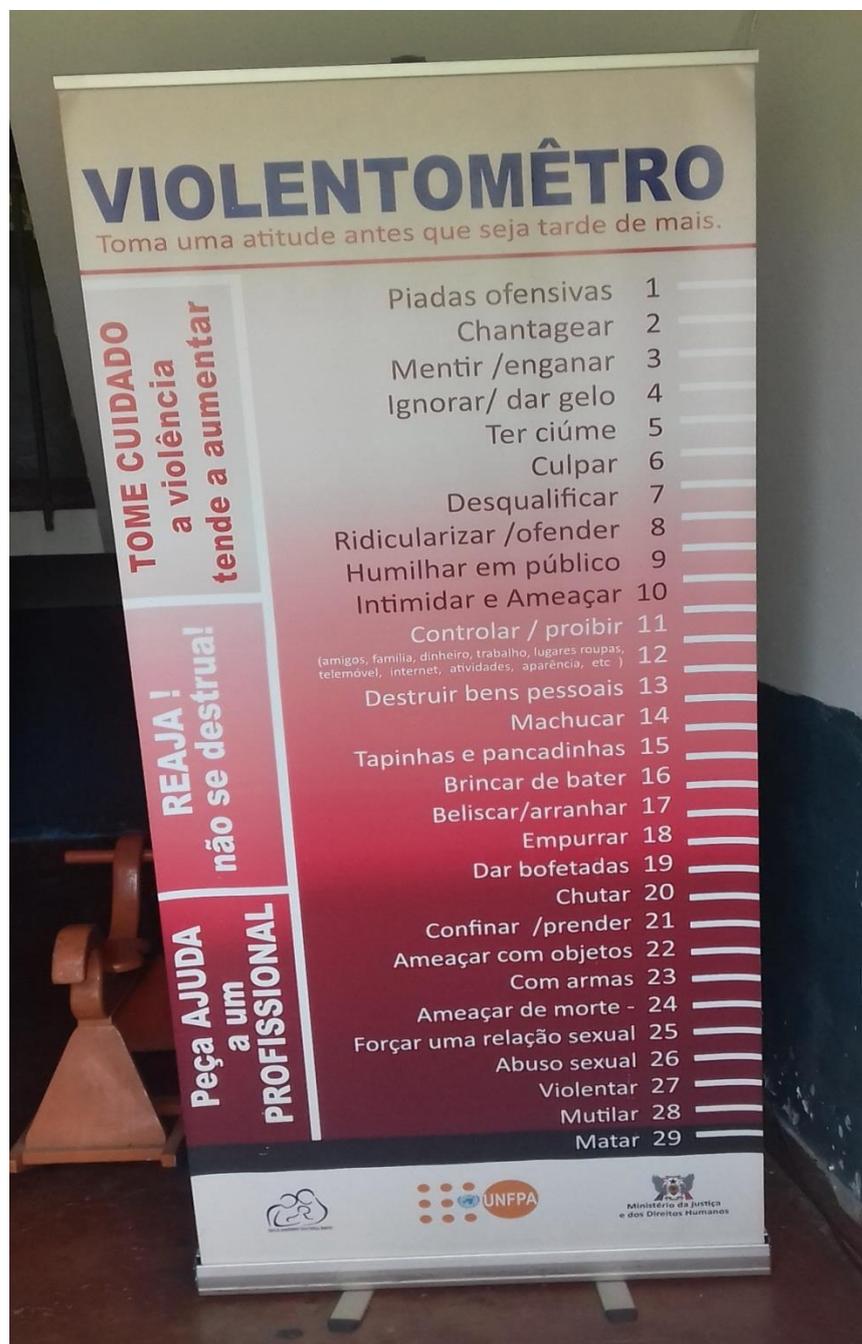
**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 17 - Centro de Aconselhamento Contra Violência Doméstica – STP**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 18 - Violentômetro**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 19 - Embaixada do Brasil em São Tomé e Príncipe**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 20 - Edifício das Nações Unidas - STP**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 21 - Muro do Ministério dos Direitos Humanos – STP**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 22 - Ministério dos Direitos Humanos – STP**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 23 - Biblioteca Nacional - STP**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

**Figura 24 - Liceu Nacional - STP**



**Fonte: Nunes, Marta Barbosa da Costa (2017)**

## ANEXO A - DOCUMENTOS

Documento 1 - Carta de Alda Espírito Santo ao Dr. Manoel João da Palma  
 Carlos  
 03/10/1953

S. Tomé, 3/10/1953

Dr. Manoel João da Palma  
 Dr. Manoel João da Palma

Recebi a sua carta de 2/10/53 e fiquei muito satisfeita por a receber de tão longe. Agradeço muito a preocupação que tem em relação a mim e a todos os que estão aqui. Espero que esteja tudo bem com todos e que esteja a trabalhar bem. Saudações a todos e abraços a todos.

Alda Espírito Santo

**Documento 2 - Carta de Alda Espírito Santo à prima Andreza Graça do Espírito Santo— fls. 1**

Querida Prima Andreza:

Na semana passada, escrevi-lhe uma carta, verdadeiramente reticente, cheia de evasivas, porque a censura esquadrinha e mede sobre os mais diversos ângulos todas as cartas que se escrevem.

Hoje chegou a oportunidade de lhe poder escrever à vontade deste cabo do mundo que faz lembrar um filme de gangsters, com os aventureiros menos escrupulosos e mais bárbaramente primitivos.

Vivemos aqui momentos de verdadeiro <sup>cenas tão vis</sup> pânico, tão míseras e tão loucamente deshumanas, como eu nunca calculei assistir, numa língua de terra, onde abundam os covardes e onde é impossível erguer-se a cabeça. Vivemos de facto, horas tremendas, sem possibilidades de ver saneado o mal, porque se tornava impossível, qualquer possibilidade de melhora.

Mas felizmente, essa hora chegou e hoje eu tenho absoluta confiança que tudo há-de entrar num ritmo normal.

Desde o dia 25 de Março até hoje, respira-se melhor e acabaram as barbaridades colectivas e as prisões em massa.

A pobre da mamã, lá está há dois meses presa.

A Maria Amélia e a Sofia estiveram 20 dias e eu se não fui lá parar, foi devido ao facto de ter chegado alguém que fizesse face a essa trupe e destemidamente começasse a mostrar que as leis não podiam ser atropeladas dessa forma e que era necessário atentarem na dignidade humana.

Pois querida prima Andreza, se não fosse a chegada do Sr. Dr. Palma Carlos nós todos seríamos destruídos, reduzidos a nada.

A sua vinda foi a confiança, foi o renascer dum novo dia - a salvação desta Ilha, a salvação colectiva de nós todos.

Terão oportunidade de saber circunstanciadamente as horas de angustia que vivemos.

Eu bendigo a hora em que conhecemos o Dr. Palma Carlos. Era a pessoa mais indicada para cair nesta Ilha, uma pessoa dinâmica, calma, cheia de personalidade, confundindo os tiranos

**Documento 3 - Carta de Alda Espírito Santo à prima Andreza Graça do Espírito Santo – fls. 2**

-2-

e cheio de um sentido de humanidade muito grande e vasto.

Aguardamos que regresses e venha ultimar as questões que mostravam ser emaranhadas e misteriosas, mas cujos processos de crime, violência e tirania atingem requintes de verdadeiro sadismo.

E eu não tento mesmo, descrever-lhe as horas más que vivemos.

Eu confesso-lhe que se não tivesse passado e visto toda esta lama e podridão, se ouvisse contar toda esta hecatombe eu diria que a maior parte das coisas, cairiam no domínio de exagero. Isto é um verdadeiro pânico.

A rapaziada que não pense nunca em vir para cá, porque infelizmente aqui, só ficamos com as pernas partidas e nada conseguiremos fazer.

Eu estou trabalhando no escritório do Sr. Dr. Palma Carlos e aqui vou continuando, porque já sinto que se está trabalhando e esperamos todos que a justiça triunfe e o povo possa levantar a cabeça.

Envio-lhe também a primeira carta que lhe escrevi.

Saberá detalhadamente toda a odisseia da nossa terra

Se fosse a descrever nunca mais acaloria e assim sabê-lo-á de fonte mais segura e competente.

O Gorgulho e os seus dois acólitos seguem também amanhã.

Que seja a última oportunidade de pisar esta terra é o desejo de todos e da justiça.

Abraça-a com sincero e verdadeiro afecto a prima amiga

a) Alda.



## Documento 4 - Auto de Prisão de Andreza da Graça do Espírito Santo

Carlos Espírito Santo

S.  R.



LICIA INTERNACIONAL  
DE DEFESA DO ESTADO

Reg. 1256 / V. 1.ª Div.  
Proc. \_\_\_\_\_

*[Handwritten initials and marks]*

Excelentíssimo Senhor

*Yunto e com a respectiva carta de busca e apreensão  
sai e entregar-lha à det.ª.*  
*4.12.65*

Para os fins que forem de justiça fa-  
ço apresentar a V.Ex<sup>ª</sup>. a nacional ANDRESA DA GRAÇA DO ESPÍRI-  
TO SANTO, solteira, doméstica, nascida a 2/4/905, na fregue-  
sia de Conceição, concelho de São Tomé, Província de São To-  
mé e Príncipe, filha de Lázaro da Graça do Espírito Santo e  
de Gentileza Peregrina de Meneses e residente na Rua Actor  
Vale, n.º.37-1.º andar, lado esquerdo, nesta cidade de Lisboa,  
que hoje, cerca das 8.30 horas, foi por mim detida na sua re-  
sidência, por suspeita de actividades contra a segurança do  
Estado. \*

Recolheu à Cadeia do Forte de Caxias, por  
determinação do Exm<sup>º</sup>. Inspector, Senhor Fernando Alves.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1965

O Agente,

*[Handwritten signature]*



## Documento 5 - Auto de perguntas da Sra. Andreza da Graça do Espírito Santo – fls. 1

Carlos Espírito Santo

S. R.

Fls. 67  
62

[T]

[Handwritten signature]

INTERNACIONAL  
DEFESA DO ESTADO

----- AUTO DE PERGUNTAS -----

Aos seis dias do mês de Dezembro do ano de mil e novecentos e sessenta e cinco, nesta Depósito de Presos de Caxias, Reduto Norte, concelho de Ceiras, onde se encontra o Senhor Subinspector, Adelino da Silva Tinoco, comigo, José Serras, agente servindo de escrivão, ambos da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, compareceu ANDREZA DA GRAÇA DO ESPÍRITO SANTO, solteira, doméstica, nascida a dois de Abril de mil e novecentos e cinco, na freguesia de Nossa Senhora da Conceição, Província Ultramarina de São Tomé, filha de Lázaro da Graça do Espírito Santo e de Gentileza Peregrina de Menezes e residente na Rua Actor Vale, número trinta e sete, primeiro andar, lado esquerdo, em Lisboa, a fim de ser interrogada.

A MATÉRIA DOS AUTOS e depois de lhe ser perguntado para que esclareça as actividades políticas que tem desenvolvido contra a segurança do Estado nos chamados "movimentos" separatistas e outras associações ilícitas, respondeu: Que nunca se dedicou a actividades políticas contrárias à segurança do Estado. Que também nunca aderiu a quaisquer "movimentos" de tipo separatista das nossas Províncias Ultramarinas para o que nunca chegou a ser convidada. Que se encontra a viver há uns dezito anos consecutivos em Lisboa, para onde veio, como governanta, a fim de tratar dos arranjos de roupas e pensão dos seus sobrinhos EUGÉNIO DE MENEZES DA GRAÇA DO ESPÍRITO SANTO, actualmente professor primário em São Tomé; e AMÉRICO GONÇALVES DA GRAÇA DO ESPÍRITO SANTO, mecânico de automóveis das Obras Públicas, residente em São Tomé. Que após aqueles seus sobrinhos regressarem a São Tomé, a respondente con-

Mod. 256 — Fho (297x210) — 30 000 ex. — AA/100 PC — 7-65 — Tip. E. C. P. L.

Documento 6 - Auto de perguntas da Sra. Andreza da Graça do Espírito Santo – fls. 2

Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe

MA IN  
DEFES

tinuou a residir em Lisboa, vivendo de alguns donativos que lhe envi  
os seus irmãos e ainda do resultado de alguns hóspedes, que costuma  
receber em sua casa. Que a respondente vive juntamente com uma sua  
mãe de nome MARIA DO ESPIRITO SANTO DA GRAÇA e tem como hóspedes MAR  
DE LOURDES MENEZES DE ALVA BRAGANÇA GOMES TORRES e MARIA DA PIETADE  
MARCOS D'ALVA, a primeira estudante da Escola do Magistério Primário  
e a segunda a tirar o curso de dactilografia. / - - - - -  
E mais não respondeu. Lidas as perguntas que lhe foram feitas, assis  
como as respostas por si dadas, as achou conformes, ratifica e vai  
sinar. - - - - -

*Andreza da Graça do Espírito Santo*  
E para constar, se lavrou o presente Auto que também vai ser assinado  
pelo Senhor Subinspector e por mim agente servindo de escrivão, que  
dactilografarei e revi. - - - - -

*Declaro assinado*  
*João de Deus*



Documento 8 - P.I.D.E – Polícia Internacional e de Defesa do Estado - Auto de apreensão – fls. 1

Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe

S.  R.



POLÍCIA INTERNACIONAL  
DEFESA DO ESTADO

fls. 107  
ques  
199  
II

Auto de Apreensão

Aos oito dias do mês de Janeiro do ano de mil novecentos e sessenta e seis, nesta casa de residência da arguida Andreia da Graça do Espírito Santo, sita na Rua Adolfo Vale, número trinta e sete, primeiro andar, lado da esquerda, desta cidade de Lisboa, eu, Sebastião Martins, agente da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, servindo de exercício, na presença de Branca do Sacramento Pinto do Espírito Santo, cunhada da referida arguida e também aqui residente, e acompanhada da testemunha Joaquim Manuel Mendes Oliveira, igualmente agente da aludida Polícia, em cumprimento de despacho crado no auto de prisão que é arguida a supracitada ANDREIA DA GRACA DO ESPIRITO SANTO, me cedi a apreensão de dois exemplares do jornal "Subvenio" intitulado "FALUNGA" — "ÓRGÃO DA REVOLUÇÃO AFRICANA" —, editado em ACCRA, GHANA, sendo um do número UM, de julho de mil novecentos e sessenta e cinco, e o outro do número três, de Dezembro de mil

Mod. 236 — Tho (297x210) — 50 000 ex. — AA/100 FC — 7-65 — TD. B. C. P. L.

Documento 9 - P.I.D.E – Polícia Internacional e de Defesa do Estado - Auto de  
apreensão - fls. 2

Carlos Espírito Santo

no ano.  
E para contar se lavrou o presente au-  
to, que depois de lido em voz alta, na  
presença de ambos, o acharam conde-  
me, ratificaram e vão assinar comigo,  
agente apreenso, servindo de escrivão  
que o manusei e revi.

Brasão do Lavramento, Carlos Espírito Santo

*Carlos Espírito Santo*

Documento 10 - Auto de prisão da Sra. Odete Quaresma Soares de Barros –  
04/12/1965

Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe



INTERNACIONAL  
ESA DO ESTADO

S. R.

Proc. 4.12.65  
1.ª Div.

T

Excelentíssimo Senhor

*Ymste. a o freguesia de São Tomé.*  
*4.12.65*

Para os fins que forem de justiça  
faço apresentar a V.Ex.<sup>a</sup> a nacional ODETE QUARESMA SOARES DE  
BARROS, casada, enfermeira, nascida a 10/3/926, na freguesia  
de São Tomé, concelho de São Tomé, Província de São Tomé e  
Príncipe, filha de Manuel Soares de Barros e de Olímpia Soa-  
res de Barros e residente na Avenida Almirante Reis, nº. 62-  
-2.º andar, lado esquerdo, nesta cidade de Lisboa, que hoje,  
cerca das 9.00 horas, foi por mim detida na sua residência,  
por suspeita de actividades contra a segurança do Estado.

Recolheu à Cadeia do Forte de Ca-  
xias por ordem do Emm.<sup>o</sup> Inspector, Senhor Fernando Alves.

Lisboa, 4 de Dezembro de 1965

O Agente,  
*António Augusto Soares de Barros*

Mod. 236 — Fto (297x210) — 50 000 ex. — AA/100 PC — 7-65 — Tip. E. C. P. L.

## Documento 11 - Auto de perguntas da Sra. Odete Quaresma Soares de Barros

- fls. 1

Carlos Espírito Santo

S.  R.

FE. 46

64

[ ]



INTERNACIONAL  
PESA DO ESTADO

----- AUTO DE PERGUNTAS -----

Aos seis dias do mês de Dezembro do ano de mil novecentos e sessenta e cinco, neste Depósito de Presos de Caxias, Reduto Norte, concelho de Oeiras, onde se encontra o Senhor Subinspector da Polícia Internacional e de Defesa do Estado, Adelino da Silva Tinoco, comigo, José Garras, agente da mesma Polícia servindo de escrivão, compareceu ODETE QUARESMA SOARES DE BARROS, casada, enfermeira, nascida na freguesia e concelho de São Tomé, no dia dez de Março de mil novecentos e vinte e seis, filha de Manuel Soares de Barros e de Olímpia Soares de Barros e residente no Bairro Marcelo Caetano, caixa postal número trinta e cinco, na cidade de São Tomé e acidentalmente a morar na Avenida Almirante Reis, número sessenta e sete, segundo andar, lado esquerdo, em Lisboa, a fim de ser interrogada. -----

À MATÉRIA DOS AUTOS e depois de lhe ser perguntado para que esclareça as actividades políticas que tem desenvolvido contra a segurança do Estado nos chamados "movimentos" separatistas das nossas Províncias Ultramarinas e outras associações ilícitas, respondeu: Que nunca desenvolveu quaisquer actividades políticas quer a favor quer contra o Estado. Assim, também nunca fez qualquer diligência com vista à criação ou desenvolvimento de "movimentos" para a independência das nossas Províncias Ultramarinas ou para a separação das mesmas da Mãe Pátria. Que se encontra na Metrópole em gozo de férias, há cerca de dois meses, mas a principal razão da sua vinda aqui, foi a de se tratar no Hospital do Ultramar de uma doença que tem numa das pernas, tendo ali já feito algumas consultas. Fim das férias que serão de cinco meses e

650

## Documento 12 - Auto de perguntas da Sra. Odete Quaresma Soares de Barros

- fls. 2

*Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe*

logo que se encontra curada regressa de novo às suas funções de enfermeira do Hospital Doutor Oliveira Salazar, em São Tomé, juntando-se assim a seu marido QUINTERO BATISTA DE BARROS AMARAL AGUIAR funcionário do Instituto de Trabalho, e bem assim a seus filhos.

E mais não respondeu. Lidas as perguntas que lhe foram feitas e as respostas por si dadas, as achou conforme, ratifica e vai assinar.

*Odete Quaresma Soares de Barros*

E para constar se lavrou o presente auto, que também vai ser assinado pelo Senhor Subinspector e por mim, agente servindo de escrivão que o dactilografei e revi.

*Subinspector*  
*Agente*

## Documento 13 - Auto de soltura da Sra. Odete Quaresma Soares de Barros

Carlos Espírito Santo



Fl. 183  
Jun 1966

Polícia Internacional e de Defesa do Estado

## Mandado

Reg.  
H

---EU, JOSÉ BARRETO SACCHETTI, SUBDIRECTOR DA POLICIA INTER-  
NACIONAL E DE DEFESA DO ESTADO.---

Mando ao encarregado dos estabelecimentos de detenção privativos desta  
Polícia que, em cumprimento deste por mim assinado, ponha em liberdade  
IMEDIATAMENTE---

o preso ODETE QUARESMA SOARES DE BARROS, casada, enfermeira, nas-  
cida a dez de Março de mil novecentos e vinte e seis, natural da  
freguesia de São Tomé, Província de São Tomé e Príncipe, filha  
de Manuel Soares de Barros e de Olímpia Soares de Barros, resi-  
dente na Avenida Almirante Reis, n.º número sessenta e sete, segun-  
do andar, lado esquerdo, em Lisboa.---

Cumpra-se.

Lisboa . 15 de Janeiro de 1966.

Proc. ....

O SUBDIRECTOR

Documento 14 - Carta da Sra. Alda Espírito Santo ao Sr. Mario Pinto de Andrade  
 “A vitória é certa” – 10 de agosto de 1974

Libreville, 10/8/74

Mais :

Um abraço muito grande  
 te envio aqui de muito afecto.  
 Que as fronteiras da fraternidade  
 africanas possam ter assim  
 entre países uma realidade  
 objectiva, que o nosso país  
 de Angola seja belha e  
 sol da verdadeira liberdade  
 e que o teu contributo  
 seja um pilar gigante  
 para barrer o colonialismo  
 e construir uma terra  
 dignificada, sa

meus maiores votos.

Mais amigo, dos velhos tempos  
 da nossa juventude, em que  
 caminhávamos com a longa  
 marcha >> certo contigo  
 para que o mundo se  
 lembre da existência de  
 pessoas arquiepiscopos, F. Tró e  
 bispos, que têm também  
 direito à conquista da sua  
 independência nacional.  
 Desde já um abraço  
 muito grande.  
 Ainda mais regresso à ilha  
 para prosseguir a nossa  
 luta.  
 Um beijo à tua  
 Um grande abraço da amiga  
 de sempre Alda - A vitória é certa

Fonte: Caminhos da Memória

Documento 15 - Diário da República de São Tomé e Príncipe – 17 de julho de 1975

Quinta-feira, 17 de Julho de 1975

Número 1

# DIÁRIO DA REPÚBLICA

DE  
S. TOMÉ E PRÍNCIPE

PREÇO DESTE NÚMERO — 15\$00

	ASSINATURAS		
	Ano	Semestre	Trimestre
Dentro do País.....	170\$00	110\$00	70\$00
Portugal, Moçambique, Cabo Verde, Guiné, Guiné e Bissau	200\$00	100\$00	70\$00
Outros Países.....	230\$00	140\$00	100\$00
Número avulso — folha de 4 páginas.....	6\$00		

Os números publicados antes de ser tomada a assinatura são considerados vendida avulsa.

Antes de — por cada linha de texto 8 .. 4\$00  
(As repetições têm o desconto de 50 %)

Em conformidade com a lei, cobrar-se-á mais 3 % sobre o preço do anúncio.

Anúncio algum será publicado, sem que venha acompanhado do seu custo provável e assim, só o será, quando houver espaço disponível para isso.

Na correspondência respeitante à publicação de anúncios no Diário da República, a sua assinatura ou falta de mesma, deve ser dirigida à Imprensa Nacional — Caixa Postal 25 — S. Tomé.

No preço das assinaturas para fora do País está incluída a hipotecação para o porte do correio.

## SUMÁRIO

### Governo da República

Lei Fundamental.

#### Gabinete do Primeiro-Ministro

Extracto de diploma de provimento.

#### Ministério da Administração Interna

Repartição dos Serviços de Administração Civil.

#### Ministério da Coordenação Económica

Repartição dos Serviços de Finanças.

Repartição dos Serviços das Alfândegas.

#### Ministério da Educação e Cultura

Repartição dos Serviços de Educação.

#### Ministério dos Assuntos Sociais

Direcção dos Serviços de Saúde.

#### Ministério da Justiça

Tribunal Judicial.

#### Ministério do Equipamento Social e Ambiente

Repartição dos Serviços dos Correios, Telégrafos e Telefones.

Serviços de Máquinas.

#### Ministério da Informação

Extracto do despacho.

Imprensa Nacional.

## Publicações e avisos oficiais

### Ministério da Coordenação Económica

Repartição de Finanças do Conselho do Príncipe.

### Ministério dos Assuntos Sociais

Direcção dos Serviços de Saúde.

### Ministério do Trabalho

Instituto de Trabalho, Previdência e Acção Social.

## Anúncios judiciais e outros

## MOVIMENTO DE LIBERTAÇÃO DE S. TOMÉ E PRÍNCIPE

### Bureau Político

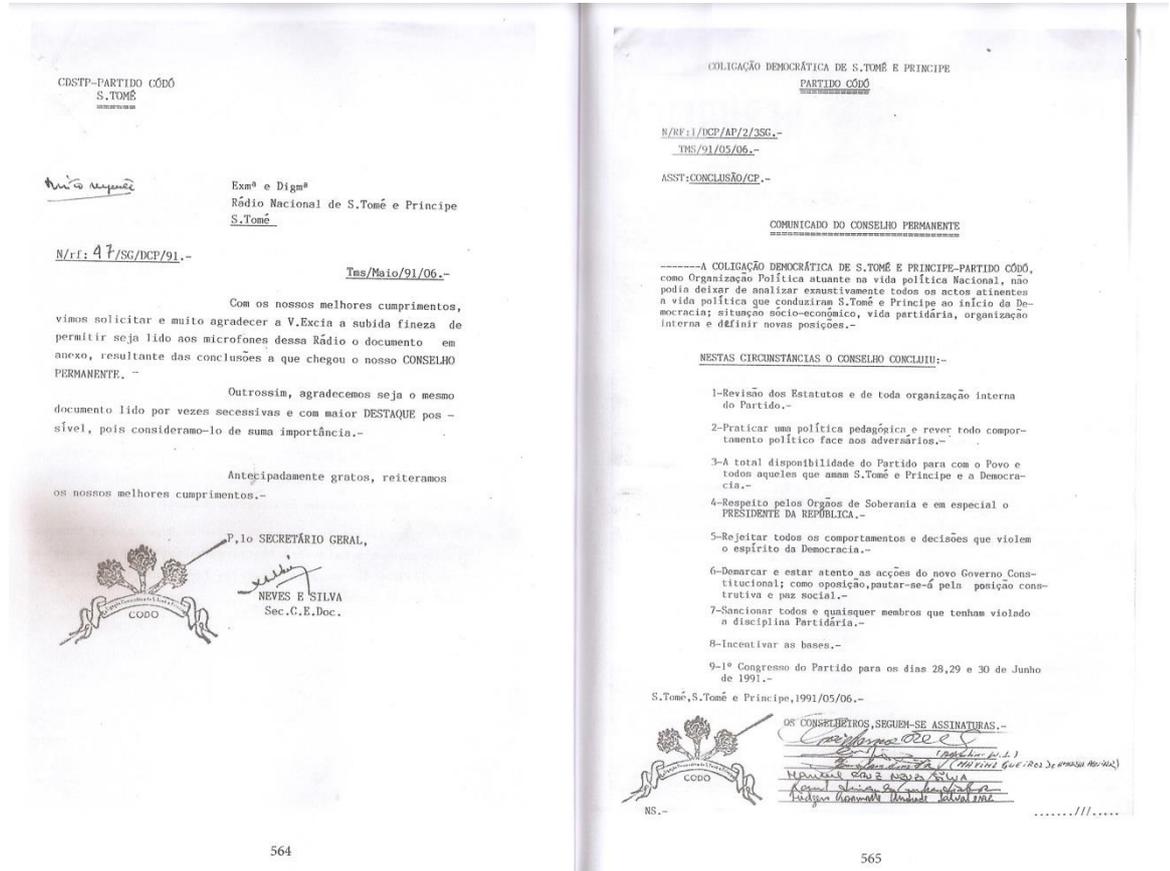
### LEI FUNDAMENTAL

O Povo de S. Tomé e Príncipe proclamou hoje solenemente a sua independência.

O Povo de S. Tomé e Príncipe assume as suas responsabilidades de modo consciente, na firme determinação de fazer por si a sua história, tomando em suas mãos os seus próprios destinos, como Estado Soberano, livre e independente.

Ao nascer este novo Estado livre e independente para o mundo político internacional e demorando ainda um período máximo de três meses a elaboração da sua constituição, torna-se necessário desde já um mínimo indispensável de normas constitucionais, instrumento legal fundamental para se assegurar a legalidade e a

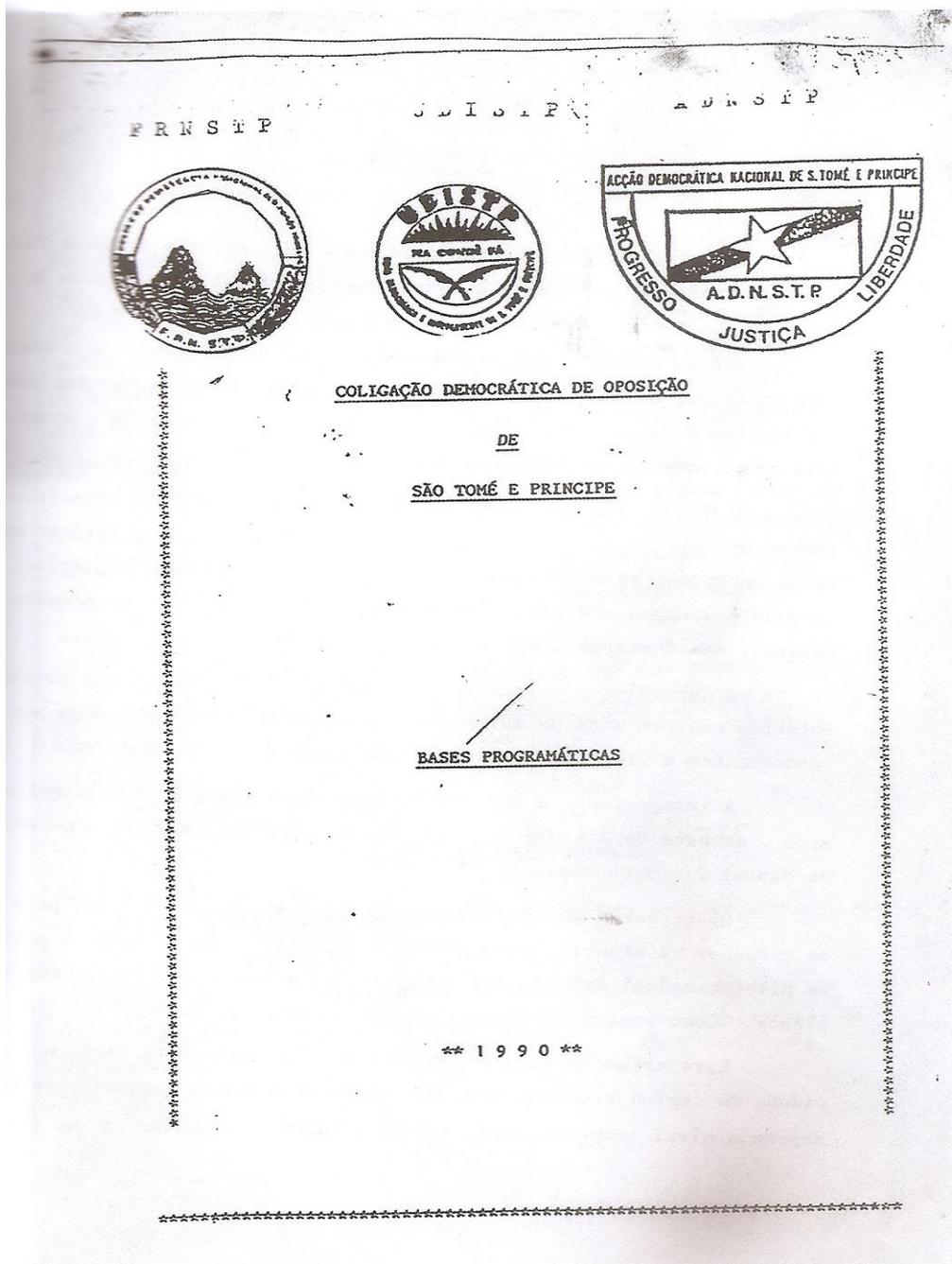
## Documento 16 - Coligação Democrática de Oposição Pedido à Rádio Nacional e Comunicado do Conselho Permanente



**Fonte: Espírito Santo, Carlos – A Primeira República – Vol. 2, p. 564 e 565**

# Documento 17 - Coligação Democrática de Oposição Bases Programáticas - 1990

*A Primeira República*



## Documento 18 - CODO – Bases Programáticas – fls.1

*Carlos Espírito Santo*

### INTRODUÇÃO

São passados 14 anos sob a data da Independência do Nosso País e não se consegue vislumbrar a luz no fundo do túnel para a saída da crise em que o País mergulhou sob a direcção monolítica do MLSTP. Ao fazer-se um balanço sério constata-se que a incompetência e o compadrio político, de mãos dadas, geraram uma catastrófica gestão dos recursos humanos e financeiros e adulteraram os valores culturais e morais, verdadeiro suporte da Sociedade Santomense.

O MLSTP, que foi recebido, em 1974, entusiasticamente e triunfalmente acabou por passar por cima de todo o entusiasmo, de todo o carinho popular e enveredou pelo caminho das hostilizações. Oprimiu, reprimiu, prendeu e esmagou com garras de terror todos os que, de uma ou outra maneira, manifestaram a sua discordância ao Regime.

A opressão, a repressão é corporizada com a criação da Polícia Política que com mãos de ferro dá, garante a existência do poder anti-democrático e ilegítimo personificado no Manuel Pinto da Costa.

A insegurança, a desconfiança torna-se insustentável o que permite, na base do dividir para reinar, o exercício do poder maquiavélico do Manuel Pinto da Costa.

Dá-se então em São Tomé e Príncipe um verdadeiro êxodo pois os cidadãos na miséria, perseguidos e ofendidos, são forçados a procurar um nível razoável de vida com a emigração, a qual nunca esteve nos seus planos. Como consequência, o País entrou em crise total.

Esta situação interna, a pressão das Forças Opositoras e a capacidade do regime vigente, ante os ventos de mudanças Democráticas que sopram a nível Internacional, forçam o MLSTP a "repensar" a sua Política

**Documento 19 - CODO – Bases Programáticas – fls. 2***A Primeira República*

Com aparência de "Perestroika" surgem por parte dessa Organização planos que, como é visível são de natureza anti-democrática: a Nova Constituição que não é elaborada por uma Assembleia eleita democraticamente, mas sim por um grupo saído do próprio MLSTP; a não Institucionalização imediata do Direito ao surgimento de outras Forças Políticas; o período imprevisto para as Eleições, que eliminando, á partida, a possibilidade da participação REAL das Forças Políticas atrás referidas.

A Coligação Democrática de Oposição, como o nome indica, aberta á adesão de todos os Santomenses, propõe mudar o estado de coisas, forçando a Derrota do Regime Caduco, permitindo a elaboração duma Lei Mãe - Constituição Política que responda aos verdadeiros anseios do Povo Santomense.

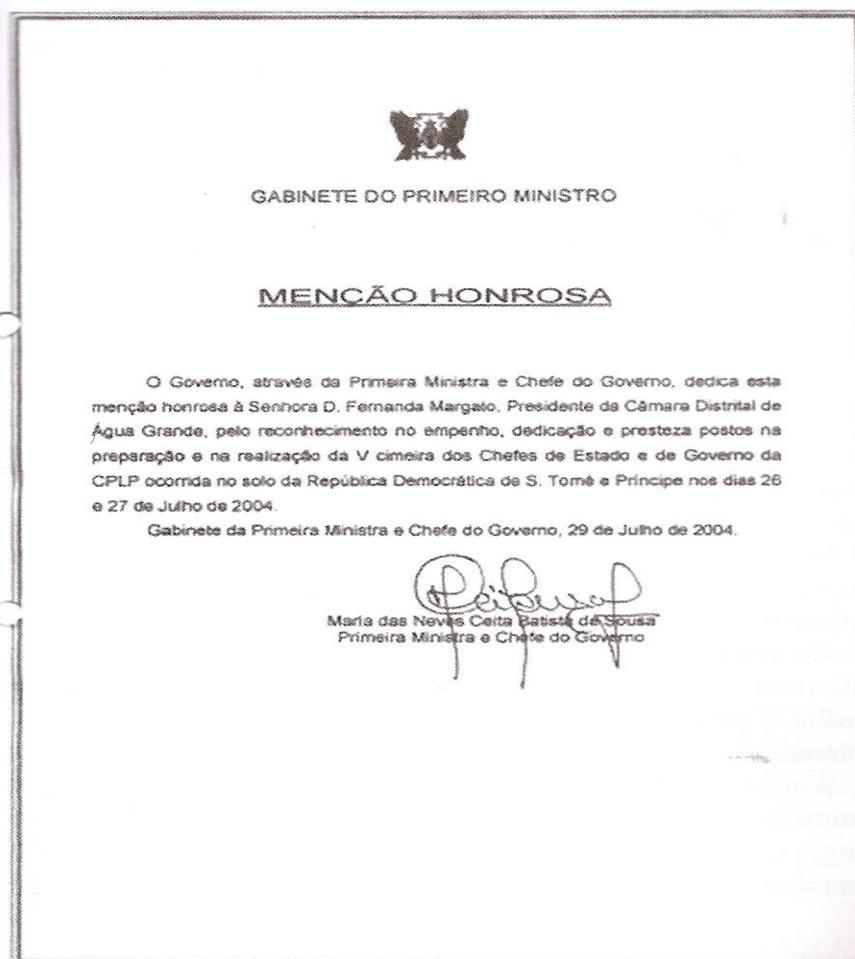
A Coligação Democrática de Oposição tem como tarefa imediata e prioritária Aniquilar o Regime Repressivo e Despótico do MLSTP e está decidida o tomar as seguintes medidas:

**I - PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS**

- 1 - Reconstruir São Tomé e Príncipe fazendo dele um País verdadeiramente Livre, Independente e Democrático.
- 2 - Restaurar as Liberdades Fundamentais de todos os cidadãos com relevância para a promoção do respeito pelos Direitos Universais do Homem.

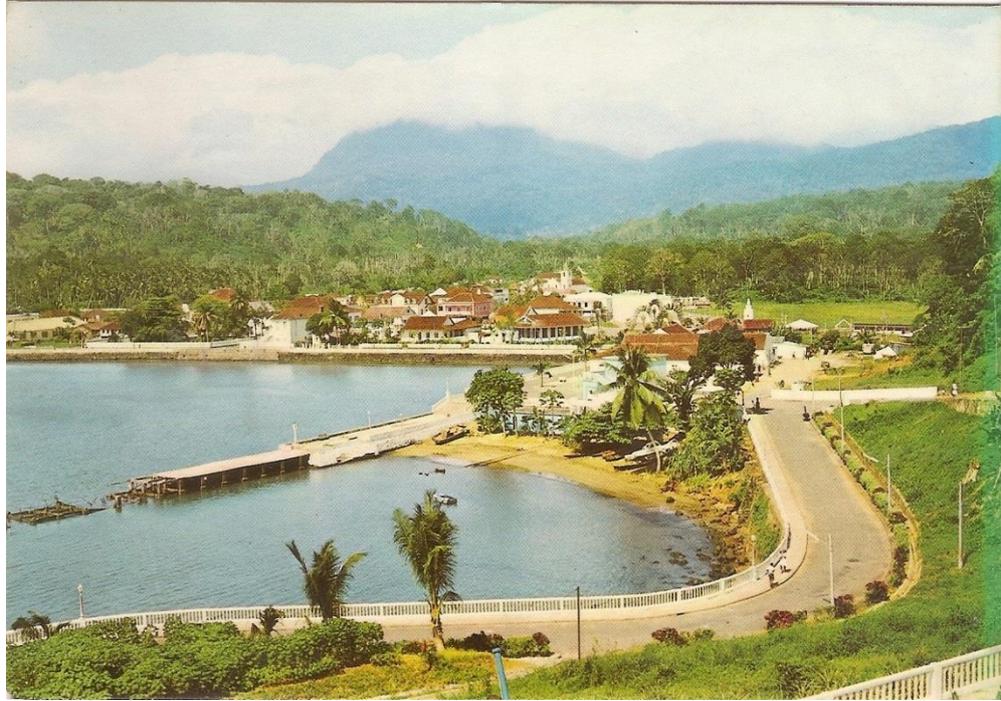
**Documento 20 - Menção Honrosa À Sra. Fernanda Margato**

*Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe*



## ANEXO 2 - FOTOGRAFIAS HISTÓRICAS

**Figura 1 - Ilha do Príncipe – Cartão Postal - sem data**

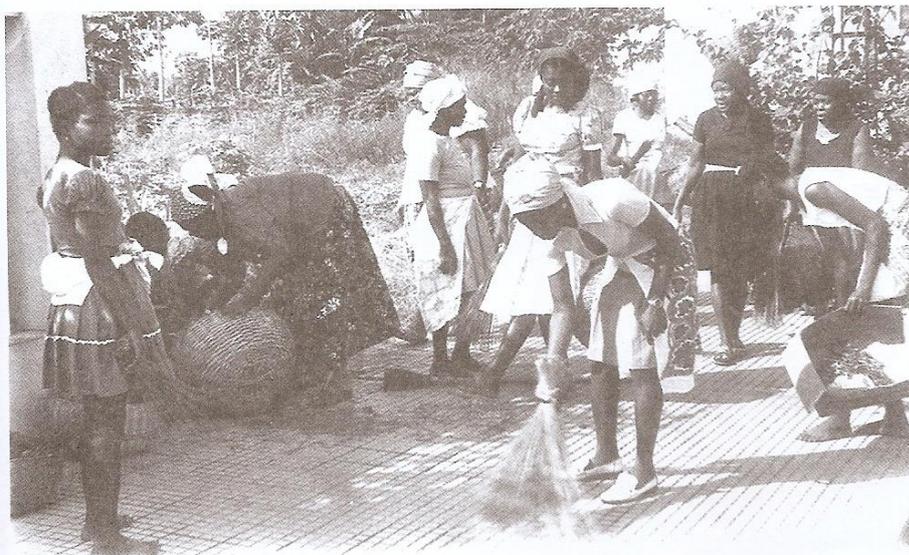


**Figura 2 - Lavadeiras no Água Grande – Cartão Postal sem data**



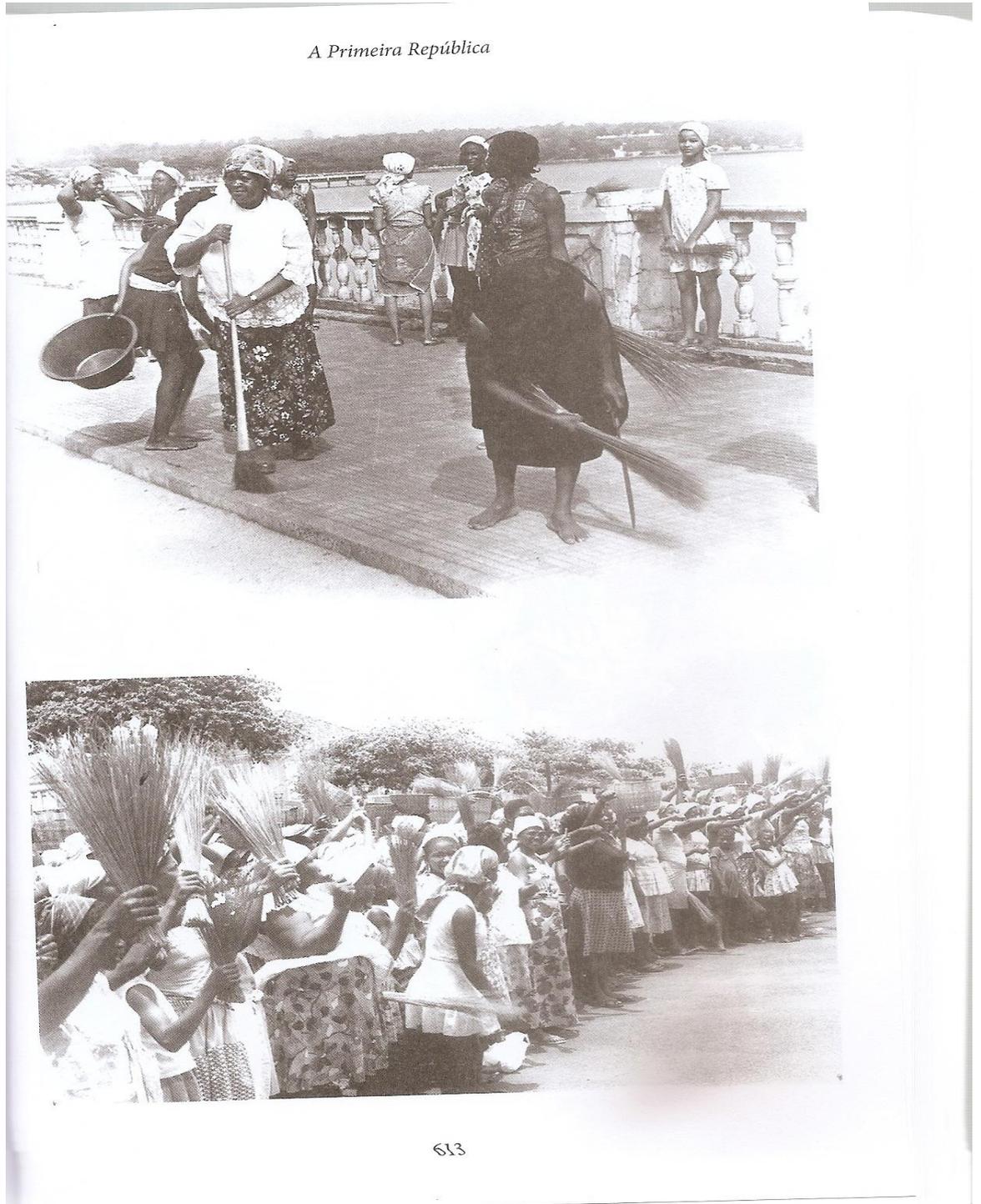
**Figuras 3 e 4 - Trabalho nas Roças de São Tomé e Príncipe**

*A Primeira República*

**Trabalho cívico nas roças e na capital do país**

609

## Figuras 5 e 6 - Trabalho nas Roças de São Tomé e Príncipe



Fonte: Espírito Santo, Carlos – Mulheres Históricas de São Tomé e Príncipe –  
p. 613.

## Figuras 7 e 8 - Atividade da Organização das Mulheres de São Tomé e Príncipe

*Carlos Espírito Santo*

Actividades da Organização das Mulheres  
de S. Tomé e Príncipe



594

Fonte: Espírito Santo, Carlos – A Primeira República Vol. 2, p. 594

**Figuras 9 e 10 - Atividades da OMSTP**



**Fonte: Espírito Santo, Carlos – A Primeira República Vol. 2, p. 595**

**Figura 11 - Independência 12 de Julho De 1975**



**Foto tirada no Museu da Independência – Fortaleza de São Sebastião (2017)**

**Figura 12 - Assembleia Extraordinária – 1983 - MLSTP**



13. Primeira Assembleia Extraordinária do JMLSTP, Junho de 1983 (da esquerda para a direita: Alda Graça Espírito Santo, Manuel Pinto da Costa, Alcindo Pinto).

**Fonte: Seibert, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres, p.159.**

**Figura 13 - CODO – Coligação Democrática de Oposição**

*Carlos Espírito Santo*

**Coligação Democrática de Oposição**



*Manuel Neves Silva, Lourenço Quiaresma, Manuel Gomes da Silva e Vergílio de Carvalho*

**Fonte: Espírito Santo, Carlos – A Primeira República Vol. 2, p. 652**

**Figura 14 - Alda Bandeira – Assembleia Nacional - 1995**



19. Alda Bandeira (PCD-GR) na Assembleia Nacional, 1995. Fotografia gentilmente cedida por Lourenço Silva.

**Fonte: Seibert, Gerhard. Camaradas, clientes e compadres, p. 385.**

